

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Thiago Henrique Oliveira Prates

**“O mundo não acaba no Malecón”: exílio, intelectuais e
dissidência política nas revistas *Encuentro de la Cultura
Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* (1996-2002)**

Belo Horizonte
2015

Thiago Henrique Oliveira Prates

“O mundo não acaba no Malecón”: exílio, intelectuais e dissidência política nas revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* (1996-2002)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História, Tradição e Modernidade.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriane Vidal Costa

Belo Horizonte
Setembro de 2015

972.91

P912m

2015

Prates, Thiago Henrique Oliveira

“O mundo não acaba no Malecón” [manuscrito] : exílio, intelectuais e dissidência política nas revistas Encuentro de la Cultura Cubana e Revista Hispano-Cubana (1996-2002) / Thiago Henrique Oliveira Prates. - 2015.

247 f.

Orientadora: Adriane Aparecida Vidal Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Exílio - Teses. 3.Intelectuais - Teses.
4. Cuba – História – Teses.I. Costa, Adriane Aparecida Vidal
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓS-GRADUAÇÃO
em História

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO EM HISTÓRIA DE
THIAGO HENRIQUE OLIVEIRA PRATES – Nº REGISTRO: 2013654060**

Aos **dois** dias do mês de **setembro** de **2015** (**dois mil e quinze**) reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos professores doutores **Adriane Vidal Costa** – Orientadora (Universidade Federal de Minas Gerais), **Kátia Gerab Baggio** (Universidade Federal de Minas Gerais), **Mateus Fávaro Reis** (Universidade Federal de Ouro Preto), **Maria Lígia Coelho Prado** (Universidade de São Paulo – **via videoconferência**) para julgar o trabalho final intitulado “**O mundo não acaba no Malecón: exílio, intelectuais e dissidência política nas revistas Encuentro de la Cultura Cubana e Revista Hispano-Cubana (1996-2002)**”, do discente **Thiago Henrique Oliveira Prates**, requisito final para a obtenção do grau de **MESTRE EM HISTÓRIA**. Abrindo a sessão no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Área de concentração: História, tradição e modernidade: política, cultura e trabalho – Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas, o(a) presidente da comissão, professor(a) **Adriane Vidal Costa**, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato(a), para a apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do resultado final. O(a) candidato(a) foi considerado(a) **APROVADO(a)**. O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) presidente da comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que foi assinada pelos examinadores participantes. Belo Horizonte, 02 de setembro de 2015.

Observação da Banca:

A banca ressalta a riqueza dos fontes pesquisados e a originalidade de dissertação que, inclusive, excede as exigências de um mestrado. Além disso, enfatiza a desenvoltura para abordar um tema complexo e desafiador. Por essas razões, a banca indica o trabalho para publicação.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. **Adriane Vidal Costa** (UFMG) - Orientadora

Profa. Dra. **Kátia Gerab Baggio** (UFMG)

Prof. Dr. **Mateus Fávaro Reis** (UFOP)

Profa. Dra. **Maria Lígia Coelho Prado** (USP)

(por quem assina a presidente da Comissão, Profa. Dra. **Adriane Vidal Costa**)

Confere com o Original

Data **02/09/2015**
Programa de Pós-Graduação em História
FAFICH/UFMG

ed. Henrique Oliveira



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Thiago Henrique Oliveira Prates**, intitulada: **"O mundo não acaba no Malecón": exílio, intelectuais e dissidência política nas revistas Encuentro de la Cultura Cubana e Revista Hispano-Cubana (1996-2002)"**, no dia 02 de setembro de 2015 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Adriane Vidal Costa - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Kátia Gerab-Baggio
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Mateus Fávaro Reis
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado
Universidade de São Paulo

(por quem assina a presidente da Comissão, Profª. Dra. **Adriane Vidal Costa**)

Para Tetê, mi fuego loco, con cariño.

Agradecimentos

Este trabalho apenas foi possível devido à colaboração de um número vasto de pessoas. Não existem palavras suficientes para agradecer aos meus pais, Geraldo e Liana, pelo esforço que fizeram durante toda a sua vida para que meu irmão Lucas e eu pudéssemos ter tudo que lhes foi negado. Amo vocês. Dedico também um carinho especial à Silvana, que nos acompanha há tanto tempo, e ao meu irmão Lucas, divertidíssimo e bom companheiro.

O trabalho hercúleo exigido nesta dissertação estaria fadado ao fracasso não fosse o carinho e amor de Ana Tereza Landolfi Toledo, que acompanhou com amabilidade todo o meu processo, sempre me estendeu a mão em momentos de fraqueza e acreditou em meu potencial. A você dedico esta dissertação e o meu amor.

Ao Igor Cardoso, Igor Nefer, Gabriel Amato, Alexandre Bellini, Marina Helena, Marcela Brandão e Rodrigo Paulinelli, incomensuráveis amigos e preciosos companheiros de mestrado, pelos ótimos momentos, sofrimentos comuns e sorrisos compartilhados.

Aos amigos de longa data da universidade, Aline Lemos, Raíssa Brescia, Taciana Garrido, Gabriel Nascimento, Guilherme Fernandes e Thiago Lenine. Os encontros, as conversas e a convivência com pessoas tão extraordinárias fizeram valer a pena cada minuto do curso de História.

Ao Bruno Carvalho, Paulo Andrade e Mateus Frizzone, além de excelentes companhias, compartilharam comigo esta gigantesca paixão pelo futebol que deslumbra milhões de latino-americanos. Dedico um especial abraço para o extraordinário Felipe Malacco, amigo de longa data da graduação e cruzeirense apaixonado. E aqui deixo um grande agradecimento ao meu pai, Geraldo, que fez meu sangue celeste em um Cruzeiro 4 x 0 Bragantino, em vinte de outubro de 1996.

Ao Warley Alves Gomes, Alysson Faria Costa e Douglas de Freitas, indivíduos fantásticos que conheci na Universidade Federal de Minas Gerais, amantes da boa música, do bom cinema e da boa literatura. Polemistas que são, me proporcionaram discussões ricas, debates produtivos e porres homéricos.

A Felipe Frederico e Livia Ribeiro, que tardaram a entrar em minha vida mas logo se mostraram importantes e amados.

À Mariana Moraes Silveira, divertidíssima, prestativa e sempre disposta em compartilhar conhecimento. À Ivanna Margarucci pela amabilidade porteña e grande amizade.

Agradeço imensamente a Raphael Coelho Neto, grande amigo que fiz durante o mestrado, por ser esta grande pessoa e incomparável companheiro de trabalho. Obrigado por contribuir de maneira incomensurável nos debates sobre revistas e intelectuais. Juntos navegamos por estas tormentosas águas dos estudos exílicos.

À minha orientadora e amiga Prof^a. Dr^a. Adriane Vidal Costa, talentosa historiadora e amante da literatura latino-americana, sempre compreensiva e dedicada, agradeço pela tutoria precisa e pelo acompanhamento minucioso, além da imensa liberdade de produção concedida.

À Prof^a. Dr^a. Kátia Gerab Baggio, pelas excelentes aulas durante ao longo da graduação, pela disponibilidade de diálogo e pela generosidade em compartilhar importantes textos para minha formação. Ao Prof. Dr. Mateus Fávaro Reis, que me acompanhou desde minha monografia, pelo intenso debate e pelas importantes contribuições para o meu desenvolvimento.

Ao grupo de estudos *Dimensões culturais e políticas do exílio latino-americano*, permeado por gente talentosa e sempre disposta a colaborar nos debates. A todos os envolvidos fica meu enorme agradecimento.

Aos muitos amigos da universidade, dos mais variados cursos, Clycia Gracioso, Lídia Generoso, Bruno Moraes, Gabi Galvão, Fabiana Léo, Fabrício Seixas, Carolline Andrade, Júlia Melo, Maíra Caixeta, Pedro Barbosa, Maíra Nascimento, Poliana Jardim, Bruna Roriz, Angélica de Castro, Allysson Lima, Luísa Marques, Pedro Raidan, Isabel Leite, Jullie Utsch, Fernando Garcia e Getúlio Duarte. Peço perdão aos que ficaram de fora, a memória nem sempre é justa.

Aos amigos de infância, João Pedro, Diogo Maia, César Caixeta, Victor Caixeta e Felipe Fonseca, que resistiram aos mais obscenos ataques do tempo e da distância, que

viajaram meio mundo e sempre se reencontraram em Belo Horizonte. Agradeço pelo interminável companheirismo e pelos fantásticos momentos que compartilhamos.

Em terras estadunidenses, agradeço a Anelise Coelho pela longa amizade que a distância não conseguiu romper e pela imensa ajuda a conseguir importantes textos e estabelecer contatos. Sem seu apoio, esta pesquisa seria impossível. Dedico também espaço a Joshua Nicasio Smith, *Josh*, meu *yankee* favorito e grande admirador da cultura brasileira, que, mesmo longe, sempre ofereceu seu apoio. À Júlia Helena, de precioso talento artístico, hilária personalidade e amizade amável. Ainda sobre este assunto, *Hello Wisconsin!*

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, que permitiu adquirir o imprescindível material para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, onde trilhei todo meu caminho como historiador.

A todos aqueles que velejam pela internet e hasteiam bandeiras libertárias ao contribuir na circulação de livros e textos, agradeço profundamente por acreditarem que conhecimento e informação são direitos, não mercadorias.

Fica claro, então, que nenhum Socialismo Autoritário servirá. Pois enquanto no sistema atual muitos podem levar a vida com certo grau de liberdade, direito de expressão e felicidade, num sistema de aquartelamento industrial, ou num sistema de tirania industrial, absolutamente ninguém poderá desfrutar de uma liberdade dessa natureza. É lamentável que parte de nossa comunidade social viva praticamente escravizada, mas é ingenuidade propor-se resolver o problema submetendo toda a comunidade à escravidão. Todo homem tem o direito de ser inteiramente livre para escolher seu próprio trabalho. Não deve sofrer nenhuma forma de coação. Se alguma houver, seu trabalho não será bom para ele, nem em si mesmo, nem para os outros. E por trabalho entendo simplesmente atividade de qualquer espécie

Penso que dificilmente algum socialista, nos dias de hoje, levaria a sério a proposta que um inspetor devesse bater, todas as manhãs, de casa em casa, para ver se cada cidadão levantou-se e cumpriu sua jornada de oito horas de trabalho braçal. A Humanidade ultrapassou esse estágio, reservando essa forma de vida àqueles que convencionou arbitrariamente chamar de criminosos. Mas confesso que muitos dos pontos de vista socialistas com que tenho deparado parecem-me contaminados por ideias de autoridade, se não de verdadeira coação. Evidentemente, tanto uma como outra são inadmissíveis. É necessário que toda associação seja voluntária, pois somente numa associação voluntária o homem é justo.

Oscar Wilde, *A alma do homem sob o socialismo* (1891).

Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar como intelectuais cubanos exilados exerceram a crítica ao regime castrista através das páginas das revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*, ambas publicadas em Madrid na década de 1990. Analisamos como estes periódicos e espaços de sociabilidade intelectual conformaram uma oposição ao governo socialista cubano, buscando perceber comparativamente como o tema do exílio nas duas revistas é mobilizado para criticar atacar o governo da ilha. Tratamos também do debate acerca do intelectual cubano, fonte de legitimidade da narrativa dissidente no exílio, e das propostas políticas de cada revista para Cuba, observando como a experiência do exílio esteve sempre presente na elaboração das representações e discursos de oposição. Ao longo desta dissertação, mostramos os laços transnacionais entre a ilha e o exílio, as conexões das revistas com a política espanhola, as leituras do passado efetuadas por seus intelectuais, seus posicionamentos políticos e propostas para a ilha. Para abarcar os problemas indicados, delimitamos o recorte temporal entre 1996, data de surgimento de *Encuentro de la Cultura Cubana*, e 2002, data de morte do diretor de *Encuentro*, Jesús Díaz, e de mudança da direção de *Revista Hispano-Cubana*.

Palavras-Chave: Revolução Cubana; Período Especial em Tempos de Paz; intelectuais, exílio; *Encuentro de la Cultura Cubana*; *Revista Hispano-Cubana*.

Abstract

This M.A. thesis investigates how Cuban exiled intellectuals criticized Castro's regime through the pages of cultural magazines *Encuentro de la Cultura Cubana* and *Revista Hispano-Cubana*, both published in Madrid during the 1990's. We examine how these publications and spaces of intellectual sociability formed an opposition to the Cuban socialist government, comparing how both magazines used the subject of exile to attack the regime. We also discuss the Cuban intellectual, source of legitimacy of the exiled's dissident narrative, and the political ideas of each magazine, observing how the experience of exile always influenced the portraits of Cuba, and the opposition discourses. Through this thesis, we have shown the transnational connections between the island and the exile, the links between the magazines and Spanish politics, their interpretations of the past, their political stances and propositions to the island. To do so, we set the timeframe between 1996, when *Encuentro de la Cultura Cubana* was first published, and

2002, the year of passing of that magazine's then director, Jesús Díaz, and *Revista Hispano-Cubana* changed its directive board.

Keywords: Cuban Revolution; Special Period in Times of Peace; Intellectuals; Exile; *Encuentro de la Cultura Cubana*; *Revista Hispano-Cubana*.

Sumário

Introdução	14
1 – A Revolução em crise: o Período Especial em Tempos de Paz e o surgimento das revistas <i>Encuentro de la Cultura Cubana</i> e <i>Revista Hispano-Cubana</i>	22
1.1 - nova crise da Revolução e o Período Especial em Tempos de Paz	22
1.2- Os filhos rebeldes da Revolução: Jesús Díaz e <i>Encuentro de la Cultura Cubana</i>	40
1.3 – (Neo)Liberalismo ou Morte! Guillermo Gortázar, o Partido Popular Espanhol e a <i>Revista Hispano-Cubana</i>	67
2 - Partir da ilha: dissidência, exílio e suas representações nas revistas <i>Encuentro de la Cultura Cubana</i> e <i>Revista Hispano-Cubana</i>	84
2.1 – O exílio como categoria política e as revistas como espaço de dissidência.....	84
2.2 – A dor de não estar: exílio, tragédia e fragmentação em <i>Encuentro de la Cultura Cubana</i> e <i>Revista Hispano-Cubana</i>	103
2.3 – O mundo não acaba no Malecón: exílio, possibilidade e identidade transterritorial..	121
3 - O exílio e os embates pela figura do intelectual em <i>Encuentro de la Cultura Cubana</i> e <i>Revista Hispano-Cubana</i>	140
4 – O fantasma totalitário: leituras do passado revolucionário e deslegitimação da Revolução	178
4.1 – <i>Encuentro de la Cultura Cubana</i> , <i>Revista Hispano-Cubana</i> e as leituras do recente passado revolucionário	178
4.2 – O fantasma totalitário e as formas de se deslegitimar a Revolução	196
Considerações Finais	228
Referencias documentais e bibliográficas.....	234

Introdução

A retomada dos diálogos entre os governos cubanos e estadunidenses no ano de 2015, seguida pela reabertura das respectivas embaixadas em Havana e Washington em 20 de julho do mesmo ano, causaram impacto na comunidade internacional. Desde a vitória da Revolução Cubana, em 1959, o belicismo norte-americano e o discurso radical das autoridades revolucionárias dificultaram ao extremo as relações entre ambos os países e criaram um clima de hostilidade.

Dentro dos Estados Unidos, a comunidade de cubanos exilados continuou sua luta contra a Revolução e constituiu um poderoso *lobby* político para conduzir a política externa estadunidense em relação à ilha, ao passo que, em Cuba, os exilados foram tratados como *gusanos* (vermes), contrarrevolucionários e amigos do imperialismo. A polarização entre o exílio, muitas vezes reduzido à comunidade conservadora de Miami, e os apoiadores da Revolução, compreendidos como militantes de esquerda cegos aos problemas da ilha, ignorou a complexidade dos grupos de exilados cubanos e seus posicionamentos perante o governo revolucionário. A grande mídia deu especial atenção aos influentes grupos conservadores da Flórida, ao passo que ignorou indivíduos e organizações dispostos a dialogar com as autoridades cubanas, assim como grupos de exilados fora dos Estados Unidos da América.¹

Este trabalho busca fugir desta perspectiva reducionista e problematiza o complexo exílio cubano. Ao analisar duas publicações de exilados cubanos na Espanha, nossa pesquisa aborda as diferentes formas de oposição ao governo revolucionário, as distintas propostas políticas colocadas como alternativas para a crise cubana dos anos 1990 e as conexões transnacionais entre a ilha e o exílio. Nosso objetivo é investigar como intelectuais cubanos exilados exerceram a crítica ao regime castrista por meio das páginas das revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*, ambas publicadas em Madrid na década de 1990, a primeira, próxima às esquerdas e à socialdemocracia europeia e a segunda, diretamente ligada à direita espanhola e ao

¹ GARCÍA, María Cristina. Hardliners v. “dialogueros”: Cuban exile political groups and United States-Cuba Policy. *Journal of American Ethnic History*, v. 17, n. 4, summer, 1998, p. 5.

neoliberalismo.² Analisamos como as revistas, espaços de sociabilidade intelectual, conformaram uma oposição ao governo socialista cubano, buscando perceber, comparativamente, como o tema do exílio nas duas revistas é mobilizado para criticar seu inimigo. Trataremos também do debate acerca do intelectual em Cuba e do intelectual exilado, fonte de legitimidade do discurso dissidente no exílio e das propostas políticas de cada revista para a ilha. Para abarcar os problemas indicados, delimitamos o recorte temporal entre 1996, data do surgimento de *Encuentro de la Cultura Cubana*, e 2002, momento em que Jesús Díaz, seu diretor, falece e data em que Guillermo Gortázar, fundador de *Hispano-Cubana*, afasta-se da direção da revista.

A revista *Encuentro de la Cultura Cubana*, publicada em Madrid, foi criada em 1996 pelo escritor e cineasta Jesús Díaz, intelectual que havia participado da Revolução Cubana por mais de 30 anos e que colaborou com a construção do meio cultural revolucionário. Seus colaboradores se dispuseram a pensar sobre a realidade da ilha e seu passado em seus aspectos políticos, culturais e econômicos, conferindo espaço a intelectuais de diversas gerações e nacionalidades. Embora sua linha editorial tenha criticado duramente o governo cubano e agregado indivíduos que se opunham a ele, *Encuentro* buscou se afastar da direita radical tradicionalmente localizada em Miami. Seu principal objetivo era superar as barreiras do exílio e a revista defendeu uma transição democrática em Cuba, o estabelecimento de um Estado de Direito, eleições livres, liberdade de expressão e uma abertura controlada da economia cubana ao mercado e capital estrangeiro. Após a morte de Jesús Díaz, em 2002, *Encuentro* foi dirigida pelo historiador cubano Rafael Rojas e pelo poeta de mesma nacionalidade Manuel Díaz Martínez. Em 2009, a revista encerrou suas atividades em meio à crise europeia.

A Revista *Hispano-Cubana* surgiu em 1998, também em Madrid, e foi criada por um deputado espanhol do Partido Popular, Guillermo Gortázar. *Hispano-Cubana* surgiu para superar as barreiras do exílio e fortalecer os laços existentes entre Cuba e Espanha. Assim como *Encuentro*, ela dedicou seu espaço para a reflexão dos vários aspectos da sociedade cubana. A Fundação Hispano-Cubana, instituição a qual a revista estava ligada, possui fortes vínculos com o Partido Popular espanhol. Foi criada por Gortázar a partir

² Iremos nos referir comumente às revistas como *Encuentro* e *Hispano-Cubana*. Todos os exemplares das revistas estão disponíveis em: <http://www.cubaencuentro.com/revista/revista-encuentro/> e <http://www.revistahc.org/>. Informamos ainda que possuímos todos os exemplares salvos em PDF. Optamos por fazer traduzir para o português as citações das revistas e todas as traduções são de inteira responsabilidade do autor.

de um pedido do ex-presidente José María Aznar para estabelecer contatos com a dissidência cubana. Fortemente ligada ao exílio cubano conservador, declaradamente neoliberal e anticomunista, A *Revista Hispano-Cubana* defendeu a democracia representativa, o Estado de Direito e a abertura total e irrestrita de Cuba ao capital e ao livre mercado. Guillermo Gortázar dirigiu a revista até 2002, quando a direção passou para o advogado espanhol Javier Martínez-Corbalán, que permaneceu no cargo até 2014, ano em que a revista encontrou seu fim.

Ambas as revistas se inseriram em um longo processo histórico do exílio cubano pós-revolucionário, iniciado em 1959. As comunidades cubanas no exterior, a partir desta data, cresceram continuamente, fruto da radicalização da Revolução e das ondas de emigração em busca de uma vida material melhor. No exílio, os cubanos se organizaram em diversos grupos políticos e muitos continuaram a se opor ao regime revolucionário. Criadas na década de 1990, momento de intensa crise econômica e política em Cuba, *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* congregaram variados opositores e se constituíram como espaço de sociabilidade para a dissidência cubana dentro e fora de Cuba.

Devido à extensão das fontes, exemplares que possuem entre 170 e 400 páginas, optamos pela leitura de textos que abordam os temas do exílio, do intelectual e da política em Cuba. Dada a natureza heterogênea e diversa das revistas, tal proposta exigiu um esforço de leitura das revistas em quase toda a sua extensão, uma vez que os assuntos frequentemente se mesclavam em seções que não puderam ser facilmente caracterizadas. A monumentalidade do trabalho em questão, o prazo para a pesquisa e as limitações humanas envolvidas no fazer historiográfico nos forçaram a deixar de lado partes inteiras das revistas dedicadas a dar notícias relacionadas a Cuba, a resenhar livros, a divulgar eventos culturais e a publicar as cartas dos leitores.

Como suporte para as fontes principais, valemo-nos de entrevistas, artigos e livros publicados pelos colaboradores das revistas, especialmente os textos disponibilizados nos websites das instituições que sustentaram os periódicos e as colunas do jornal *El País*, nas quais vários intelectuais cubanos se manifestaram. Em diálogo com estas fontes ligadas à dissidência, utilizamos informes oficiais do governo cubano e dos discursos de Fidel Castro como meio de compreender melhor o embate travado pelo exílio.

A análise de fontes e o recorte temporal proposto (1996-2002) levantam o questionamento sobre a possibilidade de se escrever uma história ainda presente. O imediatismo de nossa contemporaneidade, a velocidade das mudanças e das informações, a recepção intensa de novos fatos, a falta de distanciamento e proximidade com o objeto de análise serviram para que a chamada história do tempo presente fosse desqualificada enquanto área do conhecimento histórico. Até a criação na França do *Institut d'Histoire du Temps Présent*, em 1978, os historiadores mais ortodoxos urgiram para que seus colegas de profissão delegassem a tarefa aos sociólogos, politólogos e jornalistas, ignorando toda uma tradição de análise de tempos mais recentes já existente nos *Annales* e, se retornamos até a antiguidade, em Tucídides.

De fato, os obstáculos mencionados surgiram ao longo da pesquisa. Enquanto escrevíamos esta dissertação, eventos importantes forçaram a reavaliação do texto: em 2013 as leis migratórias cubanas foram revistas, em 2014 a *Revista Hispano-Cubana* encontrou seu fim, em 2015 o presidente estadunidense retirou Cuba da lista de países que apoiavam o terrorismo, iniciando um processo de reaproximação com a ilha, que culminou na reabertura da embaixada cubana em Washington no dia 20 de julho. O presente, efêmero e em constante transformação, obrigou o autor desta dissertação a rever suas análises e refletir sobre seu próprio método.

Entretanto, é o mesmo presente que *sempre* motivou a tarefa do historiador ou historiadora. A objetividade e imparcialidade completa no campo da história há muito foram colocadas em xeque, o recuo sempre foi uma construção daquele que analisa o objeto e a subjetividade nunca deixou de existir no estudo do passado. O fazer historiográfico *sempre* é presente e aí reside sua riqueza: o profissional da história diz mais sobre seu próprio tempo do que sobre um passado que deseja abordar. As escolhas teóricas, as opções de recortes temporais e documentais, as maneiras de se tratar as fontes e as opções por determinados objetos estão sempre marcados pelas perguntas e ânsias do presente; o passado é *sempre* revivido à luz do presente. A história, como disciplina e gênero narrativo, é mutável, não dá respostas definitivas e por esta razão consegue se constituir como saber crítico e produtivo.³ O argumento de um pretenso distanciamento como requerimento para a produção de conhecimento objetivo e crítico não é apenas falacioso, mas enviesado: aqueles que refutam a viabilidade da chamada história do

³ CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 14.

presente e se vangloriam do distanciamento de seus objetos temem as demandas por respostas advindas do presente, da história viva e pulsante, e, por isso, se refugiam no passado.

Escrever sobre a Revolução Cubana e o exílio é, no momento, fazer uma história do tempo presente. Embora possua etapas bem definidas e delimitadas, o processo plural, complexo e, muitas vezes, contraditório iniciado em 1953, continua vigente. Ao contrário daqueles que observam Cuba como um país estagnado no tempo, a ilha continua a se transformar e os cubanos continuam a construir sua Revolução, cujo rumo é indeterminado. Como observa Rioux, a história do presente nasce mais de uma impaciência social do que de um imperativo historiográfico.⁴ O mesmo se deu com as obras de história sobre a Revolução Cubana: o desejo de compreendê-la para se posicionar em sua defesa ou criticá-la motivou vários indivíduos a se entranhar em sua história.

A atualidade da Revolução Cubana e as paixões mobilizadas por ela não inviabilizam a análise histórica, mas constituem *oportunidades*. Os intensos debates cotidianos, as constantes notícias divulgadas por meios de comunicação cada vez mais tendenciosos e a circulação de informações na internet e nas redes sociais forçam o historiador a desconstruir fatos e processos sob a pressão do presente. O profissional da história é constantemente impelido a retornar às suas fontes, questionar seus métodos e reconstruir suas análises; sempre é obrigado a refutar as falácias, corrigir os anacronismos e construir uma narrativa verossímil para o público. A história do presente nos apresenta barreiras, mas nos permite buscar outros caminhos. O historiador do presente, longe de estar alienado, pode e deve conhecer as possibilidades, limites e subjetividades de sua tarefa, o que permite ao historiador se tornar mais consciente do fazer historiográfico. A partir deste posicionamento, o autor elaborou esta dissertação.

Optamos por elaborar as discussões conceituais ao longo da dissertação para propiciar uma leitura mais fluída e conciliá-las com a narrativa, de modo a fazer com que as fontes dialoguem permanentemente com a teoria. Este trabalho compreende as revistas como espaço de sociabilidade intelectual e de superação das barreiras impostas pelo exílio, além de inseri-las em uma vasta rede social permeada por conflitos, dos quais os periódicos seriam narradores, comentaristas e participantes. Partindo do princípio de que

⁴ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 46.

os conflitos pautam-se na troca de informações entre os grupos em luta, os periódicos, entendidos enquanto meios de comunicação, seriam importantes vetores de troca de mensagens para os atores envolvidos no embate.⁵ O estabelecimento dessas redes de intelectuais dentro e fora da ilha nos levaram a refletir sobre o *transnacionalismo* na cultura cubana contemporânea, compreendido como um conjunto de laços, posições em redes e organizações que atravessam os limites dos estados nacionais.⁶ A partir destas perspectivas, mostramos nos capítulos as composições de redes intelectuais por meio das revistas, a conformação de seus projetos editoriais, suas estruturas, contradições e impasses. Em todo este trabalho, analisamos como a condição exílica, experiência tomada por nós como transnacional, teve papel fundamental na composição das revistas, nas disputas dos intelectuais e na formulação de propostas políticas para a ilha.

O primeiro capítulo aborda as características de *Encuentro de la Cultura Cubana* e de *Revista Hispano-Cubana*, surgidas durante a conturbada década de 1990, período de intensa crise da Revolução Cubana. Neste capítulo, dedicamo-nos a compreender as transformações ocorridas na ilha ao longo do período e traçar a criação e o perfil das duas revistas, a trajetória de seus diretores, a composição de seus membros, as relações estabelecidas com o governo espanhol e com outros grupos do exílio, seu posicionamento político e sua oposição ao governo de Fidel Castro. Analisamos como *Encuentro de la Cultura Cubana*, fundada por um intelectual que colaborou por mais de 30 anos com o regime revolucionário, exerceu uma oposição mais progressista, em diálogo contínuo com as esquerdas, além de ter se afastado dos radicalismos da parcela conservadora dos exilados da Flórida. Também, veremos como *Revista Hispano-Cubana*, criada por um deputado espanhol do Partido Popular, se aproximou do exílio conservador, defendeu um projeto neoliberal e demonizou a Revolução Cubana.

O segundo capítulo analisa o exílio, suas representações e sua instrumentalização para criticar o regime cubano. Abordamos a discussão conceitual sobre o termo exílio e sua relação com o contexto cubano, apontando para sua estreita relação com um posicionamento de oposição ao governo. A seguir, tratamos de duas representações do exílio, uma que o define como experiência dolorosa e outra que o trata como possibilidade

⁵ BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1989.

⁶ BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Amsterdam: Gordon & Breach, 1994, p. 8.

de análise. Mostramos como os colaboradores de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* utilizaram estas representações para desafiar o discurso oficial das autoridades cubanas. Ainda neste capítulo, analisamos como ambas as revistas se constituíram como espaço de congregação de dissidentes e construíram uma rede de intelectuais que, além de se opor ao governo, tentaram superar as barreiras impostas pelo exílio. Ademais, ao refletirmos sobre a condição exílica e suas representações nas revistas, tratamos do aspecto transnacional contido nas mesmas e na sociedade cubana contemporânea, além de analisar como o transnacionalismo se configurou como instrumento de ataque ao nacionalismo revolucionário. Neste capítulo, utilizamos o transnacionalismo o como ferramenta de análise dos laços estabelecidos entre a ilha e o exílio, mas também maneira de qualificar uma percepção identitária estabelecida nas revistas que ultrapassa os limites geográficos dos Estados Nacionais, uma identidade que pretendeu abarcar dois ou mais espaços sem, entretanto, abdicar do referencial nacional, o que definimos como uma *consciência transnacional*. Ao refletir sobre a possibilidade de ser cubano fora de Cuba, os colaboradores de *Encuentro* e de *Hispano-Cubana* buscaram superar a dicotomia entre *dentro* e *fora* imposta pela condição exílica.

O terceiro capítulo analisa a figura do intelectual cubano e como as revistas travaram um embate pela definição da figura do intelectual cubano, suas características e funções. Ao fazê-lo, os colaboradores buscaram desqualificar o modelo de intelectual revolucionário e construir um arquétipo a partir do exílio, lutando pela posse do discurso intelectual, elemento que conferiria legitimidade aos discursos elaborados no exílio. Neste capítulo, mostramos como as revistas se posicionaram no cenário intelectual cubano ao longo da Revolução e como discutiram a política cultural do regime para refletir a situação da intelectualidade na ilha.

O quarto capítulo, e último, aborda os usos do passado nas revistas. Nele, discutimos como os colaboradores de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* se valeram do passado para criticar o presente da Revolução e desconstruir seu discurso de legitimação. As revistas utilizaram de forma vaga e imprecisa o termo *totalitarismo* e construíram uma imagem de uma ilha assolada por uma “ditadura totalitária” para desqualificar a experiência revolucionária e validar sua própria alternativa, a democracia representativa liberal.

Ao longo dos quatro capítulos, buscamos perceber alguns dos debates mais importantes entre os grupos de exilados cubanos e a pluralidade política existente entre os indivíduos no exílio, presente também nas duas revistas analisadas. Desta forma, acreditamos contribuir para os crescentes estudos no Brasil sobre o exílio cubano, suas características, conflitos, dilemas e expectativas.

1 – A Revolução em crise: o Período Especial em Tempos de Paz e o surgimento das revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*

1.1 - nova crise da Revolução e o Período Especial em Tempos de Paz

A derrubada da ditadura de Fulgencio Batista e a entrada dos guerrilheiros barbudos de Sierra Maestra em 1 de janeiro de 1959 em Havana marcaram a vitória do processo revolucionário iniciado em 1953 com o ataque ao quartel Moncada por Fidel Castro e seus companheiros, seguido pelo exílio no México e preparação da guerrilha iniciada em Sierra Maestra a partir de 1956. Desde seu primeiro ano no poder, a Revolução Cubana enfrentou os desafios impostos por aqueles que se opuseram aos seus ímpetus transformadores.

Dentro da ilha, os revolucionários combateram as guerrilhas contrarrevolucionárias que assolaram o país na década de 1960, derrotaram as invasões financiadas pelos Estados Unidos da América e resistiram aos atentados terroristas promovidos por grupos radicais no exílio. No exterior, os cubanos se aproximaram do bloco socialista para superar o bloqueio econômico estadunidense à ilha e apoiaram várias guerrilhas na América Latina para quebrar o isolamento político em que vivia a ilha desde sua expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1962. Os cubanos lutaram e foram derrotados nas guerrilhas promovidas na Bolívia e na Venezuela, concederam apoio político ao socialista Salvador Allende no Chile e deram suporte militar, econômico e técnico aos sandinistas na Nicarágua. O internacionalismo revolucionário foi mais além e tropas cubanas foram enviadas para o continente africano, onde lutaram na Etiópia e derrotaram as tropas do apartheid Sul-Africano na Angola.⁷

Frente às dificuldades, a Revolução Cubana mostrou incrível capacidade de superação e tenaz resistência. O regime instaurado em 1959 sobreviveu à invasão da Baía dos Porcos e à guerrilha do Escambray em 1961, à Crise dos Mísseis de 1962, ao bloqueio estadunidense e aos contínuos exílios e emigrações que privaram o país de grande parte de seus profissionais qualificados.⁸ Embora as privações e sacrifícios tenham feito parte

⁷ O internacionalismo revolucionário tomou corpo por meio da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL), organização fundada pela Primeira Conferência Tricontinental de Havana, em 1966, e pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), fundada em 1967, em Cuba, como parte de sua estratégia de internacionalização da Revolução.

⁸ Em 1961, a Baía dos Porcos foi invadida por exilados cubanos que receberam treinamento, equipamentos e apoio militar dos Estados Unidos. Pouco após a vitória dos revolucionários, as autoridades cubanas declararam o caráter socialista da Revolução. A Baía dos Porcos foi apenas um episódio protagonizado pela contrarrevolução. Até 1966, Cuba viveu um período de intenso conflito civil contra dissidentes e exilados,

do cotidiano na Cuba revolucionária, a crise instaurada nos anos 1990 foi algo sem precedentes na história da ilha e ameaçou solapar tudo que a Revolução construiu.

Para compreendermos esta crise que assolou o país é necessário retornarmos brevemente ao período anterior. A partir da década de 1970, a União Soviética se tornou o maior parceiro econômico da ilha e seu sustentáculo na construção do socialismo. Os cubanos haviam tentado desenvolver um socialismo próprio, alheio aos dogmatismos do Leste Europeu e afastado do autoritarismo soviético, ao passo que também buscaram superar o subdesenvolvimento e a dependência econômica que caracterizaram o país durante sua história independente, além de construir uma consciência revolucionária. Em 1968, o governo lançou a Ofensiva Revolucionária: banii a propriedade privada e o trabalho autônomo, nacionalizou as pequenas propriedades, reforçou o modelo de trabalho voluntário e apostou em uma grande centralização das atividades econômicas e incentivos morais como forma de ampliar a produtividade e criar uma consciência revolucionária socialista entre a população.⁹ Através do voluntarismo, a Revolução pretendeu deixar para trás o caos e a desestruturação econômica presentes no princípio sem recorrer ao planejamento soviético e seu socialismo de mercado.

Em 1969, o governo estabeleceu uma meta de 10 milhões de toneladas para a colheita de cana-de-açúcar e exortou os trabalhadores a darem seu máximo para atingir o objetivo, cujo dinheiro seria utilizado para libertar Cuba de sua dependência e ampliar o processo de industrialização da ilha, como parte da Ofensiva Revolucionária. Apesar dos descomunais esforços, a meta não foi cumprida e apenas 8 milhões de toneladas foram colhidas. A Ofensiva Revolucionária e o desafio à ortodoxia haviam fracassado. Os cubanos não fracassaram apenas em obter os recursos necessários para se emancipar da produção do açúcar, mas também falharam em criar a consciência desejada para formar

os chamados *alzados*, que organizaram guerrilhas, sobretudo na região de Escambray, com amplo apoio estadunidense. Em 1962, a Revolução passou por um episódio extremamente delicado, a Crise dos Mísseis. A pedido das autoridades cubanas, a União Soviética concordou em instalar uma plataforma nuclear em Cuba para a defesa da ilha. O serviço de inteligência estadunidense descobriu os navios que carregavam as ogivas e, após tensas negociações, os soviéticos concordaram em abortar o plano e os Estados Unidos garantiram que não invadiriam a ilha. Sobre a Invasão da Baía dos Porcos, ver GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.218-224.

⁹<http://www.cubaencuentro.com/cuba/articulos/la-ofensiva-revolucionaria-de-1968-44-anos-despues-275328>. Acesso em: 02/07/2015. O discurso de Fidel Castro sobre a Ofensiva Revolucionária está disponível em <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1968/esp/f130368e.html>. Acesso em: 02/07/2015.

o novo cidadão revolucionário. A abstenção nos postos de trabalho chegou a 20% e mesmo a 50% e o fervor que mobilizou as massas esvaneceu.¹⁰

O malogro aproximou ainda mais Cuba e União Soviética. As autoridades cubanas já haviam começado este processo, ainda que permeado por tensões, e deram um importante passo neste sentido ao apoiar a invasão soviética à Tchecoslováquia em 1968, acusando os tchecos de revisionistas e dissidentes ideológicos. Após o fracasso econômico, os cubanos se voltaram para a experiência russa, progressivamente estabeleceram um modelo de socialismo de mercado e reestruturaram sua economia de modo a acoplá-la ao bloco comunista do Leste Europeu. Cuba passou a integrar o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) e reafirmou sua dependência da exportação de açúcar. Os soviéticos compravam este produto por ótimos preços e forneciam petróleo, equipamentos e máquinas aos cubanos por custos baixos. Os insumos soviéticos propiciaram a Cuba os meios necessários para ampliar o estado de bem estar social e potencializar os avanços já iniciados nas áreas de saúde e educação de maneira sem precedentes em sua história. Os cubanos se afastaram da concepção voluntarista e de incentivos morais proposta por Che Guevara e adotaram os incentivos materiais dos russos.¹¹

Politicamente, o governo cubano se acercou das estruturas soviéticas. A Constituição de 1976, que criou o modelo da democracia representativa socialista da ilha, fundamentou-se na experiência europeia. A institucionalização promovida ao longo da década de 1970 apareceu como uma maneira de formalizar práticas e associações surgidas durante o fervor revolucionário inicial.¹² No campo ideológico e da cultura, como veremos no terceiro capítulo, a ortodoxia marxista-leninista ganhou espaço e o autoritarismo se fez mais presente na ilha ao longo da primeira metade da década de 1970, marcada por maior intolerância, censura e marginalização. Os revolucionários cubanos abandonaram a tentativa de construção de um socialismo autônomo para se apoiar na experiência soviética e diminuíram o experimentalismo inicial da Revolução em nome de maior ordem e estabilidade. A Revolução escolheu um caminho no qual reafirmou as hierarquias e a centralidade do Partido, buscou normatizar o comportamento de seus

¹⁰ PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The Cuban Revolution: origins, course and legacy*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 115.

¹¹ Idem, p. 120.

¹² Idem, p. 121-122.

cidadãos e abriu pouco espaço para que as decisões importantes fossem amplamente debatidas entre a sociedade.

A chegada de Gorbachev ao poder na União Soviética em 1985 estremeceu as relações entre Cuba e seu principal aliado. A transparência proposta pelo líder russo e a abertura política e econômica ao Ocidente foram mal vistas por uma ilha constantemente ameaçada pelo gigante estadunidense e por um belicoso Ronald Reagan. Os cubanos responderam em 1986 ao revisionismo de Gorbachev com a campanha de Retificação de Erros e Tendências Negativas, com a qual esperavam diminuir a dependência externa, especialmente de alimentos importados, e retomar os incentivos morais guevaristas, além de centralizar o comando da economia. Ademais, o governo aboliu iniciativas bastante populares, como os mercados livres de agricultores e os mercados de artesanato.¹³

Cuba não era mais tão importante para a URSS como no passado. Seu valor estratégico era irrisório para um líder que abertamente buscava manter a paz com os Estados Unidos e sua imensa distância geográfica constituía mais uma dificuldade. Economicamente, a ilha era um empecilho: seu açúcar era demasiado caro para o mercado internacional, o petróleo subsidiado e a ajuda econômica eram custosos aos cofres soviéticos e o socialismo cubano era construído com alimentos importados a baixos preços da Europa. Gorbachev anunciou que esta relação econômica deveria acabar e que os produtos russos seriam pagos em dólares estadunidenses. Já em fins da década de 1980, a economia cubana diminuiu seu ritmo de crescimento.¹⁴

Os anos de 1989 e 1990 anunciaram o princípio do triste porvir de Cuba. A queda do Muro de Berlim e o progressivo desmanche do bloco socialista no Leste Europeu diminuíram o número de aliados que a ilha possuía, assim como seus parceiros comerciais. Em 1990, os sandinistas foram derrotados nas eleições presidenciais e Cuba perdia um regime amistoso no qual havia investido tantos esforços e recursos.¹⁵ Com o enfraquecimento e recuo das esquerdas latino-americanas e o avanço implacável do neoliberalismo, os cubanos ficaram cada vez mais isolados. Frente ao imperialismo

¹³ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 307-311.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Em uma tentativa de superar o isolamento político a que estava submetido, o governo cubano apoiou abertamente os revolucionários sandinistas com dinheiro, equipamentos, treinamento e conselhos.

renovado dos Estados Unidos, que havia invadido o Panamá, Cuba viu os soviéticos retirarem seu último contingente militar na ilha no ano de 1991.¹⁶

O início da crise se deu em 1990. Os russos cumpriram suas promessas de alterar as relações com Cuba e diminuíram drasticamente seu apoio até cessá-lo por completo. O petróleo barato fornecido pelos soviéticos diminuiu de 13 milhões de toneladas em 1989 para 9,9 milhões em 1990 e 5,3 milhões em 1993. O açúcar cubano, vendido anteriormente por 602 dólares a tonelada no mercado mundial, diminuiu para 277 dólares em 1990 e 200 dólares em 1992. Os laços econômicos estreitos criados por Cuba com o COMECON, cerca de 85% de todas suas trocas, forjaram uma nova relação de dependência entre a ilha e uma potência, a União Soviética. Os revolucionários de Sierra Maestra dependiam dos russos para obter 63% de seus víveres e 80% de sua maquinaria. Agregado a isso, estava o fato dos soviéticos comprarem 63% de seu açúcar e 73% de seu níquel, os produtos de maior exportação de Cuba. A diminuição dos subsídios e dos preços pagos pelas exportações cubanas, a redução das divisas da ilha e a necessidade de se pagar em dólar pelos produtos russos foram uma catástrofe para a economia.¹⁷

A capacidade de importação caiu em 70% entre 1989 e 1992 e a receita gerada pelo açúcar despencou de 4,3 bilhões de dólares em 1990 para 757 milhões em 1993. O apoio financeiro recebido da União Soviética desapareceu com o seu fim, de 3 bilhões de dólares em 1989 para 0 em 1992. Isto implicou em uma redução do PIB cubano em 2,9% em 1990, 10% em 1991, 11,6% em 1992 e 14,9% em 1993. A compra de mantimentos no exterior caiu pela metade, a importação de combustível em 72% e a exportação total de produtos cubanos em 76%.¹⁸ Entre esses anos, a economia cubana encolheu 40%.¹⁹ A modesta indústria cubana não conseguiu manter seus já limitados padrões de produção devido às restrições energéticas e falta de componentes adicionais para os maquinários defeituosos. O cultivo do açúcar despencou com a falta de competitividade encontrada no mercado internacional e devido aos equipamentos que se tornavam ultrapassados. O governo cubano deslocou milhares de trabalhadores das lavouras, fechou várias usinas e manteve apenas aquelas mais produtivas. Em 1991, a produção do açúcar era de 8,1

¹⁶ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 307-311.

¹⁷ Idem, p. 322.

¹⁸ Idem, p. 323-324.

¹⁹ PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 292-293.

milhões de toneladas. Em 1995, apenas 3,3 milhões foram produzidas, o valor mais baixo em 50 anos.²⁰

Esta foi a pior crise econômica e social da história de Cuba. A subnutrição voltou a ser uma realidade na ilha. Suas cidades deterioraram, os apagões eram constantes em Havana e o transporte público quase cessou. Com o fechamento de um grande número de fábricas e a realocação da mão de obra, quase 20% da população perdeu seu emprego e passou a exercer outras atividades. A emigração pareceu a milhares de cubanos o único meio de superar as dificuldades e as balsas começaram a atravessar o estreito da Flórida para fugir da crescente miséria.

O empobrecimento da ilha enfraqueceu o discurso do governo revolucionário que se jactava de tirar milhões de cubanos de uma situação precária e de ter fornecido melhores níveis de vida para sua população. As duras condições que se estabeleceram em Cuba levaram alguns *habaneros* mais velhos na ilha e no exílio a voltarem sua memória para o passado pré-revolucionário de maneira nostálgica e lembrarem de tempos menos difíceis. Muitos cubanos mais jovens, que não tinham visto ou experimentado a imensa transformação propiciada pela Revolução, não foram tocados pela retórica das autoridades que glorificava os feitos do passado. Embora a maioria da população ainda apoiasse o regime, o descontentamento e a dissidência interna cresceram.

O fim da Revolução e a queda do governo de Fidel Castro pareciam iminentes. Os grupos mais conservadores e ferrenhos anticomunistas de exilados da Flórida se deliciaram com a possibilidade de derrotar seu histórico inimigo e com a certeza de retornar à ilha que lhes foi tomada. A euforia tomou conta do exílio e inúmeros grupos de pesquisa e debates surgiram para discutir a transição cubana, a democracia que se instalaria na ilha, a devolução das propriedades aos antigos donos, a reestruturação da economia do país e o futuro pós-castrista de Cuba.

Entretanto, estes exilados não se contentaram em esperar a derrocada final do comunismo cubano, mas se esforçaram para acelerar um processo que tomavam como certo. O historiador cubano Rafael Rojas apontou que a partir de 1992, após a queda do Muro de Berlim e da desintegração da União Soviética, a oposição cubana deixou de lado a escolha militar para derrotar Castro, e decidiu adotar então novas modalidades como a

²⁰ PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 294.

pressão comercial, migratória e diplomática a favor de uma democratização do regime cubano, apoiando a constituição de uma dissidência pacífica na ilha.²¹ Os exilados de Miami abandonaram o financiamento de guerrilhas contrarrevolucionárias e a prática de atentados terroristas e resolveram se valer da força estadunidense para pôr fim ao governo cubano. Eles criaram um poderoso lobby personificado na Fundação Nacional Cubano-Americana e na figura de Jorge Más Canosa destinado a pressionar o congresso dos Estados Unidos por medidas mais duras em relação a Cuba.²² Seu poder econômico, sua influência através dos jornais *Miami Herald* e *Nuevo Herald* e sua capacidade de angariar votos na Flórida, possibilitaram não apenas que encontrassem políticos no Congresso dispostos a apoiá-los, mas que também elessem seus próprios candidatos. O exílio conservador logrou em vários momentos ditar a política externa estadunidense no que tocava o tema cubano.

O principal instrumento de combate destes grupos era o bloqueio estadunidense, existente desde 1960, para as exportações para Cuba, com exceção de alimentos e remédios, e expandido em 1962 para praticamente todos os produtos.²³ Em 1992, o governo estadunidense atualizou a lei que regulamentava o bloqueio através do *Cuban Democracy Act*, conhecido como Lei Torricelli. A medida buscou sufocar Cuba através do reforço do bloqueio.

A Lei Torricelli proibiu os navios engajados no comércio com Cuba de entrar em portos estadunidenses por seis meses; extinguiu de vez o comércio de comida, remédios e suprimentos médicos e proibiu que filiais de companhias estadunidenses instaladas em outros países comercializassem com a ilha. A ideia era impedir que os cubanos conseguissem alternativas comerciais após a saída dos russos de modo a aprofundar a crise na ilha e intensificar o descontentamento a ponto da governabilidade se tornar insustentável.

Além de dificultar as trocas comerciais de Cuba, a lei limitou drasticamente as remessas de dinheiro enviadas dos Estados Unidos para a ilha e o número de viagens de

²¹ ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 13.

²² Trataremos da Fundação Nacional Cubano-Americana e de Más Canosa mais adiante, no segundo capítulo.

²³ Uma boa síntese das sanções econômicas a Cuba foi feita pelo Peterson Institute for International Economics. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/sanctions-cuba-60-3.pdf>. Acesso em: 19/05/2015.

cubano-americanos para a mesma. Washington e a comunidade conservadora de Miami sabiam que uma grande parcela dos cubanos exilados nos Estados Unidos, após os anos 1980, não apoiavam o bloqueio, ainda possuíam amigos ou familiares em sua terra natal e contribuía para amenizar sua condição com o envio de preciosos dólares além de levar roupas e medicamentos em suas bagagens pessoais durante visitas.²⁴

Por um lado, a Lei Torricelli colaborou para o aumento da crise econômica, por outro, ela concedeu assistência à dissidência interna em Cuba. Ao invés de apoiar governos ou movimentos armados de oposição, os Estados Unidos colocaram seus esforços em fomentar organizações não-governamentais, a chamada *Track II Diplomacy*.²⁵ Em Cuba, o governo estadunidense, com apoio do exílio conservador, estabeleceu contato com grupos dissidentes e financiou a atividade dos mesmos. A Sessão de Interesses dos Estados Unidos em Havana criou uma rede informal entre seu governo e os opositores cubanos, promovendo encontros e fornecendo dinheiro a jornalistas “independentes”. Fora da ilha, as organizações de exilados fizeram repercutir as atividades da dissidência interna.

A Lei Torricelli não foi a única agressão dos Estados Unidos a Cuba na década de 1990. A *Cuban Liberty and Democratic Solidarity (Libertad)*, popularmente conhecida como Lei Helms-Burton, foi ainda mais virulenta. A Lei havia sido proposta pelos republicanos Jesse Helms e Dan Burton em 1995. Originalmente, Bill Clinton se mostrou receoso em aprová-la, mas um incidente entre o governo cubano e um grupo de exilados forçou o presidente a fazê-lo. Em 1996, o governo cubano derrubou dois aviões dos Irmãos ao Resgate, uma organização de Miami que patrulhava o estreito da Flórida em busca de imigrantes à deriva. Após invadir o espaço aéreo da ilha, os pilotos receberam vários avisos da força área cubana e após ignorá-los foram abatidos. Pressionado pelo lobby cubano e pela opinião pública no momento, Clinton cedeu e poucos meses depois a lei foi assinada.²⁶

²⁴ A lei está disponível em: <http://web.archive.org/web/20041108140907/http://www.treasury.gov/offices/enforcement/ofac/legal/statutes/cda.pdf>. Acesso em: 01/08/2015.

²⁵ *Track II Diplomacy* se refere aos contatos e negociações estabelecidos com agentes não-governamentais.

²⁶ O lobby cubano congrega vários grupos de exilados cubanos e seus descendentes que se opõem firmemente ao governo de Fidel Castro, como a *Cuban American National Foundation*, *Congressional Cuba Democracy Caucus*, *Center for a Free Cuba*, *US-Cuba Democracy PAC* e *Cuban Liberty-Council*. Predominantemente conservador, o lobby se vale de seu imenso poderio econômico e capacidade de mobilização de cubanos-americanos no estado da Flórida para pressionar o governo federal por maior endurecimento com Cuba. Uma excelente referência sobre o assunto é GARCÍA, María Cristina. *Havana*

À primeira vista, a Lei Helms-Burton expandia as sanções àqueles que continuavam a comerciar e prestar apoio a Cuba. Ela proibiu produtos que possuíam açúcar importado do país, assim como a entrada nos Estados Unidos de indivíduos que participaram de negócios que envolviam as antigas propriedades de cidadãos estadunidenses expropriados pela Revolução e também ameaçou eliminar o apoio a países que prestaram assistência ao governo de Fidel Castro. Além destes elementos, ela carregava em si uma concepção claramente imperialista.

A proposta de Jesse Helms e Dan Burton estendia a legislação estadunidense à esfera internacional. Além de permitir ao governo apoiar a dissidência interna, a lei colocava uma transição democrática como exigência para o levantamento do bloqueio econômico. Os Estados Unidos concederam a si próprios o direito de ditar como se daria esta transição, fundamentada na permissão de toda atividade política, na dissolução do aparato de segurança, na libertação dos prisioneiros políticos e na organização de eleições livres.

O governo eleito democraticamente que substituiria o regime autoritário cubano deveria se direcionar rumo a uma economia de mercado e devolver as propriedades expropriadas de cidadãos estadunidenses.²⁷ A lei Helms-Burton designava que as futuras eleições organizadas nos instantes finais do governo revolucionário não poderiam incluir como candidatos Fidel ou Raúl Castro. Para fortalecer a medida, o Congresso aprovou que os presidentes estadunidenses não poderiam revogar o bloqueio, apenas ajustá-lo, e a capacidade de acabar com o mesmo residiria no próprio Congresso, espaço altamente propício às manobras dos lobistas cubano-americanos. A Lei Helms-Burton reafirmava o imperialismo norte-americano sobre Cuba e ameaçava a autonomia e a soberania nacional cubana ao pretender gerenciar questões internas da ilha.

Frente à pior crise econômica da história cubana, isolamento e renovada agressão dos Estados Unidos, o governo cubano reconheceu a necessidade de se transformar para não perecer. Para tanto, as autoridades fizeram pequenas mudanças na estrutura da

USA: Cuban exiles and Cuban Americans in South Florida, 1959-1994. University of California Press, 1998 e GARCÍA, María Cristina. Hardliners v. “dialogueros”: Cuban exile political groups and United States-Cuba Policy. *Journal of American Ethnic History*, v. 17, n. 4, summer, 1998, p. 3-28. Além da vasta descrição e análise dos grupos exilados conservadores e suas conexões políticas, a autora abordou também grupos progressistas dispostos a dialogarem com Havana.

²⁷ Neste quesito, a lei funcionava retroativamente. Embora alguns estadunidenses tenham perdido propriedades para o governo revolucionário, a lei foi feita para reaver as propriedades de cubanos que partiram da ilha e, portanto, não eram ainda cidadãos dos Estados Unidos.

economia, abriram de maneira controlada a ilha ao mercado e revitalizaram seu corpo político. Louis Pérez afirma que a resposta cubana passou por uma rigidez ideológica com ajustes pragmáticos, reformas econômicas com repressão política.²⁸

O governo agiu rapidamente para evitar que a crise deteriorasse a precária estabilidade da ilha nos anos 1990. As Leis Torricelli e Helms-Burton visaram politizar a fome em Cuba e os revolucionários sabiam que a única maneira de evitar uma revolta generalizada era através da estabilização econômica e conscientização política. Já em 1990, Fidel Castro explicou as mudanças que seriam implementadas em uma condição peculiar, chamada de Período Especial em Tempos de Paz:

[...] Pode haver outras formas de agressão para as quais nós devemos nos preparar. Nós chamamos o período de bloqueio total de ‘Período Especial em Tempos de Guerra’, mas agora temos que nos preparar para todos estes problemas e inclusive fazer planos para um Período Especial em Tempos de Paz

O que significa Período Especial em Tempos de Paz? Que os problemas de ordem econômica foram tão sérios pelas relações com os países da Europa oriental, ou puderam, por determinados fatores ou processos na União Soviética, ser tão graves, que nosso país teve que afrontar uma situação de abastecimento extremamente difícil. [...] Devemos prever qual é a pior situação a que se pode submeter-se um país em um Período Especial em Tempos de Paz e o que devemos fazer neste caso. Sob estas premissas, estamos trabalhando intensamente.²⁹

Contra sua vontade, o governo cubano iniciou as reformas. Cuba precisava superar o isolamento, diminuir a dependência de sua decadente produção açucareira e criar alternativas para angariar dinheiro. A solução proposta foi abrir setores estratégicos da economia, encontrar investidores dispostos a modernizar a infraestrutura da ilha, diversificar a produção interna, arrecadar dólares para pagar as importações, diminuir a máquina estatal e a participação do Estado em algumas áreas da economia.

O Estado cubano aboliu seu monopólio sobre o comércio exterior e permitiu o investimento estrangeiro em algumas áreas. A propriedade privada foi reinstituída para empresas parceiras do Estado que poderiam contratar executivos estrangeiros e repatriar os lucros em moeda estrangeira, além de receberem grande isenção de impostos. A contratação de outros funcionários ficaria a cargo do Estado, que também possuía a

²⁸ PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 302.

²⁹ Discurso de Fidel Castro, 28 de janeiro de 1990. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1990/esp/f280190e.html>. Acesso em: 21/02/2015.

responsabilidade de receber seu salário e transferi-lo para os trabalhadores. O número de empreendimentos conjuntos cresceu de 2 em 1990 para 112 em 1993.³⁰

Ao mesmo tempo, o incremento do fluxo de turistas reavivou a imagem de uma antiga república voltada para os estrangeiros e de um país que não pertencia aos seus cidadãos. Em um momento de extrema privação, os cubanos conviveram com turistas mais prósperos e que possuíam condições de desfrutar mais de seu país que eles próprios: até o ano de 2008, hotéis e serviços voltados para turistas eram proibidos aos cubanos. O impacto foi tremendo. Em seus princípios, a Revolução buscou integrar seus cidadãos a um país extremamente excludente e permitir que os cubanos aproveitassem o que este tinha a oferecer. Uma de suas primeiras medidas foi nacionalizar as praias e os hotéis para eliminar a segregação imposta por seus antigos donos. Na década de 1990, a Revolução caminhou na contramão, voltou limitar o acesso a lugares destinados a turistas e passou a privilegiar estes devido à necessidade de fortalecer o setor turístico.

A ideia do governo era apoiar o capitalismo estrangeiro para defender o socialismo dentro da ilha. Para tanto, as autoridades pretenderam criar um espaço isolado no qual os investimentos externos contribuiriam para que o governo arrecadasse dinheiro e o direcionasse para áreas fundamentais da sociedade cubana. O investimento em áreas demarcadas pelo governo se restringiu a estrangeiros e os cubanos ficaram à margem deste processo. Entretanto, a melhora esperada foi limitada e a progressiva intervenção estrangeira penetrou em vários aspectos da vida na ilha, elementos que obrigaram o governo a alterar suas estruturas internas.³¹

O primeiro passo foi a legalização do dólar em 1993, moeda que já circulava ilegalmente em uma ilha cheia de turistas e era utilizada no mercado paralelo. Cuba sofria com a falta de dólares para o comércio, com o desequilíbrio monetário e com a expansão do mercado negro, ao qual os cubanos recorriam para obter bens indisponíveis em um período de extremo racionamento. Desta maneira, o governo esperava manter a preciosa moeda dentro da ilha. Para recuperar os dólares circulantes no mercado negro, foram criadas casas de câmbio e uma moeda especial, o *Cubano Convertible* (CUC) e mercados legais nos quais o dólar poderia ser utilizado. A legalização do uso do dólar foi um duro golpe para a Revolução, contribuiu para o aumento das diferenças entre os cidadãos e

³⁰ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 326.

³¹ Idem.

minou o discurso igualitário sobre o qual as autoridades cubanas construía sua legitimidade.

Se por um lado a circulação e captação de dólares contribuíram para aumentar as divisas necessárias para o comércio internacional, elas também apontaram para uma nova contradição na sociedade revolucionária, o reaparecimento da desigualdade social. Aqueles que não possuíam familiares no exterior ou não estavam envolvidos em atividades ligadas ao turismo ficaram à margem da crescente economia do dólar, moeda fundamental para trocas no mercado negro e para se ter acesso a diversos produtos.

A dolarização parcial da economia foi acompanhada de um enxugamento da máquina pública. As forças armadas cubanas sofreram grandes cortes e sua principal função passou a ser a produção de comida para o próprio sustento e auxílio na administração do Estado, o que lhes concedeu novo prestígio político. O governo cubano diminuiu os quadros do Partido Comunista e transferiu vários de seus funcionários para áreas produtivas. O Estado demitiu vários de seus funcionários ou os realocou para outras atividades.³² Ao mesmo tempo, em 1993, promulgou-se uma lei que reintroduzia o trabalho autônomo em Cuba. Pequenos negócios foram abertos para a iniciativa privada no setor de prestação de serviços e os cubanos voltaram a poder exercer atividades econômicas por conta própria. As listas de atividades permitidas foram progressivamente ampliadas. Profissões que permitiam alguma forma de acesso ao dólar foram as mais buscadas entre a população e, em especial, o número de pequenos restaurantes cresceu. Desde 1968, o trabalho autônomo havia sido legalmente excluído da ilha, assim como bares e restaurantes tinham sido fechados. A crise forçou a Revolução a reinstalar práticas e atividades antigas.

A agricultura também passou por reformulação. O governo fechou vários engenhos pouco produtivos e realocou a mão de obra. O açúcar logo passou a contribuir menos para a economia nacional. O Estado diminuiu suas propriedades e fazendas e estabeleceu maior número de cooperativas, as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC). A posse da terra continuava a ser estatal e o governo ainda ditava as formas de comercialização, os preços do mercado, fixava as cotas e financiava as atividades das cooperativas, mas a administração, a distribuição interna do dinheiro e as decisões do que fazer com a terra passaram para as próprias UBPCs e suas lideranças eleitas. Essa

³² PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 294.

autonomia relativa logo ganhou espaço e 2/3 das terras estatais foram distribuídas às cooperativas.³³ Os mercados agrícolas foram reabertos e o governo incentivou a produção de variados produtos, o que contribuiu para que a escassez de víveres diminuísse.

Lentamente, a economia cubana começou a se recuperar, o PIB voltou a crescer e os investimentos estrangeiros cresceram, apesar dos bloqueios.³⁴ O programa de reformas econômicas do governo cubano foi executado de forma impositiva. Embora a população estivesse ciente das mudanças propostas e fosse bem informada pelos seus representantes, ela não participou de seu processo de definição. As transformações políticas ocorridas na ilha, ao longo da década de 1990, mantiveram traços hierárquicos e autoritários construídos no processo revolucionário.

As reformas políticas deste período buscaram criar maior permeabilidade no sistema representativo cubano. Os Conselhos Populares foram introduzidos em 1991 para incentivar a participação da população na política local e aproximá-la de seus delegados e deputados. Em 1992, com a reforma da constituição, a Assembleia Nacional passou a ter seus deputados eleitos de maneira direta. Ricardo Alarcón, presidente da Assembleia Nacional entre 1993 e 2013, buscou aperfeiçoar o modelo político cubano de maneira autônoma, forjar uma democracia participativa e criar uma experiência propriamente cubana.³⁵

O Partido Comunista de Cuba, a principal força política organizada da ilha, também passou por uma profunda alteração. Em finais dos anos 1980 e princípios de 1990, o Partido passou por uma grande depuração de seus membros e uma intensa renovação. Diferentemente da experiência no Leste Europeu, onde a burocracia do Partido Comunista era composta majoritariamente por indivíduos mais velhos, o Partido Comunista de Cuba buscou trazer membros jovens para suas fileiras, incorporou-os em sua máquina administrativa e lhes concedeu cargos importantes. O número de filiados ao PCC cresceu imensamente: entre 1992 e 1997, cerca de 46.000 pessoas por ano

³³ PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 306.

³⁴ O economista cubano Carmelo Mesa-Lago aponta para as dificuldades de se analisar a economia da ilha, desde a falta de dados e a inconsistência dos mesmos até as estatísticas forjadas pelas próprias instituições cubanas. Mesa-Lago questiona as informações oferecidas pelo Estado cubano, ao mesmo tempo em que reconhece que os padrões utilizados para análise econômica oferecidos pelas economias capitalistas encontram barreiras ao se deparar com o caso cubano. Cf.: MESA-LAGO, Carmelo. Cuba en el Índice de Desarrollo Humano en los 90: caída, rebote milagroso y exclusión. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 23, invierno, 2001-2002, p. 89-104.

³⁵ Discutiremos no quarto capítulo o desenho institucional cubano, suas limitações e mecanismos centralizadores.

ingressaram em suas fileiras e em 1997 aproximadamente 30% dos membros do Partido haviam se filiado após o ano de 1991.³⁶ As autoridades cubanas ampliaram seus quadros partidários para estimular a mobilização ao longo das dificuldades esperadas, além de envolver a população no processo de transformação política que se passava na ilha.

Ainda que as principais figuras pertencessem ao MR-26 ou aos quadros comunistas mais antigos, Cuba não era governada apenas por anciãos. 60% do Comitê Central do Partido era composto por novos membros mais jovens, assim como 50% do Conselho de Estado.³⁷ O Partido também passou a aceitar oficialmente membros praticantes de religiões, garantindo maior diversidade dentro de seu grupo, prática proibida anteriormente.

Porém, o número de integrantes do Comitê Central do Partido Comunista diminuiu a partir de 1997, após profunda reformulação ao longo da década. Isto ocorreu devido à necessidade de diminuir os gastos do Estado, mas também indica a vontade das autoridades de diminuir o papel da burocracia do Partido dentro da sociedade cubana, ainda que Fidel e Raul Castro mantivessem o poder e a palavra final.³⁸ Associado a isto, o Estado cubano ampliou a gama de participação de sua sociedade em diversas instituições ao eliminar requisitos de filiação partidária.

As mudanças políticas possibilitaram maior flexibilização da sociedade cubana e diminuíram o controle do Estado, embora este tenha centralizado o processo. As discussões acerca das transformações da ilha ocorreram de maneira disseminada dentro da sociedade cubana, mas as tomadas de decisões aconteceram dentro da elite partidária e excluíram a população. Esta espécie de “democracia guiada ou controlada” ajudou a população a compreender o momento histórico em que vivia, mas reiterou a hierarquia e o paternalismo já existentes no país.

A deterioração da economia, o enfraquecimento do discurso oficial e a instabilidade política abriram espaço para o surgimento de uma nova oposição interna na ilha, chamada comumente de dissidência. Insatisfeitos com o empobrecimento e a forma como as mudanças eram guiadas pelo governo, vários cubanos decidiram enfrentá-lo

³⁶PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The Cuban Revolution: origins, course and legacy*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 182.

³⁷ PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 306.

³⁸ Idem, p. 307 e PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The Cuban Revolution: origins, course and legacy*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 182-183.

abertamente. A oposição e a dissidência sempre existiram desde a vitória da Revolução, mas o fenômeno dos anos 1990 era novo. Grande parte dos dissidentes não desejava partir de Cuba e continuar sua luta no exílio, mas permanecer na ilha e construir uma oposição interna afastada da interferência estadunidense. Eram mulheres e homens descontentes com a Revolução, formados dentro dela, altamente qualificados em suas atividades, sem acesso ao dólar e duramente atingidos pela crise.

Estes indivíduos exigiam o direito de participar das transformações de um país que mantinha limitada a participação pública. A crise, a permanência da censura, da repressão e da intolerância governamental foram fatores decisivos para que se constituísse uma nova oposição em Cuba. Em 1997, um grupo de cubanos publicou um documento chamado *La Patria es de Todos*, uma análise do Quinto Congresso do Partido Comunista de Cuba, que criticou arduamente a política econômica adotada pelo governo. Insatisfeitos com o ritmo da mudança, eles propuseram que esta fosse acelerada e defenderam a participação de cubanos em investimentos nas áreas estratégicas designadas pelo governo.³⁹ Assinado por Vladimiro Roca, filho de Blas Roca, um dos fundadores do Partido Comunista, Felix Bonne Carcasses, René Gómez Manzano e Martha Beatriz Roque Cabello, o documento também criticava a leitura do passado feita pelo governo revolucionário, mas reconhecia o peso do imperialismo estadunidense sobre a ilha desde o século XIX. Os assinantes não clamavam pela derrubada do governo, mas pediam ao Partido Comunista que iniciasse um processo mais democrático, respeitasse os Direitos Humanos e abrisse a economia para evitar a convulsão social e o surgimento de uma oposição violenta.

Vladimiro Roca serviu por dez anos nas Forças Armadas cubanas e trabalhou como economista para o Estado até 1992, quando foi despedido por ser considerado um opositor. No ano de 1996, Vladimiro fundou o Partido Socialdemocrata de Cuba (PSC) e formou o Grupo de Trabalho da Dissidência Interna com os indivíduos citados e juntos promulgaram o documento *La Patria es de Todos*. Todos os colaboradores foram presos em 1997 e julgados em 1999, acusados de praticarem atos contra a Segurança Nacional do Estado cubano e sedição. Bone Carcasses, Roque Cabello e Gómez Manzano foram soltos em 2000 e Roca em 2002, quando voltaram à oposição.

³⁹ O documento pode ser encontrado em <http://www.cubanet.org/htdocs/CNews/y97/jul97/07adoc1.htm>. Acesso em: 25/05/2015.

O governo cubano, incapaz de lidar com a provocação política aberta e declarada dentro da ilha, endureceu sua legislação para perseguir seus opositores e desencorajar debates que oferecessem soluções alternativas às suas para a crise. As autoridades revolucionárias não toleraram a dissidência capaz de enfraquecê-las e não abriram espaços para desafios à sua legitimidade.⁴⁰ Em 1999, foi promulgada a Lei de Proteção da Independência Nacional e da Economia de Cuba, chamada pelos opositores de Lei Mordaça. Seu objetivo era tipificar práticas de apoio ou colaboração com a Lei Helms-Burton, assim como associar a dissidência com o bloqueio e com a guerra econômica empreendida contra Cuba, cuja finalidade seria desestabilizar o país e derrubar o Estado Socialista. Ela impunha penas distintas para indivíduos que fornecessem informações aos Estados Unidos e instituições ligadas aos mesmos, aos que difundissem material considerado subversivo e que organizassem ou incitassem manifestações que perturbassem a ordem pública. O Estado cubano logo se valeu deste aparato legal para perseguir parte de seus opositores.

No mesmo período, surgiu o grupo de oposição interna mais forte, ligado à Igreja Católica, o Projeto Varela. Seu líder, Oswaldo Payá Sardiñas, esteve envolvido em outra oposição, o *Movimiento Cristiano Liberación*. O objetivo do Projeto Varela era implementar uma reforma no sistema político cubano e instituir eleições para representantes de todos os cargos por meio de um plebiscito. Este poderia ser convocado por meio de uma petição assinada por 10 mil cidadãos, instrumento legal já reconhecido na carta constitucional de 1976.⁴¹ Em maio de 2002, Payá entregou tal petição à Assembleia Nacional e esperou que fosse convocado o plebiscito.

A capacidade de organização e mobilização apresentada pelo Projeto Varela intimidou as autoridades cubanas. Para reagir ao desafio, o governo convocou um referendo destinado a reforçar a inalterabilidade do caráter socialista da Constituição do país. 98% da população cubana votou a favor da proposta e a Assembleia Nacional do Poder Popular a promulgou.

Em resposta a Oswaldo Payá, o Ministro Exterior de Cuba, Felipe Pérez Roque, afirmou que o

⁴⁰ PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 315.

⁴¹ Trataremos melhor do Projeto Varela mais adiante neste capítulo, ao explicitar suas conexões com a *Revista Hispano-Cubana*.

Projeto "Varela" forma parte da estratégia de subversão contra Cuba, foi concebido, financiado e dirigido do exterior, com a ativa participação da Repartição de Interesses norte-americana em Havana; faz parte do mesmo esquema de subversão, não tem o menor respaldo nas leis cubanas, é uma grosseira manipulação da Constituição e das leis de Cuba, e chegará o momento de falar com amplitude sobre isso.⁴²

O governo cubano voltou a tomar posições intolerantes e a reprimir a dissidência. Em momentos de crise, os revolucionários privilegiaram a unidade e a segurança nacional em detrimento do debate público. Sob a renovada pressão dos Estados Unidos, liderada por George W. Bush, Cuba endureceu. O presidente estadunidense, eleito com o apoio do exílio conservador da Flórida, acusou Cuba, em 2002, de apoiar o terrorismo e incluiu a ilha em uma lista de Estados que faziam parte do “Eixo do Mal”. Bush voltou a pressionar a ilha e limitou as remessas e viagens para Cuba.⁴³

Pouco tempo depois da declaração do presidente estadunidense e da decisão de eternizar o socialismo em Cuba, as autoridades desencadearam uma nova onda de repressão e autoritarismo em março de 2003. Diversos membros ligados ao Projeto Varela e outros grupos de oposição foram encarcerados e condenados a longos anos de prisão. As políticas dos Estados Unidos mais uma vez contribuíram para a já existente intransigência do governo de Fidel Castro e suas sanções limitaram o diálogo. Sob duras penas, e diante de escolhas questionáveis, a Revolução Cubana resistiu à difícil década de 1990.

As reformas propostas pelo governo tiveram grande importância para amenizar os efeitos da crise, ainda que seu alcance tenha sido limitado, assim como a repressão à parte da dissidência contribuiu para a manutenção da unidade nacional. Entretanto, a principal resposta pode ser encontrada no respaldo popular da Revolução. A Revolução sobreviveu porque foi um processo genuinamente cubano, um processo construído por cubanos por mais de 40 anos. Diferentemente da construção das experiências no Leste Europeu, nas quais governos foram impostos por uma superpotência vizinha, os cubanos pavimentaram seu próprio caminho e foram responsáveis por seus erros e acertos, ainda que tenham incorporado algumas diretrizes soviéticas. Eles estavam atentos aos fracassos da Revolução, mas conheciam suas vitórias e conquistas. Não se deve superestimar o papel da repressão e da censura na manutenção do governo, assim como os conflitos com os

⁴² <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2003/por/r090403p.html>. Acesso em: 25/05/2015.

⁴³ Em 29 de maio de 2015, o presidente Barack Obama retirou Cuba da lista de estados que apoiam o terrorismo.

exilados e com os Estados Unidos permitiram ao governo mobilizar os cidadãos em sua defesa. Ademais, a população cubana sentiu que integrava uma Revolução que era sua e, apesar de todas as suas críticas e decepções, continuou a apoiá-la em diversas instâncias. O fervor que em vários momentos da história revolucionária marcou a participação e a mobilização aponta neste mesmo sentido.

A agressividade do exílio de Miami também ajudou na decisão dos cubanos de cerrar fileiras. Embora a população de Cuba soubesse que a comunidade exilada fosse bastante diversa desde 1980, e que percebesse nas remessas de dólares uma importante fonte de renda, ela possuía justificado medo dos grupos mais conservadores da Flórida. O uso de uma estratégia de sufocamento e a belicosidade do lobby cubano-americano contribuíram para que mesmo a oposição interna se opusesse ao inimigo externo, além de fortalecer o discurso anti-imperialista do governo revolucionário. A absurda exigência de devolução das terras expropriadas amedrontou milhares de cubanos que já as ocupavam e haviam alterado suas demarcações.

Ainda que discordassem de sua liderança, os cubanos temiam o imperialismo aberto expresso pelas leis Torricelli e Helms-Burton. A possível perda da soberania e autonomia nacionais, associada à demanda da restituição das propriedades tomadas desde 1959, evocou os fantasmas de uma antiga república gerida pelos interesses externos e de uma elite latifundiária. As imagens de nação construídas pelo exílio conservador, uma Cuba branca e católica, tampouco conseguiu o apoio de uma população que não se encaixava em seus padrões. O desconhecimento, a virulência e o repúdio existentes no exílio pela configuração contemporânea da sociedade cubana acabaram por limitar o alcance de seu discurso. A ameaça externa real e apropriada discursivamente pelo regime, o apelo nacionalista, a liderança inquestionável e paternalista de Fidel Castro e um profundo sentimento de pertencimento garantiram a sobrevivência da experiência revolucionária.

A dissidência interna e o exílio conservador dos Estados Unidos não foram os únicos grupos opositores à Revolução. Durante os anos 1990, surgiram novos grupos de exilados dispostos a criticá-la. As ondas de imigração e exílio contribuíram para a diversificação da comunidade exilada na Flórida, mas também permitiram a organização de grupos em outros países, especialmente na Espanha. Ali, os exilados cubanos se organizaram politicamente e buscaram apoio do Estado espanhol e de organizações não

governamentais. Nesta dissertação, abordaremos duas revistas de intelectuais cubanos exilados na Espanha, *Encuentro de la Cultura Cubana*, que se aproximou da social democracia europeia, e *Revista Hispano-Cubana*, que adotou uma estratégia próxima à da Fundação Nacional Cubano-Americana e foi apoiada pelos conservadores espanhóis.

1.2- Os filhos rebeldes da Revolução: Jesús Díaz e *Encuentro de la Cultura Cubana*

A revista *Encuentro de la Cultura Cubana* foi criada em 1996 em Madri pelo escritor e cineasta cubano Jesús Díaz (1941-2002), cujo propósito era publicar uma revista na qual fossem possíveis diferentes análises sobre a cultura cubana, buscando reunir escritores e críticos literários cubanos residentes dentro e fora da ilha. Seu primeiro volume a apresenta como um espaço aberto para todos os cubanos, lamentando a atual divisão do povo de Cuba em pelo menos dois grupos representados, a princípio, como irreconciliáveis, a saber: os exilados e os que permanecem na ilha. A revista se propõe como um espaço de união e reflexão sobre a *cultura* da ilha em toda a sua diversidade, elemento que para os editores incorporaria os cubanos em um grupo comum.

Para compreendermos a iniciativa que deu origem à *Encuentro*, é necessário analisarmos brevemente a tortuosa e difícil trajetória de seu idealizador, Jesús Rafael Díaz, um dos mais brilhantes e polêmicos intelectuais cubanos formados dentro da Revolução Cubana. Sua atuação aponta para as trajetórias de muitos escritores e artistas após a vitória de 1959, suas ânsias em exercer uma produção militante dentro do campo da cultura e contribuir para seu enriquecimento. Jesús Díaz, como vários outros intelectuais cubanos, viu-se diante do dilema de apoiar uma Revolução que “amou” e ajudou a construir e, ao mesmo tempo, colocar-se criticamente em relação a ela.⁴⁴ A trajetória do escritor nos ajuda a compreender os vários silêncios, posicionamentos, contradições e desafios presentes entre os intelectuais cubanos contemporâneos e sua relação com as autoridades de Cuba.

Nascido em 1941, Jesús Díaz fez parte de uma família de classe média baixa de Havana. Ainda muito jovem, apoiou a luta contra a ditadura de Fulgencio Batista na capital. Logo após a vitória dos revolucionários, alistou-se nas Milícias Nacionais Revolucionárias e, desde então, dedicou imensos esforços à causa revolucionária e à

⁴⁴ SIMMEN, A. Tras la muerte de Jesús Díaz. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 67.

construção do espaço intelectual cubano, passando a engrossar as fileiras dos intelectuais que entusiasticamente colaboraram com a construção de um novo país. Em 1961, lutou contra as milícias contrarrevolucionárias na Serra do Escambray.

Jesús Díaz cresceu rapidamente dentro do círculo de intelectuais revolucionários. Já em 1966, venceu o prêmio Casa de las Américas, a maior concessão literária em Cuba nas décadas de 1960 e 1970, com seu livro de contos *Os anos duros*, obra que marcou o período de maior fervor e crença de Díaz nas promessas de liberdade e igualdade da Revolução, inserindo-se dentro da grande narrativa revolucionária.

Revolucionário convicto, dirigiu *El Caimán Barbudo*, criado em 1966, suplemento literário de *Juventud Rebelde*, jornal da União dos Jovens Comunistas, do qual havia saído por discordar de concepções da direção que considerava intransigentes e autoritárias. *El Caimán Barbudo* buscou trazer debates sobre uma nova literatura que fugisse ao dogmatismo e propunha a experimentação e inovação, como apontou Jesús Díaz, “consciente de que os dogmas apenas nos fizeram frear o desenvolvimento da cultura”.⁴⁵ *Caimán Barbudo* reafirmou o compromisso com a arte revolucionária, criticou a concepção de arte pela arte e atacou o estatuto da produção cultural como elemento panfletário:

Não pretendemos fazer poesia para a Revolução. Queremos fazer poesia de, desde, pela Revolução. Uma literatura revolucionária não pode ser apologética. Existem, existirão sempre, conflitos sociais: uma literatura revolucionária tem que enfrentar esses conflitos. Não renunciamos aos chamados temas não sociais. O amor, o conflito do homem com a morte, são circunstâncias que afetam a todos, como é íntimo, pessoal, o autêntico fervor revolucionário. [...] Nos Pronunciamos pela integração da fala cubana à poesia. [...] Rechaçamos a má poesia, que trata de justificar-se com denotações revolucionárias, repetidor de fórmulas pobres e gastas: o poeta é um criador ou não é nada. Rechaçamos a má poesia que trata de amparar-se nas palavras ‘poéticas’, que se impregna de uma metafísica de segunda mão para situar o homem fora de suas circunstâncias: a poesia é um testemunho terrível e alegre e triste e esperançado de nossa permanência no mundo, com os homens, entre os homens, pelos homens, ou não é nada.⁴⁶

El Caimán Barbudo desafiou o marxismo ortodoxo e suas concepções de arte. Neste momento, era possível idealizar em Havana uma cultura crítica dentro da

⁴⁵ DÍAZ, Jesús. *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 1, março de 1966, p. 1 *apud* ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 312.

⁴⁶ “Nos pronunciamos”. *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 1, abril de 1966, p. 11 *apud* MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 59.

Revolução e Jesús Díaz se esforçou em construir um pensamento revolucionário não-ortodoxo.

Ainda que seu caráter heterodoxo já tivesse se mostrado presente em *El Caimán Barbudo* e que a memória sobre o escritor o tenha consagrado como intelectual comprometido com a liberdade de expressão e com a pluralidade criativa no meio artístico, Jesús Díaz disputou ferrenhamente o espaço intelectual cubano e a legitimidade de produção entre grupos nos quais esteve envolvido. Nas páginas de *El Caimán Barbudo*, Díaz atacou os intelectuais do grupo *El Puente*, desqualificou sua geração e reafirmou que seu grupo, os intelectuais de *El Caimán Barbudo* e participantes do Departamento de Filosofia da Universidade de Havana, representava a verdadeira geração de escritores revolucionários.⁴⁷ Mais de 30 anos depois, o poeta José Mario Rodríguez, ex-diretor de *Ediciones El Punte* até 1965, acusou Jesús Díaz de se valer das páginas de *La Gaceta de Cuba* para executar uma limpeza ideológica em nome do marxismo-leninismo e criticar os autores publicados por *El Puente*.⁴⁸ Alguns meses depois desta crítica, Jesús Díaz reconheceu em *Encuentro de la Cultura Cubana* seu antigo choque com *Ediciones El Puente* e pediu desculpas por mesclar literatura e política.⁴⁹ Seu amigo Ambrosio Fornet afirmou que Díaz era um produto de seu tempo, constantemente acusado de autossuficiência e de autoritarismo. Fornet o classificou como “animal político” que se projetava sobre o espaço público, consciente de seus direitos de cidadão.⁵⁰ Este embate contribuiu para a desconstrução da imagem arquitetada no exílio sobre Jesús Díaz como intelectual puro e dedicado à causa da liberdade intelectual, além de revolucionário convicto, mas também evidenciou o caráter polêmico do criador de *Encuentro*.

Durante seu período como editor de *Caimán Barbudo*, Jesús Díaz abriu espaço para que Heberto Padilla elogiasse, em 1967, a obra do exilado Guillermo Cabrera Infante

⁴⁷DA FONSECA, Vilma L. *Encuentro de la Cultura Cubana: intelectuais dissidentes e revistas culturais. Revista Brasileira do Caribe*, Julio-Diciembre 2006, p. 256-257.

⁴⁸ MARIO, José. La verídica historia de *Ediciones El Puente*. La Habana, 1961-1965. *Revista Hispano-Cubana*, n. 6, 2000, p. 94-95. *El Puente* surgiu em 1961, criada por José Mario Rodríguez e co-dirigida pela escritora Ana María Simo. Por se tratar de uma editora independente, publicou livros de poesia, teatro e contos de escritores até então desconhecidos, além de agregar varias minorias como negros, homossexuais e mulheres. Sobre *El Puente*, conferir MISKULIN, Silvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009. A polêmica de Jesús Díaz com *Ediciones El Puente* pode ser encontrada em sua resposta à dramaturga Ana Simo. Disponível em: http://www.annaillustration.com/archivodeconnie/wp-content/uploads/2007/04/J.Diaz_contesta.pdf. Acesso em: 12/07/2015.

⁴⁹ DÍAZ, Jesús. El fin de otra ilusión. A propósito de la quiebra de *El Caimán Barbudo* y la clausura de *Pensamiento Crítico*. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 16-17, primavera-verano, 2000, p. 109.

⁵⁰ FORNET, Ambrosio. Jesús en la memoria. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 43.

e criticasse a obra *Pasión de Urbino* do comunista Lisandro Otero, na época, vice-presidente do Conselho Nacional de Cultura, polemizando com as posições hegemônicas entre a intelectualidade cubana e criticando duramente burocratas e funcionários do governo ligados às instituições culturais.

Em janeiro de 1968, Jesús Díaz e seus companheiros foram desligados da direção de *Caimán Barbudo*: haviam tocado em tabus como o exílio e a produção cultural feita fora da ilha, além de terem conflitado com os setores comunistas mais ortodoxos que paulatinamente ganhavam espaço em Cuba.⁵¹ Neste mesmo ano de 1968, Jesús Díaz entrou no Partido Comunista de Cuba. Seu afastamento da direção da revista não implicou em uma ruptura com a Revolução. Díaz se envolveu em disputas pela definição das políticas culturais cubanas e entrou em conflito aberto com outros grupos de intelectuais. Se em certos momentos conseguiu conquistar espaço, em outros foi colocado de lado. Como muitos intelectuais de sua geração, transformou-se em vítima de uma maquinaria que ele próprio ajudou a construir.⁵²

Após ser expulso de *Caimán Barbudo*, Jesús Díaz continuou a compor o Departamento de Filosofia da Universidade de Havana, do qual fez parte entre 1963 e 1971. Ali, dedicou-se ao estudo e ensino de filosofia marxista e, ao longo deste período, aproximou-se do pensamento marxista heterodoxo e crítico ao marxismo soviético.

A heterodoxia de Jesús Díaz, que lhe custou o cargo em *El Caimán Barbudo* em 1968, continuou presente na fundação de *Pensamiento Crítico*, revista alinhada às correntes da nova esquerda europeia e ligada ao departamento de filosofia que existiu entre 1967 e 1971. A publicação se propunha a contribuir com a busca de um socialismo autônomo, distante de Moscou e de Pequim. Díaz e seus companheiros de edição buscaram trazer temas como o Maio de 1968 francês, o *black power* estadunidense, o pensamento nacionalista cubano e latino-americanista de José Martí, do padre Félix Varela e do antropólogo Fernando Ortiz, além do marxismo e liberalismo de autores como Gramsci, Lukács, Althusser, Marcuse, Sartre e Hobsbawm.⁵³

⁵¹ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 178. Ao longo do terceiro capítulo abordaremos as disputas no meio intelectual cubano.

⁵² NUEZ, Iván de la. El intelectual, el corazón y la piel. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 40.

⁵³ ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 313.

Enquanto Jesús Díaz se aventurava pelos caminhos de uma esquerda mais democrática e heterodoxa, o regime cubano continuou sua aproximação com Moscou, ao passo que grupos comunistas mais tradicionais conquistavam prestígio na ilha. Em 1968, Fidel Castro apoiou a invasão soviética à Tchecoslováquia. Em meio ao progressivo endurecimento político em Cuba, *Pensamiento Crítico* analisou o estruturalismo, os dilemas do intelectual perante à revolução e criticou o pensamento de Lenin. Em 1971, a revista foi fechada por ordem de Raul Castro, acusada de revisionismo e diversionismo ideológico. No mesmo momento, foi dissolvido o Departamento de Filosofia da Universidade de Havana. O fechamento de seus canais de expressão levou Jesús Díaz a um ligeiro ostracismo. Na década de 1970, Díaz preparava seu segundo livro, o romance *Las iniciales de la tierra*, censurado em 1981, reformulado e lançado, em 1987, em Madrid e em Havana.

Jesús Díaz recebeu uma segunda chance de se provar como intelectual revolucionário ao ser reincorporado ao Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC) por Alfredo Guevara, diretor da instituição. Jesús Díaz já o conhecia e havia trabalhado com Guevara no ano de 1967 em um seminário preparatório que precedeu o Congresso Cultural de Havana, realizado em 1968, ambos partícipes de uma comissão relacionada aos “Problemas da criação artística e do trabalho científico e técnico”.⁵⁴ Começou ali sua carreira como cineasta e roteirista.

Como argumenta Mariana Villaça, o ICAIC deve ser interpretado como uma instituição privilegiada. Ele consolidou uma autonomia relativa em relação aos mecanismos de controle governamentais por ser capaz de se adaptar a um jogo de adesão e resistência à política cultural oficial, o que lhe permitiu exercer o papel de mediador e agente fomentador de produção artística.⁵⁵ Villaça acredita que o governo possuía também interesse em reinserir intelectuais talentosos no mecanismo estatal⁵⁶ e, em concordância com a autora, acreditamos que o ICAIC possuía credibilidade suficiente para retirar da marginalização intelectuais que haviam caído em descrédito. Jesús Díaz foi um destes intelectuais. Ao longo da década de 1970, Díaz aproveitou sua nova chance e permaneceu fiel às diretrizes do regime, voltando a desafiá-lo muito mais tarde, quando

⁵⁴ VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema cubano: revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 209.

⁵⁵ VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema cubano: revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 10 e p. 29.

⁵⁶ Ibidem, p. 322.

já havia recuperado a confiança das autoridades. Ele utilizou seu período no ICAIC para mostrar seu valor como intelectual revolucionário até o momento em que rompeu definitivamente com o regime.⁵⁷

Após um período de tempo sem se engajar em polêmicas e conflitos, Jesús Díaz tocou em um tema incômodo à sociedade revolucionária e que viria a ser um dos seus principais objetos de reflexão durante o resto de sua vida: o exílio. Foi no ICAIC que Díaz elaborou suas primeiras produções sobre o assunto. No documentário *Cincuenta y Cinco Hermanos* (1978), Díaz tratou das reações pessoais de filhos de cubanos que haviam partido da ilha e que no momento visitavam Cuba pela primeira vez. Tratava-se da Brigada Antonio Maceo.⁵⁸ Neste documentário, Díaz apontou para a complexidade das relações entre o governo cubano e as comunidades de exilados. Ainda que em finais da década de 1970 e princípios de 1980 existisse uma tímida tentativa de reaproximação com estas comunidades, as autoridades cubanas continuavam a demonizá-las, o que tornou o tema bastante delicado dentro da ilha.⁵⁹ Em 1979, o cineasta publicou o livro *De la patria y el exilio*, que lhe fez vencer o prêmio da UNEAC.

Novas ondas de exilados em finais de 1979 e princípios de 1980 reativaram o discurso de ódio castrista. Os *dialogueros*, grupos moderados de cubanos exilados em Miami, em oposição aos conservadores, *hardliners*, viram seu trabalho se tornar mais difícil.⁶⁰ Jesús Díaz decidiu novamente encarar esta problemática questão em seu longa

⁵⁷ Ibidem, p. 312. Díaz iniciou seus trabalhos no ICAIC como diretor de curtas-metragens, roteirista e documentarista, onde construiu uma vasta filmografia: *Viva la República!* (1972) roteirista; *El extraño caso de Rachel K* (1973), diálogos do roteiro; *Ustedes tienen la palabra* (1973), co-roteirista; *Cambiar la vida* (1975), curta-metragem; *Crónica de la victoria* (1975), curta-metragem em colaboração com Fernando Pérez; *Puerto Rico* (1975), em colaboração com Fernando Pérez; *La tierra de las muchas aguas* (1976), curta-metragem; *Canción de Puerto Rico* (1976), curta-metragem; *Mina, viento de libertad* (1976), roteirista; *Un día en el parque* (1976), curta-metragem; *La sexta parte del mundo* (1977), documentário; *Reportaje en Lagos* (1977); curta-metragem; *Benin: una nación africana* (1977), curta-metragem; *A orillas del Angará* (1977), curta-metragem; *En tierra de Sandino* (1978), documentário; *Cincuenta y cinco hermanos* (1978), documentário; *Polvo Rojo* (1981), longa-metragem; *Lejanía* (1985), longa-metragem; *Otra mujer* (1986), roteirista; *Clandestinos* (1987), roteirista; *Barroco* (1989), co-roteirista.

⁵⁸ A Brigada Antonio Maceo, cujo nome remonta a um importante general das Guerras de Independência, foi organizada por vários grupos de cubanos nos Estados Unidos que levavam clandestinamente cubano-americanos para conhecer a ilha e experimentar a Revolução, principalmente *Areíto*, um grupo de cubanos nascidos na ilha, mas trasladados ainda extremamente jovens para os Estados Unidos e filhos de cubanos emigrados neste mesmo país. Fundadores de uma revista de esquerda em Nova York, com o mesmo nome de seu grupo e zelosos defensores da Revolução Cubana, estes jovens não apenas se identificavam como cubanos e como revolucionários, mas também se perguntavam o que significava ser cubano e latino-americano dentro dos Estados Unidos e como lidar com o pertencimento aos dois mundos. Além de *Areíto*, integravam as Brigadas os membros da revista *Joven Cuba*, ligada a grupos católicos de esquerda.

⁵⁹ Trataremos das relações entre o regime e os exilados no próximo capítulo, assim como as ondas de exílio cubano ao longo do processo revolucionário.

⁶⁰ Uma boa síntese das diferenças entre as duas posições pode ser vista em GARCÍA, María Cristina. *Hardliners v. "Dialogueros": Cuban Exile Political Groups and United States-Cuba Policy*. *Journal of*

metragem *Lejanía* (1985). O filme tratava da separação das famílias cubanas ocasionada pelo exílio, ao tratar do reencontro de uma mãe com seu filho, afastado dela por 10 anos pela sua partida para os Estados Unidos. A separação familiar é, ainda hoje, um dos principais temas debatidos ao se tratar do exílio cubano.

Após seu período de marginalização, Jesús Díaz recuperou paulatinamente sua vocação crítica e polêmica, ao passo que se reinseriu nos quadros de intelectuais revolucionários e, em 1988, começou a integrar o núcleo do Partido Comunista do ICAIC, exercendo a função de secretário até 1991, ano em que conseguiu uma bolsa de estudos em Berlim e partiu para a cidade alemã como professor visitante. Seu rompimento com o regime aconteceu no ano seguinte.

Sob esta perspectiva, cabe a pergunta: por que Jesús Díaz decidiu romper com o regime? Por que um intelectual extremamente talentoso, bem cotado em seu país e membro do Partido Comunista partiu da ilha após 32 *anos* servindo uma revolução que ajudou a construir? O argumento da censura não é suficiente: Jesús Díaz foi censurado ao menos três vezes antes de partir para a Alemanha (1968, 1971, 1981) e, ainda assim, decidiu continuar trabalhando na Revolução. Ao mesmo tempo, Díaz esteve várias vezes fora da ilha e poderia ter optado por permanecer fora dela, se assim desejasse, ainda que sua família continuasse em Cuba. O caso de Jesús Díaz nos faz questionar sobre os dilemas dos intelectuais cubanos nos anos 1990. O que teria mudado para que o diretor de *Encuentro* tomasse uma medida tão drástica em um momento tão peculiar da história de Cuba?

Não há um acontecimento único que explique sua decisão. O próprio Jesús Díaz apenas respondeu que havia se desiludido com a Revolução e com a intolerância advinda dela, sem entrar em detalhes. Porém, elencamos um conjunto de fatores que poderiam ter contribuído para sua escolha.

Após o chamado *Quinquenio Gris*⁶¹ o governo cubano relaxou a vigilância ideológica e se tornou mais tolerante em relação à produção intelectual. Como abordaremos ao longo do terceiro capítulo, o princípio dos anos 1980 foi marcado por

American Ethnic History, Vol. 17, N. 4, Summer, 1998, pp. 3-28. Para o trabalho completo da autora, conferir GARCÍA, María Cristina. *Havana USA: Cuban Exiles and Cuban Americans in South Florida, 1959-1994*. University of California Press, 1996.

⁶¹ *Quinquenio Gris*, termo cunhado por Ambrosio Fornet, foi um período de maior intolerância e violência política por parte do governo, em meados dos anos 1970. Abordaremos o *Quinquenio Gris* no terceiro capítulo.

maior pulverização da política cultural e surgimento de outros espaços dedicados à atividade da cultura, menos ligados aos meios institucionais. O próprio ICAIC passou por este processo e, em 1982, Julio García Espinosa foi escolhido como novo diretor da instituição, mais democrático e menos centralista que seu predecessor, Alfredo Guevara. O próprio Jesús Díaz aproveitou este período para criar seus filmes mais provocadores, como *Lejanía* e *Polvo Rojo*.⁶²

Entretanto, a Campanha de Retificação de Erros e Tendências Negativas não se estendeu de maneira contínua. Como já apontamos, mesmo frente à crise do socialismo no Leste Europeu e, posteriormente, a queda do Muro de Berlim, o governo cubano se recusou a fazer reformas rumo à abertura e transparência política, escolheu um maior endurecimento e tomou uma posição *antiglasnost* e *antiperestroika*. Em discurso pronunciado por ocasião da visita de Gorbatchev em 1989, Fidel Castro afirmou que

E como se pode supor que as medidas aplicáveis na URSS sejam exatamente as medidas aplicáveis em Cuba ou vice-versa? Como se pode supor que dois países que possuem uma enorme diferença em extensão e em população; dois países que possuem histórias e culturas muito distintas; dois países que tiveram problemas distintos, tenham que aplicar exatamente as mesmas fórmulas para resolver os problemas, para a solução de problemas diferentes?

[...] Deste ponto de vista, é inquestionável que ocorreram erros no processo revolucionário da União Soviética, segundo os critérios dos próprios soviéticos; mas nós não tivemos alguns tipos de fenômenos que ocorreram na União Soviética na época de Stalin. Realmente – como disse outras vezes – nós não tivemos esse tipo de problemas associados àquela figura da história soviética, a não ser que considerem a mim – como disse algumas ocasiões, uma espécie de Stalin, e, neste caso, eu diria que todas as minhas vítimas gozam em nosso país de excelente saúde.⁶³

Iniciou-se em Cuba um novo recrudescimento político. Tal processo teria aumentado o desgaste de Jesús Díaz com o governo. Díaz, membro do Partido Comunista, recusou-se a participar do IV Congresso da UNEAC em 1988, no qual esteve presente Fidel Castro. Sua amiga Elizabeth Burgos, antropóloga venezuelana, em uma carta enviada a *Encuentro* por ocasião de sua morte, afirmou que Díaz havia dito que não possuía nenhuma esperança de uma abertura ou mudança, especialmente com a nomeação

⁶² Veremos mais sobre a política cultural cubana no terceiro capítulo.

⁶³ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, presidente de la República de Cuba, en la sesión extraordinaria y solemne de la Asamblea Nacional, con motivo de la visita a nuestro país del compañero Mijaíl S. Gorbachov, secretario general del Comité central del PCUS y presidente del presidium del soviet supremo de la URSS, celebrada en el palacio de las convenciones, el 4 de abril de 1989, "año 31 de la Revolución". Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1989/esp/f040489e.html>. Acesso em: 24/03/2015

de Abel Prieto como presidente da UNEAC. Jesús Díaz teria enviado uma extensa carta, nunca publicada, com uma análise do momento de crise vivido e reafirmou a necessidade de reformas. O ministro da cultura, Armando Hart, censurou Jesús Díaz por não comparecer ao congresso, especialmente por ser membro do Partido.⁶⁴

Em 1989, Jesús Díaz enfrentou uma nova decepção com a Revolução. Um tribunal militar cubano ordenou o fuzilamento do general Arnaldo Ochoa, considerado herói da guerra na Angola, e Tony La Guardia por traição e tráfico de drogas. Dentro do alto escalão do Partido Comunista cubano, iniciou-se um processo de purga com a expulsão de 5% dos seus membros, como parte da campanha de retificação. Aproveitando-se da mencionada bolsa de estudos, Díaz partiu para Berlim, onde trabalhou em seu romance *Las palabras perdidas* (1992).

Já em Berlim, foi protagonista de um novo choque com o governo cubano. Jesús Díaz havia colaborado como co-roteirista no filme *Alicia en el pueblo de maravillas* (1991), de Daniel Díaz Torres, que servia como alegoria da sociedade cubana. A comédia de absurdos ridicularizava parte da burocracia cubana e a cultura de vigilância da sociedade revolucionária. O filme foi censurado em 1991, após permanecer apenas quatro dias em cartaz, o ICAIC quase foi fechado e Alfredo Guevara foi trazido de volta para amenizar a crise com o governo, substituindo Julio García Espinosa. Esta seria a última censura a Jesús Díaz enquanto intelectual ligado ao regime cubano.

O rompimento definitivo aconteceu em 1992, quando, em Berlim, Jesús Díaz declarou-se oficialmente dissidente e exilado. Em princípios deste ano, Díaz participou de um debate em Zurique sobre a situação cubana. Ali, leu seu ensaio *Los anillos de la serpiente*, que foi publicado no dia 12 de março de 1992 no jornal *El País*. Neste ensaio, Díaz afirmou ser contrário ao bloqueio estadunidense e à bandeira “socialismo ou morte” do governo cubano:

Se as coisas seguirem como estão, a situação econômica continuará se deteriorando até ameaçar as próprias bases da civilização da ilha e, inclusive, a própria vida nela, tal como prenuncia a consigna oficial: *Socialismo ou Morte*. É certo que Cuba sozinha, pobre e bloqueada não poderá alcançar o socialismo. Deve-se entender então que a morte do país é o único fim possível do Período Especial e que a solidariedade, ou a não-solidariedade, com o governo cubano consiste em facilitar de um modo ou de outro este desfecho?

⁶⁴ BURGOS, Elizabeth. La carta que nunca te envié. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 25, verano, 2002, p. 55-56.

Não parece que ninguém em sã consciência possa pretender tal coisa; entretanto, tanto a esquerda como a direita, em Cuba e fora dela, estão levando água a este sinistro moinho. A primeira, ao apoiar a consigna criminosa de socialismo ou morte; a segunda, ao apoiar um bloqueio não menos criminoso que já dura 30 anos. Ambas as políticas se complementam e não deixam outra alternativa senão a tragédia de que todo um povo é prisioneiro perante os olhos atônitos ou mórbidos do mundo.⁶⁵

Jesús Díaz explicou seu posicionamento ao longo de sua trajetória como intelectual sob o regime revolucionário: “[...] Eu amava tanto esta grande revolução que aceitava seu silêncio como se fosse inevitavelmente necessário. Creio ter me equivocado. Todavia, a decisão sempre era trágica porque, ao final, havia a prisão ou Miami [...]”.⁶⁶ Ainda sobre sua dissidência, em uma entrevista concedida à revista *Lateral* de Barcelona, em 2002, afirmou que deixou Cuba por estar “[...] desencantado com a experiência da revolução. Tudo aquilo havia terminado em uma ditadura terrível e eu me posicionava contrariamente [...]”.⁶⁷

Após a dura crítica de Jesús Díaz, o ministro da cultura Armando Hart fez circular nos meios oficiais de Havana uma carta de repúdio e expulsão. Por meio de amigos, Díaz recebeu uma cópia da carta que o acusava de compactuar com o imperialismo e atacar a solidariedade com a ilha. Na carta, Hart ainda afirmou:

Suas declarações me causam a profunda decepção que produz a traição. Você traiu sua cultura, tomou o caminho da deslealdade dos que acumulam rancores ao longo da vida. Seu crime é pior que o dos bárbaros ignorantes que metralharam, há semanas, a quatro homens amarrados. Eles não mereciam perdão, mas você o merece ainda menos. As leis não estabelecem pena de morte por sua infâmia, mas a moral e a ética da cultura cubana te castigarão mais duramente. Você se vendeu, Jesús, por um prato de lentilhas. Devia se chamar Judas.⁶⁸

Jesús Díaz foi expulso do Partido Comunista de Cuba por delito de opinião e em maio de 1992 foi desligado da UNEAC, o que concretizou a ruptura completa com o governo cubano. A decisão de Jesús Díaz chocou grande parte da intelectualidade dentro da ilha, que o considerava um revolucionário convicto e um dos grandes intelectuais da Revolução.

⁶⁵ DÍAZ, Jesús. Los anillos de la serpiente. *El País*, 22 de março, 1992.

⁶⁶ SIMMEN, A. Tras la muerte de Jesús Díaz. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 67. Em relação ao “creio ter me equivocado”, Jesús Díaz fazia referência ao uruguaio Eduardo Galeano que também participava do evento em Zurique e discordou do diretor de *Encuentro*.

⁶⁷ GONZÁLEZ, S. *apud* da FONSECA, Vilma L. Encuentro de la Cultura Cubana: intelectuais dissidentes e revistas culturais. *Revista Brasileira do Caribe*, Julio-Diciembre 2006, p. 269.

⁶⁸ DÍAZ, Jesús. Cartas sobre la mesa. *Nexos*, n. 180, v. 15, diciembre, 1992, p. 30-31. Disponível em: <http://www.nexos.com.mx/?p=6660>. Acesso em: 24/03/2015.

O rompimento com o governo não foi fácil para Jesús Díaz. Um de seus amigos, Jorge Pomar, afirmou que ao encontrar Díaz no exílio ambos se sentiam menos completos, desertores de uma Revolução que amavam. Os dois se sentiam como indivíduos de esquerda e revolucionários, mas colocavam-se diante do difícil dilema de posicionar-se criticamente e agirem como intelectuais compromissados.⁶⁹ Jesús Díaz chegou mesmo a confessar que “muitas vezes, repreendo-me por não estar preso em Cuba e me deprimos”.⁷⁰ Rafael Rojas, companheiro de Jesús Díaz em *Encuentro*, acredita que a “traição” do escritor foi se atrever a dizer que Cuba não podia seguir sendo dirigida por um único indivíduo e, ainda assim, manter seu posicionamento de intelectual crítico ao capitalismo.⁷¹

Jesús Díaz se opôs ao “[...] domínio irrestrito do capital sobre o planeta e o regresso da ilha a sua infame condição de semicolônia que a avergonhou durante tanto tempo” e confessou que seu crime consistia “[...] em ter falado e tê-lo feito sem unir minha voz ao coro de anexionistas da Fundação Nacional Cubano-Americana”.⁷² Durante seu período no exílio, Jesús Díaz se reinventou como escritor, fez uma leitura crítica de seu passado como intelectual revolucionário e se posicionou como opositor do regime castrista. Até a sua morte, em 2002, Díaz permaneceu um militante de esquerda convicto. Ele rompeu com o governo da ilha e com as heranças autoritárias da Revolução Cubana, mas nunca abandonou seus princípios básicos: autonomia, independência e justiça. Díaz continuou crítico ferrenho ao imperialismo estadunidense e à comunidade conservadora de Miami, ao passo que se esforçou a sonhar por uma Cuba democrática.

Jesús Díaz não era um inimigo da Revolução, mas um de seus filhos mais rebeldes, formado dentro dos embates por uma sociedade libertária e agente de sua construção. Contraditoriamente, o escritor fez parte também de uma geração de intelectuais profundamente desiludidos com o legado revolucionário. Como mencionado, a situação em que se encontrava o incomodava profundamente: um intelectual revolucionário que em sua maturidade passou a criticar uma Revolução que amava. Acreditamos que seu último projeto intelectual, a revista *Encuentro de la Cultura Cubana*, tenha sido guiada

⁶⁹ POMAR, Jorge A. Jesús, el cubano perfectible. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 71.

⁷⁰ RIVERO, Miguel. Correspondencia personal. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 87.

⁷¹ ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 319.

⁷² DÍAZ, Jesús. Cartas sobre la mesa. *Nexos*, n. 180, v. 15, diciembre, 1992, p. 30-31. Disponível em: <http://www.nexos.com.mx/?p=6660>. Acesso em: 24/03/2015.

por estes princípios. Sob sua direção, *Encuentro* não foi uma revista contrarrevolucionária, mas incorporou o espírito de debate intelectual iniciado em Cuba nos anos 1960.

A ideia de produzir *Encuentro de la Cultura Cubana* começou a ser gestada já no princípio do exílio de Jesús Díaz, que se preocupava com as barreiras impostas pela condição exílica e os seus perigos à cultura cubana. O poeta Miguel Rivero recebeu uma carta de Díaz que dizia que os cubanos estavam “separados, desorganizados, sem voz nem coluna vertebral”.⁷³ Jorge Pomar encontrou Jesús Díaz na Alemanha, em 1994, e afirmou que neste período o escritor já percebia o binômio “tolerância-reconciliação” como único caminho para um consenso nacional democrático.⁷⁴

Encuentro começou a tomar corpo no ano de 1994, quando Jesús Díaz participou de um encontro de escritores cubanos com a participação de cinco residentes na ilha e seis de fora, organizado pelo Centro Internacional Olof Palme, em Estocolmo, sobre o qual existem poucos registros.⁷⁵ Neste seminário, Díaz se posicionou a favor de uma transição democrática em Cuba e do levantamento do bloqueio estadunidense. Argumentou que o bloqueio servia discursivamente para o regime negar-se a fazer qualquer reforma e rechaçou toda forma de condicionamento de uma abertura democrática em Cuba, o que lhe parecia ferir os princípios da autonomia cubana.⁷⁶ Sua participação foi registrada no ensaio *Bipolaridad de la cultura cubana*, presente em um livro organizado por René Vázquez Díaz, editado pelo Centro Olof Palme. Esta seria uma

⁷³ RIVERO, Miguel. Correspondência pessoal. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verão, 2002, p. 88.

⁷⁴ POMAR, Jorge A. Jesús, el cubano perfectible. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verão, 2002, p. 73.

⁷⁵ O organizador do evento, René Vázquez Díaz, cubano residente na Suécia, afirmou que o chamado Encontro de Estocolmo foi feito para debater os problemas cubanos sob o ponto de vista de intelectuais com posicionamentos diferentes, além de discutir o papel de escritores e artistas em tempos difíceis. Participaram do encontro Antón Arrufat, Lourdes Gil, Jesús Díaz, Reina María Rodríguez, Heberto Padilla, Manuel Díaz Martínez, José Triana, René Vázquez Díaz, Miguel Barnet, Pablo Armando Fernández e Senel Paz. Ao final do encontro, os participantes assinaram uma declaração que afirmava que a cultura cubana se produzia dentro e fora da ilha, além de condenar o bloqueio estadunidense. O relato memorial de René Vázquez Díaz está disponível em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/12/24/a-veinte-anos-de-la-declaracion-de-estocolmo-fotos/#.VZwgglViko>. Acesso em: 07/07/2015. Dos participantes, todos, com exceção de Senel Paz e Pablo Armando Fernández, participaram de *Encuentro* ou colaboraram com a revista em algum momento.

⁷⁶ ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 319-320; Un ejercicio de infamia. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 28-29, primavera-verão, 2003, p. 246-247.

das primeiras aproximações de Jesús Díaz com a esquerda socialdemocrata europeia que marcou *Encuentro de la Cultura Cubana* sob a direção do escritor.⁷⁷

Ainda em 1994, Jesús Díaz organizou o seminário *La Isla Entera* que, além de comemorar o cinquentenário da revista *Orígenes*, também serviu para congregar autores cubanos dispersos pelo mundo e residentes na ilha.⁷⁸ O evento realizado na Universidad Complutense de Madrid convocou intelectuais como Gastón Baquero, Guillermo Rodríguez Rivera, Manuel Díaz Martínez, Rafael Alcides, Felipe Lázaro, José Prats Sariol, Alberto Lauro, Cleve Solís, Mario Parajón, Jorge Luis Arcos, Efraín Rodríguez Santana, Pablo Armando Fernández, César López, Orlando Rodríguez Sardiñas, Heberto Padilla, Enrique Saínz, Pío E. Serrano, José Kozar, José Triana, Reina María Rodríguez, Nivaria Tejera, Bladimir Zamora y León de la Hoz. Vários fizeram parte do conselho de redação de *Encuentro de la Cultura Cubana* ou foram colaboradores constantes. Neste mesmo evento, Gastón Baquero proclamou o que viria a ser o lema de *Encuentro*: a cultura nacional é um lugar de encontro.

O seminário *La Isla Entera* só foi possível devido ao apoio da Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional e para Iberoamérica do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha. Para o estabelecimento destas conexões foi fundamental a figura de Annabelle Rodríguez, filha de Carlos Rafael Rodríguez, vice-presidente do Partido Comunista de Cuba, que já vivia na Espanha desde 1971. Annabelle trabalhou no governo do socialista Felipe González (1982-1996) desde 1992 e manteve profunda amizade com Trinidad Jiménez, ministra dos assuntos exteriores da Espanha durante o governo de Zapatero (2004-2011).⁷⁹ Graças à Annabelle *Encuentro* conseguiu grande ajuda do governo espanhol e estreitou laços com o Partido Socialista Obrero Español (PSOE), do qual recebeu financiamento e se aproximou no que tange ao posicionamento em relação a Cuba. Para Miguel Rivero, Annabelle Rodríguez foi a “fada madrinha” de Jesús Díaz, elemento que ficou em silêncio durante a empreitada de *Encuentro*.⁸⁰

⁷⁷ O Centro Olof Palme está ligado ao movimento trabalhista internacional e foi criado pelo Partido Socialdemocrata Sueco. Olof Palme foi primeiro ministro pelo partido no período 1969-1976 e militou pela causa socialista até 1986, ano de seu assassinato. Assim como Olof Palme, o centro que carrega seu nome se dedica também à causa dos direitos humanos e à solidariedade internacional.

⁷⁸ *La Isla Entera* é uma homenagem à poetisa cubana Dulce María Loynaz, que não pôde estar presente no evento. *Orígenes* foi uma importante revista cultural cubana publicada entre 1944 e 1956, dirigida por José Lezama Lima e José Rodríguez Feo.

⁷⁹ Disponível em: https://www.wikileaks.org/plusd/cables/07MADRID1505_a.html. Acesso em: 07/07/2015.

⁸⁰ RIVERO, Miguel. Correspondência pessoal. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 90.

Como fez notar o segundo diretor de *Encuentro de la Cultura Cubana*, o poeta Manuel Díaz Martínez, o projeto começou a ser discutido na casa de Annabelle com a participação de Jesús Díaz e do poeta Pío Serrano.⁸¹ Jesús Díaz congregou o apoio de Annabelle, o talento do poeta cubano Gastón Baquero e a experiência de editor de Pío Serrano para fundar *Encuentro*. Em 1995, ano seguinte ao encontro *La Isla Entera*, foi criada a *Asociación Encuentro de la Cultura Cubana* que serviu como suporte legal para a revista *Encuentro de la Cultura Cubana* e meio de subvencioná-la a partir de sua primeira publicação em 1996. Annabelle Rodríguez acionou a Agencia Española de Cooperación (AECI) e obteve um financiamento de 15 milhões de pesetas, cerca de 90 mil euros atuais, e o dinheiro foi utilizado para iniciar o projeto de *Encuentro de la Cultura Cubana*.⁸²

Jesús Díaz manteve a direção de *Encuentro* até a sua morte em maio de 2002, quando a direção da revista ficou a cargo de Rafael Rojas até 2006. Nesse ano, o escritor cubano Manuel Díaz Martínez ocupou a função de diretor até o seu fim em 2009. Do início ao fim, isto é, de 1996 a 2009, o conselho de redação da revista permaneceu praticamente inalterado, sofrendo apenas ligeiras modificações: Velia Cecilia Bobes, Elizabeth Burgos, Manuel Díaz Martínez, María Josefina de Diego, Carlos Espinosa, Antonio José Ponte, Rafael Rojas, Luis Manuel García, Iván de la Nuez, Marifeli Pérez-Stable, Rafael Zequeira, Eliseo Alberto, Jorge Luis Arcos. O conselho de redação não era composto apenas por cubanos, mas também por intelectuais de outras nacionalidades, como a antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos.⁸³

⁸¹ DÍAZ, Martínez. Jesús. Correspondencia personal. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 8.

⁸² Depoimento de Annabelle Rodríguez ao canal cubaencuentro, em 2006. Disponível em: <http://www.cubaencuentro.com/entrevistas/articulos/encuentro-creo-un-terremoto-en-cuba-20586>. Acesso em: 07/07/2015.

⁸³ Manuel Díaz Martínez é um poeta cubano que vive na Espanha desde 1992, após ser censurado por ter assinado em 1991 um documento chamado *Carta de los Diez*, do qual trataremos adiante. Velia Cecilia Bobes León é uma socióloga cubana que vive no México e trabalha na FLACSO. Elizabeth Burgos é antropóloga e ensaísta venezuelana que reside em Paris, uma das poucas não-cubanas que vieram a fazer parte do conselho de *Encuentro*. María Josefina de Diego García Marruz é economista e escritora cubana, residente em Havana, filha de Eliseo Diego e irmã do poeta Eliseo Alberto Diego, também membro de *Encuentro*. Iván de la Nuez é ensaísta cubano e reside em Barcelona. Carlos Espinosa é crítico literário cubano e reside em Miami. Antonio José Ponte é poeta e ensaísta residente em Havana. Marifeli (María Felicia) Pérez-Stable é politóloga e ensaísta residente nos Estados Unidos. Fez parte do grupo Areíto e da Brigada Antonio Maceo, fundou o Círculo de Cultura Cubana em Nova York, integrou o Cuban Studies Institute e apoiou a revolução até os anos 1990. Luís Manuel García é escritor e jornalista cubano e reside em Madrid. Rafael Zequeira é escritor cubano e reside em Madrid. Jorge Luis Arcos é poeta e ensaísta cubano que vive em Madrid desde 2004.

Encuentro de la Cultura Cubana estabeleceu ao redor de si uma rede transnacional de intelectuais cubanos e estrangeiros, que, através da escrita, criaram relações entre a ilha e a Espanha, ao passo que buscaram se engajar na esfera pública internacional para discutir e transformar a realidade de Cuba, ainda que todos seus fundadores fossem cubanos. Até 2002, 388 dos colaboradores eram cubanos, cerca de 77,6% do total. As outras principais nacionalidades eram espanhóis (36, correspondente a 7,2%), estadunidenses (12, aproximadamente 2,4%) e mexicanos (11, ou 2,2%). Do total dos colaboradores, 129 residiam em Cuba (25,85%), 117 na Espanha (23,45%), 147 nos Estados Unidos (29,46%), 27 no México (5,41%) e o restante em países variados. Dos cubanos exilados que escreviam para a revista, 78 estavam na Espanha (30,12%), 15 no México (5,79%), 22 na França (4,41%) e a maioria vivia nos Estados Unidos, 125 (48,26%). Os outros se dispersavam por muitos outros países.⁸⁴

A revista *Encuentro de la Cultura Cubana* chegou a 54 exemplares. O último número da revista, publicado em 2009, comentou acerca de seu melancólico fim. A *Asociación Encuentro de la Cultura Cubana* teria sido forçada a fechar suas portas em meio à crise financeira internacional, uma vez que tanto as agências governamentais e as fundações de apoio perderam sua capacidade de financiamento e suspenderam as subvenções. Em outubro daquele ano, a *Asociación* foi obrigada a despedir quase todo seu pessoal e, embora existisse um projeto para a continuação da revista, este se viu frustrado.⁸⁵ A *Asociación Encuentro de la Cultura Cubana* ainda mantém seu site, criado em 2000, constantemente atualizado com notícias e informes sobre a ilha.⁸⁶

A revista possuía periodicidade trimestral, com vários volumes duplos, e exemplares físicos com bonitas capas coloridas com pinturas, desenhos ou fotografias, boa encadernação e um número vasto de páginas. *Encuentro* nasceu com 170 páginas, mas seu sucesso entre o meio intelectual cubano e a arrecadação de doações fez com que a revista crescesse muito rapidamente até chegar a uma média de 290 páginas.⁸⁷ Alguns

⁸⁴ RABELO, M.M.L.C. *Cultura e política em Cuba sob o prisma da revista "Encuentro de la Cultura Cubana"*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006, 175p. Dissertação de mestrado, p. 56-57.

⁸⁵ Introducción. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 53-54, verano-otoño, 2009, p. 3-4.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.cubaencuentro.com/>. Acesso em: 16/07/2014/. Todos os exemplares da revista podem ser encontrados neste site.

⁸⁷ O primeiro volume possui 170 páginas, o segundo 190, o terceiro 194 e o quarto-quinto, já no segundo ano de publicação, saltou para 274. Desde então a *Encuentro* nunca publicou um exemplar com menos de 200 páginas.

volumes extrapolaram este número e chegaram à impressionante marca de 410 páginas, um número surpreendente para uma revista cultural trimestral.

O preço da assinatura anual de *Encuentro* na Espanha girou por volta de 3600 a 4000 pesetas entre 1996 e 2000, e, com a adoção do Euro, entre 24 e 26 euros entre 2000 e 2002.⁸⁸ Para a subscrição no continente americano o valor variou entre 62 e 55 dólares. O preço estabelecido pela revista indica seu público majoritário, os intelectuais, em especial os que viviam no exílio, já que o valor era simplesmente impagável para um cubano médio que vivia na ilha nas décadas de 1990 e 2000. Em 2008, por exemplo, o salário cubano em dólares, moeda aceita pela revista, era apenas 20.⁸⁹

Encuentro teve uma tiragem de 4500 exemplares por trimestre, dos quais 1500 eram reservados para serem enviados a Cuba. Eles entravam por vias não oficiais, através de viajantes que passavam por Madrid, amigos dos editores que visitavam a ilha e malotes diplomáticos de várias embaixadas. Uma vez dentro de Cuba, eles circulavam de mão em mão e seu alcance parece razoável. É possível perceber uma gama variada de leitores cubanos dentro do país através das cartas enviadas à *Encuentro*. Ainda que seus exemplares tenham sido disponibilizados online, a revista física era o meio mais eficaz de circulação devido às grandes restrições à internet impostas pelo governo cubano.⁹⁰

Sua linha editorial e estrutura permaneceram bastante estáveis. *Encuentro* não contou com introduções em todos os exemplares, mas os existentes sempre foram escritos e assinados por Jesús Díaz, que utilizou o espaço para apresentar os debates da revista, comentar algum acontecimento internacional ou criticar o governo cubano. Em uma seção chamada *Dossier*, a revista constantemente homenageou renomados intelectuais cubanos, publicando partes de suas obras, comentando sua produção e mesmo divulgando entrevistas. Nesta seção, ainda se encontram artigos, ensaios e reflexões sobre temas políticos e assuntos recentes em Cuba, além de debates sobre a própria história da ilha. *Textual* foi uma seção dedicada à publicação de documentos dispersos ao redor do mundo

⁸⁸ Curiosamente, no ano em que passou a receber euros *Encuentro* publicou no exemplar 16-17 uma capa com a imagem chamada *Los problemas del peso*.

⁸⁹ Obviamente, o valor em dólares não reflete claramente o salário em Cuba. Ignora-se também nesta estatística o valor das remessas de dólares dos Estados Unidos. Entretanto, como *Encuentro* restringiu sua assinatura ao pagamento em dólares e, posteriormente, em euros, é evidente que a esmagadora maioria dos cubanos dentro da ilha não poderiam arcar com os custos.

⁹⁰ Depoimento de Annabelle Rodríguez em entrevista concedida a Letras Libres. Disponível em: <http://www.letraslibres.com/revista/letrillas/revistasensayo-de-democracia>. Como a proposta desta dissertação não é trabalhar com a recepção, não analisaremos a circulação das revistas e as cartas dos leitores.

que dissertavam sobre Cuba ou sobre a própria revista, incluindo informes do governo cubano. Ocupou-se também de comentar assuntos específicos. *En proceso* se configurou como um pequeno espaço para ensaios sobre temas políticos variados. Outras partes da revista dedicaram-se a tratar da literatura e da arte cubana em geral. *Miradas Polémicas*, como o nome sugere, foi dedicada ao debate e disputa entre intelectuais cubanos na ilha e no exílio. Neste espaço, apareceram muitos textos de intelectuais ligados ao regime, algo raro entre as revistas de exilados.

Encuentro possuiu também uma seção chamada *Buena Letra*, que resenhou e divulgou as novas produções de autores cubanos ou autores que refletiram sobre a ilha, geralmente de escritores ligados à própria revista e exilados. Nesta seção, foram resenhados vários livros do *Editorial Colibrí*, fundado pela *Asociación* e fechado em 2013. *La Isla en Peso* informava o leitor sobre acontecimentos culturais e políticos dentro e fora de Cuba, como prêmios, eventos e produções artísticas. Por fim, a revista dedicou um espaço para publicar cartas dos leitores.

Posicionando-se como um espaço de debate sobre passado, presente e futuro da ilha, *Encuentro de la Cultura Cubana* pretendeu formar um local livre para o exame da realidade cubana, aceitando contribuições de cubanos residentes na ilha, de exilados e mesmo de intelectuais não cubanos. A revista propôs uma abertura a pontos de vista contraditórios e mesmo opostos e buscou sempre fomentar a polêmica e o debate. *Encuentro* estabeleceu como seu objetivo a formação de uma sociedade plural, porém, recusou-se a publicar ataques pessoais e declarações violentas no que diz respeito à realidade cubana, táticas usadas por grande parte dos periódicos destinados a criticar o socialismo em Cuba. Ademais, como afirmou Gastón Baquero, sua principal meta era superar a separação advinda do exílio e estabelecer uma ponte entre os cubanos de dentro e de fora da ilha: “a cultura nacional é um lugar de encontro”.⁹¹

Em seu primeiro volume, Jesús Díaz afirmou que *Encuentro de la Cultura Cubana* não estava vinculada a nenhum partido ou organização política de Cuba ou do exílio. Embora *Encuentro* realmente não estivesse ligada a nenhuma instituição ou grupo cubano, ela estabeleceu profundas relações com partidos e instituições europeias, além de recorrer a agências de fomento de atividades culturais. No vigésimo-quinto volume, após

⁹¹ BAQUERO, Gastón. La cultura nacional es un lugar de encuentro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, verano, 1996, p. 4.

a morte de Díaz, a revista publicou uma lista das agências e grupos que a apoiavam. Na lista estava a Fundación Pablo Iglesias do PSOE (Espanha), o Centro Internacional Olof Palme (Suécia), o National Endowment for Democracy (Estados Unidos), o Partido Socialdemocrata Sueco, o Fundación Caja Madrid (Espanha), The Ford Foundation (Estados Unidos), a Dirección General del Libro del Ministerio de Educación y Cultura de España, a Junta de Andalucía (Espanha), The Open Society Institute (Estados Unidos), a Fundación ICO (Espanha) e a Comisión Europea, a Casa de América (Espanha), Universidade Complutense de Madrid, Sociedad General de Autores da España (SGAE), Círculo de Bellas Artes de Madrid, Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, Juan Carlos Center da Universidade de Nova York, Revista *Letras Libres*, Palacio Nacional de Bellas Artes (México), Centro Cultural Espanhol e o Teatro Tower (Miami) e a Casa de Colón, em Las Palmas de Gran Canária.

Pelo apoio recebido de instituições estadunidenses, *Encuentro* muitas vezes foi acusada em Cuba de servir ao imperialismo.⁹² *Encuentro de la Cultura Cubana* recebeu generosas doações da Fundação Ford para levar a cabo o projeto *Encuentro en la Red*, o portal online de *Encuentro*, e continuou recebendo-as durante os anos 2000. A National Endowment for Democracy também deu seu apoio à Associação desde 1999.⁹³

O jornalista cubano José Antonio García Miranda publicou em 2013 um dossiê sobre *Encuentro* na revista cultural cubana *La Jiribilla* chamado “*Encuentros, desencuentros*”.⁹⁴ Para o autor, com o fim do campo socialista, o governo dos Estados Unidos se valeu de entidades que visavam entender a realidade cubana para enfraquecer a Revolução. A National Endowment for Democracy, ligada à Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), teria servido aos estadunidenses como meio de financiar a subversão em Cuba e outras partes do mundo ao apoiar os chamados dissidentes. Fundações como a Ford, Rockefeller e Carnegie serviriam como canais silenciosos de se financiar grupos próximos aos interesses dos Estados Unidos. García Mirana associou *Encuentro* à revista de esquerda moderada *Encounter*, existente na Inglaterra entre 1953

⁹²Ver as acusações em: <http://www.cubainformacion.tv/index.php/inicio/archivo-de-videos/1046?task=view> e <https://www.diagonalperiodico.net/antigua/pdf30/04diagonal30-web.pdf>. Acesso em: 25/03/2015.

⁹³ Sobre o financiamento da Fundação Ford, ver: <http://www.fordfoundation.org/SiteSearch?q=Encuentro>. Acesso em: 25/03/2015. Todos os apoios de National Endowment for Democracy estão disponíveis em: http://www.ned.org/search_results.html?cx=008846551274917761505%3A1i0zdvf5gsi&cof=FORID%3A11&q=Encuentro&sa.x=0&sa.y=0&sa=Search. Acesso em: 25/03/2015. Por parte da NED, são ao menos seis apoios declarados e que ainda permanecem em seu portal oficial.

⁹³ Disponível em: <http://www.boe.es/boe/dias/2007/08/14/pdfs/A34670-34673.pdf>

⁹⁴ Disponível em: http://www.lajiribilla.cu/2002/n50_abril/1274_50.html. Acesso em: 25/03/2015.

e 1967, supostamente financiada pelos Estados Unidos. O jornalista, em todo o seu dossiê, buscou conectar *Encuentro* aos grupos de Miami e às direitas anti-castristas, equiparou *Encuentro de la Cultura Cubana* à *Revista Hispano-Cubana* e afirmou que eram homólogas.

Ainda que o financiamento de instituições como a Fundação Ford e a National Endowment for Democracy compromettesse a aspiração de autonomia da revista, *Encuentro de la Cultura Cubana* foi uma revista moderada de esquerda e, como já apontamos, próxima da socialdemocracia europeia e que reivindicou para si propostas de integração social e uma possível terceira via em um contexto globalizado pós-Guerra Fria.⁹⁵

Ademais da proximidade das propostas de *Encuentro* com os princípios da esquerda europeia, é notável a sua ligação com o PSOE. Além do apoio institucional e notoriedade concedidas, o PSOE ajudou financeiramente a *Asociación Encuentro de la Cultura Cubana*. Em 2007, o Ministério de Assuntos Exteriores concedeu 300.000 euros ao portal *cubaencuentro*, divulgado no *Boletín Oficial del Estado* na Espanha.⁹⁶ Em 2005, a *Agencia Española de Cooperación* concedeu três subvenções de 60.000 euros à *Encuentro*.⁹⁷ Mas por que o Partido Socialista Obrero Español financiou *Encuentro* e por que esta escolheu se acercar dele? De fato, Cuba nunca esteve tão afastada da realidade de sua antiga metrópole e, em tempos recentes, passou a ser um assunto interno e externo da Espanha. Como veremos, a Revolução Cubana se tornou, nos anos 1990, um tema presente no cotidiano espanhol e serviu para marcar a diferença entre os posicionamentos políticos no espaço público ibérico. Como aponta Joaquín Roy, a política externa espanhola em relação a Cuba tomou perspectivas ideológicas bastante claras e resultou em um conflito interno e debates muitas vezes radicalizados.⁹⁸ O tratamento diplomático concedido à ilha também indicou a relação estabelecida entre os partidos espanhóis e os Estados Unidos da América. *Encuentro de la Cultura Cubana* recebeu atenção do governo espanhol por contribuir com este debate político espanhol.

⁹⁵ MUDROVICIC, María Eugenia. Estrategias de intervención y pensiones políticas en la cultura latinoamericana de la pos Guerra Fría. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Año 35, No. 69 (2009), p. 241.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.boe.es/boe/dias/2007/08/14/pdfs/A34670-34673.pdf>

⁹⁷ Disponível em: <http://www.libertaddigital.com/opinion/victor-llano/la-generosidad-de-leire-con-annabelle-28985/>. Acesso em: 25/03/2015.

⁹⁸ ROY, Joaquín. España y Cuba: una relación muy especial? *Afers Internacionals*, n. 31, 1995, p. 154-157.

A ruptura colonial cubana marcou a história contemporânea espanhola e foi a primeira grande crise de independência de fins do século XIX e princípios do XX. Para contrapor à hegemonia estadunidense no continente americano, os espanhóis colocaram em marcha um discurso hispanista que propunha uma reaproximação com suas antigas colônias através de elementos culturais comuns, como uma história compartilhada, os costumes, a língua e, em uma vertente mais conservadora do discurso, a religião católica. Se o hispanismo já existia ao longo do século XIX, sua difusão foi acentuada com a chamada Geração de 98 (Miguel de Unamuno, Azorín, Valle Inclán, Angel Ganivet) como resposta ideológica à crise espanhola que apelou para uma herança hispânica e vínculos espirituais para se relacionar com os países latino-americanos.⁹⁹ O discurso hispanista, de origem liberal, logo foi apropriado pelas direitas espanholas e latino-americanas e hoje constitui um discurso conservador.

A independência cubana não rompeu completamente os vínculos entre a ilha e Espanha. Desde o fim do século XIX e começo do XX, milhares de espanhóis migraram da península para o continente americano e seus principais destinos foram Argentina e Cuba. A presença massiva de espanhóis na ilha promoveu a continuidade de relações entre ambos os países. Após a vitória dos franquistas na Guerra Civil Espanhola, milhares de republicanos se refugiaram na ilha. O regime franquista manteve o diálogo com os sucessivos governos cubanos, mesmo após a vitória da Revolução, e buscou diminuir os possíveis conflitos.¹⁰⁰

Com a morte do ditador Franco, as relações entre Cuba e Espanha se alteraram. Com a redemocratização, o fluxo migratório da primeira metade do século se inverteu e a Espanha passou a ser um destino escolhido por muitos cubanos. A proximidade linguística e cultural e os crescentes níveis da qualidade de vida no país foram fatores importantes para muitos que partiram de Cuba nos anos 1980 e 1990. Para os intelectuais cubanos, a possibilidade de ter acesso ao círculo cultural e ao mercado europeu também foram elementos considerados. Politicamente, a Espanha havia se tornado uma opção de exílio distinta do ambiente hegemonicamente conservador de Miami e dos Estados

⁹⁹ BEIRED, J. L. B. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. In: VII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2007, Campinas. Anais do VII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2006, p. 1-2. Sobre a Geração de 1898 e o impacto da independência cubana, ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*, Franca, v. 22, n. 2, p. 35-58, 2003.

¹⁰⁰ ROY, Joaquín. *The Cuban Revolution (1959-2009)*. Relations with Spain, the European Union and the United States. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

Unidos sob a liderança do belicoso presidente anticomunista Ronald Reagan, especialmente após a vitória do Partido Socialista Obrero Español, em 1982.

Para os espanhóis, a década de 1980 foi acompanhada por um desejo de aproximar-se da América Latina e superar a retórica conservadora da hispanidade exacerbada pelo franquismo. A redemocratização abriu a possibilidade da Espanha de formular e colocar em prática uma política externa mais ativa, com maior autonomia e pautada em um viés democrático, na qual a América Latina foi importante interlocutora.¹⁰¹ A diplomacia espanhola viu em Cuba a possibilidade de reforçar o papel da Espanha como ator internacional capaz de formular políticas próprias.

Diferentemente da agressiva política externa estadunidense aplicada à ilha, os socialistas espanhóis tentaram estabelecer um diálogo com o governo cubano e preencher possíveis espaços no país e ampliar sua influência. Sob a administração de Felipe González, a Espanha intensificou suas relações comerciais com Cuba, aumentou seus investimentos e a cooperação econômica. Em 1985, Cuba já era seu melhor cliente na América Latina, comprando cerca de 20% das exportações para toda a região. Entre 1980 e 1992, a ilha recebeu 46,6% de toda ajuda econômica espanhola destinada a países latino-americanos.¹⁰²

A estratégia espanhola e europeia se baseava em promover o comércio e intensificar o diálogo político com Cuba, o que era considerado a melhor forma de fomentar o surgimento de um regime livre, democrático e constitucional. A tentativa do PSOE de normalizar as relações com Cuba não se fundamentava apenas em uma solidariedade entre um partido de esquerda e a ilha, mas também na concepção de que a livre circulação de ideias, bens e investimentos durante a crise cubana dos anos 1990 contribuiria para uma transição pacífica para uma economia de mercado e para um regime politicamente plural.¹⁰³

As conquistas da diplomacia espanhola foram modestas, mas concretas. Os espanhóis se tornaram os maiores parceiros econômicos europeus de Cuba, conseguiram que o governo cubano indenizasse alguns proprietários espanhóis expropriados durante a

¹⁰¹ BAYO, Francesc. Las relaciones políticas entre España y Cuba. Continuidad histórica y ajustes frecuentes. *Documentos CIDOB América Latina*, n. 16, 2006, p. 5.

¹⁰² ROY, Joaquín. España y Cuba: una relación muy especial? *Afers Internacionals*, n. 31, 1995, p. 154-155.

¹⁰³ Idem.

Revolução e obtiveram a libertação de Eloy Gutiérrez Menoyo. Gutiérrez Menoyo, um espanhol nacionalizado cubano que havia lutado na Revolução entre 1959 e 1961 e, depois, por se opor à virada socialista na ilha, se exilou nos Estados Unidos e organizou operações para derrubar o governo revolucionário. Capturado em 1965, foi liberado em 1986 devido às negociações com autoridades espanholas.

O modelo do PSOE foi retomado após a chegada à presidência com Zapatero em 2004. A proposta socialista espanhola ficou conhecida como *diálogo crítico*, uma política externa mais sofisticada e complexa que visava promover uma transição democrática pacífica em Cuba, equilibrando-se em resolver as diferenças com o governo cubano através do diálogo. A ideia era superar o isolamento do regime cubano, mas condicionar toda forma de apoio às mudanças progressivas dentro da ilha. Ao mesmo tempo, o governo espanhol estabeleceu diálogo com grupos e líderes da dissidência moderada dentro e fora de Cuba, de maneira a contrapor a política externa de Washington.

A *Asociación Encuentro de la Cultura Cubana* foi um destes grupos. Ela recebeu grande apoio do governo de Felipe González, que já havia conhecido Jesús Díaz em um encontro da Internacional Socialista. Annabelle Martínez garantiu a conexão entre *Encuentro* e o PSOE. A partir de 2004, devido a um posicionamento mais conservador da revista, as relações ficaram mais difíceis, mas ainda assim o Partido Socialista Obrero Español apoiou financeiramente a organização.

No ano de 2002, devido à morte de Jesús Díaz, a direção da *Asociación Encuentro de la Cultura Cubana* passou para Annabelle Rodríguez, ao passo que Rafael Rojas e Manuel Díaz Martínez, ambos mais críticos ao regime cubano que seu predecessor, dirigiram a revista e imprimiram à mesma maior caráter de oposição. O editorial de seu número 25, que homenageia Jesús Díaz, deixa claro sobre uma “nova etapa que se inicia”.¹⁰⁴

Encuentro pretendeu ser um espaço cultural dedicado aos estudos da realidade cubana e uma ponte de ligação entre os cubanos da ilha e do exílio. Ela se colocou como um meio termo entre duas tendências irreconciliáveis, algo entre Havana e Miami, e crítica a ambas. Muitos de seus fundadores se perceberam como membros de um exílio pós-castrista, foram críticos ao regime na ilha e contrários ao anticomunismo ferrenho de parcela da comunidade exilada da Flórida.

¹⁰⁴ Introducción. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 4.

Ainda que *Encuentro de la Cultura Cubana* tenha feito parte da oposição ao governo de Fidel Castro, seu projeto editorial prezou pela reconciliação nacional e pelo diálogo. Para *Encuentro*, haveria de se buscar um caminho para Cuba que dependesse de todos os cubanos, com a participação do comunista dentro da ilha e do grande empreendedor da Flórida.¹⁰⁵ Gastón Baquero idealizou uma revista cujo intento seria diminuir a distância e o desconhecimento entre os cubanos, de maneira a superar a desconfiança e estabelecer canais de diálogo.¹⁰⁶

Encuentro de la Cultura Cubana imaginou que a melhor solução para a crise cubana dos anos 1990 seria uma discussão entre um governo brando, formado após a saída de Fidel Castro, e a oposição.¹⁰⁷ Se havia em *Encuentro* a negação da paranoia anticomunista, permaneceu a desconfiança em relação à figura de Fidel Castro. O líder cubano sempre foi representado como um empecilho às negociações e ao diálogo com a oposição moderada. Entretanto, se Fidel foi percebido como verdadeira barreira para as discussões, o mesmo poderia se dizer dos conservadores da Flórida. *Encuentro* viu a incapacidade de diálogo como traço tanto do regime da ilha quanto do exílio de Miami.¹⁰⁸ Em entrevista, Annabelle Rodríguez afirmou que *Encuentro* deu “muita importância à opinião da esquerda porque a crítica que mais pode colocar em evidência o regime é aquela que vem da esquerda”.¹⁰⁹

De forma geral, *Encuentro de la Cultura Cubana* não compartilhou a demonização da Revolução exercida pelo exílio conservador. É recorrente na revista a percepção da Revolução Cubana como um processo trágico, uma experiência promissora que fracassou devido à incapacidade dos revolucionários de criticarem os legados autoritários das esquerdas. Ela foi descrita como uma experiência legítima, mas que

¹⁰⁵ DÍAZ, Jesús. Una delicada bomba de tiempo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid n. 3, invierno, 1996-1997, p. 133.

¹⁰⁶ BAQUERO, Gastón. Del lado de la libertad. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 14.

¹⁰⁷ COLOMER, Josep M. Después de Fidel, qué? *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 78-79.

¹⁰⁸ LABARCA, Eduardo. El no cubano. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, otoño, 1998, p. 34.

¹⁰⁹ Depoimento de Annabelle Rodríguez ao canal cubaencuentro, em 2006. Disponível em: <http://www.cubaencuentro.com/entrevistas/articulos/encuentro-creo-un-terremoto-en-cuba-20586>. Acesso em: 07/07/2015.

fracassou em resolver os problemas levantados, como um belo sonho que deu errado e como sonho que se tornou pesadelo.¹¹⁰

Em certos momentos, a revista *Encuentro* reconheceu a legitimidade da Revolução em seus princípios. Em contraste com os precários direitos civis, políticos e econômicos da ilha, os direitos sociais e culturais estariam plenamente estabelecidos e seriam conquistas positivas levadas à frente pela Revolução.¹¹¹ Antes dos anos 1990, afirmou o economista cubano Carmelo Mesa-lago, a Revolução conseguiu oferecer pleno emprego, saúde, educação, segurança social e igualdade de distribuição para a população.¹¹²

Esteve presente em todo momento na revista a defesa da soberania cubana. *Encuentro* rechaçou todo tipo de ingerência externa e se opôs ao imperialismo estadunidense e aos setores anexionistas do exílio.¹¹³ Os cubanos deveriam adotar soluções próprias e não utilizar mecanicamente experiências de outros lugares.¹¹⁴ Em *Encuentro*, os cubanos eram vistos como agentes de sua própria história e caberia somente a eles decidir os rumos da ilha.

Jesús Díaz e *Encuentro* atacaram os setores mais conservadores do exílio e negaram qualquer posicionamento que implicasse no abandono da soberania nacional e dos legados positivos construídos pela Revolução. Luis Manuel García criticou duramente a política externa estadunidense e os cubano-americanos que a apoiavam. A Lei Helms-Burton favoreceria apenas os grandes empresários em detrimento do cubano pobre ou médio. O bloqueio norte-americano recairia apenas sobre os mais humildes, não sobre a elite burocrática.¹¹⁵ Ainda sobre o bloqueio, Vázquez Díaz defendeu a ideia de que em Cuba a política externa estadunidense não tratava de democratizar um regime

¹¹⁰ DÍAZ, Jesús. Una delicada bomba de tiempo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1996-1997, p. 132; VÁZQUEZ DÍAZ, René. El individuo ante el embargo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 12-13, primavera-verano, 1999, p. 180.

¹¹¹ RUPÉREZ, Ignacio. La Habana, verano del 90. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 19, invierno, 2000-2001, p. 115; SÁNCHEZ SANTACRUZ, Elizardo. Los defensores de los derechos humanos somos no personas. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 21-22, verano-otoño, 2001, p. 127.

¹¹² MESA-LAGO, Carmelo. Recuperación económica en Cuba? *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1996-1997, p. 58.

¹¹³ O anexionismo em Cuba foi uma tradição política iniciada no século XIX que defendia a integração da ilha aos Estados Unidos da América. Embora enfraquecido após o período citado, o anexionismo permaneceu vivo ao longo do século XX, especialmente entre os exilados conservadores de Miami e seus descendentes.

¹¹⁴ ROQUE, Martha Beatriz. La transición a la democracia en Cuba. Algunas consideraciones económicas. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 23, invierno, 2001-2002, p. 143.

¹¹⁵ MANUEL GARCÍA, Luis. De cómo el lobo feroz se hizo cómplice de la Caperucita Roja. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1996-1997, p. 32 e p. 35.

ditatorial, mas de dismantelar uma Revolução que possuía suas origens e apoio entre as camadas populares.¹¹⁶

Jesús Díaz viu na burguesia cubana no exílio uma verdadeira incapacidade de representar a nação. Seus fracassos em incorporar uma população heterogênea à vida nacional e a criação de um país extremamente excludente, teriam levado Fidel ao poder. Díaz não desconfiava das qualidades da burguesia de Miami, nem de suas intenções, mas “de sua capacidade para reconhecer e entender o país real que irão encontrar e de contribuir, a partir dos componentes históricos, raciais e culturais deste, com o desenvolvimento de uma segunda república cubana verdadeiramente democrática, resolvendo assim, pela primeira vez, seu dilema histórico.”¹¹⁷

Iván de la Nuez expressou sua opinião frente ao chamado exílio histórico cubano e seu posicionamento se aproximou ao da revista. Ao rebater os argumentos conservadores, de la Nuez questionou:

[...] não sou suficientemente combativo e ofereço resquícios de sobrevivência ao regime de Havana? Por favor, não sou eu quem mantém vivo esse regime, mas, entre outros aspectos mais profundos ou superficiais, aqueles que durante quarenta anos prometeram derrubá-lo e tem no castrismo seu principal fundamento, os múltiplos benefícios de um lobby em Washington ou o monopólio de uma retórica vaga, com emissoras e locutores que dificilmente sobreviveriam ao dia posterior do fim do regime cubano.¹¹⁸

Os conservadores espanhóis também foram alvos das críticas de *Encuentro*. A revista criticou ferrenhamente a política externa de José María Aznar e atacou a Fundação Hispano-Cubana:

Na Casa de América de Madri, um lugar oficial, apresenta-se a Fundação Hispano-Cubana, dirigida, para maior escárnio, por um deputado do PP, Guillermo Gortázar, que não oculta seu objetivo de contribuir para a democratização de Cuba, é dizer, a derrubada de Castro. Mais grave ainda, a União Europeia aprova por iniciativa espanhola um posicionamento comum sobre Cuba no sentido de fazer a cooperação depender do avanço do tema dos direitos humanos.¹¹⁹

¹¹⁶ VÁZQUEZ DÍAZ, René. La extraña situación de Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 50.

¹¹⁷ DÍAZ, Jesús. Los suicidios de la burguesía cubana y el dilema del futuro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 23, invierno, 2001-2002, p. 89.

¹¹⁸ NUEZ, Iván de la. Demócrata, poscomunista y de izquierdas. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 20, primavera, 2001, p. 261-262.

¹¹⁹ SOTELO, Ignacio. Notas sobre la política española en Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 16-17, primavera-verano 2000, p. 102-103.

Iván de la Nuez acusou o anticomunismo da direita cubana de carregar uma significativa dose de macarthismo, atualizado por Jesse Helms, mentor da Lei Helms-Burton. Ademais, a direita cubana traria consigo o duplo fracasso: não conseguiram derrubar Fidel e não conseguiriam promover uma democracia em Cuba. Este grupo carregaria em si uma longa lista de nepotismos, procedimentos autoritários, intolerância ideológica e uma estética e linguagem baseados ainda na Guerra Fria.¹²⁰

Ainda que *Encuentro* tenha se oposto aos representantes do exílio conservador e às suas propostas de abertura total da ilha ao capital estrangeiro, a revista compartilhou da desilusão de grande parte da esquerda dos anos 1990. Em seu 25º número, *Encuentro* afirmou que a democracia radical seria o único elemento que restou do projeto socialista, sem, entretanto, definir ou explicar o que seria essa democracia radical.¹²¹ A utopia de transformação máxima da sociedade foi, para *Encuentro*, derrotada. O fim do socialismo real e o desastre da economia cubana em princípios da década de 1990 levaram seus colaboradores a ver no mercado a única solução para os problemas do país.

A revista aplaudiu as reformas e a abertura econômica tomadas pelo governo durante o Período Especial em Tempos de Paz e oscilou entre a defesa da liberalização total da economia e uma abertura controlada, embora incisiva. Logo no primeiro volume, Jorge Domínguez apontou para a necessidade de se reconstruir uma economia de mercado fundamentada em regras normais.¹²² Mesmo o texto mais radical de *Encuentro*, escrito por Ariel Hidalgo, que afirmou que a Revolução fora inconclusa por não transmitir as propriedades diretamente aos trabalhadores e transformá-los em assalariados a serviço de um Estado que não completou seu processo de transformação socialista, sugeriu que a forma de contornar a crise cubana seria a abertura dos mercados ao capital.¹²³

A maioria dos autores que contribuíram com *Encuentro* tendeu a defender uma abertura controlada, com a criação de empresas autogestionadas e cooperativas familiares.¹²⁴ Ao mesmo tempo, houve a proposta de incentivo ao trabalho autônomo e

¹²⁰ NUEZ, Iván de la. Demócrata, poscomunista y de izquierdas. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 20, primavera, 2001, p. 263.

¹²¹ MICHNIK, Adam. Lo gris es hermoso. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 184.

¹²² DOMÍNGUEZ, Jorge I. La transición política en Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, verano, 1996, p. 9.

¹²³ HIDALGO, Ariel. La revolución inconclusa. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, otoño, 2000, p. 172-179.

¹²⁴ Idem, p. 172-179.

apoio às pequenas empresas, o que permitiria ao Estado cubano superar a crise econômica e diminuir o número de trabalhadores estatais.¹²⁵

A proposta de abertura econômica veio acompanhada também do rechaço ao neoliberalismo. Após constatar os imensos danos, o desmonte do Estado e o crescimento da desigualdade social causados pela política neoliberal na América Latina ao longo das décadas de 1980 e 1990, a maioria dos colaboradores de *Encuentro* propuseram maior cuidado ao longo de um possível processo de transição rumo à economia de mercado e classificaram o neoliberalismo de “democracia com fome” em um continente onde “a primeira democracia é a do pão”.¹²⁶

Neste sentido, *Encuentro de la Cultura Cubana* se assemelhou à socialdemocracia de fins do século XX, um modelo de organização da sociedade que combinaria os ideais de igualdade e justiça social com a preservação e aprofundamento das liberdades democráticas dentro de um quadro que mantém a economia de mercado e a empresa privada. Vários colaboradores de *Encuentro* fizeram parte de uma geração de intelectuais que se desiluiu com a experiência socialista cubana e desacreditaram na capacidade de uma economia centralmente planificada. A ineficácia econômica do governo revolucionário e seu fracasso em superar a dependência levaram parte da dissidência de esquerda a argumentar a favor de um mercado socialmente regulado que seria capaz de permitir a formação de excedente econômico e destinar parte do mesmo para o desenvolvimento social e a redução das desigualdades.

Para Wolf Grabendorff não bastaria para Cuba estabelecer livres eleições e um Estado de Direito pleno, mas também criar condições básicas de subsistência para que a população pudesse participar do embate político.¹²⁷ Oscar Espinosa Chepe propôs a liberalização e abertura dos mercados, uma economia mista baseada nos princípios de mercado sob controle democrático que impediria que fosse dominado por poderes de grandes interesses e manipulado por elementos egoístas alheios aos fins sociais. Em uma

¹²⁵ PÉREZ-STABLE, Marifeli. La Cuba posible. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 189.

¹²⁶ MANUEL GARCÍA, Luis. De cómo el lobo feroz se hizo cómplice de la Caperucita Roja. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1996-1997, p. 37.

¹²⁷ GRABENDORFF, Wolf. Algunas transiciones hacia la democracia en América Latina: elementos comparativos y tímidas lecciones. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 56.

possível nova etapa da história cubana, haveria a necessidade de se criar mecanismos que garantissem a igualdade e protegessem os setores mais fracos da sociedade.¹²⁸

Há de se ressaltar que embora *Encuentro de la Cultura Cubana* se colocasse próxima à esquerda europeia, progressivamente adotou posições mais conservadoras e abriu espaço para indivíduos ligados a oposição anticastrista. Em seu volume 10, a revista publicou um texto do presidente da Fundação Hispano-Cubana, Alberto Recarte e, a partir dos números 16-17, o ensaísta Carlos Alberto Montaner, um dos maiores inimigos do governo cubano, passou a contribuir com a revista. Em uma carta endereçada a *Encuentro*, o poeta Guillermo Rodríguez Rivera, residente em Havana, acusou a revista de se deslocar para a direita e adotar posições clássicas de Miami, posições que desqualificavam essencialmente a Revolução.¹²⁹ Embora já existisse na revista profundas críticas ao comunismo e socialismo, apenas em seu 25º exemplar, logo após a morte de Jesús Díaz, apareceu um artigo que afirmou que o socialismo estaria fadado ao fracasso desde sua ideia original, além de que a democracia burguesa seria a única forma de superar o subdesenvolvimento da ilha.¹³⁰ Como mencionado, *Encuentro* se aproximou mais das direitas e do centro a partir da direção de Manuel Díaz Martínez e Rafael Rojas.

Encuentro de la Cultura Cubana não foi a única representante da comunidade de exilados na Espanha. Logo após seu surgimento, foram criadas uma fundação e uma revista de oposição ao regime cubano que se aproximavam das críticas ao regime cubano feitas em Miami e das posições da direita espanhola. Assim como *Encuentro de la Cultura Cubana*, a *Revista Hispano-Cubana* também pretendeu ser porta voz do exílio.

1.3 – (Neo)Liberalismo ou Morte! Guillermo Gortázar, o Partido Popular Espanhol e a *Revista Hispano-Cubana*

A *Revista Hispano-Cubana* foi fundada na primavera de 1998 pelo historiador basco Guillermo Gortázar Echeverría. Se as informações sobre *Encuentro de la Cultura Cubana* são escassas, as referências à *Hispano-Cubana* e a seu diretor são ainda mais raras e a bibliografia sobre o assunto é praticamente inexistente.

¹²⁸ ESPINOSA CHEPE, Oscar. Para salir de la crisis. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 23, invierno, 2001-2002, p. 156.

¹²⁹ RODRÍGUEZ RIVERA, Guillermo. Carta a *Encuentro de la Cultura Cubana*. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 20, primavera, 2001, p. 257.

¹³⁰ SÁNCHEZ, Antonio. América Latina: entre el desvarío y la razón. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 269 e p. 273.

Guillermo Gortázar é professor de história contemporânea da Universidad Nacional de Educación a Distancia, contratado pelas Universidades Norte-americanas Reunidas.¹³¹ Além disso, é membro do Partido Popular Espanhol, pelo qual foi deputado entre 1993 e 2002. A criação de *Revista Hispano-Cubana* esteve diretamente conectada com sua trajetória na política espanhola. Gortázar foi diretor da revista entre 1998 e 2002, Secretário Geral da *Fundación Hispano-Cubana* entre 1996 e 2002 e seu presidente entre 2006 e 2013.

Guillermo Gortázar é um grande admirador de Hayek e Popper, crítico do marxismo e se esforçou no sentido de efetuar uma leitura do passado de acordo com o projeto liberal-conservador de seu partido. Suas obras analisam, em grande medida, a restauração espanhola e revalorizaram o período, concebendo-o como uma experiência de crescimento econômico, estabilização do liberalismo e favorável para o florescimento da liberdade intelectual e econômica.¹³² Gortázar fez seu mestrado na Universidade da Califórnia – San Diego, em 1982, quando o estado então fervilhava com o ressurgimento do conservadorismo estadunidense, com a liberalização da economia, diminuição da intervenção estatal e maior austeridade fiscal, bem representados pela chamada *taxpayer revolt* e pela *Proposition 13 (People's Initiative to Limit Property Taxation)* de 1978.¹³³

Desde o seu retorno à Espanha, Gortázar defendeu um programa liberal-conservador encarnado pelo Partido Popular. Em suas colunas no *El País*, o historiador criticou ferrenhamente a socialdemocracia europeia, apontou para sua crise generalizada e acusou o socialismo de ser avesso à liberdade. Segundo Gortázar, a solução para a crise dos partidos progressistas europeus seria um giro à direita.¹³⁴ Em concordância com os arautos da vitória do liberalismo, o espanhol afirmou que o modelo socialista falhou, que a política de bem-estar social fracassou e que os serviços estatais eram ineficientes.¹³⁵

¹³¹ Universidades Norte-americanas Reunidas é um programa da Universidad Complutense de Madrid no qual participam várias instituições estadunidenses de ensino superior.

¹³² GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos. El retorno de la “tradición” liberal-conservadora (El “discurso” histórico-político de la nueva derecha española). *Ayer*, Madrid, n. 22, 1996, p. 79-80. Sua principal obra é GORTÁZAR ECHEVERRÍA, Guillermo. *Alfonso XIII, hombre de negocios*. Alianza Editorial, Madrid, 1986.

¹³³ Grosso modo, a *Proposition 13*, uma emenda à Constituição da Califórnia, estabeleceu a diminuição dos impostos sobre a propriedade privada para o valor que possuíam em 1975 e restringiu seus aumentos anuais a um máximo de 2%. O discurso de austeridade da *taxpayer revolt* contribuiu imensamente para a eleição do neoliberal Ronald Reagan em 1980.

¹³⁴ GORTÁZAR, Guillermo. Un poco más a la derecha. *El País*, 28 de janeiro, 1992.

¹³⁵ GORTÁZAR, Guillermo. El espíritu de la época. *El País*, 21 de dezembro, 1993.

Guillermo Gortázar faz parte de uma geração da direita espanhola que se percebe como herdeira de uma tradição liberal e constitucional. Assumidamente anticomunista, o historiador adotou os preceitos do liberalismo-conservador europeu e o considerou não apenas como uma mera ideologia, mas como último ponto de chegada do pensamento moderno, expressão máxima da liberdade.¹³⁶

Esta direita espanhola, bastante representada dentro do Partido Popular, entende a Espanha como um país plural que se integra através da monarquia constitucional. Ao mesmo tempo, ela rechaça a experiência franquista como uma anomalia do processo histórico e um empecilho ao progresso liberal, à liberdade intelectual e econômica.¹³⁷

A primeira intervenção de Gortázar na imprensa, no que tange ao tema cubano, remonta ao ano de 1994. Ao refletir sobre a intensa crise que vivia a ilha, o historiador defendeu posições que posteriormente serviram como os pilares que sustentaram o programa seguido pela *Revista Hispano-Cubana*. Guillermo Gortázar atribuiu os problemas cubanos ao governo, ressaltou sua incompetência econômica e autoritarismo, comparou Fidel Castro a Hitler e propôs que uma transição democrática seria a única solução para Cuba. Ainda em seu artigo, Gortázar atacou a iniciativa espanhola de estabelecer diálogo com o regime cubano e se posicionou contra a suspensão do bloqueio.¹³⁸

Gortázar se interessou por Cuba devido a um pedido pessoal de José María Aznar, presidente espanhol pelo Partido Popular em 1996. No ano de 1990, Aznar solicitou a Guillermo Gortázar que se ocupasse das relações com a ilha e seus exilados. Em 1994, o historiador foi a Cuba em uma visita oficial do partido com o objetivo de encontrar com a dissidência cubana na embaixada espanhola. A estratégia de diálogo adotada pelo PSOE anteriormente propiciou que as autoridades espanholas estabelecessem contatos com o governo cubano e com a oposição, o que permitiu que membros do Partido Popular comesçassem a criar suas próprias redes. Nesta visita, Gortázar iniciou diálogos com a dissidência interna que colaboraria com a Fundação Hispano-Cubana, como Gustavo

¹³⁶ GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos. El retorno de la “tradicción” liberal-conservadora (El “discurso” histórico-político de la nueva derecha española). *Ayer*, Madrid, n. 22, 1996, p. 73.

¹³⁷ GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos. El retorno de la “tradicción” liberal-conservadora (El “discurso” histórico-político de la nueva derecha española). *Ayer*, Madrid, n. 22, 1996, p. 77.

¹³⁸ GORTÁZAR, Guillermo. Cuba sí, dictadura no. *El País*, 21 de agosto, 1994.

Arcos, Elizardo Sánchez e Oswaldo Payá.¹³⁹ A nota informativa sobre a viagem estabeleceu alguns dos pontos que o Partido Popular espanhol tomaria como fundamentais em sua relação com Cuba, como a melhora das condições das prisões, o respeito aos direitos humanos e a anistia aos chamados “presos de consciência”.¹⁴⁰ Pouco tempo depois, em 1995, antes de sua campanha, Aznar visitou Miami para angariar apoio para a empreitada eleitoral e ali se reuniu com vários representantes do exílio cubano.¹⁴¹

Após a vitória do partido nas eleições de 1996, a responsabilidade de articulação política com a dissidência cubana passou para o Ministério de Assuntos Exteriores. Neste ano, Gortázar deu continuidade ao trabalho que vinha sendo feito e criou a Fundação Hispano-Cubana que, desde então, se tornou um instrumento fundamental da direita espanhola para estabelecer contatos com os exilados e fortalecer a política externa em relação à ilha.¹⁴²

A Fundação Hispano-Cubana surgiu inspirada na poderosa Fundação Nacional Cubano-Americana (Cuban American National Foundation), fundada na Flórida em 1981 pelo empresário Jorge Más Canosa, filho de um tenente do exército de Fulgencio Batista.¹⁴³ Gortázar criou a Fundação Hispano-Cubana com intuito de reforçar os laços

¹³⁹ Elizardo Sánchez é um importante opositor do governo cubano que reside em Havana. Após ser preso entre 1980-1985, acusado de “propaganda inimiga” e encarcerado novamente em 1986, Gustavo Arcos fundou, em 1987, a *Comisión Cubana de Derechos Humanos y Reconciliación Nacional*, uma ONG que se opõe ao regime e afirma promover e defender os direitos humanos em Cuba. Além de articular a oposição interna e externa ao governo, a ONG denuncia os abusos cometidos no país. Seu site está disponível em: <http://ccdhrn.org/>. Acesso em: 07/07/2015.

Gustavo Arcos foi outro importante opositor do governo cubano. Ele participou do ataque ao quartel Moncada e foi preso junto a Fidel Castro. Uma vez liberado da cadeia, passou a coletar dinheiro para a nova expedição dos rebeldes em Cuba, em 1956, ao passo que seus irmãos lutaram junto ao Movimento Revolucionário 26 de Julho. Após a vitória da Revolução, serviu como embaixador até 1966, quando suas críticas a Fidel o levaram à prisão, liberado três anos depois devido a uma greve de fome. Arcos foi novamente encarcerado em 1981 ao tentar sair ilegalmente da ilha para visitar seu filho em Miami e desta vez permaneceu na prisão por oito anos. Depois de liberto, passou a fazer parte do *Comité Pro Derechos Humanos de Cuba*, criado por Ricardo Bofill, e, em 1988, tentou fundar um partido chamado Partido pro Derechos Humanos de Cuba. Arcos faleceu em 2007, em Havana.

¹⁴⁰ GORTÁZAR, Guillermo. Nota informativa sobre el viaje a Cuba. In: *Cuba: camino de libertad*. Discursos, textos y documentos, 1990-2012. Madrid: Editorial Hispano Cubana, 2012, p. 39-46. A oposição cubana tende a chamar os prisioneiros políticos de “prisioneiros de consciência”. O termo foi cunhado pelo inglês Peter Benenson em 1961 e se referia a “[...] qualquer pessoa que está restrita fisicamente (com pena de prisão ou não) de expressar (em qualquer forma de palavras ou símbolos) qualquer opinião que ele detém e que não defende ou tolera a violência pessoal. Nós também excluimos aquelas pessoas que conspiraram com um governo estrangeiro para derrubar o seu próprio”. Disponível em: <http://www.amnestyusa.org/about-us/amnesty-50-years/peter-benenson-remembered/the-forgotten-prisoners-by-peter-benenson>. Acesso em: 08/07/2015.

¹⁴¹ *El Nuevo Herald*, Miami, 30 de novembro, 1995.

¹⁴² LLANO, Victor. Entrevista con Guillermo Gortázar. Disponível em: <http://www.libertaddigital.com/otros/revista/articulos/36793548.htm>. Acesso em: 30/03/2015.

¹⁴³ Como já apontamos, trataremos melhor da Fundação Nacional Cubano-Americana no segundo capítulo, ao analisarmos os laços e conexões transnacionais presentes na cultura cubana contemporânea.

entre Cuba e Espanha, algo importante para a política externa espanhola desde os anos 1980, mas também com o propósito de afastar a figura de Fidel Castro destas possíveis relações.¹⁴⁴ Ademais, o historiador buscou congregar a dissidência cubana dentro e fora da ilha, construir uma rede internacional de crítica ao governo cubano e apoiar uma transição rumo à democracia representativa. Gortázar convidou membros do PSOE para integrar a instituição, mas estes se negaram a participar devido à presença de patronos como Jorge Más Canosa e Carlos Alberto Montaner.¹⁴⁵ Posteriormente, Montaner abandonou a instituição devido às diferenças com Más Canosa, explicadas em carta ao presidente da Fundação Hispano-Cubana Alberto Recarte, embora continuasse a contribuir com seus textos. Montaner defendia uma transição negociada em Cuba, ainda que isto implicasse em um diálogo com o regime de Fidel Castro, ao passo que Más Canosa acreditava na derrubada do regime e na imposição unilateral de um novo governo.¹⁴⁶ Pouco tempo depois, Más Canosa também se afastou da Fundação, embora vários membros da Fundação Nacional Cubano-Americana ou próximos a ela continuassem a contribuir com a instituição espanhola.

Gortázar ficou à frente da Fundação Hispano-Cubana de 1996 até 2014, como presidente e secretário-geral. Diferentemente de *Encuentro*, Hispano-Cubana teve como presidente e vice dois espanhóis, Gortázar e Javier Martínez-Corbalán. Apenas em 2014 uma cubana que ainda reside na ilha, Martha Beatriz Roque Cabello, se tornou presidenta. Em seu patronato, existem doze cubanos, onze espanhóis e três estadunidenses.

Guillermo Gortázar foi diretor da revista até 2002. A partir de seu 13º exemplar, a direção passou para o advogado espanhol Javier Martínez-Corbalán, que permaneceu no cargo até o 47º número de *Revista Hispano-Cubana*, publicada em dezembro de 2013. Em janeiro de 2014, a Fundação Hispano-Cubana anunciou seu fechamento provisório devido às dificuldades econômicas e intensos conflitos com o governo de Mariano Rajoy, que estabeleceu relações mais cordiais com Cuba. No editorial de seu último volume,

¹⁴⁴ GORTÁZAR, Guillermo. Discurso en el acto de presentación de la Fundación Hispano-Cubana. In: *Cuba: camino de libertad*. Discursos, textos y documentos, 1990-2012. Madrid: Editorial Hispano Cubana, 2012, p. 76. O discurso em questão ocorreu em 14 de novembro de 1996.

¹⁴⁵ Carlos Alberto Montaner é um escritor e jornalista cubano que vive na Espanha desde 1970. Durante os anos 1960 foi preso pelo governo cubano acusado de praticar ações terroristas e apoiar sabotagens da CIA. Desde sua saída da ilha, tornou-se um dos maiores opositores do governo e das esquerdas latino-americanas, defendendo ferrenhamente a implementação do neoliberalismo nos países da América Latina.

¹⁴⁶ LARRAYA, José Miguel. Más Canosa y Montaner abandonan la Fundación Hispano-Cubana. *El País*, 20 de junho, 1997. Disponível em: http://elpais.com/diario/1997/06/20/espana/866757617_850215.html. Acesso em: 07/07/2015.

Hispano-Cubana criticou duramente o ministro de assuntos exteriores, García-Margallo, por aprofundar as relações econômicas com Cuba e não tomar uma posição mais dura com o regime de Raúl Castro.¹⁴⁷

O Conselho Editorial da revista foi composto por cubanos e não-cubanos: Cristina Álvarez Barthe, Elías Amor, Luis Arranz, M^a Elena Cruz Varela, Jorge Dávila, Manuel Díaz Martínez, Ángel Esteban del Campo, Roberto Fandiño, Alina Fernández, M^a Victoria Fernández-Ávila, Celia Ferrero, Carlos Franqui, José Luis González Quirós, Mario Guillot, Guillermo Gortázar, Jesús Huerta de Soto, Felipe Lázaro, Jacobo Machover, José M^a Marco, Begoña Martínez, Julio San Francisco, Eusebio Mujal-León, Fabio Murrieta, José Luis Prieto Benavent, Tania Quintero, Alberto Recarte, Raúl Rivero, Ángel Rodríguez Abad, José Antonio San Gil, José Sanmartín, Pío Serrano, Daniel Silva, Álvaro Vargas Llosa, Alejo Vidal-Quadras. Sua direção foi composta por espanhóis, cubanos e cubano-americanos, sendo Guillermo Gortázar seu diretor e Raul Rivero, vice-diretor, escritor cubano que também colabora em *Encuentro de la Cultura Cubana*. Fazem parte do órgão diretor ainda o cubano Manuel Díaz Martínez, último diretor de *Encuentro*, Oswaldo Payá, diretor do *Movimiento Cristiano Liberación*, e o escritor cubano Carlos Alberto Montaner.¹⁴⁸

A maioria de seus colaboradores é integrada por cubanos exilados na Espanha e, em comparação à *Encuentro*, o número de cubanos residentes na ilha que escrevem para a revista é bastante reduzido, restrito quase somente a jornalistas “independentes”. Em relação aos estrangeiros, os espanhóis são maioria absoluta, seguidos por estadunidenses.

¹⁴⁷ Editorial. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 47, invierno, 2013, p. 6.

¹⁴⁸ Luis Arranz é arquiteto espanhol; María Elena Cruz Varela é poetisa cubana que vive em Madrid; Raúl Rivero é poeta cubano, preso em 2003 pelo governo da ilha e atualmente exilado na Espanha; Tania Quintero é jornalista cubana e vive em Havana, assim como Iván García; Ángel Rodríguez Abada é poeta e crítico literário espanhol; Mario Guillot é matemático e escritor cubano residente em Havana; Álvaro Vargas Llosa é escritor peruano, filho de Mario Vargas Llosa; Fabio Murrieta é escritor e editor cubano residente em Cádiz; Alberto Recarte Andrade é um economista espanhol e foi ex-diretor da Fundação Hispano-Cubana; Roberto Fandiño é um cineasta cubano residente em Madrid; Daniel Silva é jornalista cubano residente em Barcelona; José Luis Prieto Benavent é historiador espanhol; Jacobo Machover é jornalista cubano e vive em Paris; José María Marco é historiador espanhol; José Sanmartín é cientista político espanhol; Cristina Álvarez Barthe é jornalista espanhola; Alina Fernández é cubana e reside em Madrid; José Antonio San Gil foi ex-embaixador espanhol em Cuba entre 1993-1995; Elías Amor é um economista espanhol e representante da Fundação Hispano-Cubana em Valência; Carlos Franqui foi um escritor cubano que participou e lutou junto ao Movimento 26 de Julho ao lado de Fidel Castro que, em 1968, rompeu com a Revolução devido à aproximação com as diretrizes soviéticas; Jesús Huerta de Soto é economista espanhol; Felipe Lázaro é poeta e editor cubano que vive em Madrid; José González Quirós é um filósofo espanhol.

A *Revista Hispano-Cubana* foi publicada trimestralmente com capas coloridas simples que carregavam apenas o logo da revista e a chamada de alguns artigos, boa encadernação, muitas imagens e fotografias coloridas em seu interior e um número de páginas que variou entre 215 e 240 ao longo de sua existência.

Assim como *Encuentro*, a *Revista Hispano-Cubana* apresentou um valor elevado para cubanos que viviam na ilha. Entre 1998 e 2001, sua anualidade foi de 3000 pesetas para a Espanha e 45 dólares para outros países, incluído o envio. O exemplar avulso custou entre 1000 pesetas e 7 dólares. Com a adoção do euro, ela passou a custar 24 euros na Espanha e 58 em outros países. O preço do exemplar no país ibérico foi de 8 euros. Seu último exemplar, o 47º, manteve o valor da anualidade na Espanha e aumento para 60 em outros países, ligeiramente mais barata que *Encuentro*. Embora a revista tenha circulado de forma não oficial em Cuba, principalmente pelo envio através de missões diplomáticas e viajantes, não se sabe quantos exemplares foram disponibilizados para a ilha. A *Revista Hispano-Cubana* mantém ativo hoje um site que disponibiliza gratuitamente todos seus exemplares, com exceção do último, publicado em 2014.

A revista manteve uma estrutura muito semelhante àquela adotada em seu princípio. *Crónicas desde Cuba* (anteriormente chamada *Sobrevivir en el paraíso socialista* e também *Sobreviver en el paraíso castrista*) oferece espaço a jornalistas independentes e dissidentes do regime para exporem suas ideias. Comumente, pintaram um retrato do cotidiano da ilha, com especial enfoque na pobreza ao longo da década de 1990, na repressão exercida pelo governo e na censura vigente na esfera pública, enfim uma “[...] série de artigos que descrevem as penúrias da vida diária em Cuba.”¹⁴⁹

Em *Artículos*, a revista tratou de assuntos diversos, desde a reflexão crítica acerca do presente de Cuba até as relações entre este país e a Espanha, a trajetória de indivíduos notáveis e membros da oposição, relatos históricos de eventos polêmicos ao longo do processo revolucionário, análises da economia cubana e comparações com o processo histórico espanhol.

O espaço dedicado a *Ensayos* foi destinado a colaboradores que se debruçaram sobre temas diversos. É comum perceber pequenos artigos de cunho acadêmico que refletem sobre intelectuais cubanos, sobre vozes dissidentes do regime e sobre a transição

¹⁴⁹ Editorial. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 79-80.

democrática em países que experimentaram regimes autoritários. Existem vários artigos dedicados à crítica ao comunismo/socialismo e à afirmação da impossibilidade dos mesmos. Esta seção ainda dedicou grande espaço às descrições do pensamento liberal espanhol e cubano ao longo da história.

Relatos Cortos abordou temas variados, geralmente escritos por cubanos que sofreram com a repressão ou vítimas da pobreza na ilha e constituiu-se como uma forma indireta de dar voz a alguns cubanos comuns através de jornalistas, já que a revista não publicou cartas. *Poesia* foi um espaço destinado a publicar trechos de poetas cubanos já consagrados ou ainda com pouca repercussão.

O objetivo da seção *Derechos Humanos* foi descrever e denunciar, perante a comunidade internacional, as violações dos direitos humanos em Cuba e a repressão na ilha. De maneira geral, denunciou prisões arbitrárias e o precário tratamento dispensado aos prisioneiros, além de reproduzir informes de organizações internacionais que se ocupam do tema. *Textos y Documentos* publicou manifestos de grupos de oposição dentro da ilha (especialmente o *Movimiento Cristiano Liberación* de Payá), cartas abertas que criticavam o governo de Fidel Castro e resoluções de órgãos internacionais que discutiam a situação cubana, como as Nações Unidas. A parte denominada *Cultura y Arte* buscou dar notícias acerca de publicações de livros, lançamento de filmes, peças de teatro, eventos e exposições dentro e fora de Cuba. Por fim, a seção denominada *Dossier* foi inserida posteriormente, a partir de 2002, na 14ª edição da revista, e escolheu temas específicos a serem debatidos por seus colaboradores. Tal como *Encuentro de la Cultura Cubana*, *A Revista Hispano-Cubana*, ocasionalmente, dedicou homenagens a figuras consideradas importantes para a comunidade de exilados.

A revista afirmou ser totalmente financiada pela Fundação Hispano-Cubana. Como mostramos, a fundação é integrada por espanhóis e cubanos que residem dentro e fora da ilha, cujo objetivo fundamental é a ajuda humanitária, a cooperação, o desenvolvimento, a promoção e o respeito aos Direitos Humanos em Cuba, o que serve como fundamento para a crítica ao regime castrista. Além disso, a fundação se apresenta como uma instituição de apoio aos exilados e refugiados cubanos na Espanha e promotora de eventos culturais para integrá-los. A Fundação Hispano-Cubana, por sua vez, recebeu apoio financeiro da associação *Proyectos de Sensibilización de la Generalitat Valenciana*,

o conjunto de instituições que formam o governo da Comunidade Valenciana,¹⁵⁰ da Fundação Nacional Cubano-Americana dos EUA (Miami) e do Partido Popular de Valencia e Madrid.

Ao contrário de *Encuentro*, a *Revista Hispano-Cubana* declarou-se fervorosamente anticastrista e anticomunista. Em seus artigos, pode-se perceber constantes temáticas de cunho liberal-conservador. Ela compactuou com a percepção do liberalismo como uma corrente de ação e pensamento político que se propõe a limitar ao máximo o poder coercitivo do Estado sobre os homens e sobre a sociedade civil. Defendeu a economia de mercado, a liberdade de comércio e a livre circulação de pessoas, bens e capitais. A revista trouxe então artigos e homenagens a indivíduos ligados a este posicionamento político, tais como Jorge Más Canosa e Álvaro Vargas Llosa, estabelecendo-se, em grande medida, como meio receptor e irradiador de um liberalismo conservador profundamente anticomunista.¹⁵¹

Logo em seu primeiro volume a *Revista Hispano-Cubana* publicou uma lista de partidos e movimentos europeus com os quais possuía afinidade e que se opunham ao regime castrista. A lista provinha de um documento que exigia liberdade de expressão à oposição cubana e acusavam o governo de totalitário. Era composta pelo Partido Popular (Espanha), Partido Democrata Cristão e Partido Social Cristão (Alemanha), Partido Popular (Áustria), Partido da Coalizão Nacional (Finlândia), Partido Conservador (Noruega), Partido Social Cristão (Luxemburgo), Partido Social Cristão e Partido Cristão Democrata (Bélgica), União pela Democracia Francesa (França), Partido Popular Italiano, Centro Cristão Democrata e União Democrata Cristã (Itália), Partido Conservador (Dinamarca), Partido Independente (Irlanda), Partido Moderado (Suécia), Partido Cristão Democrata do Povo (Suíça) e Nova Democracia (Grécia). Todos os

¹⁵⁰ Em 2001, a *Generalitat Valenciana* forneceu 56 milhões de pesetas espanholas à Fundação Hispano-Cubana e em 2010 forneceu 36 mil euros à mesma. Conferir em: http://elpais.com/diario/2001/07/13/cvalenciana/995051887_850215.html e http://elpais.com/diario/2010/04/15/cvalenciana/1271359087_850215.html. Acesso em: 24/06/2014.

¹⁵¹ Definimos o liberalismo-conservador de Gortázar e *Hispano-Cubana* como um princípio político que se fundamenta na defesa da propriedade privada, em Estado de Direito, em uma democracia representativa e no livre-mercado como instrumento regulador da sociedade, além de propor a limitação do estado de bem-estar social e a intervenção estatal. Ao mesclar fundamentos do liberalismo e conservadorismo clássicos, os liberais-conservadores recusaram o princípio da igualdade como algo avesso a uma suposta natureza humana, ao passo que enfatizaram a desigualdade como elemento inerente ao homem. Na Espanha, o Partido Popular é o principal representante deste posicionamento político, ainda que o partido tenha sido criado por um franquista reformista, Manuel Fraga, que acreditava em uma transição democrática gradual.

partidos compunham grupos de direita ou centro-direita e sua proximidade com a revista evidenciam seu caráter conservador.

A *Revista Hispano-Cubana* manteve vínculos profundos com o Partido Popular. A instituição da qual faz parte foi criada a pedido de José María Aznar e logo ganhou importante papel na política externa espanhola. Ao longo de sua trajetória, Aznar militou para que o governo espanhol e a comunidade europeia pressionassem para que Cuba respeitasse as decisões das Nações Unidas no que dizia respeito aos direitos humanos, além de apoiar a oposição pacífica dentro da ilha. Ao chegar à presidência pelo Partido Popular, em 1996, Aznar aplicou uma importante mudança nas relações internacionais espanholas.

Se anteriormente o PSOE havia evitado o contato com a oposição radical de Miami, o PP se aproximou dela. O governo socialista espanhol buscou colaborar politicamente com Cuba e acreditou que o diálogo era o melhor caminho para se conseguir abertura econômica e transição democrática na ilha. Os resultados modestos desta política frustraram os espanhóis e deram força à crítica que o Partido Popular vinha fazendo ao manejo das relações exteriores do governo de Felipe González. Assim como o PSOE, o Partido Popular viu as relações diplomáticas com Cuba como meio de alçar a Espanha na política internacional e expandir a influência do país. Ao chegar ao poder, o PP promoveu maior endurecimento com a ilha e estabeleceu condicionamentos maiores em troca da colaboração espanhola, aproximando-se das políticas de pressão exercidas pelos Estados Unidos.

Em 1996, a Espanha passou a pressionar Cuba abertamente. Após a visita do vice-presidente estadunidense, Al Gore, Aznar anunciou a suspensão da cooperação espanhola e recebeu oficialmente Más Canosa, um dos maiores inimigos do regime cubano. Em novembro deste ano, apoiou a criação da Fundação Hispano-Cubana e apresentou para a União Europeia uma proposta de relações internacionais comuns entre os estados europeus e o cubano.¹⁵²

Já no governo do PSOE, a Espanha tentou utilizar a União Europeia para conseguir seus objetivos diplomáticos com Cuba. Em 1988, a Comissão Econômica para a Europa já havia estabelecido os primeiros contatos oficiais com as autoridades

¹⁵² LARRAYA, José Miguel. El empresario Más Canosa y políticos del PP organizan en Madrid un “lobby” anti-castrista. *El País*, 24 de outubro, 1996.

cubanas.¹⁵³ A proposta do governo popular ficou conhecida como *Posição Comum* e, embora tenha sido significativamente modificada por outros estados membros da EU, impôs maior compromisso com os Direitos Humanos por parte dos cubanos, caso eles desejassem permanecer como sócios dos europeus.¹⁵⁴ Apesar das pressões dos conservadores espanhóis, os estados europeus mantiveram uma política de “compromisso construtivo condicionado”.¹⁵⁵

Bilateralmente, a Espanha decidiu intensificar o atrito com o governo cubano. O governo espanhol passou a convidar membros da dissidência cubana para eventos nas embaixadas, propor novas medidas de endurecimento e criticar abertamente o governo. A *Revista Hispano-Cubana* relatou os encontros com a dissidência, deu voz à mesma e reproduziu os discursos críticos das autoridades espanholas.

A política externa espanhola em relação a Cuba tomou perspectivas ideológicas bastante claras que resultou em um conflito interno e em um debate muitas vezes radicalizado.¹⁵⁶ O tema cubano serviu para marcar as diferenças políticas dentro da própria Espanha e o alinhamento do país com a política estadunidense. Se o PSOE decidiu estabelecer contato com dissidentes afastados do lobby de Miami e próximos a uma proposta socialdemocrata, o PP deu pleno apoio aos grupos dissidentes que se fundamentavam na pressão e conflito com o governo de Fidel Castro. Os deputados de cada partido levaram a discussão cubana ao Congresso e atacaram a política externa tomada por diferentes governos.

A *Revista Hispano-Cubana* viu no triunfo da democracia e do mercado o fim da história e o apogeu do desenvolvimento humano. Ela celebrou a superioridade da ordem do livre mercado sobre as políticas alternativas. A liberdade, entendida como a ausência de interferências na vida de um indivíduo por parte de terceiros ou de instituições, apenas

¹⁵³ XALMA, Cristina. Europa frente a Cuba. El fracaso de una política subalterna. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 216, julio-agosto, 2008, p. 68.

¹⁵⁴ BAYO, Francesc. Las relaciones políticas entre España y Cuba. Continuidad histórica y ajustes frecuentes. *Documentos CIDOB América Latina*, n. 16, 2006, p. 31. Os governos da Itália e França foram os principais responsáveis pela alteração da proposta espanhola, tornando-a menos dura.

¹⁵⁵ GRATIUS, Susanne. Cuba: un caso aparte en la política exterior de la Unión Europea. En: ROY, Joaquín y DOMÍNGUEZ RIVERA, Roberto (coord.). Las relaciones exteriores de la Unión Europea. México: UNAM-Editorial Plaza y Valdés, 2001, p. 261-272. *Apud* BAYO, Francesc. Las relaciones políticas entre España y Cuba. Continuidad histórica y ajustes frecuentes. *Documentos CIDOB América Latina*, n. 16, 2006, p. 41.

¹⁵⁶ ROY, Joaquín. España y Cuba: una relación muy especial? *Afers Internacionals*, n. 31, 1995, p. 157.

poderia florescer sob a égide do livre mercado, garantido pela doutrina liberal.¹⁵⁷ Como *Encuentro de la Cultura Cubana*, a *Revista Hispano-Cubana* defendeu o estabelecimento da democracia liberal em Cuba, assunto que será analisado no quarto capítulo, mas deu especial ênfase à sociedade regulada pelos ditames do livre mercado. Além das liberdades políticas, o direito à propriedade privada apareceu em *Hispano-Cubana* como um elemento fundamental para a sociedade civil, uma vez que, para a revista, ela “é, portanto, uma sociedade na qual os cidadãos são proprietários de bens, estabelecem tratos comerciais, criam instituições mercantis para defender seus interesses econômicos, discutem e chegam a acordos”.¹⁵⁸

Desta maneira, o neoliberalismo ganhou grande espaço nas páginas de *Hispano-Cubana*. A revista o definiu como uma corrente de pensamento (filosófico e econômico) e de ação política que propõe limitar ao máximo o poder do Estado sobre os indivíduos e sobre a sociedade civil. Entre os princípios liberais, a revista deu especial ênfase à economia de mercado: liberdade de comércio e livre circulação de pessoas, capitais e bens; estabelecimento de um Estado de Direito; limitação do poder do governo ao mínimo; direito à propriedade privada e à vida; controle dos gastos públicos; impostos mínimos; separação dos poderes políticos; autodeterminação e livre eleição; elementos considerados os pilares da civilização ocidental, cujo aperfeiçoamento teria sido o maior êxito da humanidade.¹⁵⁹

Para os colaboradores da *Revista Hispano-Cubana*, o desenvolvimento do capitalismo seria algo espontâneo e natural, uma prática que desabrochou ao longo do processo histórico advinda da iniciativa dos indivíduos e que teria gerado as mais altas cotas de liberdade e bem-estar. A queda do Muro de Berlim, a derrota do socialismo real e o fortalecimento da globalização apenas seriam elementos de um reconhecimento mundial da superioridade moral e efetiva do capitalismo.¹⁶⁰

A *Revista Hispano-Cubana* foi um bastião de defesa do liberalismo econômico e pregou a “inevitabilidade da democracia e da economia de mercado”, a “inevitável

¹⁵⁷ NUEZ, Paloma de la. La nueva doctrina liberal de fines de siglo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, *passim* 79-85.

¹⁵⁸ CHULIÁ, Elisa. Sociedad civil y estado. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, p. 68.

¹⁵⁹ HUERTA DE SOTO, Jesús. Principios básicos del liberalismo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4 primavera-verano, 1999, p. 103-104.

¹⁶⁰ EDITORIAL. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 5.

internacionalização dos mercados”, a “inevitabilidade das desigualdades e a existência de vencedores e perdedores” e defendeu que a “humanidade progride no mercado”.¹⁶¹

Mesmo Cuba, fechada em si durante os anos 1990, estaria envolvida neste movimento inevitável rumo ao capitalismo e à liberalização dos mercados. Daniel Silva disse que “Fidel pode repetir milhões de “pátria ou mortes!”, mas as telenovelas, a Coca-Cola e as [calças] Levis fascinam os cubanos. Quem pretende ver diferenças substanciais entre os cubanos de dentro e fora da ilha não pararam para observar que os símbolos de ambas as partes são iguais”.¹⁶²

Em seu 12º número, *Hispano-Cubana* afirmou que a revista defenderia “claramente a liberdade, a livre atividade econômica e o direito de propriedade, e por isso dizemos que o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) é o caminho do desenvolvimento e da liberdade na América e o seu contrário é o populismo de Castro e Chaves”.¹⁶³ Seu diretor, Guillermo Gortázar, defendeu a globalização como evento benéfico para países menos desenvolvidos economicamente por baratear o custo da tecnologia e incrementar a troca de informações.¹⁶⁴ Para a *Hispano-Cubana*, não haveria outro caminho no mundo atual que a integração global e aqueles que abraçassem “antiquados conceitos de soberania” seriam esmagados pela história.¹⁶⁵ Em artigo de Carlos Alberto Montaner, a revista deixou explícita sua visão de mundo: a humanidade apenas progrediria no mercado.¹⁶⁶

Um aspecto conservador de relativo peso em *Hispano-Cubana* foi a defesa da religião e do catolicismo. A revista atacou duramente o governo de Fidel Castro pela perseguição aos religiosos e à igreja católica. Por ser comunista e ateu, o governo cubano

¹⁶¹ MONTANER, Carlos Alberto. El legado de Juan Pablo II. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 70; ESPINOSA CHEPE, Oscar. Cuba y el área de libre comercio de las Américas. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 22; MONTANER, Carlos Alberto. Liberalismo y neoliberalismo en una lección. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 125-126.

¹⁶² SILVA, Daniel. La moda de Cuba en España. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 73.

¹⁶³ EDITORIAL. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 5.

¹⁶⁴ Discurso pronunciado por el Excmo. Sr. Don Guillermo Gortázar Presidente del Grupo Español ante la Unión Interparlamentaria en la 104 Conferencia de Yakarta, Indonesia 16/10/2000. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 9, invierno, 2001, p. 144.

¹⁶⁵ ESPINOSA CHEPE, Óscar. Vía libre para el ALCA. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 11, otoño, 2001, p. 7-8.

¹⁶⁶ MONTANER, Carlos Alberto. Liberalismo y neoliberalismo en una lección. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 125-126.

foi taxado de “totalitário”, uma vez que buscaria impor “falsos messias”.¹⁶⁷ Para a revista, o cristianismo era um dos “mais altos postulados humanistas e éticos” da história.¹⁶⁸ Em consonância com uma perspectiva conservadora do cristianismo, a revista condenou o uso de drogas, elogiou o regime por combater os entorpecentes e o criticou duramente por permitir o aborto.¹⁶⁹

Entretanto, a defesa da religião se limitou à tradição católica. Embora o discurso da *Hispano-Cubana* tenha se fundamentado na liberdade de culto, seus artigos trataram especificamente do catolicismo cubano. A poetisa María Elena Cruz Varela desqualificou a Teologia da Libertação como prática legítima e acusou Frei Beto de “tolo” pela sua tentativa de estabelecer um diálogo entre o governo revolucionário e a Igreja.¹⁷⁰ Até seu 14º volume, a revista não dedicou nenhum artigo aos cultos afro-cubanos, apenas mencionaram-nos inseridos em textos que tratavam de outros assuntos. Jesús Díaz criticou duramente o exílio conservador, mais especificamente a Fundação Nacional Cubano-Americana e a Fundação Hispano-Cubana, por sua perspectiva restrita e excludente da cultura cubana: enquanto 90% do exílio cubano seria branco, 50% da população do país seria negra e estaria marginalizada no discurso da Nação expresso pelos exilados conservadores.¹⁷¹

A forte relação com a igreja católica se mostrou ainda mais presente na *Revista Hispano-Cubana* através do *Movimiento Cristiano Liberación*, surgido em 1988, liderado por Oswaldo Payá e ligado à igreja católica. Payá criou e fez parte do maior movimento interno de dissidência em Cuba: em 1998, o cubano propôs um projeto de lei que exigia

¹⁶⁷ TAPIA, Ariel. El papa, mensajero de la verdad. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 60. O totalitarismo, termo utilizado com frequência em ambas as revistas, será analisado no quarto e último capítulo.

¹⁶⁸ CRUZ VARELA, María Elena. Dos Homilías. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 82.

¹⁶⁹ BORDÓN GÁLVEZ, Orlando. Un panorama social bien complicado. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 27-28.

¹⁷⁰ CRUZ VARELA, María Elena. Dos Homilías. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 83.

Sobre a religião na Cuba revolucionária, conferir BETTO, Frei. *Fidel e a religião: conversas com Frei Betto*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁷¹ DÍAZ, Jesús. Una delicada bomba de tiempo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 3, Madrid, invierno, 1996-1997, p. 132-133. Jesús Díaz nasceu em um bairro pobre e majoritariamente negro da Havana pré-revolucionária. Sua experiência e convívio com a cultura afro-cubana na juventude marcou profundamente suas obras, segundo o próprio autor. Seus amigos o classificaram como “um branco criollo que nos parece mais cubano que branco”.

reformas políticas a favor de maiores liberdades individuais, conhecido como Projeto Varela.

A *Revista Hispano-Cubana* não buscou a conciliação com o governo da ilha, mas o confronto. Em suas páginas fica claro que a única solução para a crise vigente na ilha seria a saída de Fidel Castro e o fim do regime socialista. Ao defender o bloqueio, a revista legitimou a estratégia de agressão a Cuba e concordou com a prática de sufocar o povo cubano para gerar insatisfação, desestabilizar o governo e derrubar Fidel.

Próxima da estratégia política do Partido Popular, a *Hispano-Cubana* defendeu abertamente o endurecimento das relações com a ilha e a tomada de uma política mais agressiva. A revista criticou a administração dos Estados Unidos por não pressionarem Cuba suficientemente e não cumprirem a Lei Helms-Burton:

Os Estados Unidos estão assumindo uma posição defensiva no que tange a Cuba em lugar de tomar a ofensiva, como deveria lhe corresponder. Tudo isso forma parte de uma política dual, de dupla moral, da administração norte-americana que revela realmente quais são seus propósitos: deixar que as coisas passem.¹⁷²

Diferentemente de *Encuentro*, a *Hispano-Cubana* publicou textos de membros da Fundação Nacional Cubano-Americana e defendeu em suas páginas o bloqueio contra Cuba logo em sua primeira edição. Neste exemplar, a revista concedeu espaços para Frank Calzón, diretor da organização *Center for a Free Cuba*; José Cárdenas, membro da Fundação Nacional Cubano-Americana; e Richard Nuccio, que foi assessor de Bill Clinton nos anos de 1995-1996 no que tocava a assuntos cubanos. Todos sustentaram a permanência do bloqueio e culpavam o regime de Fidel Castro pela sua existência.¹⁷³

Em entrevista de Lincoln Díaz-Balart publicada pela *Hispano-Cubana*, a revista afirmou que aqueles que lutavam para levantar o bloqueio e as sanções impostas ao governo cubano seriam amigos de Fidel Castro, “idiotas úteis, ingênuos”. O bloqueio

¹⁷² ZUÑIGA, Luís. Discurso ante la comisión de derechos humanos de naciones unidas. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 128.

¹⁷³ CÁRDENAS, José R. La política de los Estados Unidos hacía Cuba: una defensa. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 46-50; CALZÓN, Frank. Persistir en el embargo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 54-55; NUCCIO, Richard. Castro es quien mantiene aislada Cuba. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 55-58.

seria um instrumento de solidariedade com o povo cubano, o único meio pacífico de derrubar a ditadura na ilha.¹⁷⁴

José María Aznar já havia se aproximado do exílio conservador da Flórida e membros deste foram bastante importantes para a criação da *Fundação Hispano-Cubana*. Sua revista propôs mesmo uma diplomacia no estilo de Miami, que se fundamentava no progresso econômico atingido pelos exilados para pressionar o governo de Fidel Castro, especialmente por meio de investimentos nas comunicações e nos meios de difusão de informação. O exemplo a ser seguido seria o da Fundação Nacional Cubano-Americana.¹⁷⁵

Ao se acercar dos grupos conservadores do exílio, a *Revista Hispano-Cubana* se valeu de um discurso maniqueísta para abordar os posicionamentos em relação a Cuba: um indivíduo pode colocar-se ao lado da democracia e da liberdade, representadas pelo exílio, ou se posicionar ao lado da ditadura, da escravidão e do “totalitarismo” que representava o governo de Fidel Castro. Em consonância com a crítica exercida pelo Partido Popular à política externa do Partido Socialista Obrero Español, um dos colaboradores da *Hispano-Cubana*, César Leante, criticou duramente a *Encuentro de la Cultura Cubana*. Ele afirmou que não havia como permanecer alheio a Miami ou “a Havana, há de se escolher entre democracia e tirania.”¹⁷⁶ Apesar de reconhecer que todo o exílio cubano desejava a democracia para a ilha, fator de união para grupos tão distintos, Leante atacou a *Encuentro* por publicar e dar voz a indivíduos ligados ao regime, como Abel Prieto e Raúl Castro. Por fim, o autor, de acordo com sua perspectiva, marcou a diferença entre a *Hispano-Cubana* e a *Encuentro*: a primeira não se dobra às manobras do castrismo, enquanto a segunda se dedica a uma inútil reconciliação.¹⁷⁷ A agressão de Leante certamente foi uma resposta à já mencionada crítica feita pela *Encuentro* à *Hispano-Cubana* alguns meses antes em seu número 16-17.

Como mencionado, o debate cubano na Espanha serve para demarcar as diferenças entre os grupos políticos em disputa no país. Ao se aproximarem de uma esquerda

¹⁷⁴ FONDEVILLA, Orlando. Entrevista a Lincoln Díaz-Balart. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 14, otoño, 2002, p. 52 e p. 55.

¹⁷⁵ SILVA, Daniel. Nuestra responsabilidad en los medios. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, *passim* p. 59-61.

¹⁷⁶ LEANTE, César. Nueva estrategia cultural cubana. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 11, otoño, 2001, p. 133.

¹⁷⁷ Idem, p. 133-134.

moderada ou da direita liberal espanhola, a *Encuentro de la Cultura Cubana* e a *Revista Hispano-Cubana* constituíram espaços distintos construídos por exilados e evidenciaram seu caráter de oposição. Embora as revistas tivessem posições diferentes quanto às críticas ao governo cubano e as propostas das formas de se relacionar com o mesmo, elas se posicionaram a favor de livres eleições, do fim da censura e da repressão, do respeito aos direitos humanos e da liberdade de expressão.

Os editoriais da *Encuentro* e da *Hispano-Cubana* se aproximaram na abordagem de três temas: a democracia liberal, o exílio e o intelectual cubano. O *editorialismo programático*,¹⁷⁸ uma espécie de motor que dá propulsão às revistas, girou ao redor destes três temas, embora as abordagens sobre eles tenham sido distintas. A defesa da democracia representativa como forma de organização da sociedade, a reflexão sobre o exílio cubano e o debate sobre a situação e o papel do intelectual propiciaram aos colaboradores da *Encuentro* e da *Hispano-Cubana* elementos para criticar o regime e deram coesão a revistas que são múltiplas, multifacetadas e que foram permeadas por disputas internas. Ademais, apenas esta coesão permitiu que intelectuais como Manuel Díaz Martínez, Pío Serrano e Rafael Rojas transitassem entre duas publicações bastante distintas.

Nos próximos capítulos, analisaremos as revistas comparativamente, a forma como abordaram os três temas e como utilizaram os mesmos para mobilizar o combate ao regime cubano. Neste momento, debruçar-nos-emos sobre o exílio e suas representações.

¹⁷⁸ BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, enero-marzo, 2003, p. 10.

2 - Partir da ilha: dissidência, exílio e suas representações nas revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*

2.1 – O exílio como categoria política e as revistas como espaço de dissidência

O exílio é uma antiga e recorrente experiência na região que se convencionou chamar de América Latina. Embora adquira contornos particulares em cada país, ele é uma prática disseminada e comum em território latino-americano. No período colonial, o desterro era utilizado como mecanismo de ostracismo para as classes privilegiadas e suas redes de apoio. A partir do século XIX, o exílio passou a ser o destino de milhares de indivíduos, para se evadir das guerras de independência ou dos intensos e constantes conflitos entre caudilhos durante o processo de formação dos Estados nacionais, principalmente na Argentina. Aos homens notórios, dava-se a oportunidade de deixar o país como meio de evitar um intenso ciclo de retaliação entre as elites, buscando minar a expansão da violência política e impedir o acirramento de conflitos civis.¹⁷⁹

Ao longo do século XX, diversos indivíduos recorreram à prática exílica para escapar da perseguição, censura, tortura e morte impostas por violentas ditaduras ou grupos políticos organizados. Entretanto, diferentemente do século XIX, observa-se no exílio do século passado uma verdadeira massificação e diversificação em seus componentes: se antes restavam às classes subalternas o encarceramento ou o sepultamento, com a crescente participação de setores médios e populares na vida política, o exílio também passou a ser uma realidade e uma prática à qual se recorreu.¹⁸⁰ A luta política em governos democráticos, a oposição a regimes autoritários e a crescente polarização e violência política levaram milhares a se exilarem.

Em Cuba, desde finais do século XIX e início do XXI, o exílio tem sido uma das experiências mais presentes e marcantes na vida da ilha. As lutas pela independência ao longo do século XIX levaram milhares ao exílio, como os generais do Exército Libertador

¹⁷⁹ RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010, p. 91. Sobre o exílio no século XIX, conferir os trabalhos SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: FCE, 2013 e AMANTE, Adriana. *Poéticas y políticas del destierro*. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. México: FCE, 2010.

¹⁸⁰ RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010, p. 91-92.

Antonio Maceo e Calixto García, além dos principais articuladores da Guerra de 1895, José Martí e Tomás Estrada Palma.¹⁸¹

Ao longo do período republicano, marcado por golpes, ditaduras e rupturas da ordem democrática, o exílio continuou a ser o destino de muitos cubanos. O regime autoritário de Gerardo Machado (1925-1933) exilou grande parte de sua oposição, como Julio Antonio Mella, um dos principais fundadores do Partido Comunista Cubano (1925),¹⁸² o escritor comunista Ruben Martínez Villena e o antropólogo Fernando Ortiz. Após um novo golpe militar liderado pelo coronel Fulgencio Batista, em 1952, iniciou-se outra etapa do exílio cubano da qual participaram intelectuais como Virgilio Piñera, Roberto Fernández Retamar e Jorge Mañach, além de parte da oposição anti-batista, como Camilo Cienfuegos e Huber Matos e de vários membros do Movimento 26 de Julho, incluídos aí os irmãos Castro.

Entretanto, se o exílio já era um fenômeno de grande escala, amplamente conhecido pela sociedade cubana, ele se alterou e intensificou após o triunfo da Revolução Cubana de 1959. Rafael Rojas afirma que o exílio se converteu em uma prática sustentada, marcando profundamente a produção artística e intelectual da ilha, como ensaios, romances, novelas, dramas e investigações acadêmicas.¹⁸³ Não bastassem grandes obras da cultura intelectual cubana terem sido produzidas no exílio, o próprio campo político sofreu pressões de indivíduos e grupos que viviam nesta condição: a maior oposição ao regime castrista partiu de fora das fronteiras cubanas, mais precisamente da Flórida, nos Estados Unidos. Desta forma, a prática do exílio marca profundamente o passado e o presente em Cuba, configurando-se como um elemento indispensável para a análise do processo histórico cubano.

Este tema é abordado com constância na tradição letrada cubana e encontra grande espaço nas revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*: em todos os seus exemplares, o exílio é constantemente citado ou eleito como objeto de

¹⁸¹ Sobre a independência cubana, conferir: GOTT, Richard. Guerras de independência e ocupação. In: *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 89-133; PÉREZ, Louis A. Between wars. In: *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 87-117 e PÉREZ, Louis A. Revolution and intervention. In: *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 118-144; BANDEIRA, Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 39-90. Ver também MORENO FRAGINALS, Manuel. *Cuba/España, España/Cuba*. Historia Comun. Barcelona: Critica, 2002.

¹⁸² Mella foi assassinado no exílio no ano de 1929 a mando do ditador cubano Machado.

¹⁸³ ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 24.

análise dos artigos. Os colaboradores têm se debruçado sobre o tema, buscando refletir acerca da condição exílica, de suas implicações na produção artística e intelectual, além de sua importância para a vida política e social de Cuba ao longo da história e no presente da ilha.

Embora a experiência exílica se refira à travessia de fronteiras internacionais por parte de indivíduos ou grupos, é preciso diferenciá-la de outras categorias que também implicam na movimentação de pessoas para além dos limites geográficos entre países. Para aludir à prática dos cubanos de deixar a ilha é comum encontrarmos os termos *imigração/emigração*, *desterro* e *êxodo*; e para se referir aos cubanos que já estão fora da ilha, dentre as denominações recorrentes, encontram-se *emigrado*, *desterrado* e *refugiado*.

O exílio é tradicionalmente entendido como uma punição política contemporânea, uma condição secular e histórica produzida por seres humanos que se destina a negar aos indivíduos a dignidade e mesmo a identidade. O termo traz em si uma noção diretamente ligada ao conflito entre grupos e carrega uma conotação eminentemente política. Segundo Edward Said, o exílio tem uma forte relação com as experiências nacionalistas do século XX e suas pretensões de vincular o pertencimento do indivíduo ao lugar, à nação e ao espaço geográfico delimitado por esta.¹⁸⁴

Ele é um mecanismo de controle da atuação política que elimina a necessidade de arcar com os custos de um crescente ciclo de violência e retaliação, configurando-se como uma solução intermediária, menos dispendiosa que o encarceramento e menos extrema do que a execução.¹⁸⁵ Sua função para os grupos que ocupam o poder é aplicar uma pena significativa ao opositor: o exílio implica em uma ruptura com as redes de sociabilidade estabelecidas no solo pátrio, em retirada do protagonismo político dos exilados no país e, muitas vezes, em uma perda das fontes de subsistência e sustento do desterrado.

Por sua vez, *emigração* possui um sentido um tanto quanto vago, uma referência simples ao fato de deixar um país e se estabelecer em outro por um motivo qualquer. O *êxodo* faz menção à saída de um povo ou multidão de seu país ou região, ligando-se fortemente ao místico relato da fuga dos hebreus em um dos livros da Bíblia. A *diáspora*

¹⁸⁴ SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 48-49.

¹⁸⁵ RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010, p. 94.

trata da saída de um povo de um país ou região e de sua dispersão ao redor do mundo, ainda que aponte para uma pretensa e/ou desejada unidade, para uma existência de laços que unem os indivíduos fora de seu país de origem.¹⁸⁶ Nenhum deles traz a definição estritamente política que carrega o conceito de exílio.

A noção de *refugiado* talvez traga a conotação mais próxima à de exilado. Ela retoma o sentido político do termo: indivíduos que deixam sua terra natal fugindo de guerras ou perseguições vindas de outros grupos em busca de asilo e proteção. Sugere também um grande número de pessoas em marcha para algum lugar seguro. O Artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos publicado pela ONU em 1948 reconhece que toda pessoa vítima de perseguição tem o direito a procurar asilo e gozar do mesmo em outros países.¹⁸⁷ Em contraposição, Said sugere que exílio não carrega esse sentido massivo do termo anterior, mas um tom de solidão e espiritualidade.¹⁸⁸ Ao contrário de exilado, *refugiado* é também uma categoria legal, estabelecida pelas Nações Unidas em 1951 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para tratar dos eventos ocorridos na Europa, expandido, em 1967, para tentar abarcar os processos ao redor de todo o mundo, ao passo que *exilado* não se constitui como termo estabelecido por qualquer legislação.¹⁸⁹

¹⁸⁶ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: FCE, 2013, p. 38-39.

¹⁸⁷ Sobre o assunto conferir: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 26/04/2014.

¹⁸⁸ SAID, Eduard. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 54.

¹⁸⁹ A definição dada pela instituição refere-se a uma pessoa que “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não que valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.” Conferir: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados. Acesso em: 27/06/2014.

A noção de “asilado” não possui estatuto legal segundo a ACNUR, que muitas vezes utiliza *asilo* e *refúgio* como termos equivalentes, intercambiando estas expressões. Enquanto existem um reconhecimento e acordo internacional sobre o *status* de refugiado e o direito de refúgio, cabe a cada país decidir e legislar acerca da concessão de asilo aos indivíduos. Na América Latina, existiram algumas tentativas de aproximar as legislações sobre o assunto na região com o Tratado de Direito Penal Internacional (Montevideu, 1889), a Convenção sobre Asilo (Havana 1928), a Convenção sobre Asilo Político (Montevideu, 1933), o Tratado sobre Asilo e Refúgio Político (Montevideu, 1939), o Tratado sobre Direito Penal Internacional (Montevideu, 1940), a Convenção sobre Asilo Diplomático e a Convenção sobre Asilo Territorial (ambas em Caracas, 1954). Sobre o assunto, conferir: RAMOS, André de Carvalho. *Asilo e Refúgio: Semelhanças, diferenças e perspectivas*. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (Orgs.). *60 Anos de ACNUR perspectivas de futuro*. São Paulo: Editora CL-A Cultura, 2011, p. 15-44.

Entretanto, a distinção entre categorias como emigrante, refugiado, asilado e exilado nem sempre se apresenta de forma bastante clara, principalmente no caso cubano. As constantes saídas massivas de pessoas de Cuba tornam mais complexas as tentativas de definição do termo exilado, uma vez que o tratamento dado aos cubanos se alterou em contextos históricos distintos, especialmente no que tange às relações com os Estados Unidos, principal destino dos indivíduos que deixaram e deixam a ilha. Ainda que o país do norte não seja a escolha de muitos indivíduos que decidem partir, as relações entre ele e Cuba dão o tom do debate sobre as definições de tais categorias.

Entre 1961, ano de início da radicalização da Revolução, e 1972, cerca de 460.738 pessoas partiram de Cuba rumo aos Estados Unidos, tornando a área metropolitana de Miami a segunda maior cidade com população cubana.¹⁹⁰ Em 1966, foi promulgada nos Estados Unidos a Lei de Ajuste Cubano, que facilitava para indivíduos provenientes da ilha a obtenção do visto de permanência, com o objetivo de acolher dissidentes cubanos. Posteriormente, os cubanos que chegavam ao território estadunidense ilegalmente eram tratados como refugiados políticos, não como imigrantes ilegais. O tratamento dado a eles diferiu completamente daquele dado às outras nacionalidades, especialmente aos outros latino-americanos.¹⁹¹ Estes primeiros imigrantes cubanos e o seu recebimento nos

¹⁹⁰ BENDER, Lynn Darrell. The Cuban exiles: an analytical sketch. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 5, No. 2 (Nov. 1973), p. 272. Este número se reduz às entradas legais no país. Segundo estimativas da autora, cerca de 11.266 entraram de maneira ilegal através de balsas ou barcos entre 1961 e 1972. Dos números citados, nos anos de 1961-1962, 153.534 partiram de suas casas durante um primeiro endurecimento da Revolução e a crise dos mísseis; 29.962 chegaram aos Estados Unidos entre 1962 e 1965, devido aos impedimentos colocados pelo governo revolucionário em relação às partidas da ilha; e 277.242, entre 1965 e 1972, quando Fidel afirmou que aqueles que quisessem sair da ilha poderiam fazê-lo. Segundo o censo do governo estadunidense de 2010, 982.758 mil cubanos viviam na área metropolitana de Miami, composta por Miami Beach, Fort Lauderdale, West Palm Beach e Pompano Beach, entre outras cidades menores. Disponível em: http://factfinder.census.gov/faces/tableservices/jsf/pages/productview.xhtml?pid=DEC_10_SF1_QTP10&prodType=table. Acesso em: 09/07/2015. A segunda maior cidade cubana, Santiago de Cuba, possuía 423.392 mil cidadãos, segundo o censo de 2002 do governo cubano. Disponível em: http://www.one.cu/aec2013/esp/03_tabla_cuadro.htm. Acesso em: 09/07/2015.

¹⁹¹ Sobre a lei, conferir: <http://www.uscis.gov/es/tarjeta-verde/otras-maneras-de-obtenerla/cubanos/residencia-permanente-para-un-ciudadano-cubano>. Acesso em: 28/06/2014. Damos especial ênfase à seguinte parte: “As solicitações para o *Green Card* (residência permanente) podem ser aprovada ainda que não se cumpram os requisitos básicos decretados pela Sessão 24 da Lei de Imigração e Nacionalidade INA). Já que os números máximos não são passíveis de ajustes sob a CAA, não é necessário que os solicitantes sejam beneficiários de uma petição de visto de imigrante. Ademais, os oriundos de Cuba ou cidadãos cubanos que cheguem a outro lugar que não um porto de entrada ainda podem ser elegíveis para um *Green Card* se o Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos (USCIS) os concederem e serem admitidos nos Estados Unidos.”

Estados Unidos politizaram a imigração posterior, atribuíram a ela um sentido de dissidência com o governo cubano.¹⁹²

Por sua vez, o Estado cubano buscou, em certos momentos, limitar as saídas da ilha com o intuito de conservar o capital humano e material considerado necessário para a construção da nova sociedade revolucionária. O regime instaurou também uma série de medidas de regulação e controle que visavam limitar operações consideradas subversivas que os emigrados pudessem organizar a partir do exterior.¹⁹³ Em 1961, foi divulgada pelas autoridades cubanas em *La Gaceta de Cuba* a categoria “saída definitiva”, estabelecendo-se que os indivíduos que partiam do país sem permissão abandonavam suas propriedades e seus direitos, assim como os que não regressavam no prazo estipulado pelas autoridades, medida presente até o ano de 2011.¹⁹⁴ A partir de 2011, os cubanos que partiram de sua terra natal puderam vender ou doar os bens que ali permanecessem, como casas e carros. O regulamento de entrada ou saída pelo Ministério do Interior foi instituído em dezembro daquele mesmo ano. Desde seus princípios, a Revolução Cubana equiparou o ato de abandonar o país com traição e rotulou aqueles que se foram como inimigos do Estado.¹⁹⁵

A promulgação da nova constituição cubana em 1976 estabeleceu um novo marco através do rechaço da dupla cidadania e eliminação do direito de livre trânsito, modificando-se o modelo de cidadania e condicionando as liberdades civis aos fins da sociedade socialista. Em 20 de setembro de 1976, o governo estabeleceu a “Lei de Migração” (Lei nº 1312), que regulamentou a concessão das permissões de entrada e saída do país. Desta maneira, os emigrantes tiveram seus direitos de cidadania negados e foram excluídos da comunidade política cubana, além de terem cancelada a possibilidade de regresso.¹⁹⁶

¹⁹² DILLA AFONSO, Haroldo. Las encrucijadas de la política migratoria cubana. *Revista Nueva Sociedad*, n. 242, noviembre-diciembre, 2012, p. 74.

¹⁹³ BOBES, Velia Cecilia. Diáspora, ciudadanía y contactos transnacionales. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 242, noviembre-diciembre, 2012, p. 109.

¹⁹⁴ Disponível em: <http://www.ascecuba.org/publications/proceedings/volume23/pdfs/diversent.pdf>. Acesso em: 24/07/2014.

¹⁹⁵ TORRES, María de los Angeles. *In the land of mirrors: Cuban exile politics in the United States*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1999, p. 177.

¹⁹⁶ Desde 1979, os emigrados puderam retornar a ilha e visitar seus familiares na condição de turistas, ainda que precisassem obter uma permissão de entrada e saída temporária. Em 2013, entrou em vigor uma revisão da lei de 1976, flexibilizando a possibilidade de saída e também de entrada daqueles que se encontravam fora da ilha. A permissão foi extinta para os cubanos, que desde então deveriam apresentar passaporte para viajar. Os prazos de permanência fora da ilha para os cidadãos de Cuba e dentro da ilha para os estrangeiros também foram ampliados, além da possibilidade de extensão deste tempo. Sobre o assunto, conferir:

O passaporte cubano e a permissão de saída eram e ainda são regulados pelo governo, que se dá o direito de negar a concessão a indivíduos com certa qualificação técnica ou que exercem atividades políticas consideradas indesejáveis, como críticas às autoridades e denúncias de violações aos Direitos Humanos. A renovação do passaporte passa por um filtro político/policial. O mesmo se dá com os cubanos emigrados que desejam visitar a ilha.¹⁹⁷ Haroldo Dilla Afonso acredita que as permissões, os processos burocráticos e as proibições constituíram e constituem peças fundamentais utilizadas pelo regime cubano para lograr a obediência política dos cubanos que permanecem na ilha e daqueles que emigraram. A política migratória configura-se então como um elemento de pressão e controle político.¹⁹⁸ Muitos cubanos emigrados com posições contrárias ao governo não são autorizados a entrar na ilha, mesmo em casos de emergência familiar. Além disso, algumas vezes, os familiares de opositores do regime fora da ilha são retidos no país como forma de punição pelo desafio.¹⁹⁹

Percebe-se, desta maneira, que a migração cubana ganha um caráter claramente político. Um dos colaboradores de *Encuentro* indica neste sentido, ao dissertar sobre

[...] uma cultura em que a entrada e a saída do país é usada pela polícia como arma de dissuasão contra a crítica. Política que cria uma casta de escritores privilegiados que, em troca de permissões de saída, calam a boca e adotam uma atitude submissa no que diz respeito à falta de liberdade imperante. Política que, ademais, impede de regressar ao seu país qualquer criador crítico do sistema.²⁰⁰

Desde a década de 1970, os governos cubanos e estadunidenses tentaram de forma errática e inconstante regularizar suas relações políticas e migratórias, especialmente durante a administração de Jimmy Carter. Em 1980, após a crise imigratória do Porto de

http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2012/10/ley-migratoria_cuba_2012.pdf. Acesso em: 24/07/2014.

¹⁹⁷ DILLA AFONSO, Haroldo. Las encrucijadas de la política migratoria cubana. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 242, noviembre-diciembre, 2012, p. 76.

¹⁹⁸ Idem, p. 77.

¹⁹⁹ Ainda que Haroldo Dilla Afonso acredite que a política migratória cubana sirva como instrumento de controle e que as reformas discutidas sejam ainda tímidas e não coloquem em xeque um elemento autoritário da sociedade revolucionária (o direito inalienável de trânsito), Velia Cecilia Bobes propõe que a emigração cubana (e o retorno) tem se tornado cada vez menos excepcional e mais parecida com a migração econômica tradicional. Para a autora, a motivação ideológica e política atualmente vem perdendo espaço para a motivação econômica e de reunificação familiar. Cf.: BOBES, Velia Cecilia. Diáspora, ciudadanía y contactos transnacionales. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 242, noviembre-diciembre, 2012, p. 119.

²⁰⁰ ABREU, Juan. Un espectáculo lamentable. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 21-22, verano-otoño, 2001, p. 71.

Mariel²⁰¹ e depois de longas negociações, o governo dos Estados Unidos se comprometeu a permitir a entrada de 20.000 cubanos por ano em seu território através da concessão de vistos, fato nunca consumado, ao passo que o governo cubano tentaria controlar as saídas ilegais. A prioridade destas entradas seria dada a cubanos que possuíssem familiares nos Estados Unidos e a indivíduos perseguidos politicamente.

Outra onda emigratória rumo aos Estados Unidos ocorreu nos anos de 1990, durante a chamada crise dos balseiros. Ao longo da década, o número de cubanos que se lançavam ao mar em balsas para tentar chegar de forma ilegal à costa norte-americana crescia progressivamente: no ano de 1990, chegaram aos Estados Unidos 467 balseiros; em 1991, o número cresceu para 2.203, 2.548 em 1992 e 3.656 em 1993.²⁰² As autoridades norte-americanas tomavam poucas medidas para conter a imigração ilegal e o baixo número de vistos concedidos a cubanos na ilha apenas encorajava a prática de se lançar ao mar em balsas. Em agosto de 1994, sob a intensa crise econômica que devastava a ilha e pouco após os protestos em Malecón, Fidel Castro afirmou que relaxaria oficialmente o controle de emigração: aqueles que quisessem deixar a ilha conseguiriam a permissão. Com esta medida, Fidel buscava pressionar o governo dos Estados Unidos a mudar sua política em relação a Cuba.

Centenas de cubanos dirigiram-se às praias para embarcar em barcos e balsas, fato que alarmou o governo norte-americano. Temendo uma experiência semelhante à de Mariel, a guarda costeira foi acionada por Bill Clinton e recebeu ordem de deter todos os cubanos que buscassem entrar ilegalmente no país. Em setembro de 1994, mais de 21.000 cubanos haviam sido detidos e realocados para a Base Militar de Guantánamo.²⁰³

Após um período de negociações, ambos os governos entraram em um acordo para por fim à crise. Washington aceitou providenciar 20.000 vistos para cubanos, enquanto Havana tentaria prevenir a imigração ilegal. Os imigrantes ilegais detidos em

²⁰¹ No dia 05 de abril de 1980, cinco cubanos invadiram a embaixada peruana em Havana buscando asilo político, matando um policial no processo. Quando os peruanos afirmaram que não devolveriam os invasores que cometeram o homicídio, Fidel Castro ordenou a retirada do policiamento ao redor da embaixada. Rapidamente, vários outros cubanos se dirigiram para o local em busca de asilo, e em questão de dias, cerca de 10.000 cubanos ocuparam a área da embaixada. Na Flórida, exilados cubanos mobilizaram-se para conseguir barcos para o transporte dos dissidentes para os Estados Unidos. Castro permitiu então a saída de todos aqueles que o desejassem através do porto de Mariel, a noroeste da ilha e próximo a Havana. De 15 de abril a 31 de outubro cerca de 125.000 cubanos deixaram sua terra natal, rumo aos Estados Unidos. Sobre o assunto, conferir: MARQUES, Rickley Leandro. *A Condição Mariel*. Memórias Subterrâneas da Revolução Cubana. Goiânia: EDUFMA, 2012.

²⁰² GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 335.

²⁰³ *Ibidem*, p. 336.

alto mar e que não fossem considerados asilados políticos seriam deportados. Em 1995, efetuou-se uma revisão da Lei de Ajuste Cubano de 1966 e estabeleceu-se a política dos “pés secos, pés molhados” que permite aos cubanos requererem visto de residência permanente nos Estados Unidos após pisarem em solo norte-americano, enquanto aqueles que fossem abordados ainda no mar seriam deportados de volta para a ilha. Em 1996, os imigrantes detidos em Guantánamo, agora em um número superior a 30.000, tiveram permissão para se dirigir aos Estados Unidos.²⁰⁴ No mesmo momento, vários haitianos se encontravam na mesma situação dos cubanos alocados em Guantánamo, porém, eles não foram admitidos nos Estados Unidos e foram deportados ao seu país. Evidencia-se novamente o tratamento diferenciado dirigido aos cubanos devido ao atrito político existente entre o regime revolucionário e o governo estadunidense.²⁰⁵

Neste contexto, a distinção entre categorias como refugiado, asilado, imigrante e exilado se torna obscura. Pablo Yankelevich aponta para a causalidade centralmente política do exílio, embora reconheça que esta não seja exclusiva. Há uma verdadeira dificuldade em encontrar os limites entre as motivações que levaram os indivíduos a deixarem seu país, e as fronteiras entre os termos anteriormente citados são imprecisas.²⁰⁶ Sznajder e Roniger também fazem notar que embora o exílio normalmente traga um elemento político, “a condição do exílio existe tanto em situações de marginalização como de alienação dentro de uma sociedade, como algo intrínseco a algumas situações caracterizadas pela exclusão socioeconômica e uma política identitária discriminatória”.²⁰⁷ As leis migratórias estadunidenses tendem a politizar o ato de emigrar e a transformar os chamados imigrantes em *refugiados*, ainda que a escolha dos indivíduos por emigrar não passe por um viés político, ao passo que a legislação cubana

²⁰⁴ Percebe-se o aumento constante da imigração *legal* cubana para os Estados Unidos ao longo do chamado Período Especial em Tempos de Paz, em decorrência do contínuo empobrecimento da ilha após o fim do auxílio econômico soviético e da maior eficácia do bloqueio norte-americano: 10.645 em 1990, 10.349 em 1991, 11.791 em 1992, 13.666 em 1993, 14.727 em 1994, 17.937 em 1995, 26.466 em 1996, 33.587 em 1997, 17.864 em 1998, 14.132 em 1999 e 20.381 em 2000. Conferir: CASTRO, Max J. The new Cuban immigration in context. *North-South Agenda Paper*, n. 58, October, 2002. Disponível em: http://www.revistainterforum.com/english/pdf_en/58AP.pdf. Acesso em: 24/07/2014. Em 2000, o departamento de imigração dos Estados Unidos contabilizou a entrada de cerca de 13.000 cubanos considerados refugiados. Buscando contabilizar um total de *refugiados* cubanos ingressados em terras estadunidenses desde 1946, estimou um número próximo de 610.000 indivíduos. Conferir: <http://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statistics/yearbook/2000/Yearbook2000.pdf>. Acesso em: 24/07/2014.

²⁰⁵ A política migratória espanhola para os cubanos não apresentou distinções em relação a outros países latino-americanos.

²⁰⁶ YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, S.V. (org). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 16.

²⁰⁷ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: FCE, 2013, p. 42.

se encarrega de punir legalmente e perseguir politicamente as pessoas que saem da ilha sem permissão, chamados de *emigrados*. Assim, a diferenciação entre estas duas denominações e a de exílio, fundamentando-se no caráter estritamente político dado a este último, tende a se tornar insatisfatória.

Sob esta ótica, é pouco produtivo adotar um significado apriorístico do conceito de exílio. O exílio cubano contemporâneo é bastante peculiar e possui características bastante próprias. Embora ele possa ser comparado com outras experiências, o formato de organização apresentado pelos exilados e a maneira como se efetuou a sua exclusão da vida pública força-nos a pensar em outras maneiras de analisá-lo. Acreditamos que o exílio, como categoria, só pode ser definido a partir da experiência dos atores, marcada e reconhecida apenas nela.²⁰⁸ As memórias e usos discursivos desta experiência transnacional pode, à sua maneira, trazer sua definição. Assim, o exílio tem pouco significado se separado de seu contexto: seu sentido é construído de acordo com a atuação e trajetória dos indivíduos, além de suas relações com um campo transnacional estabelecido em seu tempo.²⁰⁹ Deste modo, há que buscar a significação desta categoria construída por *Encuentro* e *Hispano-Cubana* em suas páginas.

Encuentro de la Cultura Cubana e *Revista Hispano-Cubana* utilizaram termos como diáspora, refúgio e desterro, mas a categoria exílio foi escolhida na esmagadora maioria das vezes para dissertar acerca da prática dos cubanos de sair de seu país. As revistas referiram-se a este termo para tratar da marginalização social e política experimentada pelos dissidentes, para abordar a tentativa deliberada de exclusão do indivíduo da participação política e, portanto, definiram o exílio como uma punição aos opositores do regime.

Em um artigo dedicado a analisar a literatura cubano-americana e o caráter pós-moderno de grande parte desta produção, Rafael Rojas estabeleceu uma possível diferença entre diáspora e exílio. Enquanto o primeiro aponta para o conjunto de todos os espaços migratórios a partir de um centro, o termo exílio concebe um tipo específico de emigração: o ato de sair do país seria um desterro nacional, uma viagem rumo à oposição

²⁰⁸ AZEVEDO, Desirée; SANJURJO, Liliana. Between dictatorships and revolutions: narratives of Argentine and Brazilian exiles. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, Brasília, v. 10, n. 2, Dec. 2013, p. 311

²⁰⁹ Idem, p. 332-335.

política.²¹⁰ A *Revista Hispano-Cubana* se aproximou desta posição ao corroborar que “chamar o exílio de *diáspora* é uma tentativa sutil de domesticá-lo, de abrandar sua condição, pois já se sabe que o exílio implica em um *status* político, ao passo que a *diáspora* é a dolorosa dispersão do povo de Israel”.²¹¹ Enrique del Risco, escritor cubano e professor universitário residente nos Estados Unidos, percebeu o mesmo intento de domesticação ao dizer que o jornal cubano *La Gaceta de Cuba* converteu o *exílio* em algo mais romantizado como a *diáspora*.²¹²

A jornalista cubana Ernestina Rossel afirmou que nos anos 1990 os emigrantes ilegais começaram a aparecer nas notas oficiais do governo cubano. Entretanto, este apenas relatou os casos de indivíduos que o fizeram por motivos econômicos ou para se reunirem com a família no exterior, omitindo-se os casos ligados à insatisfação política.²¹³ A partir desta constatação, a autora argumentou que em Cuba não existem “simples emigrantes” como em outros países, mas exilados políticos. Como dito anteriormente, as leis migratórias referentes à ilha politizaram a prática de abandonar o país. Rossel propôs que cada cubano não seria apenas um possível emigrante, mas também um possível dissidente e perseguido político. O vocabulário utilizado pelo regime e por seus simpatizantes para definir estes indivíduos no exterior indica neste mesmo sentido: traidores, vende-pátria, escória, contrarrevolucionários, *gusanos* (vermes) e *lumpemproletariado*.²¹⁴ A colaboradora de *Hispano-Cubana* conectou ainda o aumento da emigração política não apenas à intensa crise econômica enfrentada pela ilha nos anos 1990, mas também à presença de um regime autoritário e à inexistência de uma democracia em Cuba.

²¹⁰ ROJAS, Rafael. *Diáspora y literatura. Encuentro de la Cultura Cubana*. Madrid, n.12-13, primavera-verano, 1999, p. 140. O autor informa ainda que não existiria uma relação excludente entre ambas as experiências: muitos cubanos que vivem na *diáspora* também se encontram em situação de exílio.

²¹¹ LEANTE, César. Nueva estrategia cultural cubana. *Revista Hispano-Cubana*. Madrid, n. 11, otoño, 2001, p. 131.

²¹² DEL RISCO, Enrique. “La Gaceta de Cuba” 1995-1999. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 104. *La Gaceta de Cuba* é uma das revistas culturais de maior prestígio publicada em Cuba, fundada em 1962 pelo poeta Nicolás Guillén.

²¹³ ROSSEL, Ernestina. La estampida migratoria. *Revista Hispano-Cubana*. Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 15.

²¹⁴ Idem, p. 16. É preciso ressaltar que estes termos ofensivos utilizados pelas autoridades cubanas e seus apoiadores tendem a diminuir no final da década de 1980 e princípio de 1990. As remessas em dinheiro enviadas para Cuba advindas da comunidade existente em Miami passaram a conformar uma fonte de renda fundamental para muitos dos cubanos residentes na ilha. Por este motivo, o governo socialista teria alterado a forma de se referir aos indivíduos no exterior, visando manter uma relação menos conflitiva com estes setores que alimentavam importante parte da economia cubana.

A mesma percepção se mostrou presente em *Encuentro*. A socióloga estadunidense Holly Ackerman classificou o fenômeno dos balseiros de 1994 como uma forma de protesto social. A saída em massa de cubanos foi entendida como uma ação não violenta contra o Estado e como oposição às medidas tomadas pelo governo para controlar a saída de seus cidadãos, um verdadeiro rechaço ao regime comunista. Partir da ilha tornaria pública a insatisfação política e evidenciaria um código oculto da sociedade cubana que reconhece a existência da repressão dentro do país.²¹⁵ Muitos dos indivíduos que partiram nesta ocasião alegaram ainda estar conscientes da repercussão de suas ações e da possibilidade destas inspirarem outras pessoas a fazerem o mesmo. Nesta perspectiva, sair de Cuba se tornaria um ato de oposição ao governo e o exílio ganharia contornos de conflito político. Uva de Aragón reitera esta posição, afirmando sobre os cubanos nos Estados Unidos que

[...] nunca nos consideramos imigrantes. Como exilados, ao invés de sonhar, preferimos lembrar. Ao invés de almejar nos integrar à cultura da pátria adotada, falamos constantemente do regresso à nossa própria. Somos monotemáticos. Cuba é o nome de nossa loucura coletiva. [...]

A partir do triunfo da revolução de janeiro, os cubanos – alguns batistianos, alguns ricos, a maioria classe média, muitos apolíticos – se trasladaram a esta cidade [Miami] a menos de uma hora de voo de Havana com dois propósitos principais: esperar que as coisas mudem em Cuba ou, com a ajuda dos norte-americanos, participar ativamente na derrocada do regime.²¹⁶

Alguns intelectuais preferiram usar outros termos como “diáspora” ou “emigrante”, justamente por essa carga um tanto quanto belicosa trazida pelo exílio.²¹⁷ Carine Mardorossian apontou que vários escritores caribenhos estabelecidos nos Estados Unidos ou na Inglaterra reconstruíram sua identidade através da “literatura de imigrantes” ao invés de “literatura de exílio”. Esta nova geração de escritores não abordou tanto o tema do exílio. A opção destes seria trabalhar através do prisma do contínuo

²¹⁵ ACKERMAN, Holly. Protesta social en la Cuba actual: los balseros de 1994. *Encuentro de la Cultura Cubana*. Madrid, n. 3, invierno, 1996-1997, p. 125-131.

²¹⁶ ARAGÓN, Uva de. El rostro oculto de Miami. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n.18, otoño, 2000, p. 77.

²¹⁷ Lourdes Gil equipara as experiências ao afirmar que o ano de 1959 marcou o início de um exílio que posteriormente se tornaria uma diáspora. Ela afirmou ainda que a chamada diáspora cubana está diretamente conectada com o regime político instaurado na ilha naquele ano. Conferir: GIL, Lourdes. La apropiación de la lejanía. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 63-64.

deslocamento, buscando fugir de uma lógica binária e romantizada muitas vezes contida na literatura de exílio.²¹⁸

De maneira semelhante, Rafael Rojas afirmou que a poesia cubano-americana dos anos 1980, muitas vezes, se afastou da concepção exílica por sua significação política e pela presença nostálgica nela existente, optando por um termo menos conflituoso, como “emigração”.²¹⁹ A espanhola Ana Belén Martín Sevillano chegou à mesma conclusão ao propor que os cubanos que saíram da ilha, ao longo dos anos 1990, não se identificaram ou não se comportaram como exilados e preferiram utilizar o termo “diáspora” ao invés de “exílio”, não apenas para evitar possíveis conflitos políticos, mas também para escapar da dicotomia “nação-exílio”.²²⁰ Para muitos escritores latino-americanos estabelecidos nos Estados Unidos, entre eles os cubanos, esta escolha implicou em uma importante virada política: um suposto fim do nacionalismo revolucionário e do anticomunismo militante em vários países latino-americanos, além de uma euforia vivida após a impactante derrota sofrida pelos projetos de esquerda e pretensão triunfo do capitalismo no final da década de 1980 e início de 1990.²²¹ Este ponto de vista se mostrou presente entre vários cubano-americanos, mas Iván de la Nuez, ensaísta cubano exilado em Barcelona, ressalta que o exílio cubano, especialmente o de Miami, “opera como último reduto da Guerra Fria. Um particular muro de Berlim entre Cuba e Estados Unidos”.²²² O caráter conflitivo latente na escrita cubana produzida no exílio muitas vezes permaneceu.

O giro literário e político apresentado ganhou espaço entre vários intelectuais que deixaram seu país de origem, mas as revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Hispano-Cubana* priorizaram o exílio e a análise sobre este tema. É bastante comum encontrar em ambas a perspectiva da literatura da diáspora e reflexões sobre a transnacionalidade/transterritorialidade da cultura cubana, mas este enfoque também se

²¹⁸ MARDOROSSIAN, Carine M. From literature of exile to migrant literature. *Modern Language Studies*, Oxford, vol. 32, n. 2, 2002, p. 16.

²¹⁹ ROJAS, Rafael. Diáspora y literatura. *Encuentro de la Cultura Cubana*. Madrid, n. 12-13, primavera-verano, 1999, p. 138.

²²⁰ MARTÍN SEVILLANO, Ana Belén. Las revistas culturales como agente transnacional del campo cultural cubano del siglo XXI. *Revista Iberoamericana*, v. 13, n. 49, 2013, p. 7-8. A tese de doutorado da autora apresenta uma boa tentativa de abordar a narrativa cubana das décadas de 1980 e 1990. Conferir: MARTÍN SEVILLANO, Ana Belén. *Cuento cubano actual (1985-2000)*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense, Madrid, 2001.

²²¹ MARDOROSSIAN, Carine M. From literature of exile to migrant literature. *Modern Language Studies*, Oxford, vol. 32, n. 2, 2002, p. 16.

²²² NUEZ, Iván de la. *La balsa perpetua: soledad y conexiones de la cultura cubana*. Barcelona: Ed. Casiopea, 1998, p. 134.

encontra extremamente politizado e é apropriado para criticar o regime castrista. Ainda que alguns intelectuais tenham se adaptado bastante bem ao lugar onde foram acolhidos e tenham refletido acerca do exílio e da diáspora sem recorrer à nostalgia, não há nas duas revistas uma negação do conteúdo coercitivo e arbitrário presente na experiência exílica. Muitos dos colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* sentiram a necessidade de narrar o exílio a partir de um matiz de denúncia e indignação. Jesús Díaz afirmou que negar o exílio, como fazia o regime castrista, serviria também para negar a repressão à oposição, a prisão política e a censura dentro da ilha.²²³ Em *Hispano-Cubana*, Rodenas acusou os apoiadores do governo cubano de continuar a nomear a experiência do exílio como “emigração”, justamente para não reconhecer que era uma viagem sem retorno.²²⁴ Em pronunciamento durante a comemoração dos 25 anos da vitória na Praia de Girón, em 1961, Fidel Castro disse que “[...] a *gusanera* contrarrevolucionária, como vocês sabem, a chamam de dissidente”.²²⁵ Como mencionado, o regime cubano evitou o uso do termo exílio para classificar seus opositores no exterior e preferiu desqualificá-los a partir de expressões pejorativas.

A percepção do exílio cubano em *Encuentro* e *Hispano-Cubana* se aproximou da noção de dissidência e oposição política.²²⁶ O *deslocamento* pode carregar uma conotação positiva ou negativa, mas o *exílio* é menos tolerante, mais preciso: ele remete à perseguição e expulsão. Há uma força simbólica em sua concepção que dá uma identidade ao perseguido.²²⁷ Denominar-se como exilado, tradicionalmente, deu legitimidade aos

²²³ DÍAZ, Jesús. Otra pelea cubana contra los demonios. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 206.

²²⁴ MÉNDEZ RODENAS, Adriana. Diáspora o identidad: a donde va la cultura cubana? *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 47.

²²⁵ Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en el acto central por el XXV Aniversario de la victoria de Girón, efectuado en el teatro “Karl Marx”, 19 de abril de 1986. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1986/esp/f190486e.html>. Acesso em: 03/03/2015.

²²⁶ Há, entretanto, alguns poucos artigos em ambas as publicações que afirmam a possível existência de um caráter não necessariamente político do exílio. O mais notável é o de Iván de la Nuez, que afirma que o exílio, a diáspora, o desterro, a viagem e a fuga cubana (o autor utiliza os termos de forma indiscriminada) não são apenas de ordem econômica ou uma dissidência exclusivamente política, mas se trata de um fenômeno de ordem cultural: é o escape de uma vida fragmentada e de um tempo saturado, esses sim confiscados pela política na ilha. Retomaremos o assunto mais adiante. Cf.: NUEZ, Iván de la. El destierro de Calibán. Diáspora de la cultura cubana de los 90 en Europa. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997.

²²⁷ SOSNOWSKI, Saul. Pensar país/imaginar región. In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro; GARRAMUÑO, Florencia; SOSNOWSKI, Saul (eds.) *Sujetos en tránsito: (in)migración, exilio y diáspora en la cultura latinoamericana*. Madrid, 2003, p. 333, e YANKELEVICH, Pablo. Estudiar o exílio. In: QUADRAT, S. V. (org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. 17. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 17.

indivíduos e conferiu certo *status* e autoridade a estes. A distinção entre exilado, imigrante e refugiado tornou-se algo hierárquico e aristocratizante.²²⁸

O caráter de dissidência enfatizado pelas revistas ao redor do tema do exílio abre espaço para entendê-lo como forma de resistir às políticas implementadas pelo governo cubano: cabe lembrar que deixar o país sem a permissão do Ministério do Interior constituía um crime até o ano de 2013. A *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* alegaram que o exílio representa um sério problema para Cuba, a desilusão com a Revolução e o desencanto com o futuro dentro da ilha.²²⁹ As saídas massivas de Cuba, como os eventos de Mariel em 1980 e dos balseiros em 1994, seriam o símbolo da falência da Revolução e evidenciariam uma existência insuportável dentro do país.²³⁰

Os jovens nascidos sob a educação comunista seriam os mais afetados e encontrariam no exílio uma forma de resistir às condições em que estariam submetidos e um meio de enfrentar o regime e obter a liberdade.²³¹ Jesús Díaz apontou insistentemente que o seu próprio exílio era um ato de resistência à experiência revolucionária que se tornou autoritária, ainda que tenha participado e apoiado ativamente a Revolução durante 32 anos.²³² Como mostramos anteriormente, Díaz decidiu partir da ilha por se opor ao governo após o episódio do fuzilamento de Arnaldo Ochoa e Tony de la Guardia.²³³ Para Cynthia Schmidt-Cruz, o exílio é o espaço para continuar a oposição contra o regime, é o lugar onde se tornou possível escrever críticas ao comunismo cubano e a Fidel Castro, como o fez, por exemplo, Reinaldo Arenas, em seu exílio nos Estados Unidos.²³⁴

Sob esta ótica, *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* constituíram-se como um dos espaços de congregação da oposição cubana de dentro e de

²²⁸ RAMA, Ángel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 35, 1978, p. 6.

²²⁹ GARCÍA, Iván. Los chicos de la esquina. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 19.

²³⁰ SERRANO, Pío E. Cuatro décadas de políticas culturales. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 49.

²³¹ ARMAS, Armando de. La juventud en la isla. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, p. 90.

²³² DÍAZ, Jesús. Otra pelea cubana contra los demonios. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 206.

²³³ SIMMEN, A. Tras la muerte de Jesús Díaz. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 67.

²³⁴ CRUZ-SCHMIDT, Cynthia. Disidencia sexual y política bajo el castrismo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 35-36. Sobre o exílio de Reinaldo Arenas, ver AZEVEDO, Tarcio Vancim de. *Reinaldo Arenas e Heberto Padilla: memórias dissidentes à Revolução Cubana no ocaso do Socialismo Soviético*. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2014, 200 p, dissertação de mestrado.

fora da ilha, um local de articulação de discursos críticos ao regime. As revistas produzidas sob a condição do exílio são necessariamente políticas por tornarem claros os espaços de exclusão e marginalização produzidos em seus países e, neste caso cubano, por colocar em evidência a dissidência e denunciar a censura e a repressão, conformando assim bens culturais de resistência política.²³⁵

O surgimento de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* passou pelo critério de se opor e resistir ao regime castrista e por reunir os cubanos submetidos ao exílio. Os intelectuais que colaboraram nas duas publicações certamente diferiam entre si em seus posicionamentos políticos, estilos de escrita, profissões, lugares de residência e gerações, o que adicionou uma grande variedade e pluralidade às páginas das duas revistas. De fato, discordâncias internas e prolongados debates existiram entre os intelectuais colaboradores. No primeiro volume de *Hispano-Cubana* encontramos um debate acerca do bloqueio estadunidense no qual membros da Fundação Nacional Cubano-Americana o defendiam, ao passo que jornalistas independentes dentro de Cuba o condenavam.²³⁶ De maneira semelhante, *Encuentro* forneceu espaço para alguns intelectuais ligados a instituições culturais cubanas e ao governo para, logo depois, criticá-los.²³⁷

Entretanto, mesmo que *Encuentro* e *Hispano-Cubana* não sejam publicações homogêneas, estáticas e monolíticas, é possível perceber em ambas um projeto coletivo²³⁸ que mobilizou o combate às práticas autoritárias instituídas na ilha em diversos momentos ao longo do processo revolucionário, como a censura, a repressão à dissidência e o desrespeito aos Direitos Humanos, além de promover a superação das barreiras impostas pelo exílio. Beatriz Sarlo defende que estas coletividades que direcionaram as revistas culturais, de maneira geral, “informam sobre práticas intelectuais de um período, sobre

²³⁵ COELHO NETO, Raphael; PRATES, Thiago Henrique Oliveira. Revistas de intelectuais exilados como objeto de pesquisa: o caso de *Araucaria de Chile* e *Encuentro de la Cultura Cubana*. *FACES DA HISTÓRIA*, Assis-SP, v.1, n. 1, p. 124-146, jan.-jun., 2014, p. 136.

²³⁶ CÁRDENAS, José R. La política de los Estados Unidos hacia Cuba: una defensa. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n.1, primavera, 1998, p. 46-50; GARCÍA, Iván. Los cubanos: cansados del largo embargo y del añejo gobierno. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 51-53; CALZÓN; Frank. Persistir en el embargo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 54-55; NUCCIO, Richard A. Castro es quien mantiene aislada Cuba. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 55-58.

²³⁷ PRIETO, Abel. Ser (o no ser) intelectual en Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, 1996, p. 93-94; PÉREZ, Ricardo Alberto; MEJÍAS, Rolando Sánchez. Carta abierta. Ser intelectual en Cuba: Ficción (o realidad). *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 2, 1996, 95-104.

²³⁸ CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM, p. 3.

as relações de força, poder e prestígio no campo da cultura”²³⁹, informando também sobre os conflitos políticos em que tomaram parte e sua atuação perante o público.

As revistas iniciaram um processo de conformação de uma rede de sociabilidade e solidariedade intelectual²⁴⁰, um conjunto de intelectuais que se comunicam em razão de suas atividades profissionais, suas perspectivas políticas, estilísticas e mesmo suas relações afetivas. Publicações como *Encuentro* e *Hispano-Cubana* se dedicaram, sobretudo, a criticar o governo cubano a partir do exílio ou de dentro de Cuba. Elas ofereceram espaços para que vozes marginalizadas encontrassem repercussão no cenário internacional e colaborassem na cruzada anticastrista. Intelectuais cubanos como Raúl Rivero, Manuel Díaz Martínez, Maria Elena Cruz Varela, Antonio Benítez Rojo, Zoé Valdés, Carlos Victoria, Pío Serrano, Oswaldo Payá, Rafael Rojas, Carlos Franqui, entre vários outros, colaboraram constantemente com as revistas, muitas vezes em ambas.

Se o objetivo das revistas era criticar o regime castrista e se estabelecer como oposição, elas realmente o atingiram. *Encuentro* atraiu a ira de vários intelectuais ligados ao governo cubano e se envolveu em grandes embates. No décimo sexto volume de *Encuentro*, após Jesús Díaz expor suas memórias acerca do fechamento de seu jornal *El Caimán Barbudo* e de sua revista *Pensamiento Crítico*, Aurelio Alonso, antigo amigo do diretor de *Encuentro*, enviou uma carta à revista defendendo a postura do regime, logo rebatido por Díaz. No mesmo volume de *Encuentro*, publicou-se ainda um fragmento de *Granma*, periódico oficial do regime cubano e que carrega o nome da lendária embarcação utilizada pelos revolucionários de Fidel para chegar à ilha em 1956. O jornal dispôs-se a atacar o posicionamento de Jesús Díaz e a exercer a defesa da intelectualidade cubana revolucionária.²⁴¹

No volume seguinte, a polêmica alastrou-se: Aurelio Alonso concedeu uma entrevista à revista cubana *Revolución y cultura*, logo publicada em *Encuentro*, na qual se ocupou de deslegitimar o diálogo proposto pela revista e de taxar Jesús Díaz de

²³⁹ SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *America, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, 1992, p. 15.

²⁴⁰ DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007, p. 30.

²⁴¹ DÍAZ, Jesús. El fin de otra ilusión. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, 2000, 106-119; ALONSO, Aurelio. Réplica. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, primavera-verano, 2000, p. 120-121; DÍAZ, Jesús. Dúplica. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, primavera-verano, 2000, p. 122-123; Fragmento del artículo aparecido en el periódico Granma el 24 de marzo de 2000. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, primavera-verano, 2000, p. 124.

contrarrevolucionário. Para o ensaísta cubano, a revista teria começado a servir de núcleo para “uma nova geração de contrarrevolucionários formados depois da Revolução (Rafael Rojas, Iván de la Nuez, Zoe Valdés, agora [Emilio] Ichikawa)”.²⁴² A este coro, juntou-se Lisandro Otero,²⁴³ acusando *Encuentro* de alterar seu posicionamento e de servir como arma da agressão advinda do exílio.²⁴⁴ O governo cubano e os intelectuais que o apoiavam perceberam *Encuentro de la Cultura Cubana* como uma oposição política e logo a elegeram como um de seus inimigos.

Fica evidente que as linhas editoriais de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* giraram ao redor do tema do exílio e da crítica ao castrismo, elementos que articularam e deram coesão aos textos presentes nas revistas, o *editorialismo programático*, tal qual proposto por Fernanda Beigel.²⁴⁵ Elas estabeleceram uma alternativa política ao processo revolucionário e, por este motivo, conseguiram agregar à sua volta grande parte da dissidência intelectual cubana.²⁴⁶

Sob esta perspectiva, torna-se pertinente a pergunta: as revistas dedicaram grande reflexão sobre a condição exílica e suas implicações para a produção cultural da ilha, mas como o ato de representar o exílio contribui para a crítica ao governo? Ora, *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* batalharam para construir uma imagem do exílio distinta daquela proposta pelo discurso oficial cubano. Os textos das revistas, assim como pode ser o texto literário, são o espaço onde há a possibilidade de articular um desafio discursivo dos inconformados e dos desajustados²⁴⁷, onde se mostram presentes os anseios e possibilidades não consumadas. *Encuentro* e *Hispano-Cubana* são lugares

²⁴² DÍAZ, José León. Entrevista con Aurelio Alonso. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, otoño, 2000, 164-165.

²⁴³ Lisandro Otero foi um importante intelectual ligado ao governo cubano. Em 1963, ganhou o prêmio *Casa de las Americas* pelo romance *La situación* e também dirigiu o jornal *Revolución* e *La Gaceta de Cuba*. Posteriormente, foi diretor da União dos Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC). Veremos mais sobre sua atuação no terceiro capítulo.

²⁴⁴ OTERO, Lisandro. Carta. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, otoño, 2000, p.186; OTERO, Lisandro. Réplica. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, otoño, 2000, p. 189-194. Iremos explorar tal polêmica no terceiro capítulo, dedicado ao debate acerca da figura do intelectual cubano.

²⁴⁵ BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, enero-marzo, 2003, p. 10.

²⁴⁶ Os posicionamentos frente à Revolução tomados por cada revista serão abordados no quarto capítulo. Embora tenha se oposto à experiência nacionalista cubana radical, *Encuentro* adotou uma perspectiva crítica à Revolução que buscou defender parte de seu ideário, entre eles a independência e a soberania nacional, e se aproximou de partidos, indivíduos e instituições socialdemocratas. *Hispano-Cubana* aproximou-se do projeto do Partido Popular espanhol, defendendo a sociedade de livre mercado e a democracia representativa, além de flertar com vários elementos do conservador discurso hispanista.

²⁴⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 20-21.

onde os intelectuais dissidentes do regime podem sonhar outra Cuba. Em uma apresentação de *Encuentro* no Centro Cultural Espanhol em Miami, no ano de 2000, Uva de Aragón disse sobre a revista:

Isso é a *Revista Encuentro*: um lugar físico, uma revista na qual se dão as mãos, leem, apalpam, cheiram e reconhecem gerações de criadores que foram vítimas deste longo e cruel desencontro. Suas páginas buscam estender uma rede através dos gêneros literários, dos mares, das idades, das ideologias, para nos oferecer a todos um espaço para dizer, meditar, sonhar, recordar e idealizar. Ajuda-nos a resgatar a memória história; convida-nos a forjar um projeto de nação futura.²⁴⁸

Desta maneira, representar o exílio e os exilados, eleitos muitas vezes como inimigos pelo governo cubano, constituiu-se como provocação e resistência: as revistas mobilizaram a representação do exílio para deslegitimar o discurso estabelecido na ilha. Esta escolha de seus editores e colaboradores se configurou como uma possível política intelectual da escrita, uma forma específica de investir o capital simbólico da poética com fins públicos, uma verdadeira maneira de administrar os combates no cenário intelectual.²⁴⁹ Ao pensar sobre as *representações*, as formas como os grupos nomeiam e classificam o mundo, torna-se fundamental recorrer a Roger Chartier. Para o historiador, os embates pelas representações da realidade possuem o objetivo de ordenar a própria estrutura social e evidenciam as estratégias dos diferentes grupos, suas relações sociais e o espaço em que estes constroem um modo de *ser-percebido* que constitui sua identidade.²⁵⁰ Chartier ainda nos lembra que

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de

²⁴⁸ ARAGÓN, Uva de. Palabras por Encuentro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, primavera-verano, 2000, p. 129-132.

²⁴⁹ ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 363. Sobre o capital simbólico, conferir: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

²⁵⁰ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002, p. 73.

representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.²⁵¹

Entre a dissidência cubana, as representações fizeram parte de uma estratégia de resistência ao governo revolucionário. Os opositores do regime afrontaram diretamente as autoridades ao mobilizar imagens e discursos que diferiam da narrativa oficial, interpretações sobre a realidade cubana que contradiziam o regime e expectativas para o futuro da ilha que fugiam das projeções e projetos elaborados pela cúpula do poder revolucionário. Esta dissertação se debruça sobre as representações de Cuba e da Revolução elaboradas a partir do exílio ou em diálogo com ele, suas características e a maneira como elas constituíram um desafio ao governo. Entre os intelectuais cubanos dissidentes, o ato de representar serviu como uma forma de investir o capital simbólico possuído para disputar os símbolos nacionais, a legitimidade da palavra e a definição da própria pátria. Trataremos, então, das representações do próprio exílio, da figura do intelectual e do passado revolucionário.

Nos dois próximos tópicos que integram este capítulo analisaremos as duas maneiras como o exílio foi representado e o sentido político conferido a cada uma delas. A primeira representação diz respeito à percepção do exílio como dor e sofrimento, utilizada para pensar a marginalização que o regime impôs a vários indivíduos. A segunda tratou do exílio como experiência de cruzamento de fronteiras e desnaturalização dos padrões culturais, o que serviu como fundamento para a formulação de uma identidade cubana distinta daquela proposta pelo regime castrista e também estabeleceu um desafio ao nacionalismo revolucionário.

2.2 – A dor de não estar: exílio, tragédia e fragmentação em *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*

O exílio é percebido por indivíduos e grupos de formas bastante distintas, fundamentadas nas experiências subjetivas e coletivas, no antes e no depois de se exilar. Assim, os discursos acerca do exílio configuram-se também como um trabalho de memória individual e coletiva construída no tempo e no espaço.

²⁵¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

No século XIX, a maneira mais disseminada de se representar esta prática foi por meio da perda e sofrimento. Em Cuba, a partir deste século, o exílio e o desterro foram percebidos como uma prática dolorosa. Com o surgimento da ideia moderna de nação na ilha e com o seu amálgama com a ideia de pátria, elaboradas ao longo das guerras de independência e solidificadas no pensamento de José Martí, o exílio adquiriu certo aspecto romântico no qual o afastamento da terra natal era experimentado com nostalgia e angústia. Para a tradição nacionalista que começou a se constituir a partir da Guerra dos Dez Anos (1868-1878), Cuba representava uma totalidade, uma razão de ser, não só como ideia, mas também como lugar material, sólido, presente no espaço: não havia substituto para o solo pátrio e a permanência na ilha se tornou fundamental. Iván de la Nuez reconheceu este romantismo presente entre a direita do exílio e os intelectuais que permaneceram na ilha, que abordam, muitas vezes, um tempo místico e uma origem maravilhosa da cubanidade.²⁵²

Encuentro de la Cultura Cubana e *Revista Hispano-Cubana* publicaram em suas páginas artigos, testemunhos, trechos e resenhas de obras que tratavam do exílio como tragédia e catástrofe. *Encuentro* abordou o tema do exílio com mais frequência e intensidade, dedicou espaço à reflexão da escrita fora do país, às dificuldades encontradas pelos exilados e aos desafios presentes na cultura cubana contemporânea, todos advindos da condição exílica. *Revista Hispano-Cubana* fê-lo em menor escala, mesclou testemunhos de exilados preenchidos pela dor de deixar o país e pelo ódio ao regime comunista cubano, além de evidenciar, constantemente, a separação familiar que o exílio muitas vezes criou em Cuba.

A apresentação do primeiro volume de *Encuentro* feita por Jesús Díaz apontou para a dor e para a nostalgia que teriam levado à própria criação da revista. O autor lamentou a divisão do povo cubano em dois grupos irreconciliáveis, os que viviam dentro da ilha e aqueles que estavam fora dela.²⁵³ O regime revolucionário cubano teria construído um discurso acerca do exílio que o estigmatizou e que considerou os indivíduos que partem do país como indesejados, como traidores da revolução e de Cuba,

²⁵² NUEZ, Iván de la. Registros de un cuerpo en la intemperie. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 12-13, primavera-verano, 1999, p.131. Sobre o nacionalismo no exílio, conferir: GUTIÉRREZ-BORONAT, Orlando. *Cuban exile nationalism*. Dissertation, University of Miami, Ann Arbor: ProQuest/UMI, 2005. A Guerra dos Dez Anos (1868-1878) foi o primeiro conflito separatista da história de Cuba, no qual o Exército Independentista saiu derrotado.

²⁵³ DÍAZ, Jesús. Editorial. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n.1, verano, 1996, p. 3.

como vermes (*gusanos*). Embora *Encuentro* tenha em sua pauta a negação destas acusações, Díaz deixou transparecer a percepção da fragilidade da condição de exilado. Da mesma forma, María Elena Cruz Varela, exilada desde 1994, retratou a violência que o ato de se exilar aplica ao indivíduo, uma verdadeira tortura e violação de seus direitos. Ser expulso de sua terra seria uma dor incomensurável.²⁵⁴ Como confessa ainda Manuel Díaz Martínez que “[...] já se sabe que todo exílio é um naufrágio [...]”²⁵⁵.

O exílio em ambas as revistas foi uma tragédia individual, um sofrimento inesgotável para os intelectuais que se encontravam fora de seu país. *Encuentro* e *Revista Hispano-Cubana* relataram as experiências de pessoas ou de observadores que testemunharam a partida de algum conterrâneo. É o caso de Raul Rivero em um artigo chamado *Irse es un desastre*, no qual o autor observou a tragédia de uma amiga que não desejava deixar seu país, mas escolheu fazê-lo pelo horror que lhe causava a repressão.²⁵⁶ O exílio seria constituído por inúmeras tragédias pessoais e episódios de resistência e triunfo contra a repressão.²⁵⁷

Pautado em sua própria experiência, Edward Said, como já mencionado, concebeu o exílio como uma condição secular e histórica criada para negar a dignidade e a identidade ao indivíduo, precipitando-o em uma zona de exclusão moral e social, considerada como uma forma de punição política contemporânea. Privados de um dos principais referenciais identitários do período moderno, o pertencimento à nação, os exilados não se adaptam às pátrias que os acolhem e as percebem como provisórias, cultivando em si um sentimento de orfandade.²⁵⁸

Separados de suas pretensas raízes, terras e passados, esses indivíduos experimentam um estado de profunda descontinuidade identitária, geográfica e temporal, uma ruptura com seu universo de referências diárias. Sem conhecer plenamente os códigos sociais e culturais do país que o recebe, o exilado torna-se particularmente

²⁵⁴ CRUZ VARELA, María Elena. Cincuenta aniversario de la declaración universal de los derechos humanos. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 116.

²⁵⁵ DÍAZ MARTÍNEZ, Manuel. Ah, la República. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 146.

²⁵⁶ RIVERO, Raúl. Irse es un desastre. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 11, invierno, 1998-1999, p.146-147.

²⁵⁷ SCHMIDT-CRUZ, Cynthia. Disidencia sexual y política bajo el castrismo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 28.

²⁵⁸ SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46-60.

marginalizado e solitário, vivenciando o choque cultural no dia a dia e lutando para refazer uma identidade.²⁵⁹

Mas, se o exílio representa uma forma de isolamento e de separação dolorosa do lugar de origem, ele não significa um corte total, o final de uma história trágica e a nostalgia de algo que se perdeu para sempre. O elemento trágico reside justamente no fato do exilado conviver com a lembrança de que se encontra no exílio, muitas vezes cultivando em si a esperança do retorno, de que sua casa não está de fato tão distante, mantendo assim um contato permanente com suas origens, ainda que torturante e vazio.²⁶⁰

Sob esta perspectiva, o exílio é uma perda, é a nostalgia dos tempos que passaram, das coisas que ficaram para trás e de experiências que não mais existem. Estar exilado é estar perdido em uma terra estranha, com pessoas alheias.²⁶¹ Em entrevista a *Encuentro*, o arquiteto Nicolás Quintana comentou que

[...] em meio a uma destruição absoluta, em meio à miséria e em um mundo kafkiano, as pessoas estão rindo, as crianças estão brincando e a música está tocando. Esta é Cuba e estes são os cubanos. Às vezes, sinto que os tristes somos nós porque não estamos em Cuba.²⁶²

A seleção e publicação de intelectuais ou temas que remetem a experiências trágicas foram fundamentais para a representação que as revistas fizeram do exílio. Em seu terceiro volume, *Encuentro* publicou as cartas cruzadas de Gastón Baquero, então no exílio, e Eliseo Diego.²⁶³ Em uma delas, Baquero afirmou a seu amigo que permanecia seu desejo de voltar à ilha, mas não ao passado: “Há muito tempo declarei a mim mesmo como desgarrado de um tronco e de raízes. Já não vivo, flutuo[...] Já não vivo na Espanha./ Agora vivo em uma ilha./ Em uma ilha/ chamada solidão”.²⁶⁴ O exílio é isolamento e

²⁵⁹ ROLLEMBERG, Denise. “Exílio. Refazendo identidades.” *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 39-73, 1999.

²⁶⁰ SAID, Edward W. *Representações do intelectual*: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 56-70.

²⁶¹ MARTÍNEZ, Julio. La soledad del desterrado. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, p. 127-128; FONDEVILA, Orlando. Exilio. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, p. 128-129.

²⁶² FORNÉS, Rafael; QUINTANA, Nicolás. El gran burgués. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, otoño, 2000, p. 24.

²⁶³ Gastón Baquero e Eliseo Diego foram dois importantes poetas cubanos que integraram a famosa revista *Orígenes* nas décadas de 1940 e 1950. O primeiro abandonou a ilha logo após o triunfo da Revolução em 1959 e foi acolhido pelo governo franquista na Espanha, falecendo em 1997. O segundo permaneceu em Cuba e foi redator da revista da União dos Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC). Foi ao México em 1993 para dar aulas na Universidad Autónoma de México e lá morreu em 1994.

²⁶⁴ BAQUERO, Gastón; DIEGO, Eliseo. Cartas Cruzadas. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1996-1997, p. 10.

melancolia, é solidão e dor. Para Rhadis Curí Quevedo, o exílio implica no esquecimento do indivíduo e no seu afastamento. É um mundo de desamparo e medo, um constante flerte com a morte.²⁶⁵ Heberto Padilla, em seus escritos de memória não terminados e publicados em *Encuentro*, afirmou que “[...] o exílio é uma das grandes catástrofes de qualquer época, sobretudo para o escritor. Desvincula-nos de nosso âmbito natural e de nossa língua, e nunca mais seremos os mesmos.”²⁶⁶ Em sintonia com este posicionamento, a espanhola Belén Rodríguez Mourelo propôs que o exílio supõe a perda do lugar de origem e implica em interrupção, distanciamento e deslocamento tanto físico como espiritual, carregando a sensação de desenraizamento.²⁶⁷ Já para Jacobo Machover, jornalista cubano que vive em Paris, o exílio não implica apenas em deslocamento, mas também em esquecimento e derrota.²⁶⁸

No final de cada exemplar, *Encuentro* publicou cartas de seus leitores que tratam de assuntos diversos, desde simples elogios à revista até críticas a artigos específicos. Notáveis para a percepção da tragédia pessoal são algumas cartas de leitores que veem em *Encuentro* uma possibilidade de reencontro com a casa perdida, com a terra que lhes é distante; um sentimento de clara nostalgia de um tempo/espço que foi deixado para trás.²⁶⁹ Os leitores, muitas vezes, afirmaram possuir um elo empático com outros exilados e, até mesmo, contam brevemente suas experiências. A revista serve-lhes como um meio de retorno ou rememoração do que lhes foi tomado. Para os cubanos no exílio, os livros e outros artefatos são rastros que permitem recuperar um passado perdido, servem como um meio de retorno à ilha.²⁷⁰

Por seu turno, a *Revista Hispano-Cubana* publicou relatos e contos por meio da sessão *Crónicas desde Cuba*.²⁷¹ Ali, jornalistas independentes que vivem na ilha pintam vários retratos do país, inclusive as tentativas de saída, os anseios e medos relacionados

²⁶⁵ QUEVEDO, Rhadis Curí. Destierros y exilios interiores. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 14, otoño, 1999, p. 180-181.

²⁶⁶ PADILLA, Heberto. El escritor y el exilio. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 19, invierno, 2000-2001, p. 8. Os textos de Padilla foram publicados postumamente em O'REILLY HERRERA, Andrea. *Remembering Cuba: the legacy of a diaspora*. Austin: University of Texas Press, 2001.

²⁶⁷ RODRÍGUEZ MOURELO, Belén. Daniel Iglesias Kennedy. La escritura del exilio. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 9, invierno, 2001, p. 113.

²⁶⁸ MACHOVER, Jacobo. Plantados. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 39.

²⁶⁹ *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, otoño, 1998, p. 192.

²⁷⁰ LUIS, William. El lugar de la escritura. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 58.

²⁷¹ A sessão é nomeada desta maneira a partir do terceiro volume. Antes era chamada sarcasticamente de Sobreviver no Paraíso Socialista e Sobreviver no Paraíso Castrista.

à partida e o desconhecimento do que encontrar fora de Cuba: “tive medo de encontrar no exílio não a habitual nostalgia do proscrito, mas a realidade que durante tantos anos e durante a vida inteira a propaganda castrista inculca em seus cidadãos.”²⁷²

Embora o exílio cubano carregue muitas vezes estas cores cinzentas e dolorosas, observamos que existem mecanismos e instituições para facilitar a adaptação e para diminuir o impacto de deixar Cuba. Nos Estados Unidos, Espanha e México, principais destinos dos cubanos, formaram-se várias redes de solidariedade e de sociabilidade destinadas a receber os exilados e a comunidade cubana na Flórida é anterior à formação do próprio Estado cubano. A existência de *Little Havanas* nos Estados Unidos colaborou para uma melhor integração dos novos imigrantes sem, entretanto, incorporar a todos. Certa proximidade linguística e cultural, mesmo na Flórida, também possui grande peso na acomodação destes indivíduos. Cabe ainda ressaltar que em 2002 entre 1.400.000 e 1.500.000 cubanos estavam no exterior e cerca de 1.300.000 destes estavam nos Estados Unidos.²⁷³ Eladio Secades, jornalista desportivo que abandonou Cuba em 1961, descreveu Miami da seguinte forma:

O exílio em Miami parece menos com o exílio. Ele tem compensações íntimas que o cubano não encontra em outro lugar. O emigrado que vai para o Norte terá que se adaptar. Aqueles que permaneceram em Miami formaram aqui uma Cuba em miniatura, maravilhosa e nova. A dor da perda do país é drasticamente reduzida pela sensação de que se vive em uma cidade conquistada pacificamente. E, pela mesma razão, é como se ela nos pertencesse. Há tantos cubanos vivendo em Miami e a maneira de viver ganhou um tom e um sabor tão crioulo que, às vezes, chegamos ao ponto de acreditar que o norte-americano é um estrangeiro. De repente escutamos o inglês sendo falando na 8th street e achamos que é um desafortunado turista que perdeu seu caminho.²⁷⁴

Os intelectuais cubanos, frequentemente, passam a integrar as universidades dos países que os recebem e são convidados a participar de jornais, revistas ou instituições que desejam analisar ou interferir na realidade da ilha, como a Fundação Nacional Cubano-Americana (Estados Unidos), a Associação Encuentro de la Cultura Cubana e a Fundação Hispano-Cubana (Espanha). Nos Estados Unidos, alguns chegam mesmo a serem contratados como consultores para a política externa em relação à ilha.

²⁷² TAPIA, Marta. Crónica de una partida. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 5, otoño, 1999, p. 19-20.

²⁷³ AJA DÍAZ, Antonio. *La emigración cubana*. Balance en el siglo XX. CEMI, Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, La Habana, Cuba, 2002, p. 16.

²⁷⁴ SECLADES, Eladio *apud* GUTIÉRREZ-BORONAT, Orlando. *Cuban exile nationalism*. Miami, University of Miami, 2005, p. 109.

Os intelectuais também encontram nestes países a possibilidade de divulgar suas obras e dar notoriedade ao seu trabalho, buscando atingir o mercado europeu e norte-americano. As editoras espanholas e americanas interessam-se ainda hoje em publicar os trabalhos de cubanos que, muitas vezes, são proibidos de circular na ilha. E é fundamental notar que vários cubanos ou cubano-americanos constituíram editoras próprias nos Estados Unidos e na Espanha. Todos estes elementos são cruciais para pensarmos as escolhas dos cubanos de partir da ilha. Obviamente, a recepção e adaptação dos exilados variaram no tempo e espaço, além de ser distinto para diferentes grupos e indivíduos. Enquanto os primeiros exilados da Revolução encontraram grande facilidade em se estabelecer nos Estados Unidos, os *marielitos* passaram por um profundo processo de rejeição e hostilidade.

Ainda assim, a submissão à condição exílica implica em dificuldades para o exilado. Entre a vida deixada para trás e as novas perspectivas existem muitos desencontros. Por mais que o local de recepção seja propício para a adaptação, experiências novas surgem: o tempo, o espaço e as vivências são distintas dentro de Cuba e fora dela. O exílio é castrador, afirmou, certa vez, Emir Rodríguez Monegal. Ainda que os escritores e poetas se acostumem com esta prática, a possibilidade de falar diretamente com o leitor é momentaneamente perdida. A língua e a cultura, ainda que comuns, fora de seus contextos, tornam-se barreiras. Existe um desencontro físico entre o intelectual, o indivíduo e seu interlocutor.²⁷⁵

Pois bem, percebe-se que a tragédia do exílio é articulada na perda da identidade, na perda de um *eu*. Stuart Hall sugere que uma das concepções de identidade é aquela do sujeito sociológico moderno, com a qual identificamos o exilado tal qual representado, em grande medida, pelas revistas, especialmente *Encuentro*. O núcleo interior deste sujeito não é autônomo e autossuficiente, mas forma-se na relação com outras pessoas importantes para o mesmo, que media os valores, sentidos e símbolos – a cultura – do espaço que ele habita ou habitava. A identidade forma-se na interação entre sujeito e sociedade. O núcleo do sujeito, o *eu*, constitui-se e modifica-se no diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores a ele.²⁷⁶ A formação de uma identidade não está centrada

²⁷⁵ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura y exilio*. In: *Vuelta*, México, v. 6, n. 63, 1982, p. 45-47.

²⁷⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p. 11-12.

apenas no indivíduo, não nasceria com ele, como afirmaram os filósofos iluministas, mas seria um processo de construção.

Para Hall, nós projetaríamos o “nós mesmos”, nossa particularidade, nessas identidades culturais, internalizando seus valores e significados, tornando-os parte de nosso ser. Alinharíamos nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costuraria o sujeito à estrutura. Estabilizaria tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis.²⁷⁷

Por que o exílio se configura então como a perda do *eu*? A resposta deve ser buscada no distanciamento imposto entre o discurso identitário das autoridades revolucionárias em oposição ao formulado por seus opositores. O discurso oficial exclui os exilados e dissidentes do conjunto que se configura como cubano. Ser cubano para o regime é permanecer na ilha e se entregar de corpo e alma ao projeto revolucionário, lutar contra o inimigo imperialista, buscar se aproximar o máximo possível da concepção do *novo homem* construída ao longo do processo revolucionário, um homem forte e viril, com fé inabalável na Revolução e força de vontade inquebrantável, dedicado totalmente à causa socialista.²⁷⁸ Implica, também, em confiar no Partido, “[...] representante de nossa sociedade, das qualidades e virtudes de nossa sociedade”.²⁷⁹

A identidade é construída por oposição a um *outro*. O *outro*, muitas vezes encarnado na figura do antagonista e do inimigo, possuiu um papel fundamental na construção dos sentimentos de pertencimento nacionais na América Latina.²⁸⁰ O discurso revolucionário nacionalista cubano valeu-se da soberania, autodeterminação e da retórica anti-imperialista para construir o ideário nacional e, após a virada socialista da Revolução e sua aproximação com o a União Soviética, agregou fundamentos marxista-leninistas.²⁸¹

²⁷⁷ Idem, p. xx.

²⁷⁸ Sobre o *novo homem*, cf. GUEVARA, Che. *El socialismo y el hombre en Cuba*. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/guevara/65-socyh.htm> (acesso em: 07/08/2014). A ideia de *homem novo* não se constitui como inovação cubana, mas já estava presente na cultura política comunista. Ambas as revistas discutem a questão do *novo homem* e sua concepção excludente, machista, homofóbica e autoritária.

²⁷⁹ CASTRO, Fidel. Informe central al V Congreso del Partido Comunista de Cuba, 8 de outubro de 1997. Disponível em: <http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/03/Informe-Central-V-Congreso.pdf>. Acesso em: 03/03/2015.

²⁸⁰ BAGGIO, Kátia Gerab. Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico. *Varia História*, FAFICH-UFMG, v. 28, 2003, p. 42.

²⁸¹ O marxismo-leninismo é colocado na Constituição Cubana de 1976, como guia ideológico ao lado das ideias de José Martí, além de constituir a orientação do Partido Comunista de Cuba.

A Revolução, marco fundador do novo país, forjou a nação a partir do conflito contra o inimigo imperialista.

O exilado é descrito pelo discurso castrista não apenas como o componente externo, alheio a Cuba, mas, muitas vezes, é associado ao inimigo contrarrevolucionário e, portanto, passível de perder sua condição de cidadão e de membro participante da identidade nacional cubana. Já em 1959, Fidel Castro declarou que, ao lado dos latifundiários, também estavam contra a Revolução os “[...] ressentidos, os frustrados, os que se vendem, os que fraquejam e os que traem”.²⁸² A imagem dos primeiros exilados burgueses, proprietários de terras e apoiadores de Fulgencio Batista, permaneceu no discurso das autoridades cubanas. Por estar fora da ilha, o exilado é visto pelo prisma da alteridade, como aquele que não é cubano, mas também como elemento hostil aos ideários nacionais. O mesmo se dá com o intelectual dissidente que exerce críticas ao regime, que cai na marginalidade e perde sua categoria de revolucionário, condição esta que o identificaria como cubano. “Dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada”.²⁸³

A partir destes postulados, construiu-se a ideia do exílio como uma prática que constitui uma unidade política entre seus membros, um espaço geográfico uniforme onde está o inimigo. Esta é, inclusive, a maneira como *Encuentro* propõe que o regime da ilha trata os intelectuais exilados, como traidores, agentes do inimigo preparados para derrubar a revolução.²⁸⁴ Jesús Díaz afirma que a tentativa de demonização do exílio exercida pelo regime passa por negar a própria condição humana do demonizado.²⁸⁵

O exílio, segundo os ditames construídos pelo Partido Comunista Cubano, é imaginado como espaço da contrarrevolução, da reação e da decadência. Há aqui uma operação comumente empregada para apagar as diferenças entre os vários grupos de cubanos no exílio, independentemente de seu local de estabelecimento, e qualificá-los

²⁸² Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la abertura del X Congreso de la CTC, el 18 de noviembre de 1959. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f181159e.html>. Acesso em: 03/03/2015.

²⁸³ Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario y secretario del PURSC, como conclusión de las reuniones con los intelectuales cubanos, efectuadas en la Biblioteca Nacional el 16, 23 y 30 de junio de 1961. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f300661e.html>. Acesso em: 10/07/2015.

²⁸⁴ DÍAZ, Manuel Martínez. El caso Padilla; crimen y castigo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 94.

²⁸⁵ DÍAZ, Jesús. Otra pelea cubana contra los demonios. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 203.

como contrarrevolucionários, associando-os à Miami, ou melhor, à “máfia fascista de Miami”.²⁸⁶ A nosso ver, esta concepção do exílio se aproxima do que Edward Said sugeriu como uma *geografia imaginada*, formas de percepção e representação de grupos entendidos como diferentes, localizando-os no espaço.²⁸⁷

Esta definição estreita acerca da cubanidade nega ao exilado uma identidade nacional, elemento fundamental para o processo de construção da identidade do homem moderno. As identidades nacionais são formadas e transformadas no interior da representação. Logo, a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz significados, um sistema de representação cultural. Sem a nacionalidade, entendida como práticas, sentidos, símbolos e valores compartilhados, o indivíduo cai em uma zona de perdição, um entre-lugar no qual passa por um processo de reconstrução da própria identidade. Como sugere Gellner, a ideia de um homem sem uma nação causa grande tensão à imaginação moderna. Ter uma nação parece ao homem contemporâneo um atributo inerente da humanidade.²⁸⁸

A negação da identidade constitui-se desta forma como processo doloroso. O exílio apresenta-se como uma tentativa de rearticulação do *eu* perdido; partir da ilha implica não somente a fuga de uma sociedade que os exclui, mas também a busca por novos elementos para reconstruir a própria individualidade. Entretanto, o forte atrelamento da identidade à nacionalidade em Cuba e desta nacionalidade aos limites geográficos da ilha reforçaria a percepção de tragédia e dor causada pela prática exílica:

Exilar-se não é fácil. É, um, revisão de seu passado; dois, o que é que você quer, o que fará com sua vida? Tem que se responsabilizar com tudo o que foi vivido anteriormente e ao mesmo tempo instalar novas perspectivas para si, e ver como vai se desenvolvendo lentamente dentro de uma sociedade que não lhe pediu para estar ali, na qual é um estranho.²⁸⁹

Como apontam muitos intelectuais cubanos apresentados por *Encuentro*, o desterro toma contornos ovidianos. A prática do exílio não se apresenta apenas de forma

²⁸⁶ CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los consejos de Estado y de Ministros, en la entrega oficial de la edificación del Centro de Inmunología Molecular, en ocasión del día del constructor, en la ciudad de La Habana, el 5 de diciembre de 1994. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1994/esp/f051294e.html>. Acesso em: 03/03/2015.

²⁸⁷ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 41-60.

²⁸⁸ GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 85-98.

²⁸⁹ TRIANA, José. Siempre fui y seré un exiliado. *Encuentro de la Cultura Cubana*. Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 42-44.

concreta, mas também subjetiva. Configura-se como uma busca desesperada de um lugar para se viver. O próprio tempo se congela: a esperança e a espera para o exilado não significam mais nada. O exemplo da poética de Gastón Baquero é marcante: no exílio, o poeta deixa de viver. Ou o trecho de *Antes que Anoiteça* de Reinaldo Arenas recuperado por *Encuentro*, quando afirmou que para um desterrado não há lugar algum em que se possa viver.²⁹⁰ O medo do exilado é o de estar no *não-lugar*, em um espaço de negação da própria existência.

A *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* tomaram o exemplo do exílio Mariel para abordar este não-lugar. Para *Hispano-Cubana*, mais restrita a este tipo de abordagem, o chamado “Êxodo de Mariel” simbolizaria o horror e a antítese da beleza. Seria uma experiência mesmo indescritível, compreendida apenas por aqueles que a vivenciaram.²⁹¹ O volume 8-9 de *Encuentro* foi dedicado a homenagear o exílio de Mariel. Como já dito, os *marielitos* ocuparam inicialmente um espaço de exclusão, desprezados pelo regime socialista e pela população, além de mal recebidos pela comunidade cubana na Flórida. Considerado uma tragédia, Mariel se coloca no extremo da cultura devido às condições em que os marielitos saíram da ilha. Com poucas exceções, a produção intelectual de sua geração foi renegada à marginalidade e ao desconhecimento, ignorada mesmo pelos críticos estrangeiros.

Neste volume, Mariel foi tratado como um dos grandes traumas da história cubana, uma grande mutilação do corpo social cubano.²⁹² *Encuentro* buscou recuperar as vozes dos *marielitos*, muitas vezes perdidas entre dois discursos que lhes negam uma identidade cubana. No mesmo volume, a revista esforçou-se em lembrar esta catástrofe e desejou que sua memória não se perdesse.²⁹³

A publicação de um trecho de *La casa de los naufragos* (1987) de Guillermo Rosales, intitulada como *Boarding Home*, atenta para o caráter trágico do exílio Mariel. A história é narrada por William Figueroa, um escritor cubano exilado que parte para Miami. Desiludido com uma revolução da qual participou, o personagem deixa a ilha e,

²⁹⁰ QUEVEDO, Radhis Curí. Destierros y exilios interiores. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 14, otoño, 1999, p. 181-182.

²⁹¹ GONZÁLEZ, David Lago. El Mariel y Cuba: olvidos y memorias. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno 1999, p. 55-56.

²⁹² GIL, Lourdes. Tierra sin nosotras. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 8-9, primavera-verano, 1997, p. 166.

²⁹³ NUEZ, Iván de la. Mariel en el extremo de la cultura. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 8-9, primavera-verano, 1997, p. 109.

ao chegar aos Estados Unidos, ingressa em uma *boarding home*²⁹⁴, após a incompreensão de seus parentes e a solidão a que é renegado em solo estrangeiro.²⁹⁵ O exílio é tratado como loucura, desajuste e morte.

Esta obra possui forte cunho autobiográfico. Guillermo Rosales nasceu em Havana em 1946 e, como vários intelectuais de seu tempo, celebrou a vitória dos guerrilheiros de Sierra Maestra em 1959 e apoiou com entusiasmo o processo revolucionário cubano. Rosales trabalhou como jornalista no semanário *Mella* e, em 1968, seu romance *Sábado de Gloria, domingo de Resurrección* foi finalista do prêmio Casa de las Américas.²⁹⁶ No ano de 1963, abandonou a revista *Mella*, cumpriu o serviço militar obrigatório, sendo logo internado com problemas psicológicos. Durante esta década, viajou pelo Leste Europeu e em um hospital da União Soviética os médicos lhe diagnosticaram esquizofrenia.

Ao retornar à ilha não conseguiu se estabelecer em um emprego e se dedicou a ser escritor. Rosales decidiu então deixar novamente seu país e partiu rumo a Madrid em julho de 1979, emigrando para Miami em janeiro de 1980, decidido a desenvolver suas obras.²⁹⁷ Depois de anos marginalizado por sua condição e doença e, após várias passagens por *boarding homes*, o autor suicidou-se em 1993.

Encuentro retoma o legado da dor dos *marielitos*, indivíduos duplamente exilados. A escolha por Guillermo Rosales e o destaque concedido a Reinaldo Arenas apontam para a solidão e desespero dos exilados. O primeiro suicidou-se em 1993 aos 47 anos de idade, após passar parte de sua vida em casas de recuperação, destruindo a maior parte de seus trabalhos, o segundo, com trajetória semelhante, suicidou-se em 1990.²⁹⁸

²⁹⁴ *Boarding home* ou *halfway house* é uma espécie de asilo existente nos Estados Unidos no qual são internados indivíduos física ou mentalmente incapacitados, além de pessoas consideradas indesejáveis. Embora várias sejam totalmente privadas, outras recebem subsídio estatal.

²⁹⁵ ROSALES, Guillermo. *Boarding Home. Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 8-9, primavera-verano, 1997, p.143-149.

²⁹⁶ O livro só foi publicado em 1994, em Miami, com o título *El juego de la viola*.

²⁹⁷ LEYVA MARTÍNEZ, Ivette. Guillermo Rosales o la cólera intelectual. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 26-27, otoño-invierno, 2002-2003, p. 98-108.

²⁹⁸ Perseguido e preso por ser homossexual e crítico ao regime, Reinaldo Arenas abandonou a ilha em 1980 pelo porto de Mariel. Arenas militou com fervor contra o regime cubano, sem jamais deixar de criticar a sociedade estadunidense que o havia recebido, ainda que com certo receio. Foi um dos fundadores e principais colaboradores da *Revista Mariel* ainda na década de 1980. Já bastante enfermo e debilitado após contrair o vírus HIV, Arenas escreveu um livro de memórias chamado *Antes que anoiteça* (1992), no qual culpa Fidel Castro pela sua doença.

Na Espanha, estas revistas serviram como meio de amenizar o sentimento de desajuste e confusão enfrentado pelos exilados. Elas foram um espaço onde os intelectuais no exílio podiam divulgar sua opinião e manter contato com seus semelhantes, funcionando como uma pequena amostra do país deixado para trás. *Encuentro* e *Revista Hispano-Cubana* resenharam os textos de intelectuais no exílio, deram notoriedade aos mesmos e até publicaram seus livros.²⁹⁹ Como já apontamos, *Hispano-Cubana* afirmou em seu editorial que buscava reforçar os vínculos entre os cubanos e também entre estes e a Espanha. Sua missão seria facilitar informações e análises aos cubanos da ilha e no exílio, lutando para superar as dificuldades de distribuição e circulação.³⁰⁰ *Encuentro* buscou oferecer espaço para aqueles que se encontravam em uma vida cultural tragicamente fragmentada.³⁰¹

Esta forma de narrar o exílio, muitas vezes, é acompanhada por uma profunda melancolia e ânsia por recuperar o que foi abandonado. Ao analisar a literatura hispano-americana produzida no exílio, Claude Cymerman propôs que a resposta desta à distância imposta e um de seus importantes traços seria uma nostalgia provinciana, uma busca pelo paraíso perdido.³⁰² Esta literatura, muitas vezes, retratou de forma romântica a terra natal e pintou o exílio como um espaço alienante no qual se perde a essência do ser.³⁰³

O exílio possui então uma faceta de ameaça à identidade do indivíduo. O sociólogo Zygmunt Bauman afirma que a identidade *pessoal* confere significado ao “eu”. A identidade *social* garante esse significado e, além disso, permite que se fale de um “nós” em que o “eu”, precário e inseguro, possa se abrigar, descansar em segurança e até se livrar de suas ansiedades. A identidade do “nós” é percebida como segura se os poderes que a certificaram parecem prevalecer sobre “eles”, sobre os “outros”, construídos simultaneamente ao “nós”, no processo de autoafirmação.³⁰⁴ O temor de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* era a formulação de um padrão identitário tão excludente por parte das autoridades cubanas que acabasse por minar a identidade nacional.

²⁹⁹ A Fundação Hispano Cubana criou uma editora própria, a *Editorial Hispano Cubana* e a Associação Encuentro de la Cultura Cubana fundou a *Editorial Colibri*.

³⁰⁰ Editorial. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n.1, primavera, 1998, p. 6-7.

³⁰¹ MASPERÓ, François. Encuentro entre la isla y lo el exilio. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, otoño, 1998, p. 101.

³⁰² CYMERMAN, Claude. La literatura hispanoamericana y el exilio. *Revista Iberoamericana*, v. 59, n. 164-165, 1993, p. 534-535.

³⁰³ MARDOROSSIAN, Carine M. From literature of exile to migrant literature. *Modern Language Studies*, Oxford, vol. 32, n. 2, 2002, p. 16.

³⁰⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 46-47.

Como veremos ao longo do terceiro capítulo, desde muito cedo o regime revolucionário concedeu a tarefa de refundar a nacionalidade cubana e de reestruturar o discurso identitário da ilha às suas instituições culturais e aos intelectuais a elas vinculados e associou o *ethos* cubano ao *ethos* revolucionário. À margem do discurso nacionalista revolucionário estaria, entre outros, os exilados.

Entretanto, após 1992, a ilha passa por uma crise de identidade e de memória, levando o regime a repensar o próprio projeto e a identidade revolucionários. De acordo com Rafael Rojas, o projeto cultural da ilha nos anos 1990 falhou fragorosamente, fundamentado em discursos contraditórios e sem padrões, que buscou recuperar de forma aleatória autores e símbolos da história cubana sem conseguir relacioná-los de forma apropriada à ideologia revolucionária também em crise.

A partir da década de 1980, as instituições culturais revolucionárias recuperaram certos autores que haviam partido para o exílio, como Gastón Baquero, Lydia Cabrera, Jorge Mañach e Eliseo Diego. Ao longo dos anos 1990 e 2000, revistas culturais cubanas, publicadas em Havana, como *Temas* (1995 -) e *Diáspora(s)* (1997-2002), tentaram debater as obras de intelectuais exilados e inseri-las entre as referências da cultura cubana.³⁰⁵

Nesta medida, a identidade cubana tal qual articulada pelo regime castrista é colocada em xeque. O enfraquecimento de um projeto identitário levado a cabo por um governo que em vários momentos buscou monopolizar a produção cultural através de suas instituições colocou em risco a própria consciência de um ser cubano. A marginalização e o exílio de intelectuais capazes de reformular e ressignificar a cultura cubana teriam apenas agravado a crise na ilha. Na abertura dos volumes 8-9 de *Encuentro*, Jesús Díaz afirmou que a cultura cubana está tragicamente fragmentada e enferma. Ele reconhece o exílio como uma prática que separa e isola os cubanos e que não permite que estes tenham contato com a sua própria cultura.³⁰⁶ Em uma carta enviada a seu amigo Miguel Rivero em 1993, Jesús Díaz lamentou que os exilados estavam “[...] separados, desorganizados, sem voz nem coluna vertebral [...]”.³⁰⁷ Para Díaz, a insistência do regime

³⁰⁵ ROJAS, Rafael. *Isla sin fin*. Contribución a la crítica del nacionalismo cubano Ediciones Universal: Florida, 1999, p. 41-42.

³⁰⁶ DÍAZ, Jesús. De Fiesta. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 8-9, primavera-verano, 1998, p. 4.

³⁰⁷ RIVERO, Miguel. Correspondencia personal. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 86.

castrista em negar a importância da produção cultural de intelectuais exilados contribuiu para o agravamento da crise em que se encontrava a ilha. Afirmou ainda que a força criativa da produção no exílio poderia ser uma resposta à crise, desde que fosse reconhecida.

Iván de la Nuez aproximou-se da preocupação do diretor de *Encuentro* ao propor que o exílio expressava um forte sintoma de dissolução do discurso nacional e da própria ideia de nação cubana, reforça o sentimento de mal-estar pelo qual passa a cultura do país. Para o autor, a Revolução, ao excluir seus contrários, abriu a possibilidade de um mundo sem síntese.³⁰⁸ Em *Hispano-Cubana*, Elizardo Sánchez lamentou o sério problema causado pelo exílio ao destituir personagens importantes para o futuro da nação cubana.³⁰⁹

Atento à questão, Jesús Díaz afirmou que um dos desafios principais da cultura cubana, em fins do século XX, seria o de impedir que a fragmentação e suas consequências se fizessem definitivas. Para tanto, ele propôs que os encontros e os contatos fossem frequentes, que se estabelecesse um debate democrático e civilizado entre as partes.³¹⁰

A *Revista Hispano-Cubana* preocupou-se com a questão da divisão e da separação, mas seu enfoque não foi tanto o perigo do exílio para a cultura cubana, mas para a unidade familiar.³¹¹ A revista possui uma profunda e extensa discussão sobre um suposto caráter católico do povo cubano. Em sua visita à ilha, em 1998, o Papa João Paulo II comentou acerca da separação da família cubana advinda do exílio e das proibições de entrar ou sair da ilha, tudo extensamente documentado no primeiro volume de *Hispano-Cubana*.³¹² Para a revista, o exílio impulsionado pelo governo revolucionário danificou a

³⁰⁸ NUEZ, Iván de la. El destierro de Calibán. Diáspora de la cultura cubana de los 90 en Europa. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 142-143.

³⁰⁹ SÁNCHEZ, Elizardo. Cuarenta años de la historia reciente de Cuba. Un testimonio personal. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 24.

³¹⁰ DÍAZ, Jesús. De Fiesta. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 8-9, primavera-verano, 1997, p. 3.

³¹¹ Devido às proibições impostas pelo governo cubano, os indivíduos que deixavam o país não podiam retornar ou o faziam com severas restrições. Desta maneira, várias famílias cubanas foram separadas pela imigração e exílio ao longo do processo revolucionário. Como mencionado no início do capítulo, o governo da ilha também utilizou a política migratória como instrumento para obter a obediência de seus cidadãos e calar vozes dissidentes fora de Cuba. Muitas vezes, os familiares de um opositor do regime no exterior eram retidos na ilha como forma de punição, ao passo que aquele poderia ter sua permissão de entrada no país negada pelas autoridades. Cabe ressaltar que, embora a separação familiar seja uma realidade concreta em Cuba, há uma progressiva abertura e crescente contato entre indivíduos que vivem na ilha e aqueles que escolheram dela partir.

³¹² TAPIA, Ariel. El Papa, mensajero de la verdad. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 5.

família cubana, separando-a por longos períodos, além de criar conflitos dentro do próprio seio familiar.³¹³

Oswaldo Payá, líder do *Movimiento Cristiano Liberación*, possuía grande espaço em *Hispano-Cubana*.³¹⁴ O dissidente dedicou-se a denunciar as proibições e restrições de saída e entrada em Cuba, buscando desburocratizar a possibilidade de viajar, anular a categoria legal de “saída definitiva” e confiscação de bens dos que deixavam o país, práticas existentes até 2013. O autor tratou muitas vezes do tema de uma possível conciliação entre o regime e os opositores, única medida cabível para reunificar as famílias cubanas.³¹⁵ A revista ainda concedeu lugar ao movimento das Mães pela Anistia³¹⁶:

Pedimos segurança para os filhos de Cuba. Não queremos mais desaparecidos no mar nem mortos ou mutilados em campos minados buscando a liberdade. Não queremos mais pranto, dor ou sofrimento. Não queremos viver separados de nossos seres queridos, no exílio ou no isolamento das prisões. Queremos viver em paz. Queremos que se faça realidade a mensagem que nos deixou o Papa em sua recente visita a Cuba.³¹⁷

O caso Elián González sintetizou bem esta aproximação de *Hispano-Cubana* com o tema familiar. Em 1999, o então garoto Elián foi levado por sua mãe para fora de Cuba em uma balsa com outras doze pessoas. Devido às falhas na embarcação, a mãe de Elián e outros dez indivíduos morreram na travessia do estreito da Flórida. O menino foi resgatado pela guarda costeira estadunidense e entregue a seus tios que viviam em Miami. Iniciou-se então uma longa batalha jurídica pela guarda de Elián.

Seu pai afirmou que a mãe havia partido da ilha com o menino sem o seu consentimento e por isso exigia que seu filho lhe fosse devolvido. Um ministro espanhol exigiu que o garoto retornasse a Cuba, como demandava a lei internacional. Os tios de Elián negaram o pedido e lutaram para que este permanecesse em Miami. Durante algum tempo, divulgaram vídeos em que a criança dizia ao pai que não desejava retornar ao país e publicaram várias fotos suas, feliz, com novos brinquedos e divertindo-se na Disney, buscando legitimar a sua guarda. Entretanto, com exceção da comunidade cubana exilada

³¹³ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Fidel. La familia cubana actual. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 63.

³¹⁴ Sobre Payá, conferir o primeiro e o último capítulo desta dissertação.

³¹⁵ PAYÁ, Oswaldo J. Tiende tu mano a Cuba. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 5, otoño, 1999, p. 157-159; Movimiento Cristiano Liberación. Por el derecho de los cubanos a la libertad de viajar. *Revista Hispano-Cubana*, n. 1, primavera, 1998, p. 140-142.

³¹⁶ Não encontramos nenhuma referência fora da revista sobre este grupo ou movimento.

³¹⁷ Llamamiento a todos los cubanos. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 141-142.

na Flórida, a maioria do público estadunidense acreditava que Elián deveria reencontrar seu pai. Após uma decisão judicial da corte norte-americana, um ultimato foi dado pelas autoridades e, não sendo cumprido, uma força policial invadiu a casa de seus tios e retomou a criança, logo devolvida aos cuidados paternos em abril de 2000.³¹⁸

Hispano-Cubana relatou profundamente o caso e o tomou como exemplo da tragédia familiar que representa o exílio. Com a possibilidade de perder o filho ao sair de Cuba, a mãe de Elián tentou desesperadamente levá-lo para a liberdade nos Estados Unidos. Casos semelhantes teriam ocorrido e as famílias cubanas estariam fragilizadas.³¹⁹ *Encuentro* utilizou o caso para criticar o posicionamento excludente do regime castrista em relação aos exilados e sua política de migração, mas também desferiu uma pesada crítica à militância raivosa e hostil existente em Miami e seus grupos conservadores anticomunistas, artigo no qual Uva de Aragón alegou mesmo sentir vergonha de alguns de seus compatriotas.³²⁰

Neste sentido, é fundamental compreender o papel que *Hispano-Cubana* e *Encuentro* tiveram como instrumentos de uma rede de solidariedade de cubanos no exílio. As revistas tentaram a todo momento colocar os exilados a par do que acontecia dentro e fora de Cuba, noticiar o que consideravam importante e comentar a respeito do cotidiano cubano. Estas publicações tentaram romper as barreiras do exílio e superar suas dificuldades.

Em *Encuentro* isto se torna evidente ao observarmos as sessões denominadas *Buena Letra* e *La Isla en Peso*. Como mostramos anteriormente, a primeira é dedicada a analisar, comentar e divulgar as novas produções de autores cubanos ou autores que tratam de Cuba. Visa colocar os cubanos em contato com a própria produção da ilha e de fora dela, possibilitando o diálogo entre as partes. *La Isla en Peso* pretende informar o leitor sobre os acontecimentos culturais e político, como prêmios, eventos, exposições,

³¹⁸ Sobre o caso Elián González e o debate intelectual ao seu redor, conferir: COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 323-328.

³¹⁹ Editorial. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 5-6; LLÓPIZ, Jorge. Esperando a Mamá; *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 23-28; PÉREZ MACÍAS, Ignacio Ángel. Vestida de Mar. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 29-38.

³²⁰ ARAGÓN, Uva de. El rostro oculto de Miami. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n.18, otoño, 2000, p. 76-81.

produções artísticas, notícias sobre indivíduos considerados proeminentes, listas de intelectuais que partem da ilha.

Ambas as sessões chegaram a ocupar mais de 40 páginas da revista, constituindo-se como um grande esforço de seus editores para recuperar uma parte do cotidiano da ilha e de colocar os indivíduos em contato com a própria cultura. Evidencia, desta forma, o projeto de unir os cubanos, uma maneira de servir como instrumento de diálogo entre eles, um ponto de encontro, como será observado no próximo tópico deste capítulo. Logo em seu exemplar de abertura, Gastón Baquero reitera a necessidade de se realizar encontros entre escritores e artistas residentes em Cuba e no exterior.³²¹ Em um texto enviado à revista, o escritor e crítico literário peruano Julio Ortega relembrou sua relação com Jesús Díaz e descreveu *Encuentro* como a “esfera pública de uma república cubana do exílio” e como “um lugar de recuperações”.³²² Já para a antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos, *Encuentro* “corrigiu a anomalia da intolerância, a exclusão do debate e a ausência de confrontos de ideias e, sobretudo, estabeleceu o diálogo entre o sentimento dos cubanos de dentro e de fora da ilha”.³²³

Na *Revista Hispano-Cubana*, observamos que a sessão intitulada *Crónicas desde Cuba* tratou do cotidiano da ilha, das dificuldades enfrentadas pelas pessoas, da censura e da repressão, dos hábitos religiosos e de histórias pessoais. *Cultura y Arte* deu enfoque à produção cultural dentro e fora da ilha, contendo resenhas, informes de exposições e comentários críticos. Em conjunto, estas sessões preencheram até 70 páginas, quase um terço do total da revista.

Essa representação do exílio como dor e nostalgia é uma importante arma dos exilados para atacar o regime castrista e suas concepções excludentes acerca da nacionalidade cubana, atribuindo a ele a culpa de fragilizar e destruir a cultura nacional. As revistas seriam não apenas um possível suporte para esta crítica, mas espaço de minimização da orfandade sentida e local de recuperação de um sentimento de

³²¹ BAQUERO, Gastón. La cultura nacional es un lugar de encuentro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, verano, 1996, p. 4.

³²² ORTEGA, Julio. Concurrencias de Jesús Díaz. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 26.

³²³ BURGOS, Elizabeth. La carta que nunca te envié. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 57.

pertencimento. Veremos agora uma perspectiva distinta e mesmo contraditória do exílio, na qual seu caráter negativo é matizado em prol das possibilidades surgidas a partir dele.

2.3 – O mundo não acaba no Malecón: exílio, possibilidade e identidade transterritorial

A representação da condição exílica como experiência dolorosa e nostálgica serviu ao propósito de criticar o regime revolucionário por separar os cubanos e fragmentar o país social e culturalmente. Afastado de sua terra, de seus semelhantes e de seus referentes culturais, o indivíduo é lançado em um *não-lugar*, um espaço de estranhamento e de negação da própria existência: perder Cuba é, também, perder-se. O risco de estar no exílio é, segundo Pío Serrano, tornar-se invisível.³²⁴

Embora este seja o tratamento hegemônico dado ao exílio, ele não foi a única maneira possível de vivenciá-lo e representá-lo: a produção intelectual cubana contemporânea também tratou o exílio como possibilidade, experiência de desnaturalização e espaço de resistência e de ressignificação da cultura nacional. Ao lado da visão negativa do exílio, *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* buscaram perceber as possibilidades que o acompanham e mesmo os traços positivos presentes nesta experiência tradicionalmente retratada como tragédia.

Se por um lado o exílio implica na exclusão e marginalização, ele simboliza também a liberdade individual. Nas revistas, a escolha pela partida da ilha não é relatada apenas como meio de escapar do perigo, da repressão e da censura, mas também para garantir o livre arbítrio, elemento presente especialmente em *Hispano-Cubana*. Para a revista, o exílio é, ao lado da militância na dissidência interna, uma alternativa para resistir ao silêncio, solidão e submissão na ilha.³²⁵ Sair de Cuba seria uma das formas de evadir-se da tragédia que assola o país e garantir um futuro melhor.³²⁶ Iván García, um dos jornalistas “independentes” que reside na ilha, relata o caso de alguns cubanos que “[...]”

³²⁴ SERRANO, Pío E. La poesía de María Elena Cruz Varela. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 83.

³²⁵ MACHOVER, Jacobo. La memoria frente al poder. Escritores cubanos del exilio: Guillermo Cabrera Infante, Severo Sarduy, Reinaldo Arenas. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 40.

³²⁶ BORDÓN GÁLVEZ, Orlando. Un panorama social bien complicado. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 26; e GARCÍA, Iván. Los chicos de la esquina. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 18.

em seu desespero para deixar para trás a escassez material e o futuro imprevisível, ou se lançam ao mar [rumo aos Estados Unidos] ou tentam emigrar para outros países”.³²⁷

Para a juventude da ilha, formada em um período de crise do projeto revolucionário, exilar-se é também uma maneira de superar a desilusão reinante e confrontar o regime. O exílio é, ao mesmo tempo, um ato de libertação e de contestação da legitimidade do discurso da Revolução.³²⁸

A escritora espanhola Mercedes Díaz, colaboradora frequente do jornal conservador e monarquista espanhol *ABC*, transcreve em *Hispano-Cubana* um relato de uma exilada que emigrou: “[...] porque queria ser proprietária de minhas próprias palavras, de minhas ambições, responsável pelos meus futuros filhos, conhecer outros lugares, viver de outra maneira e poder provar minhas capacidades”. Dessa forma, o exílio é compreendido como uma possibilidade de escapar de uma *ilha-prisão* e seus dogmas.³²⁹ A famosa romancista cubana Zoé Valdés reitera essa posição ao propor que a distância implica na dor e no padecimento, mas também serviu para “[...] ler livros divinos, internar-me em bibliotecas, adquirir com meu dinheiro o que me dá vontade de ler, a música que ouvir e os filmes que desejo assistir”.³³⁰ Esta vontade do indivíduo de manter o controle da própria vida é um dos elementos cruciais para analisar o exílio enquanto opção pessoal de abandonar o país.³³¹

Este aspecto da liberdade individual presente no ato de exilar-se foi precioso à linha editorial neoliberal de *Revista Hispano-Cubana*, que a entende não apenas como a segurança do direito de livre trânsito, de expressão, voto ou representação, mas também como garantia da propriedade privada e acesso ao mundo do livre consumo. Já mencionado anteriormente, a revista criticou duramente a economia planificada, o controle dos mercados e a propriedade estatal, percebendo no exílio individual e especialmente nas saídas massivas a falência do modelo de sociedade comunista.³³² Sair

³²⁷ GARCÍA, Iván. Visas USA. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 14, otoño, 2002, p. 10.

³²⁸ ARMAS, Armando de. La juventud en la isla. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 89-90.

³²⁹ DÍAZ, Mercy. Que ha sido del “hombre nuevo”? *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 65-66.

³³⁰ VALDÉS, Zoé. Mis héroes del año 2000. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 26.

³³¹ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: FCE, 2013, p. 44.

³³² ROSSEL, Ernestina. La estampida migratoria. *Revista Hispano-Cubana*. Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 15.

da ilha, para a revista, implicava não apenas na fuga da dificuldade material encontrada na ilha dos anos 1990, mas também adesão a uma muito desejada sociedade de livre consumo.³³³

Mesmo em *Encuentro*, uma revista mais próxima às esquerdas e que agregou intelectuais declaradamente críticos à hegemonia neoliberal, é possível perceber que o exílio representa um rechaço ao fiasco da economia guiada pelo Estado cubano e uma certa admiração pelo progresso econômico obtido no exterior, especialmente em Miami. No artigo *Otra pelea cubana contra los demonios*, Jesús Díaz reconheceu que o desenvolvimento econômico dos cubanos exilados contribuiu para aumentar a desilusão dentro da ilha e o desejo de abandoná-la.³³⁴ Houve, inclusive, uma tentativa de inverter a lógica: Miami não teria apenas permitido o progresso financeiro dos cubanos, mas a pujança da cidade só foi possível devido ao exílio cubano e à capacidade criativa dos sujeitos que tomara a cidade como nova moradia. Miami seria um milagre possibilitado pelo exílio cubano.³³⁵

Em *Encuentro*, o exílio também é visto como ato de emancipação pessoal, ainda que de forma mais tímida. A revista compartilha com *Hispano-Cubana* o apreço pelo discurso da liberdade individual, um dos principais temas utilizados para criticar o governo cubano, mas em suas páginas o esforço foi pequeno para associar exílio à libertação do indivíduo.³³⁶ Ao representar exílio como liberdade, *Encuentro* deu enfoque à sua relação com a produção intelectual. *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* refletiram como o exílio se configurou como possibilidade para o intelectual exilado remodelar seu discurso e reinventar as críticas ao governo cubano. O exílio era o espaço para a construção de uma narrativa dissidente.

³³³ QUINTERO, Tania. Autoestima por el piso. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 21.

³³⁴ DÍAZ, Jesús. Otra pelea cubana contra los demonios. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 207.

³³⁵ GOYTISOLO, Luis. La Cuba de enfrente. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, otoño, 2000, p. 72-73. O texto original foi publicado no suplemento cultural *Culturas*, em 31 de dezembro de 1988.

³³⁶ Uma exceção é a memória de Carlos Victoria sobre a saída dos *marielitos* e como isto representou para muitos uma forma de se libertar dos dogmas do regime. Apesar do rechaço da comunidade exilada presente em Miami, Victoria afirmou que “[...] ao menos chegamos a um espaço onde pudemos ser nós mesmos”. Cf.: VICTORIA, Carlos. Fragmentos del Mariel. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 8-9, primavera-verano, 1998, p. 133-134. Carlos Victoria foi um importante escritor da chamada Geração de Mariel e um dos mais reconhecidos desse grupo, ao lado de Guillermo Rosales e Reinaldo Arenas.

Rafael Rojas dedicou uma pequena reflexão à trajetória do historiador Manuel Moreno Fraginals.³³⁷ O exílio teria emancipado Moreno Fraginals enquanto intelectual, permitindo-lhe refletir livremente e se livrar da vigilância ideológica que o acossava na ilha e escrever uma de suas maiores obras, *Cuba/España. España/Cuba*.³³⁸ Ainda refletindo sobre o exílio como espaço da libertação intelectual, *Encuentro* acusou o governo cubano de valer-se da repressão cultural para proteger seus burocratas das críticas, motivo pelo qual proibiram vários intelectuais de participar de eventos no exterior, onde os dirigentes eram duramente atacados.³³⁹ Há aqui uma simplificada oposição entre a repressão e o silêncio do intelectual dentro da ilha, ou mesmo sua docilidade e cumplicidade, e a possibilidade crítica propiciada pelo exílio.

Esta perspectiva do exílio como possibilidade não se iniciou em Cuba. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, outros intelectuais latino-americanos e europeus já haviam refletido sobre as possibilidades existentes na prática exílica. Os cubanos exilados inseriram-se posteriormente em um debate que começou a se consolidar entre intelectuais que buscavam pensar sobre as condições impostas pelo exílio à sua vocação. Julio Cortázar apontou para este aspecto do exílio em um polêmico artigo. Em um contexto distinto do cubano, no qual direcionou suas críticas às ditaduras militares de direita que assolaram a América Latina, o renomado escritor argentino conclamou os escritores e intelectuais latino-americanos a repudiar a tradicional representação nostálgica do exílio e perceber essa prática como positiva. A perspectiva do trauma e da dor apenas reforçaria o triunfo do inimigo, ao passo que converter a negatividade do exílio e livrar-se da conotação “romântica” a ele ligada permitiria ao escritor elaborar novas ferramentas e discursos críticos aos regimes autoritários. O intelectual deveria, portanto, aproveitar ao máximo o legado maldito advindo da experiência exílica para reelaborar suas obras e atacar seus rivais.³⁴⁰

³³⁷ Moreno Fraginals foi um dos maiores historiadores cubanos dentro da Revolução e um dos primeiros com verdadeira formação profissional. Marxista heterodoxo, publicou sua maior obra sobre o período colonial, *El ingenio; complejo económico social cubano del azúcar*, na qual tentou explicar a lógica do desenvolvimento histórico cubano através da análise da produção açucareira. Em 1994, pediu asilo em Miami e partiu da ilha, causando espanto entre seus amigos.

³³⁸ ROJAS, Rafael. Morir en Miami. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 21-22, verano-otoño, 2001, p. 61.

³³⁹ GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto. Los días de Jesús. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 107.

³⁴⁰ CORTÁZAR, Julio. América Latina: exilio y literatura. In: SOSNOWSKI, Saúl. *Lectura crítica de la literatura americana: Actualidades fundacionales*. Caracas: Ayacucho, 1997, p. 639-645. Reforçamos aqui que a reflexão de Julio Cortázar se deu a partir das experiências de exílios de países assolados por regimes

O exílio também implica para o indivíduo um deslocamento discursivo, “prática de linguagem que faz emergir o estranhamento e viabiliza uma forma de colocar-se à margem dos discursos hegemônicos, abalando os princípios políticos, sexuais e linguísticos que os fundam”.³⁴¹ Para *Encuentro*, o exílio é o espaço de continuidade do combate ao autoritarismo e ao nacionalismo estreito presente em Cuba, ao passo que para *Revista Hispano-Cubana*, ele é um novo lugar de luta contra o comunismo na ilha. Para o intelectual, estar fora da ilha alude à chance de criticar o governo e sua política, ignorar seus dogmas, violar seus cânones e transgredir seus códigos de conduta. A condição exílica permitiria aos indivíduos romper suas ligações com um regime que os cerceava.

A reflexão de Tzvetan Todorov sobre a experiência do desgarramento é fundamental para compreender esta transição da perspectiva da dor para a da possibilidade presente no exílio. Segundo o búlgaro,

O homem desenraizado, arrancado de seu meio, de seu país, sofre em um primeiro momento: é muito mais agradável viver entre os seus. No entanto, ele pode tirar proveito de sua experiência. Aprende a não mais confundir o real com o ideal, nem a cultura com a natureza: não é porque os indivíduos se conduzem de forma diferente que deixam de ser humanos. Às vezes ele fecha-se em um ressentimento, nascido do desprezo ou da hostilidade dos anfitriões. Mas, se consegue superá-lo, descobre a curiosidade e aprende a tolerância. Sua presença entre os “autóctones” exerce por sua vez um efeito desenraizador: confundindo com seus hábitos, desconcertando com seu comportamento e seus julgamentos, pode ajudar alguns a engajar-se nesta mesma visão de desligamento com a relação ao que vem naturalmente através da interrogação e do espanto.³⁴²

Muitos dos colaboradores de ambas as revistas afastaram-se do habitual lamento do *não-lugar* do exilado e passaram a refletir sobre o *entre-lugar* que este indivíduo ocupava: o exílio não era mais o espaço da inevitável perda, mas lugar de rearticulação e reinvenção do indivíduo e da própria terra natal. O exílio aparece também como possibilidade de reelaboração da experiência. Em uma entrevista, José Triana reconhece que se exilar não era fácil, implicava em uma revisão do passado e de suas expectativas. Entretanto, por estar longe de Cuba e mesmo de Miami, o autor defende que isso lhe permite “[...] refletir e pensar de uma maneira profunda e apaixonada sobre as melhores

militares de direita. Cortázar percebia-se como intelectual comprometido com a Revolução Cubana e com os projetos revolucionários latino-americanos, o que o levou a se esquivar, em vários momentos, da crítica ao governo da ilha. Não desejamos, portanto, equiparar o processo cubano a outras experiências autoritárias, mas utilizar o princípio da ideia do escritor argentino para refletir acerca das possibilidades do exílio.

³⁴¹ VIDAL, Paloma. *A história em seus restos: literatura e exílio no cone sul*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 19.

³⁴² TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 27.

coisas, e desapaixonada sobre as piores. Isso te proporciona uma perspectiva magnífica, te dá a possibilidade de escrever a fundo sobre as coisas que para ti são essenciais, necessárias”.³⁴³

Percepção semelhante é encontrada em *Hispano-Cubana*. Ao analisar a experiência de Reinaldo Arenas em seu exílio em Nova York, além de mencionar os casos de expoentes cubanos como José Martí, Cirilo Villaverde e Lydia Cabrera, uma colaboradora de *Hispano-Cubana* deixou claro que o exílio e a nostalgia dele decorrente, longe de fazerem perder a *cubanidad*, favorece a criação literária e dá “[...] uma visão objetiva mais distanciada e, portanto, mais completa”.³⁴⁴

O exílio representa também crescimento pessoal e intelectual. Antonio Benítez Rojo, famoso escritor cubano, confessou que o exílio lhe deu uma amplitude material e espiritual. A experiência de viajar o engrandeceu, permitiu desenvolver sua capacidade como escritor e professor, além de ter lhe devolvido sua família, que há muito estava fora de Cuba.³⁴⁵ Em *Hispano-Cubana*, Zoé Valdés expressou o mesmo sentimento advindo do exílio, “enriquece o espírito, amplia a mentalidade”.³⁴⁶

O exílio liberta o indivíduo, mas ainda permanece o principal elemento de perigo: como contornar o caráter negativo da saída de milhares de mulheres e homens que contribuíam cotidianamente na conformação do país? Torna-se difícil pensar em alguma contribuição advinda de uma prática que, segundo as próprias revistas, fragmenta e fragiliza a nação e a cultura da ilha. E mais, como *Encuentro* e *Hispano-Cubana* encararam o desafio de inserir este indivíduo na comunidade da qual foi excluído pelo discurso oficial? Como mencionado, o nacionalismo revolucionário marginaliza aqueles que estavam fora da ilha. Em tom menos agressivo, mas não menos excludente, foi dito durante o V Pleno do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba em 1996 que

Entre estes imigrantes há de tudo, desde profissionais, técnicos, etc, não necessariamente inimigos da Revolução, até delinquentes, aventureiros e outros desafetos ao nosso regime social.

³⁴³ TRIANA, José. Entrevisto por Christilla Vasserot. Siempre fui y siempre seré un exiliado. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 41-42.

³⁴⁴ HASSON, Liliane. Reinaldo Arenas: New York era una fiesta. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 130.

³⁴⁵ BENÍTEZ ROJO, Antonio. Antonio Benítez Rojo entrevistado por Encuentro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 23, invierno, 2001-2002, p. 15.

³⁴⁶ VALDÉS, Zoé. Mis héroes del año 2000. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 26.

Contrasta essa atitude *censurável* com a integridade da imensa maioria de nossa juventude, que nos centros de trabalho, [...] cumpre de forma exemplar com seu dever e constitui um baluarte da Revolução hoje e garantia do futuro independente da Pátria.³⁴⁷

A partir década de 1990, com a crise do chamado socialismo real, o discurso nacionalista revolucionário cubano alterou-se. O marxismo vai desaparecendo do discurso oficial, ao passo que o combate ao neoliberalismo e à globalização ganham espaço. Nesta década de intensa crise do projeto revolucionário, o governo cubano buscou salientar seu discurso em aspectos nacionais e patrióticos, valorizando temas como a soberania nacional e a autodeterminação, sem, entretanto, abandonar a perspectiva de que a Revolução é o marco fundante da pátria, pilar de sustentação da liberdade e da soberania.

Os indivíduos no exílio continuaram à margem, vistos como uma ameaça à soberania nacional. Em um documento aprovado pelo V Congresso do Partido Comunista de Cuba, em 1997, é dito sobre os indivíduos que deixaram o país rumo aos Estados Unidos que “desde o mesmo dia em que caiu a tirania de Batista, o território norte-americano converteu-se em covil seguro de assassinos, torturadores e dilapidadores que foram, desde então, instrumento dos sucessivos governos ianques, e que ainda hoje *continuam sendo*”.³⁴⁸ Embora o documento faça uma referência clara à comunidade exilada conservadora de Miami e seu poderoso lobby dentro dos Estados Unidos, é comum o governo cubano associar seus críticos no exílio aos inimigos presentes na Flórida, “a máfia de anexionistas e batistianos que gritam em linguagem hitleriana pela queda da Revolução”.³⁴⁹

Se houve em finais dos anos 1980 e princípios da década de 1990 uma tentativa de aproximação com a comunidade exilada e reconhecimento de sua diversidade, percebemos também a permanência de elementos excludentes no discurso oficial. O governo cubano precisou moderar seu discurso em relação às comunidades exiladas devido às importantes remessas de dinheiro enviadas para a ilha, especialmente em

³⁴⁷ V Pleno del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 23 de março de 1996. Conferir a citação em:

http://www.galizacig.gal/actualidade/200111/lainsignia_o_nacionalismo_na_revolucao_cubana_iii.htm.

Acesso em: 03/03/2015. Grifos nossos.

³⁴⁸ El Partido de la unidad, la democracia y los derechos humanos que defendemos. Disponível em: <http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/03/Partido-Unidad-Democracia-V-Congreso.pdf>.

Acesso em: 03/03/2015. Grifos nossos.

³⁴⁹ Idem, p xx.

tempos de crise, mas continuou a apartá-la da vida política no país e a afastar as vozes críticas.

Ainda que as revistas tenham recuperado o sujeito exilado e exaltado seu potencial crítico, permaneceu o desafio de reinseri-lo na comunidade cubana. Como legitimar a voz de um indivíduo que foi excluído de seu país? Alguns grupos de exilados, especialmente em Miami, lidaram com o problema simplesmente negando a construção nacional levada a cabo pelos revolucionários: desqualificaram a Cuba socialista e reivindicaram para si o verdadeiro sentido da cubanidade, o verdadeiro discurso acerca da alma nacional. Nos Estados Unidos, eles mantiveram o discurso de uma identidade cubana pré-1959, idealizaram o período Republicano de 1902-1959, negaram a assimilação ao *melting pot* estadunidense por acreditar que isto implicaria em aceitar a derrota e o exílio e dedicaram-se ao combate e à crítica de um governo que teria usurpado sua terra natal.³⁵⁰

Entretanto, esta não foi a proposta de *Encuentro* e *Hispano-Cubana*. Elas não visaram construir uma narrativa sobre a cubanidade a partir do exílio que renegasse completamente o que foi edificado no período pós-revolucionário, embora *Hispano-Cubana* o tenha feito com constância. Claro, seu objetivo e razão de existir foram a oposição ao governo revolucionário cubano, mas as revistas tinham como meta o estabelecimento de *pontes* entre o exílio e a ilha, especialmente na percepção de *Encuentro*, e fomentar as relações entre os exilados e aqueles que permaneceram em Cuba ou perceber heranças e tradições em comum entre este país e outros, algo mais perceptível em *Hispano-Cubana*, que valorizou os laços entre Cuba e Espanha.

Desta maneira, as duas revistas devotaram suas forças a revalorizar a cultura elaborada no exílio, percebê-la como produto cubano capaz de enriquecer o acervo da identidade nacional. Aparecem nas revistas uma concepção *transnacional* da identidade cubana e a ideia de que o exílio contribuiu para um processo através do qual os sujeitos migrantes construíram e sustentaram múltiplas relações sociais que conectaram suas sociedades de origem e a de assentamento.³⁵¹

³⁵⁰ Uma boa referência para o assunto é o sexto capítulo de uma tese de doutorado apresentada em Miami. Cf.: GUTIÉRREZ-BORONAT, Orlando. *The Exile Republic: Nationalism without a nation*. In: GUTIÉRREZ-BORONAT, Orlando. *Cuban exile nationalism*. Miami: University of Miami, 2005.

³⁵¹ BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Amsterdam: Gordon & Breach, 1994, p. 8.

Por não representar uma ruptura total³⁵², o exílio cubano contemporâneo, massificado após a vitória revolucionária em 1959, levou à composição de conjuntos de laços, posições em redes e organizações que atravessam os limites dos estados nacionais.³⁵³ Os exilados continuaram a atuar no exterior e a estabelecer contatos com seu país originário. Além do trânsito físico de indivíduos entre Cuba e outros países, é possível perceber esses laços através das remessas de dinheiro e envios de produtos para a ilha, os encontros acadêmicos de intelectuais, a atuação social e política de ONGS e instituições que tentam transformar a realidade cubana, como a Fundação Nacional Cubano-Americana (FNCA), a Associação Encuentro de la Cultura Cubana e também a Fundação Hispano-Cubana.

Obviamente, os laços e conexões estabelecidos nem sempre foram amistosos e muitas vezes implicaram em aberta hostilidade, como se percebe claramente ao analisar as relações do governo cubano e da comunidade exilada. A Fundação Nacional Cubano-Americana foi, e ainda é, um dos maiores inimigos do governo revolucionário. Fundada nos anos 1980 pelo empresário Jorge Mas Canosa e inspirada na *American Israel Public Affairs Committee (AIPAC)*, a FNCA funciona como o maior grupo de pressão sobre Washington e cobra compromissos de políticos eleitos por meio de seu apoio com o intuito de ditar a política externa dos Estados Unidos em relação a Cuba. As leis Torricelli e Helms-Burton foram devidamente projetadas por indivíduos próximos à Fundação. Anticomunistas ferrenhos, os membros da Fundação são ainda hoje os pilares sobre os quais se sustenta o bloqueio à ilha. Mas Canosa participou da invasão da Baía dos Porcos em 1961 e depois se converteu em um bem sucedido homem de negócios. Durante os anos 1980 e 1990, apoiou operações de sabotagem, sequestros de aviões e atos de terrorismo contra Cuba, como as inúmeras bombas que explodiram em Havana. Sonhando em reconquistar a ilha que perderam, muitos dos primeiros exilados se valem de seu poderio econômico e de suas relações políticas dentro dos Estados Unidos para influenciar as relações entre a potência norte-americana e a terra natal em seu favor.³⁵⁴

³⁵² SAID, Edward W. *Representações do intelectual*: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 56.

³⁵³ BOBES, Velia Cecilia. El transnacionalismo como enfoque. Una reflexión para construir un modelo analítico. In: BOBES, Velia Cecilia (coord.). *Debates sobre transnacionalismo*. México: FLACSO, México, 2012, edição Kindle, posição 183.

³⁵⁴ Sobre a FNCA, conferir: MORRONE, Priscila. *A Fundação Nacional Cubano-Americana (FNCA) na política externa dos Estados Unidos para Cuba*. 2008. 136 f. Dissertação (mestrado) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008.

Já mencionadas no primeiro capítulo, a Associação Encuentro de la Cultura Cubana e a Fundação Hispano-Cubana valeram-se do espaço público internacional para atuar, exercer sua crítica ao governo cubano e promover a reflexão sobre alternativas para o futuro da ilha. O exílio, como prática transnacional, configura-se como local de engajamento político, um novo espaço de atuação na esfera pública.³⁵⁵ *Encuentro* aproximou-se das esquerdas europeias e, graças à figura de Anabelle Rodríguez, acercou-se também do *Partido Socialista Obrero Español* e de sua política externa em relação a Cuba, elemento que reitera os laços transnacionais dos exilados cubanos. Membros da Associação também promoveram e participaram de encontros de intelectuais para discutir a realidade cubana, congregando indivíduos de dentro e de fora da ilha.³⁵⁶

A Fundação Hispano-Cubana atuou de maneira semelhante. Gestada a partir de um pedido direto do presidente do Partido Popular da Espanha, a Fundação ligou-se diretamente à direita espanhola e europeia. A sua atuação na esfera pública internacional e seu trabalho para construir redes transnacionais de oposição ao governo de Fidel Castro são particularmente notáveis. Já dito anteriormente, a Fundação participou ativamente na conformação e reprodução da política externa espanhola durante o governo de Aznar, buscando mesmo estabelecer um posicionamento comum da União Europeia para tratar dos assuntos cubanos. A Fundação Hispano-Cubana deu espaço e voz para ONGs, organizações de direitos humanos e dissidentes dentro da ilha, além de agregar indivíduos notáveis pelo seu posicionamento conservador e de oposição às esquerdas, mobilizando seus recursos para criticar o regime comunista cubano. Ademais, o próprio projeto de aproximar cultural e politicamente Cuba e Espanha indica seu caráter transnacional. A Fundação, dirigida por um espanhol que dedicou grande parte de sua vida e de seu engajamento político e intelectual em questões cubanas, estabeleceu pontes entre os cubanos no exílio e os dissidentes dentro da ilha. *Hispano-Cubana* fundou ainda uma editora própria que publicou autores cubanos do exílio e opositores do regime.

³⁵⁵ VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n.2, March 1999, p. 453-454.

³⁵⁶ Um claro exemplo foi o seminário *Cuba, 170 anos de presença nos Estados Unidos*, realizado entre 4 e 6 de novembro de 1999 em Nova York, promovido pela revista *Encuentro de la Cultura Cubana*, pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Nova York, pela Fundação Ford e pelo Instituto Cervantes. A 15ª edição de *Encuentro* foi dedicada a este evento. Outras publicações de intelectuais cubanos no exílio também repercutiram acerca de tal encontro, como a revista cultural *La Habana Elegante*, publicada no Texas. Curiosamente, a *Revista Hispano-Cubana* silenciou sobre o evento.

O exílio toma, portanto, um caráter de potencialidade crítica contra regimes autoritários por meio dessas redes transnacionais e da formação de novas alianças políticas possibilitadas, em especial, pela fundação de revistas culturais e políticas. *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* são frutos dessas experiências transnacionais da cultura cubana contemporânea, produtos dos esforços de seus intelectuais de conectar a realidade da ilha à de fora e transformá-la. Mais do que reconstruir espaços não mais fisicamente presentes e amenizar a solidão causada pelo exílio, as duas revistas participaram ativamente na constituição de novas identidades e hibridações culturais que contestaram os lugares comuns do discurso oficial cubano e de suas instituições de produção cultural. A experiência transnacional supõe também uma intensa modificação do âmbito simbólico, cultural e identitário entre os sujeitos localizados nos diversos espaços.³⁵⁷

As revistas e suas respectivas instituições não apenas foram produtos das experiências transnacionais dos cubanos no exílio, além de agentes de estabelecimento de conexões e laços entre dois ou mais países, mas também espaços de difusão de uma *consciência transnacional* cubana, ou seja, do sentimento de pertencimento a mais de uma comunidade, formas de identificação duais ou múltiplas que ultrapassam fronteiras nacionais.³⁵⁸ As revistas, como ponto de encontro entre indivíduos e como projeto coletivo, expressam, alimentam e constroem um campo cultural cubano transnacional, são partes constitutivas de uma sociedade que não se articula exclusivamente no eixo do Estado Nação.³⁵⁹ A *Revista Hispano-Cubana*, por exemplo, buscou insistentemente perceber os laços que uniam Cuba e Espanha ao longo da história e aproximar culturalmente ambos os países. Analisou temas como o liberalismo cubano do século XIX e suas conexões com o pensamento político espanhol, a visita do rei espanhol a Cuba, a igreja católica de ambos os países, o interesse dos espanhóis sobre a ilha, as diferenças e semelhanças da língua de cubanos e peninsulares, figuras espanholas que tiveram notoriedade na ilha, as comunidades cubanas na Espanha e as relações internacionais entre os dois países.

³⁵⁷ BOBES, Velia Cecilia. El transnacionalismo como enfoque. Una reflexión para construir un modelo analítico. In: BOBES, Velia Cecilia (coord.). *Debates sobre transnacionalismo*. México: FLACSO, México, 2012, edição Kindle, posição 250.

³⁵⁸ VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 2, March 1999, p. 450.

³⁵⁹ MARTÍN SEVILLANO, Ana Belén. Las revistas culturales como agente transnacional del campo cultural cubano del siglo XXI. *Revista Iberoamericana*, v. 13, n. 49, 2013, p. 8.

A instalação de cubanos em outros lugares e a consolidação de suas comunidades no exterior, especialmente na Flórida, levaram a diversas reflexões sobre a possibilidade de produção de cultura cubana fora da ilha e também propiciaram o questionamento do espaço geográfico estabelecido pelo Estado-Nação como elemento limitador do processo de construção identitária nacional. Desde finais da década de 1970 e princípios da de 1980, é possível perceber o alvorecer desta *consciência transnacional*, tal como sugere o surgimento de termos identitários como cubano-americano ou hispano-cubano.³⁶⁰ Como afirma Martín Sevillano, os cubanos no exílio reformularam a ideia de sociedade e nação, desenvolveram uma consciência de ser e atuar em uma trama de conexões que atravessam as fronteiras de seus países. A reformulação fora dos limites físicos da nação definir-se-ia como transnacional porque deixou de operar a partir da dicotomia “dentro” e “fora”.³⁶¹ Embora as revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* tenham frequentemente utilizado *dentro* e *fora* como categorias de análise, um de seus objetivos foi justamente superar esta dicotomia. Em Havana, publicações como *Temas* e *Diáspora(s)* tiveram este objetivo como elemento comum.

Entretanto, ainda que as relações e conexões entre Espanha e Cuba, tão exaltadas por *Hispano-Cubana*, sejam constantes e importantes, é extremamente necessário apontar que os Estados Unidos foram, e são, o local por excelência utilizado para exemplificar e refletir sobre essa cubanidade irrestrita às fronteiras devido à quantidade de exilados cubanos e seus descendentes presentes em Nova York, Nova Jersey e, sobretudo, em Miami, além da importância de sua atuação nos espaços políticos, econômicos e culturais dos Estados Unidos e de Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* valeram-se vastamente da experiência cubana nas terras de seu vizinho do norte para construir uma percepção transnacional do ser cubano.

O mexicano Jorge Castañeda, ao analisar as experiências autoritárias em Cuba e México em um artigo publicado em *Encuentro*, reconhece uma proximidade entre Miami e Havana. Segundo o autor, o idioma, as famílias, as comunicações, o intercâmbio de

³⁶⁰ Tomemos como exemplo o caso de *Areíto*, um grupo de cubanos nascidos na ilha mas trasladados ainda muito jovens para os Estados Unidos e filhos de cubanos emigrados neste mesmo país. Fundadores de uma revista de esquerda em Nova York com o mesmo nome de seu grupo e zelosos defensores da Revolução Cubana, estes jovens não apenas se identificavam como cubanos e como revolucionários, mas também se perguntavam o que significava ser cubano e latino-americano *dentro* dos Estados Unidos e como lidar com o pertencimento aos dois mundos.

³⁶¹ MARTÍN SEVILLANO, Ana Belén. Las revistas culturales como agente transnacional del campo cultural cubano del siglo XXI. *Revista Iberoamericana*, v. 13, n. 49, 2013, p. 8-9.

ideias e pessoas e uma cubanidade arraigada unem os dois espaços de uma maneira especial.³⁶² De fato, há em Miami um enclave que se distingue por um sólido sentido de identidade cubana compartilhada pelos seus membros. Este grupo de cubanos não se aculturou de forma linear e nem incorporou de maneira simples as características advindas de seu entorno às custas de sua cultura de origem, mas manteve muitos dos aspectos gerados na ilha e os transformou.³⁶³

Jesús Díaz, crítico ferrenho dos setores conservadores de Miami, chamou a atenção para o espaço encontrado pelos cubanos em seu exílio estadunidense para produzir cultura, além de ressaltar a relação recíproca existente entre os dois países. Díaz criticou a simplificação exercida pelo governo cubano em apresentar os Estados Unidos como inimigo absoluto da nação e afirmou que neste país os cubanos, muitas vezes, encontraram espaços de liberdade política negados em Cuba. O diretor de *Encuentro* defendeu, ainda, que seria impossível imaginar Cuba sem alguns marcos produzidos nos EUA, como os jornais *El Habanero* de Félix Varela e *Pátria* de José Martí.³⁶⁴

O exílio é percebido como um espaço alternativo de produção de cultura cubana. A cubanidade não é um conceito que se produz unicamente na ilha, mas também em terras estrangeiras e especialmente nos Estados Unidos.³⁶⁵ Miami, para Jesús Díaz, é uma parte indissolúvel de Cuba e seria extremamente necessário derrubar os muros de medo e intolerância alimentados pelo governo cubano e pelos setores reacionários do exílio cubano.³⁶⁶ A socióloga Marifeli Pérez-Stable vê a formação de Cuba a partir de três lugares: Madrid, Washington e Nova York. O exílio e os exilados cubanos nos Estados Unidos eram elementos presentes no momento de fundação do país e suas práticas mesclaram-se com as heranças coloniais.³⁶⁷

A poeta cubana Lourdes Gil, exilada em Nova Jersey, reafirma em *Encuentro* que a cultura cubana e sua literatura tem sido tão extraterritorial como insular. Apenas um

³⁶² CASTAÑEDA, Jorge. Los ultimos autoritarismos. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 68.

³⁶³ AJA DÍAZ, Antonio. *La emigración cubana*. Balance en el siglo XX. CEMI, Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, La Habana, Cuba, 2002, p. 19.

³⁶⁴ DÍAZ, Jesús. Introducción. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 3-4.

³⁶⁵ LUIS, William. El lugar de la escritura. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 50-51.

³⁶⁶ DÍAZ, Jesús. Introducción. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, otoño, 2000, p. 7-8.

³⁶⁷ PÉREZ-STABLE, Marifeli. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 195.

discurso que leve isto em conta poderia dar coesão à dispersão da cultura cubana atual, seria um meio de superar o desafio da fragmentação e da crise de legitimidade do discurso identitário que se estabeleceu a partir da década de 1990.³⁶⁸ Há em seu texto um apelo aos intelectuais e autoridades da ilha para que conheçam o discurso do exílio, dada a sua importância histórica para a ilha: o exílio não implica em marginalização e perda de identidade. Se assim o fosse, figuras emblemáticas para os pilares da nacionalidade como José Martí ou José María Heredia não seriam cubanos. Por fim, a autora defende que a diáspora e o exílio permitem reconfigurar o discurso sobre a cubanidade e a emergência de novas sensibilidades.

A fronteira passou a ser sentida e representada de uma forma mais móvel, fluída e menos presa às territorialidades. O exílio propiciou o surgimento de espaços de enunciação alternativos, à margem do discurso oficial e, portanto, passível de exercer a crítica ao mesmo. O sentimento de um duplo pertencimento, seja ele Cuba-Estados Unidos, seja Cuba-Espanha, permitiu que os cubanos sonhassem e narrassem sobre a ilha a partir de lugares distintos, fator que diversificava os discursos sobre a identidade. O deslocamento presente no exílio implica também na recriação dos modos de viver e de imaginar a pátria.³⁶⁹

Rafael Rojas vê nessa diversificação de narrativas um contraste com a homogeneidade cultural do sujeito revolucionário construída durante os anos 1960 e 1970, o companheiro, cidadão estatal que resolve sua sociabilidade dentro de uma rede de aparatos políticos que dialoga com a vida privada. A narrativa do exílio, desde os anos 1970, situa-se na marginalidade cultural do discurso oficial e a sociabilização dos sujeitos que a constroem situa-se fora dos mecanismos da ordem revolucionária.³⁷⁰ Para Iván de la Nuez, o exílio é também um escape dos extremos do discurso oficial, uma fuga da máxima “*Pátria ou Morte!*”.³⁷¹

A priori, esta representação do exílio como possibilidade e espaço de reconstrução da identidade pode parecer contraditória em relação à primeira apresentada neste capítulo,

³⁶⁸ GIL, Lourdes. El doble discurso literario da extrainsularidad. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 14, otoño, 1999, p. 144-145.

³⁶⁹ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: FCE, 2013, p. 44.

³⁷⁰ ROJAS, Rafael. Diáspora y literatura. Indicios de una ciudadanía postnacional. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 12-13, primavera-verano, 1999-2000, p. 141.

³⁷¹ NUEZ, Iván de la. El destierro de Calibán. Diáspora de la cultura cubana de los 90 en Europa. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 143.

na qual o exílio se constitui como perda e dor por fragmentar a identidade pessoal e coletiva. Entretanto, a presença de duas representações tão díspares entre si nas revistas evidencia a riqueza da própria publicação, a sua pluralidade e a composição heterogênea de seus colaboradores. As revistas culturais apresentam um projeto coletivo e uma linha editorial delineados, mas são permeadas por paradoxos e conflitos internos e, na maioria das vezes, não são lineares e completamente coesas. Reconhecer as contradições existentes nas publicações não apenas nos permite não apenas compreendê-las melhor – suas aberturas, brechas, tolerâncias e limites – mas também serve para analisar a atuação de seus colaboradores, as disputas entre intelectuais e os fatores que os levam a efetuar rupturas ou superar desavenças.

Os tratamentos opostos dados à condição exílica se conectaram diretamente com as diferentes gerações de intelectuais que contribuíram para as revistas. *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* agregaram indivíduos formados em distintos períodos da história cubana. Membros mais jovens, como Rafael Rojas, Iván de la Nuez, e Emilio Ichikawa, todos nascidos na década de 1960 e educados sob a Revolução Cubana, perceberam o exílio como possibilidade. Os mais velhos, como Jesús Díaz, Manuel Díaz Martínez, Gastón Baquero, Pío Serrano, deram ao exílio uma faceta mais dolorosa.³⁷²

Esta contradição não impediu que os intelectuais colaborassem em uma mesma publicação. Ambas as representações do exílio serviram para criticar o governo cubano e deslegitimar seu discurso nacionalista. A forma de representar e conceber a experiência cubana localizada fora da ilha fornece instrumentos de resistência às dificuldades planteadas pela exclusão imposta pelo exílio. Como afirmou Vertovec, a literatura diaspórica e de caráter transnacional, assim como outras formas de produção cultural, propicia a emergência de novos espaços culturais e uma multiplicidade de memórias e narrativas.³⁷³ A narrativa construída a partir do exílio é crítica ao regime castrista por romper com um projeto social e político que se fundamenta na unidade e na

³⁷² O próprio Jesús Díaz reconhece a existência de pelo menos duas gerações em *Encuentro*. MASPERÓ, François. Encuentro entre la isla y lo el exilio. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, otoño, 1998, p. 102. Trataremos um pouco mais das gerações de intelectuais cubanos ao longo do próximo capítulo. Sobre o conceito de gerações, conferir: SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996; e SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) Apresentação. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

³⁷³ VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n.2, March 1999, p.451-452.

homogeneidade nacional. Além disso, a experiência do exílio e a desilusão de uma parcela considerável da população cubana com a proposta socialista dirigida pelas autoridades ao longo da década de 1990 sugerem um processo de decomposição moral do sujeito revolucionário e a fragmentação do discurso da identidade nacional.³⁷⁴

Neste sentido, *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* defenderam que a verdadeira cultura cubana se produzia fora da ilha e que o exílio serviu para tornar o país mais rico culturalmente, rompendo com o fechamento do regime.³⁷⁵ É justamente neste ponto que o caráter transnacional do exílio e da cultura cubana constituiu um desafio ao governo revolucionário: a perspectiva transnacional e as práticas a partir dela observadas foram formas de ruptura com o nacionalismo metodológico e ideológico, foram um método de desnaturalização das fronteiras e valores estabelecidos pelos Estados nacionais.³⁷⁶ A dimensão transnacional do exílio opera contra o suposto monopólio do discurso identitário do Estado-Nação.

Entretanto, muitos dos colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* foram mais ousados: eles não apenas sonharam com uma cultura cubana que ultrapassasse para fora dos limites da ilha, mas deram o grande passo de destruir as fronteiras que demarcavam o ser nacional e se rebelaram contra a geografia e contra o espaço físico.

Ao constatar que entre 15% e 20% da população cubana se encontra no exílio, Iván de la Nuez defendeu a ideia de que após a vitória da Revolução mais e mais cubanos passaram a cancelar o vínculo entre cultura nacional e território: não existiria mais um centro. A emigração da década de 1990 corroborou esta perspectiva, uma vez que levou mais cubanos para todas as partes do mundo e diversificou os locais de estabelecimento

³⁷⁴ ROJAS, Rafael. Diáspora y literatura. Indicios de una ciudadanía postnacional. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 12-13, primavera-verano, 1999-2000, p. 143.

³⁷⁵ HASSON, Liliane. Reinaldo Arenas: New York era una fiesta. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 130; AÑEL, Armando. Censura y autocensura en la literatura cubana de los noventa: una observación y algunos apuntes. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 13, primavera-verano, 2002, p. 73; HASSON, Liliane. Y en Francia qué? *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 95; DÍAZ, Jesús. Un año de Encuentro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 3.

³⁷⁶ BOHORQUEZ-MONTOYA, Juan Pablo. Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica. *Pap.polit.* [online], n.1, v. 14, 2009, p. 277. Bohorquez-Montoya considera o nacionalismo metodológico como uma perspectiva científica que toma como natural o fato de o mundo estar dividido em sociedades delimitadas pelas fronteiras estabelecidas pelos Estados.

dos mesmos. Os centros não seriam apenas Havana e Miami, e o exílio massificado seria o maior contato da cultura cubana com a crescente globalização.³⁷⁷

O exílio representa não apenas a dissolução do discurso nacional, mas também a tentativa de rompimento com a ideia de uma nação fixa ao território e uma crítica ao nacionalismo revolucionário. A condição exílica faz parte da cultura cubana e os indivíduos submetidos a ela sabem fazer a distinção entre geografia e nação, que “[...] sempre viu Cuba mais além de Cuba, como uma ilha que se reproduz nas mais distintas latitudes”.³⁷⁸

Esta consciência de uma identidade que não respeita os limites impostos pelo Estado-Nação ou que os ignora já possui antecedentes no pensamento cubano. Para tanto, Rodenas recupera o antropólogo Fernando Ortiz, importante intelectual cubano que, ao longo das décadas de 1930 e 1940, buscou pensar o que seria uma identidade nacional em uma ilha que congregou tantas culturas distintas. A autora defende que Ortiz propôs uma “cubanidade sem fronteiras”, na qual a nacionalidade seria um estado de espírito e não um lugar de nascimento ou origem.³⁷⁹ Rodenas fez notar que a literatura cubana apresentou traços de despedida da pátria, mas também o desejo de sobreviver e se reproduzir por reconhecer que “o mundo não acaba no Malecón”.³⁸⁰

Guillermo Cabrera Infante, em entrevista concedida à *Revista Hispano-Cubana*, defendeu a possibilidade de se falar sobre Cuba mesmo após permanecer mais de 30 anos fora da ilha. O escritor carregaria consigo uma bagagem cultural cubana, assim como a linguagem e a literatura da ilha.³⁸¹ De modo semelhante, José Triana confessou que escrever a partir da França não fazia sua produção menos cubana: seu domicílio era, em si, Cuba. Em sua casa comia-se comida cubana, escutava-se música cubana e seus amigos no exílio eram, também, cubanos.³⁸² A pátria não se restringe aos limites impostos pelo

³⁷⁷ NUEZ, Iván de la. El destierro de Calibán. Diáspora de la cultura cubana de los 90 en Europa. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 139-140.

³⁷⁸ RODRÍGUEZ ABAD, Ángel. Abecedario para Severo Sarduy. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, Invierno, 2000, p. 58. O artigo citado comenta sobre a produção do poeta cubano Severo Sarduy, que colaborou com a Revolução em seus princípios e escreveu no suplemento cultural *Lunes de Revolución*, antes de partir para a França em 1960 e não retornar.

³⁷⁹ MÉNDEZ RODENAS, Adriana. Diáspora o identidad: a donde va la cultura cubana? *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 48.

³⁸⁰ Idem, p. 54.

³⁸¹ SÁNCHEZ, Juan Carlos. Entrevista a Guillermo Cabrera Infante. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 67.

³⁸² TRIANA, José. Siempre fui y seré un exiliado. *Encuentro de la Cultura Cubana*. Madrid, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 42.

Estado-Nação, mas acompanha o escritor. Lourdes Gil viu a escrita no exílio, mesmo em outro idioma, não como uma perpétua debilidade da identidade cubana, mas muitas vezes como elemento que reafirmava a coesão espiritual com a cubanidade.³⁸³

Entretanto, o apagamento do território não foi consenso nas revistas. Gustavo Pérez Firmat, exilado em Nova York, posicionou-se de maneira contrária. Para o autor, a literatura cubana produzida no exterior, especialmente a cubano-americana, perde algo de sua cubanidade ao ser traduzida ou escrita em outra língua que não o espanhol de Cuba, algo difícil de ser superado mesmo com o diálogo com os cânones cubanos. Escrever em inglês era um ato de vingança contra a pátria, a língua materna ou si mesmo.³⁸⁴ O apego e o vínculo cubano com a geografia insular se apresentam como obstáculos a esta consciência transnacional. Para o sujeito exilado não haveria consolo sem solo e tato sem contato. Ele é incapaz de se nutrir da ausência.³⁸⁵ Pérez Firmat acreditava nessa identidade ligada a um espaço circunscrito, mas também reflete sobre a existência de uma “pátria interior”, algo subjetivo que permitisse ao indivíduo reinventar a terra natal a partir de um lugar estrangeiro.³⁸⁶

O exílio não é, então, uma separação definitiva e experiência de pura dor. Embora a perspectiva do trauma e do sofrimento seja majoritária nas representações do exílio cubano, vários intelectuais tentaram perceber facetas positivas. Os colaboradores de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* buscaram criar pontes entre a ilha e as comunidades de cubanos que viviam fora dela: reforçar os vínculos de solidariedade da sociedade cubana contemporânea e reconhecer a produção cultural feita fora do país.

Estes elementos serviram para as revistas como meio de reinserir o sujeito exilado na comunidade nacional e questionar a exclusão levada a cabo pelo governo revolucionário. O reconhecimento de uma *consciência transnacional* permitiu aos seus

³⁸³ GIL, Lourdes. La apropiación de la lejanía. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 67-68.

³⁸⁴ PÉREZ FIRMAT, Gustavo. Cuba sí, Cuba no. Querencias de la literatura cubano/americana. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 14, otoño, 1999, p. 134.

³⁸⁵ PÉREZ FIRMAT, Gustavo. Cuba sí, Cuba no. Querencias de la literatura cubano/americana. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 14, otoño, 1999, p. 136-137.

³⁸⁶ MÉNDEZ RODENAS, Adriana. Diáspora o identidad: a donde va la cultura cubana? *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 49.

colaboradores disputar com as autoridades cubanas a posse do discurso acerca da identidade nacional e conceber novos espaços de enunciação da mesma.

Em *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*, este discurso se validou através da atuação intelectual supostamente livre, capaz de articular uma identidade cubana sem se prender a ideologias e aos dogmas estabelecidos por um regime político. Cabe, neste momento, perceber como os colaboradores de ambas as revistas conceberam o intelectual, criticaram o modelo de intelectual estabelecido ao longo da Revolução Cubana e disputaram a legitimidade da palavra crítica.

3 - O exílio e os embates pela figura do intelectual em *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*

Como mostramos, as revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* refletiram acerca da condição exílica, efetuaram um esforço para superar as barreiras impostas pelo exílio e revalorizaram os elementos considerados positivos advindos desta experiência. Nas páginas de ambas as publicações, as discussões sobre o exílio incorporaram não apenas as experiências subjetivas de colaboradores e outros indivíduos, mas também os condicionamentos, limitações e possibilidades que essa experiência proporcionou à produção intelectual e cultural cubana. Esse enfoque abriu espaço para que os colaboradores de *Hispano-Cubana* e *Encuentro* analisassem o intelectual cubano e buscassem determinar seu papel.

No contexto revolucionário, o empenho em caracterizar a natureza do trabalho intelectual se inseriu em um debate iniciado a partir da década de 1960 e altamente valorizado em Cuba. Como veremos, *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* retomaram este debate e disputaram com o governo e a intelectualidade revolucionária a definição do conceito de *intelectual* e o papel que ele deveria assumir na sociedade. A busca por um modelo alternativo de intelectual serviu para invalidar os intelectuais que colaboraram para legitimar a Revolução Cubana. Ao pensar em uma arte distinta da revolucionária os colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* deram notoriedade à produção cultural elaborada no exílio.

O ato de representar a figura do intelectual e o embate por sua concepção carregaram um forte traço de autorrepresentação. O elogio à produção do exílio e a desqualificação dos defensores da Revolução serviram para que os membros das revistas se legitimassem como os verdadeiros intelectuais. Vários dos colaboradores partiram de Cuba em princípios da Revolução, como Gastón Baquero e Carlos Alberto Montaner; outros se foram ainda muito jovens, firmaram-se como intelectuais no exterior e apoiaram a Revolução até o momento de ruptura nos anos 1990, como Marifeli Pérez-Stable e Jorge I. Domínguez. Muitos dos intelectuais que contribuíram para as revistas também exerceram alguma função no campo cultural cubano, envolveram-se em suas disputas, contribuíram para construí-lo e deixaram a ilha em distintos momentos, casos de Jesús Díaz, Pío Serrano, Manuel Díaz Martínez, Manuel Moreno Fragnals e Antonio Benítez Rojo; ao passo que outros nasceram e se formaram dentro da Revolução, mas fizeram sua carreira como intelectuais no exílio, exemplificado por Rafael Rojas e Iván de la Nuez.

Por fim, existem aqueles que permaneceram em Cuba, afastados do discurso oficial e dos meios de expressão que lhes conferissem notoriedade em seu país, como Raúl Rivero, Tania Quintero e Iván García. Estes grupos, formados por trajetórias e gerações distintas, assim como posicionamentos políticos muitas vezes conflitantes, organizaram-se ao redor de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* e utilizaram as revistas como instrumento de legitimação de suas vozes e de projeção intelectual dentro e fora de Cuba.

Neste sentido, ao tratarem de um modelo desejado de intelectual e, sobretudo, do intelectual exilado, estes colaboradores representaram, em certa medida, a si próprios. Esta representação teve como objetivo o reconhecimento dos mesmos como intelectuais. Como intelectuais, muitos dos colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* acreditavam possuir a autoridade e o capital simbólico necessários para refletirem e criticarem a realidade cubana. Aqueles que ainda iniciavam sua carreira e não possuíam o reconhecimento necessário para se firmar enquanto intelectuais, encontraram nas revistas um espaço para fazê-lo: a publicação de artigos e de resenhas de livros de escritores, artistas e acadêmicos até então pouco conhecidos, não serviram apenas para divulgar o conteúdo dos textos, mas também para dar notoriedade a determinados intelectuais.

Ao clamarem para si o título de intelectuais, os participantes procuraram não apenas legitimar o próprio trabalho e produção, mas também seu discurso político de oposição ao regime cubano, ao passo que esvaziaram a palavra de seus inimigos. Esta premissa se fundamentou em uma concepção sobre o intelectual que o caracterizava como voz autorizada e como consciência da sociedade moderna. Os intelectuais se perceberam de maneira a se encarregarem de uma delegação ou mandato social que os tornariam representantes do povo e mesmo da humanidade: a própria legitimidade de seu discurso dependeria desta afirmação e justificaria seu trabalho.³⁸⁷

Para compreendermos melhor o debate empreendido por *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* é necessário retornar ao meio intelectual estruturado a partir da Revolução Cubana. As revistas mantiveram profundo diálogo com a reorientação empreendida pela Revolução no campo da cultura e retomaram as discussões

³⁸⁷ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 59-60.

feitas nos anos 1960-1970 para criticarem a política cultural do regime e propor um modelo alternativo de intelectual. Em meio à crise da figura do intelectual como agente presente no espaço público nos anos 1990, *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* retomaram as disputas e polêmicas intelectuais do período revolucionário e reforçaram o caráter crítico do escritor e artista. Embora a compreensão do intelectual tenha mudado profundamente na década de 1990, ao ponto de ser concebido como um especialista ou mesmo apontar para o seu desaparecimento, as revistas retornaram aos debates anteriores.³⁸⁸

A vitória da Revolução Cubana em janeiro de 1959 provocou um furor na intelectualidade cubana e latino-americana. A derrubada do ditador Fulgencio Batista, as promessas de revitalização nacional e, posteriormente, de libertação, conjugadas com o apoio das autoridades ao campo da cultura fascinaram escritores e artistas cubanos. Intelectuais exilados como Antón Arrufat, José Baragão, Heberto Padilla, Roberto Fernández Retamar, Nicolás Guillén, Tomás Gutiérrez Alea, Lisandro Otero, Ambrosio Fornet e Edmundo Desnoes logo retornaram a Cuba para integrarem os grupos que apoiavam a Revolução.³⁸⁹

O governo revolucionário logo tratou de fomentar a produção cultural cubana e incentivou publicações de livros, abertura de editoras, criação de teatros, fundação de cinemas itinerantes e de grandes estúdios para produzir filmes, além do apoio a oficinas de artes plásticas e diversas outras manifestações artístico-culturais. Existia certo consenso de que o papel do escritor e artista cubano estaria diretamente ligado ao comprometimento com a construção de uma nova sociedade, engajando-se através da arte a fim de produzir uma nova cultura. Para os revolucionários era essencial o envolvimento da figura do intelectual, compreendido também como um produtor e mediador de cultura que deveria agir no espaço público. Acreditava-se que o trabalho realizado no campo da cultura serviria como espaço por excelência para a luta contra os inimigos da Revolução.³⁹⁰

³⁸⁸ O debate sobre o intelectual contemporâneo pode ser verificado em MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

³⁸⁹ ROJAS, Rafael. *Isla sin fin*. Contribución a la crítica del nacionalismo cubano Ediciones Universal: Florida, 1999, p.178.

³⁹⁰ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura Ilhada*. Imprensa e Revolução Cubana (1959-1961). São Paulo: Xamã, 2003, p. 114.

Os intelectuais cubanos mostraram-se bastante entusiasmados com as possibilidades abertas para o país, com o projeto político e moral de uma Revolução que expandia o campo cultural, encorajava a experimentação discursiva e dava condições aos intelectuais para produzirem. Muito rapidamente eles se engajaram e lutaram por espaços nos grupos para participar da definição das políticas culturais da ilha. O regime contou então com a participação ativa de grande parte da intelectualidade cubana para estruturar instituições, grupos e publicações fundamentais para o sucesso da construção de uma nova cultura cubana.

O fascínio gerado pela Revolução Cubana e suas promessas libertadoras e igualitárias ultrapassaram as fronteiras da ilha e logo intelectuais estrangeiros concederam seu apoio ao novo governo. Entre os europeus, nomes como Sartre, Marcuse e Enzensberger, legitimaram o processo recém-inaugurado, mas a maior parte do apoio recebido veio da intelectualidade latino-americana. Intelectuais já estabelecidos como Octavio Paz e Julio Cortázar saudaram a vitória dos rebeldes e novos escritores consagrados durante o *boom* da literatura latino-americana declararam seu compromisso com os revolucionários, como foi o caso de Gabriel García Márquez, Vargas Llosa e Carlos Fuentes. Como aponta Adriane Vidal Costa, a Revolução fez emergir uma rede de sociabilidade intelectual latino-americana de esquerda reunida em torno de Cuba e o regime revolucionário se preocupou em buscar sua adesão como meio de legitimar o processo.³⁹¹

O governo iniciou o estabelecimento de políticas culturais e criação de órgãos e instituições encarregados de fomentar e organizar a produção cultural, como o ICAIC (*Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos*), criado em 1959 para promover o cinema nacional e propagandear as propostas e conquistas da Revolução através de filmes, noticiários e documentários.³⁹² A instituição *Casa de las Américas* foi criada em 1959 com o intuito de estabelecer um intercâmbio cultural com a América Latina, especialmente por meio de seus prêmios literários e de sua revista de mesmo nome, fundada em 1960, que também se ocupou em defender as lutas de libertação latino-

³⁹¹ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 43-44.

³⁹² Sobre o ICAIC, conferir VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema Cubano: Revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

americanas e terceiro-mundistas.³⁹³ As autoridades também fomentaram a criação do jornal *Revolución*, ligado ao Movimento 26 de Julho, publicado legalmente desde 1º de janeiro de 1959, assim como a do suplemento cultural *Lunes de Revolución*, que, entre 1959 e 1961, encarregou-se de publicar textos sobre política e cultura, marcado pela experimentação e pela recusa de dogmas. Também surgiram, logo no princípio da revolução, o jornal *Hoy*, meio de comunicação do Partido Socialista Popular (PSP), e *La Gaceta de Cuba*, principal suplemento cultural da Revolução.

Além do cinema e das publicações periódicas, o regime amparou a criação de várias editoras destinadas a publicar clássicos latino-americanos e universais, além de incentivar a literatura cubana e divulgar novos escritores promissores. Em 1960, foi criada a *Imprensa Nacional*, sob a direção do consagrado escritor Alejo Carpentier, assim como *Ediciones R*, conectada ao jornal *Revolución* e dirigida por Guillermo Cabrera Infante e Virgilio Piñera. Ademais das editoras estatais, surgiram também instituições independentes, como *Ediciones El Puente*, dirigida por José Mario e *La Tertulia*, cujo diretor era o comunista Fayad Jamis.³⁹⁴

Rafael Rojas descreveu o recorte temporal compreendido entre 1959 e 1971 como o mais dinâmico da experiência cubana e de boa parte da história intelectual latino-americana. Este período foi marcado pelo confronto entre correntes liberais, católicas e marxistas. No momento em que os rebeldes ascenderam ao poder, três gerações distintas de intelectuais apoiaram-nos: a geração dos anos 1930, composta por comunistas e reformistas, que perceberam a Revolução como um desenlace natural de um movimento que os mesmos já haviam protagonizado anteriormente, permeada por escritores e dirigentes que poderiam oferecer ao governo um projeto de renovação cultural; a geração dos anos 1940, formada por intelectuais ligados à revista de vanguarda *Orígenes* e ao pensamento católico da ilha, cujos esforços se dirigiram para a articulação de um imaginário nacional desvinculado da modernidade cubana, marcados também por uma menor preocupação com a projeção do intelectual no espaço público e com sua atuação

³⁹³ Acerca da revista *Casa de las Américas*, conferir MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. Tese. Programa em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.

³⁹⁴ Acerca de *Lunes de Revolución* e *Ediciones el Puente*, conferir MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003 e MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009. Uma boa síntese das instituições e publicações nos doze primeiros anos da Revolução pode ser encontrada em ROJAS, Rafael. *Anatomia do entusiasmo: cultura e Revolução em Cuba (1959-1971)*. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP; v. 19, n. 1, 2007, p. 71-88.

na vida pública nacional; e a geração dos anos 1950, organizada ao redor das revistas *Sociedad Nuestro Tiempo* e *Ciclón*, composta por jovens intelectuais nacionalistas dispostos a renovar a cultura nacional, a pensar uma arte propriamente cubana, a experimentar esteticamente e que posteriormente integrariam *Lunes de Revolución* e *El Caimán Barbudo*.³⁹⁵

Os intelectuais próximos às vertentes liberais, católicas ou republicanas dos anos 1940, paulatinamente, foram derrotados e marginalizados do grande debate cultural da década de 1960. Vários partiram para o exílio, como Jorge Mañach, Lydia Cabrera e Gastón Baquero, ao passo que aqueles que permaneceram na ilha no momento não obtiveram grande reconhecimento entre os meios oficiais, como Eliseo Diego, Cintio Vitier e José Lezama Lima. Após a radicalização da Revolução e especialmente a partir de 1961, quando as autoridades revolucionárias declaram o caráter socialista da Revolução Cubana, a cena cultural foi marcada pelo debate entre os intelectuais comunistas revolucionários, advindos da geração de 1930, e os intelectuais nacionalistas revolucionários, próximos à geração de 1950. Estes dois grupos debateram entre si o caráter da Revolução Cubana e seu socialismo, assim como digladiaram pela definição do estatuto da arte e do intelectual revolucionário.

Os comunistas ortodoxos ganharam espaço rapidamente. No momento da derrubada de Fulgencio Batista, eles eram o único grupo que possuíam um projeto econômico, cultural e ideológico bem delineado, além de contarem com intelectuais já renomados, como Blas Roca, Aníbal Escalante, Juan Marinello, Carlos Rafael Rodríguez e José Antonio Portundo. A intensificação do exílio e a progressiva partida de uma importante parcela de profissionais da classe média para o exterior pressionou o regime a recorrer a este grupo para completar seus quadros com economistas, técnicos, agrônomos, etc. Esta elite cultural e política começou a ocupar importantes cargos, como a direção do Conselho Nacional de Cultura, concedido à comunista Edith García Buchaca e a *Unión de Escritores y Artistas de Cuba* (UNEAC) ficou sob a direção do poeta Nicolás Guillén. Ao longo da primeira metade da década de 1960, os comunistas ortodoxos perderam força. Embora Guillén tenha permanecido como presidente da UNEAC,

³⁹⁵ ROJAS, Rafael. *Anatomia do entusiasmo: cultura e Revolução em Cuba (1959-1971)*. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP; v. 19, n. 1, 2007, p. 73-75. Sobre os intelectuais *origenistas* e os da geração dos anos 1950, conferir ROJAS, Rafael. *Isla sin fin: contribución a la crítica del nacionalismo cubano*. Miami: Ediciones Universal, 1998, p. 73-105 e 188-216.

importantes figuras foram expurgadas dos quadros políticos da Revolução, como Aníbal Escalante, Joaquín Ordoqui e Edith García Buchaca.³⁹⁶ Neste período, as autoridades cubanas procuravam construir um socialismo próprio e se afastaram politicamente de Moscou, ao passo que deram ênfase às chamadas lutas terceiro-mundistas na América Latina, Ásia e África. Após 1965, com a criação do Partido Comunista de Cuba, as autoridades voltaram a se aproximar do modelo soviético.

Os intelectuais nacionalistas revolucionários conformavam um grupo maior, mais heterogêneo e mais jovem que os outros dois, composto por intelectuais que ascenderam junto com a Revolução e se desenvolveram dentro de seus dilemas, como Jesús Díaz, Carlos Franqui, Haydée Santamaría, Heberto Padilla, Antón Arrufat, Guillermo Cabrera Infante, César Leante, Armando Hart, Tomás Gutiérrez Alea, Alfredo Guevara, Roberto Fernández Retamar, Lisandro Otero, Ambrosio Fornet e Edmundo Desnoes. Pertencentes a um espectro político bastante amplo, estes intelectuais não possuíam um projeto cultural, político e ideológico já definido no momento em que os guerrilheiros de Sierra Maestra tomaram o poder, mas o construíram no desenrolar do processo revolucionário. A cultura revolucionária que desejavam elaborar acompanhou o desenvolvimento político da ilha, seus impasses, dificuldades e possibilidades. Ao longo da década de 1960, estes intelectuais se opuseram às concepções dogmáticas e estritas propostas pelos comunistas, rechaçaram a aproximação com a União Soviética pelo temor da adoção de diretrizes autoritárias e buscaram contribuir para a criação de uma revolução própria, autônoma, original e libertadora. Politicamente, preferiram refletir e noticiar as lutas libertadoras na América Latina, Ásia e África, além de valorizar as experiências chinesa, iugoslava e vietnamita.³⁹⁷

A disputa entre os grupos mencionados foi acirrada. Ortodoxos e heterodoxos buscavam elaborar uma arte engajada, comprometida com o povo e com a construção dos valores revolucionários, destinada a contribuir com a transformação social e política. A principal divergência entre a intelectualidade decorreu do conteúdo abordado por tal arte, de sua estética e da liberdade de expressão dos intelectuais. Os comunistas ortodoxos defenderam um projeto cultural similar ao implementado na União Soviética e

³⁹⁶ ROJAS, Rafael. *Anatomia do entusiasmo: cultura e Revolução em Cuba (1959-1971)*. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP; v. 19, n. 1, 2007, p. 75-76.

³⁹⁷ ROJAS, Rafael. *Anatomia do entusiasmo: cultura e Revolução em Cuba (1959-1971)*. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP; v. 19, n. 1, 2007, p. 76-77.

propuseram a adoção do realismo socialista como estética oficial da revolução, encarado como expressão capaz de atender as demandas sociais e satisfazer plenamente o caráter pedagógico exigido pelo governo revolucionário. O grupo de revolucionários heterodoxos negaram prontamente o realismo socialista como arte própria para a Revolução. Consideravam-no uma importação sem sentido que não atingiria o público, além de artisticamente pobre. Estes jovens revolucionários desejavam construir uma arte experimental e refundar a cultura cubana sem cair em dogmatismos, além de manter a qualidade da produção intelectual. Eles acreditavam no compromisso do escritor e do artista com a população, assim como reconheciam a necessidade do caráter social das obras, mas se negavam a submeter de maneira direta a arte à política. Ao mesmo tempo, “defendiam uma cultura socialista nacional e cosmopolita, com certa margem de autonomia diante do poder e desligada de rígidas formulações classistas e ideológicas”.³⁹⁸

Reconhecemos que o modelo interpretativo elaborado por Rafael Rojas apresenta suas limitações. Ele é demasiado rígido e determinista, não consegue perceber o trânsito dos intelectuais entre diferentes associações, os embates internos de cada grupo e a complexidade das relações pessoais no meio intelectual cubano. De fato, a proposta de Rojas não conseguiria explicar como indivíduos como Jesús Díaz e Tomás Gutiérrez Alea conseguiram trabalhar com Alfredo Guevara e, ainda assim, manter autonomia sobre sua produção. Da mesma maneira, não consegue explicar os dilemas e lutas de Haydée Santamaría, sempre crítica à ortodoxia. Apesar de seus problemas, o artigo de Rafael Rojas ilustra bem os principais conflitos e disputas no campo intelectual dos doze primeiros anos da Revolução.

Este primeiro período foi marcado por relativa liberdade de expressão, experimentação artística e imenso entusiasmo com as possibilidades surgidas com a Revolução. Entretanto, se os revolucionários saudavam os intelectuais que buscavam criar uma nova arte comprometida com a construção da sociedade revolucionária, pouco se tolerou seus opositores mais ferrenhos. Desde seu princípio, a Revolução foi marcada pela perseguição, prisão, julgamento, execução e desterro de grande parte de seus

³⁹⁸ ROJAS, Rafael. *Anatomia do entusiasmo: cultura e Revolução em Cuba (1959-1971)*. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP; v. 19, n. 1, 2007, p. 85. As obras de Sílvia Miskulin e Mariana Villaça traçam bem os debates e dilemas da intelectualidade cubana no período revolucionário. Miskulin se restringiu à década de 1960 e princípios de 1970, Villaça abordou também a política cultural do regime na década de 1980 e 1990 através do cinema, período pouco estudado no Brasil. Sobre o trabalho da autora, conferir VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema cubano: revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

inimigos. O ajuste de contas com a dissidência também se estendeu para o campo das artes e das letras, e logo editoras e jornais que se opunham ao governo foram censurados e fechados, como no caso de *El Diario de la Marina*, até então o jornal mais antigo de Cuba.

O primeiro choque entre os intelectuais e o governo foi a censura do documentário *P.M.*, dirigido por Alberto “Sabá” Cabrera Infante. Fundamentado no *free cinema* inglês, o documentário capturava as experiências cotidianas de cubanos comuns e humildes, passava pelos bares e pelo porto de Havana mostrando o clima festivo e sensual da noite da cidade. Sua forma e seu conteúdo geraram grande polêmica entre os revolucionários. Acusado de ser contrarrevolucionário, o documentário logo foi censurado e apreendido pelas autoridades em maio de 1961.³⁹⁹

Após grande repercussão, reuniões foram convocadas nos dias 16, 23 e 30 de Junho de 1961 na Biblioteca Nacional José Martí para resolver o caso. Durante o encontro, Carlos Franqui, Lezama Lima, Roberto Fernández Retamar, Lisandro Otero e Haydée Santamaría se opuseram à censura, ao passo que os comunistas ortodoxos Carlos Rafael Rodríguez, Edith García Buchaca e Alfredo Guevara, este último não ligado aos comunistas do PSP, pressionaram as autoridades para impedir que o documentário voltasse a circular. No fechamento do encontro, Fidel Castro efetuou o famoso discurso *Palavras aos intelectuais*, no qual apontava certas diretrizes para a política cultural da Revolução e os deveres dos intelectuais. A preocupação primeira do revolucionário seria a garantia da sobrevivência e do avanço da própria revolução. Os intelectuais poderiam manifestar-se desde que dentro e a favor da Revolução, corroborando os interesses desta e fundamentando-se nos sonhos e acepções do povo cubano. Aqueles que se opusessem à Revolução teriam problemas com o regime, que agora concedia a si próprio o direito de dirigir e controlar a produção cultural. Castro elogiou o Conselho Nacional de Cultura e o ICAIC, institutos que trabalhavam com certa proximidade com o regime. Por fim, Fidel afirmou: “Dentro da Revolução, tudo. Fora da Revolução, nada”.⁴⁰⁰

³⁹⁹ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura Ilhada*. Imprensa e Revolução Cubana (1959-1961). São Paulo: Xamã, 2003, p. 165-168.

⁴⁰⁰ CASTRO, Fidel. *Palabras a los intelectuales*. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f300661e.html>. Acesso em: 20/10/2012. Sobre o caso *P.M.* e a censura nos primeiros anos da Revolução, conferir MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 159-194.

Após a reunião, o governo decidiu criar a *Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba* (UNEAC), dirigida pelo poeta comunista Nicolás Guillén, responsável por coordenar o trabalho intelectual em Cuba. No mesmo ano, o suplemento *Lunes de Revolución*, defensor de *P.M.* e conhecido pela experimentação e pelo rechaço ao dogmatismo, foi fechado sob a alegação de escassez de papel. A resolução do conflito entre intelectuais e as autoridades evidenciaram a submissão da cultura à política e o condicionamento da liberdade de expressão às necessidades da Revolução.

Palabras aos Intelectuais estabeleceu um precedente para a censura e perseguição de intelectuais na Cuba revolucionária. No âmbito do jornalismo, o governo já havia exercido a censura, sobretudo sobre o jornal *Diario de la Marina*, e não concedia espaços às publicações de seus opositores. A apreensão de *P.M.* e o fechamento de *Lunes de Revolución* criaram uma nova relação entre as autoridades e os intelectuais, além de revelar os limites da tolerância com a produção cultural na ilha.

O discurso *Palabras aos Intelectuais* foi tratado pelos colaboradores de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* como evento fundador do autoritarismo no campo da cultura e ato que inaugurou o caráter ditatorial do regime.⁴⁰¹ Porém, o romancista Cesar Leante, nas páginas de *Hispano-Cubana*, alegou que até 1961 ainda existia liberdade em Cuba, momento da censura de *P.M.* Vários intelectuais se levantaram contra a censura ao documentário *P.M.* e ao fechamento de *Lunes de Revolución*. O autor elogiou o florescimento da arte e da cultura nacionais propiciados pela Revolução, mas criticou a censura e o cerceamento à liberdade de expressão que mancharam o esforço inicial das autoridades.⁴⁰²

Ao analisar o discurso *Palabras aos Intelectuais*, Leante percebeu que “*contra a Revolução*” não havia sido claramente definido pelas autoridades e serviu para cercear tudo que não se ajustasse à ortodoxia ou às exigências das autoridades.⁴⁰³ Jacobo Machover chegou à mesma conclusão ao afirmar que após o Caso *P.M.* e *Palabras aos*

⁴⁰¹ DÍAZ MARTÍNEZ, Manuel. Sufrir la historia: tarea de los poetas. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 9, invierno, 2001, p. 39-40.

⁴⁰² LEANTE, Cesar. La muerte de Lunes de Revolución. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 76 e p. 83.

⁴⁰³ Idem, p. 86.

Intelectuais não haveria mais a possibilidade de posicionamento crítico dentro da Revolução.⁴⁰⁴

O conflito geracional entre intelectuais no meio cultural da Revolução não apenas foi reconhecido por *Hispano-Cubana*, mas também lamentado. Para Francisco Morán, o processo revolucionário teria provocado uma divisão na cultura cubana. Intelectuais como Gastón Baquero, Virgilio Piñera e Lezama Lima foram afastados por colocar a arte acima da política e das contingências históricas. *Palavras aos Intelectuais* foi apenas um momento de confirmação e reforço desta lógica de marginalização de figuras públicas vistas como afastadas dos ideais revolucionários.⁴⁰⁵

O discurso pronunciado por Fidel Castro ainda foi interpretado como uma premissa que o governo deu a si mesmo para medir cada criação artística sob o prisma revolucionário e rechaçar as críticas dirigidas à Revolução. *Palavras aos Intelectuais* estabeleceu os precedentes para o endurecimento, mas ainda faltariam os procedimentos necessários para levá-lo a cabo.⁴⁰⁶

Passada a polêmica com o caso *P.M.*, prosseguiram debates sobre o intelectual e a produção cultural na ilha. O governo continuava a acreditar que a cultura era extremamente importante no processo de construção da consciência revolucionária e na transição socialista. As instituições culturais prosseguiram seu crescimento e a incentivar as publicações de intelectuais, o cinema cubano viveu seu momento de auge, as revistas e prêmios literários se multiplicaram e a *Casa de las Américas* ganhou projeção internacional e tornou-se uma das principais revistas culturais latino-americanas dos anos 1960. Ao contrário da leitura teleológica efetuada por alguns colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana*, o campo cultural manteve sua pluralidade e os embates entre artistas e escritores prosseguiram. O caso *P.M.* e o fechamento de *Lunes de Revolución* representaram um momento constrangedor de autoritarismo no meio intelectual, mas não implicaram no início de um processo generalizado de censura e repressão. Os intelectuais cubanos se aproveitaram do espaço existente para discutir a cultura nacional dentro da

⁴⁰⁴ MACHOVER, Jacobo. La memoria frente al poder. Escritores cubanos del exilio: Guillermo Cabrera Infante, Severo Sarduy, Reinaldo Arenas. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 38.

⁴⁰⁵ MORÁN, Francisco. La isla en su tinta. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 121-122.

⁴⁰⁶ LLÓPIZ, Jorge Luis. Otro premio para Antón Arrufat. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 20, primavera, 2001, p. 25-26.

proposta socialista vigente e a etapa entre 1959 e 1971 se conformou como um dos períodos de maior produção artística e intelectual da história de Cuba.

No ano de 1961, o governo cubano iniciou o estabelecimento de diretrizes para a produção cultural no país. Fundou-se o Conselho Nacional de Cultura, cujo objetivo era dirigir e centralizar as atividades culturais em Cuba.⁴⁰⁷ Se, por um lado, as novas instituições culturais davam condições para a produção de novas obras e a promoção de novos artistas, por outro, elas também serviram como instrumento de cooptação e controle da intelectualidade. Em *La política cultural de Cuba*, texto elaborado por Lisandro Otero para a UNESCO, o escritor observou que entre as funções da UNEAC estava a de “vincular as obras de escritores e artistas com as grandes tarefas da Revolução Cubana, fazendo com que esta se encontre refletida e estimulada nas ditas obras”.⁴⁰⁸ A partir deste momento, os intelectuais cubanos concorreram pelos espaços oferecidos pelo regime no campo da cultura, debateram intensamente o caráter da arte e da cultura revolucionária e lutaram pela definição dos parâmetros culturais a serem seguidos.

Em princípios dos anos 1960, os intelectuais revolucionários heterodoxos começaram a ocupar os espaços dos comunistas tradicionais e a deslocar para a margem os “intelectuais liberais”, taxados como demasiadamente moderados, conservadores e herdeiros da cultura burguesa. Suplementos como *Lunes de Revolución* e *Caimán Barbudo*, assim como a revista *Pensamiento Crítico* e o cinema de Tomás Gutiérrez Alea, obtiveram ampla repercussão no campo intelectual cubano e foram protagonistas de grandes polêmicas. Ao mesmo tempo em que criticaram os cânones da cultura intelectual cubana construídos por intelectuais ligados ao grupo de *Orígenes* e *Revista de Avance*,⁴⁰⁹ os intelectuais heterodoxos envolveram propuseram uma arte original, crítica à esquerda autoritária do Leste Europeu e revolucionária por estar comprometida com a transformação da realidade cubana. Rafael Rojas reconheceu que “na Havana dos anos 1960 podia-se sonhar com uma cultura crítica, refinada, que partilhasse os valores

⁴⁰⁷ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 34.

⁴⁰⁸ OTERO, Lisandro. *La política cultural de Cuba*. Paris: UNESCO, 1971, p. 38.

⁴⁰⁹ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 101-114.

socialistas da Revolução e, ao mesmo tempo, recusasse os impulsos totalitários da nova elite do poder”.⁴¹⁰

Dentro deste grande escopo de intelectuais revolucionários, o grupo liderado por Armando Hart, Haydée Santamaría, Alfredo Guevara, Roberto Fernández Retamar e Lisandro Otero, sempre em combate à ortodoxia marxista, venceu a disputa pela definição das políticas culturais. Atentos a uma estética que abastecesse as demandas simbólicas da Revolução, trataram também de controlar a dissidência de intelectuais experimentalistas e reprimiram aqueles que exerceram críticas mais severas ao governo. Estes intelectuais ocuparam as principais instituições culturais cubanas criadas durante o período revolucionário: Armando Hart foi designado Ministro da Cultura; Haydée Santamaría dirigiu a instituição *Casa de las Américas* e Roberto Fernández Retamar foi diretor da revista de mesmo nome; Lisandro Otero trabalhou com Hart no Ministério da Cultura, dirigiu o Canal 12, um dos principais meios de informação do regime, foi chefe de redação das publicações *Revolución* e *La Gaceta de Cuba* e dirigiu a revista *Revolución y Cultura*; Alfredo Guevara foi diretor do ICAIC. Muitos dos colaboradores de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* que não se exilaram logo após a vitória revolucionária, integraram esta disputa e, uma vez no exílio, continuaram a fazê-lo.

Os doze anos que separam a vitória da Revolução, em 1959, e o Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, em 1971, foram compreendidos de maneiras distintas pelas revistas *Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana*. Elas abordaram a complexidade do meio intelectual cubano dos anos 1960 e 1970, sua intrincada dinâmica, as disputas entre os vários grupos e a tensa relação entre os intelectuais e os políticos revolucionários. Estas análises observaram a importância do espaço de criação existente na Revolução Cubana, ao mesmo tempo em que apontou o seu progressivo fechamento e sua escalada de autoritarismo.

Ao mesmo tempo, os colaboradores viram a chegada dos rebeldes ao poder como prenúncio de um período certo de dogmatismo, censura e repressão. Os arroubos autoritários que acompanharam o desenrolar da Revolução seriam apenas consequências naturais e confirmações de um processo que teria em seu cerne um espírito antidemocrático. Ambas as publicações cruzaram uma compreensão do processo

⁴¹⁰ ROJAS, Rafael. *Anatomia do entusiasmo: cultura e Revolução em Cuba (1959-1971)*. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP; v. 19, n. 1, 2007, p. 83.

revolucionário, suas escolhas, dilemas e contradições, com uma leitura teleológica que viu o campo intelectual cubano fadado à repressão e censura, experiências que mereceram particular atenção das revistas.

O notável desenvolvimento cultural propiciado pelo governo cubano e pelos profundos debates entre uma intelectualidade com elevado grau de participação foi confrontado em diversas ocasiões pela coerção estatal e fechamento do espaço de discussão. Desde 1959, a política cultural cubana, assim como outros processos da Revolução, foi marcada por momentos de intensificação do controle e da opressão, seguidos de posterior abertura.

A partir de 1961, a produção intelectual cubana se viu envolvida em um progressivo endurecimento e radicalização do regime. No âmbito artístico, os intelectuais se afastaram do realismo socialista como estética apropriada para responder às demandas da Revolução, mas o conteúdo da arte revolucionária permaneceu em disputa. Se no que tange à criação cultural os intelectuais tinham espaço para experimentar, no plano político-cultural as autoridades cubanas se aproximaram da União Soviética. A agressão estadunidense e o baixo desempenho econômico na ilha permitiram que os revolucionários percebessem a experiência soviética, vigente então há mais de 40 anos, como uma possibilidade a se seguir. Grande parte dos intelectuais cubanos continuava a busca por um socialismo próprio, autônomo e independente, mas as autoridades caminharam rumo a uma experiência que se mostrava mais estável, especialmente após a morte de Che em 1967, e do desastre da Ofensiva Revolucionária iniciada em 1968.

As disputas no meio intelectual cubano pela arte revolucionária envolveram um acalorado e sensível debate sobre a liberdade de expressão do artista sob a Revolução. O conflito entre os intelectuais que defendiam a autonomia da arte, os intelectuais que buscavam atender as demandas artísticas mais urgentes da Revolução e as próprias autoridades revolucionárias nos permite compreender o processo da censura, da repressão e da escalada do autoritarismo no campo intelectual cubano. Se a forma e a estética encontravam liberdade para ser discutidas entre a intelectualidade, o conteúdo se tornou o cerne dos novos problemas. A Revolução demandava temas que pudessem contribuir para suas necessidades presentes. Os conflitos entre autoridades e intelectuais na década de 1960 surgiram a partir dos desencontros das expectativas de ambos.

Ediciones El Puente foi fechada em 1965. A editora possuía autonomia para publicar seus livros e as temáticas abordadas nem sempre estavam de acordo com as diretrizes da política cultural e não possuíam um compromisso explícito.⁴¹¹ No mesmo ano, surgiu o Partido Comunista de Cuba, resultado de uma fusão de organizações partidárias anteriores. Embora a institucionalização da Revolução fosse ocorrer apenas na década de 1970, o surgimento do Partido aponta para uma maior centralização das tomadas das decisões e o fortalecimento das hierarquias dentro do país. Vários dos colaboradores de *El Puente* foram perseguidos pelo governo e deixaram o país. Seu diretor, José Mario, foi enviado para uma *Unidad Militar de Apoyo a la Producción* (UMAP), um campo de trabalho forçado.⁴¹² O cantor Pablo Milanés e o escritor Calvert Casey também foram internados nas UMAPs por conduta “sexual imprópria”.⁴¹³

Envolvido nos intensos debates intelectuais, Jesús Díaz foi expulso de *El Caimán Barbudo*. O suplemento, criado para discutir a Revolução e abertamente comprometido com sua construção, manteve constantes críticas ao governo e foi mantido sob vigilância. Em 1967, um artigo publicado nele por Heberto Padilla iniciou um processo de ampla repressão e perseguição. O poeta recebeu uma solicitação para avaliar o romance *Pasión de Urbino*, de autoria de Lisando Otero, então vice-presidente do Conselho Nacional de Cultura. O poeta criticou arduamente a obra de Otero e desferiu ataques contra burocratas envolvidos nas instituições culturais. No mesmo artigo, Padilla elogiou a obra *Tres Tristes Tigres* de Cabrera Infante, exilado desde 1965. Os ataques aos funcionários do governo e o elogio a um exilado extremamente crítico ao regime enfureceram as autoridades cubanas. Jesús Díaz foi substituído em princípios de 1968 e limitou sua atuação ao Departamento de Filosofia da Universidade de Havana. Os outros membros da junta editorial de *El Caimán Barbudo*, da qual fazia parte Pío E. Serrano e Raul Rivero, foram direcionados para outras publicações.

Em 1968, *El Caimán Barbudo*, sob nova direção, retomou a polêmica. Padilla reafirmou suas críticas a Otero e deixou claro que não aceitaria se calar ou omitir em nome da Revolução, práticas reiteradas pelo dogmatismo marxista do Leste Europeu. O

⁴¹¹ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 89-90.

⁴¹² Trataremos das UMAPs mais à frente nesta dissertação.

⁴¹³ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 99.

poeta condenou ainda as UMAPs e acusou as autoridades cubanas de stalinismo.⁴¹⁴ Os editores criticaram abertamente a atitude polêmica de Padilla e concederam espaço para uma resposta de Lisandro Otero, que defendeu os funcionários do Estado e a política cultural do regime, considerada democrática.⁴¹⁵

Marginalizado no meio cultural de Cuba, Heberto Padilla e sua esposa foram presos em 20 de março de 1971 até 27 de abril do mesmo ano, quando redigiu uma autocrítica e confessou publicamente uma suposta conspiração contra a Revolução. O chamado Caso Padilha serviu para que o governo mostrasse aos intelectuais descontentes que não toleraria críticas e dissidências, além de reforçar os laços de amizade entre Cuba e União Soviética. Vários intelectuais latino-americanos e europeus que haviam assinado uma carta aberta pedindo a liberdade do poeta romperam publicamente com a Revolução.⁴¹⁶ O Caso Padilha encerrou a relação idílica entre as autoridades e grande parte da intelectualidade crítica.

O Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, realizado entre 23 e 30 de abril de 1971, constituiu um dos principais esforços da Revolução para conformação da política cultural. Inicialmente incumbido de elaborar propostas para a política educacional, o evento trouxe também um imenso debate acerca da política cultural e da definição das maneiras como intelectuais e jovens deveriam se portar. O Congresso estabeleceu uma normatização do comportamento da juventude cubana, reprovou as “extravagâncias” e buscou eliminar “desvios” com o objetivo de construir a consciência socialista na população.⁴¹⁷ A religião, a sexualidade explícita e a homossexualidade foram condenadas pelas autoridades cubanas como desvios e patologias.

A produção cultural também foi abordada e regulamentada nas resoluções do Congresso. A literatura e outras artes deveriam ser desenvolvidas pelas massas e para as massas, evidenciando um profundo desprezo pelas elites intelectuais. A liberdade de criação seria reafirmada, condicionada à Revolução e ao socialismo.⁴¹⁸ A arte e a

⁴¹⁴ Idem, p. 210.

⁴¹⁵ Idem, p. 215.

⁴¹⁶ Sobre a repercussão internacional do Caso Padilha, conferir COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa* (1958-2005). São Paulo: Alameda, 2013, p. 178-189.

⁴¹⁷ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução* (1961-1975). São Paulo: Alameda, 2009, p. 228.

⁴¹⁸ Idem, p. 231-232.

produção intelectual mais uma vez foram submetidas às necessidades imediatas das autoridades revolucionárias e consideradas secundárias em relação à política.

Em seu discurso no Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, Fidel Castro clamou que

Nós, um povo revolucionário em um processo revolucionário, valorizamos as criações culturais e artísticas em função de sua utilidade para o povo, em função do que colabora para o homem, em função do que colabora com as reivindicações do homem, a libertação do homem, a felicidade do homem.

Nossa valorização é política. Não pode existir valor estético sem conteúdo humano. Não pode existir valor estético contra o homem. Não pode existir valor estético contra a justiça, contra o bem-estar, contra a libertação, contra a felicidade do homem. Não pode existir!

Para um burguês, qualquer coisa pode ser um valor estético, que o entretenha, que o divirta, que o ajude a entreter seus ócios e seus aborrecimentos de vagabundo e parasita improdutivo. Mas esta pode ser a concepção para um trabalhador, para um revolucionário, para um comunista.⁴¹⁹

O Caso Padilla, divisor de águas entre o governo e grande parte da intelectualidade, e o Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura de 1971 foram tratados nas duas revistas como o ápice do autoritarismo cubano. Segundo Díaz Martínez, o evento em questão matou a intelectualidade democrática cubana, permitiu a existência apenas de intelectuais ligados ao regime e asfixiou o surgimento de uma oposição antitotalitária dentro de Cuba.⁴²⁰

As revistas conceberam a primeira metade da década de 1970 como o pior período da história intelectual cubana, um verdadeiro período de terror ideológico que assentou as bases para uma possível stalinização da vida e da cultura em Cuba.⁴²¹ Após o Primeiro Congresso de Educação e Cultura, iniciou-se uma fase da produção cubana caracterizada por profunda centralização dos intelectuais pelas instituições, censura e repressão, conhecida como *Quinquenio Gris*, termo cunhado pelo escritor cubano Ambrosio Fornet. Essa nova etapa da política cultural foi fundamentada na *parametrización* da produção intelectual, uma tentativa do governo de estabelecer parâmetros ideológicos e morais que

⁴¹⁹ Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1971/esp/f300471e.html>. Acesso em: 29/06/2015.

⁴²⁰ DÍAZ MARTÍNEZ, Manuel. Sufrir la historia: tarea de los poetas. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 9, invierno, 2001, p. 43.

⁴²¹ SANTÍ, Enrico Mario. Mi reino por el caballo: las dos memorias de Lisandro Otero. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, primavera-verano, 2000, p. 164-165.

direcionariam a conduta de escritores e artistas.⁴²² Em 1975, o Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba apelou explicitamente para que as obras de arte representassem a sociedade e a história combativa do povo cubano. A arte foi instrumentalizada para combater os inimigos do socialismo.⁴²³ A criação do Ministério da Cultura em 1976, ocupado em dirigir, orientar, controlar e executar a política cultural, contribuiu para maior centralização e patrulhamento ideológico do meio intelectual cubano. Para Eliseo Alberto, colaborador da *Encuentro*, o *Quinquenio Gris* representou o maior desastre político e cultural da Revolução, um período marcado pelo trabalho autoritário, paternalista e fechado à circulação de ideias.⁴²⁴

Campanhas de saneamento, expurgos e perseguições foram utilizadas contra intelectuais suspeitos de “conduta imprópria” ou “diversionismo ideológico”. O Departamento de Filosofia em que Jesús Díaz trabalhava foi dissolvido em 1971 e sua revista, *Pensamiento Crítico*, como já apontamos, foi fechada sob a acusação de diversionismo ideológico. Intelectuais homossexuais foram perseguidos por não se encaixar em moldes do governo revolucionário, perderam seus empregos e, muitas vezes, foram enviados para as UMAPS.

Ao longo da década de 1970, uma série de leis de cunho autoritário foi promulgada para garantir a adesão do cidadão ao modelo socialista em construção. Em 1971, chamado de Ano da Produtividade, foi instaurada a lei contra a vagância, destinada a integrar desempregados e marginais na força produtiva, assim como prevenir as faltas no trabalho. Em 1973, uma lei foi promulgada contra a homossexualidade, punindo com nove anos de prisão quem se mostrasse publicamente como homossexual. No ano de 1974, uma lei contra a propaganda inimiga foi anunciada e estabeleceu de três a doze anos de prisão para quem atentasse contra a ordem socialista, oralmente ou por escrito.⁴²⁵ A derrota da ofensiva revolucionária, a constante agressão estadunidense, a falha em construir um socialismo próprio, a aproximação com a experiência soviética e a incapacidade ou a falta de vontade em criticar os aspectos autoritários/violentos da cultura cubana e das práticas

⁴²² MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961- 1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 236.

⁴²³ “Resolución sobre la cultura artística y literaria”. In: *La lucha ideológica y la cultura artística y literaria*. Havana: Ed. Política, 1982, p. 97-98, *apud* MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961- 1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 246-247. Pío E. Serrano considera o *quinquenio gris* como um período mais longo que teria durado entre 1971-1989.

⁴²⁴ ALBERTO, Eliseo. Los años grises. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, verano, 1996, p. 34.

⁴²⁵ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 251.

políticas socialistas, constituíram um amálgama que originou o período mais opressor de um processo revolucionário que, em seus princípios, agregou e mobilizou as utopias libertadoras, principalmente do chamado “Terceiro Mundo”.

A historiografia sobre a política cultural cubana pouco abordou a década de 1980, normalmente encarada como período de abertura e de tentativa de descentralização da política cultural na ilha. Desde fins da década de 1970 a meados da de 1980, Jesús Díaz já havia lançado seus polêmicos filmes sobre o exílio cubano, *Cincuenta y Cinco Hermanos* (1978) e *Lejanía* (1985). No período, o diretor da *Encuentro* já havia sido reinserido nos círculos culturais cubanos e no Partido Comunista. Alfredo Guevara foi afastado do ICAIC e Julio García Espinosa, considerado mais democrático e popular, foi escolhido para liderar a principal instituição de cinema de Cuba. Mariana Villaza ponderou que os filmes mais críticos e contundentes foram produzidos neste período.⁴²⁶

A década de 1990, momento em que escreveram os colaboradores, foi marcada por ondas autoritárias e seguidos afrouxamentos. Após a crise do socialismo real, vários dos pilares que sustentavam a política cultural cubana acabaram por ruir. O realismo socialista, já descreditado, tornou-se definitivamente inviável e as tentativas de estabelecer contatos com a América Latina se arrefeceram, dada a crise das esquerdas no continente e a diminuição do ideário de integração, retomado apenas em fins da década com a ascensão de Hugo Chávez ao poder. A revista *Casa de las Américas*, tão importante nas décadas de 1960-1970, perdeu o prestígio que possuía antes, ao passo que o *Festival Internacional de Nuevo Cine Latinoamericano* diminuiu em importância em um ICAIC com profundas dificuldades financeiras.⁴²⁷ A derrota do socialismo, o avanço da globalização e a crise econômica, política e social em Cuba forçaram os intelectuais responsáveis pelo estabelecimento de diretrizes para a política cultural a alterar as diretrizes existentes.

O declínio do ideário marxista-leninista levou as autoridades cubanas a tentar recuperar os símbolos pátrios em detrimento do internacionalismo operário e guerrilheiro, buscando fortalecer o discurso nacional. Os ideais martinianos foram fortalecidos e a imagem da *pátria* ganhou força sobre o socialismo. Rafael Rojas afirma que a partir deste

⁴²⁶ VILLAZA, Mariana Martins. *Cinema Cubano: Revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 330.

⁴²⁷ Sobre o cinema cubano em fins da década de 1980 e princípios de 1990, conferir VILLAZA, Mariana Martins. *Cinema Cubano: Revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 323-386.

período o governo cubano resgatou as obras e o legado de intelectuais que morreram marginalizados, como Fernando Ortiz, Lezama Lima, Virgilio Piñera e Elisego Diego. Posteriormente, autores exilados como Jorge Mañach, Lydia Cabrera e Gastón Baquero também tiveram seus trabalhos publicados na ilha.⁴²⁸ Para Rojas, essa operação de recuperação encontrava sérios problemas. O regime e sua política de esquecimento e apagamento dos sujeitos no exílio teriam feito com que os cubanos do passado tivessem se tornado estranhos para os cubanos do presente.⁴²⁹

Intelectuais como Antón Arrufat, censurado e marginalizado ao longo das décadas de 1970 e 1980, foram premiados e tiveram novas possibilidades de se inserir na vida cultural da ilha. A produção artística encontrou um período de maior tolerância e autores como Pedro Juan Gutiérrez, Leonardo Padura e Antonio José Ponte divulgaram obras, publicadas por *Ediciones Unión* e *Letras Cubanas*, que fugiam do discurso oficial e encontraram grande repercussão na ilha. O cineasta Tomás Gutiérrez Alea estreou dois filmes extremamente críticos ao governo cubano, *Guantanamera* (1995) e *Fresa y Chocolate* (1993), criticando a permanência do subdesenvolvimento na Cuba revolucionária, a ineficiência da burocracia, a homofobia e a intolerância que marcavam os comunistas cubanos.

Encuentro de la Cultura Cubana e *Revista Hispano-Cubana* perceberam certa pluralização na política cultural e certa abertura ao debate ao longo dos anos 1990.⁴³⁰ *Encuentro* concedeu espaço para que Abel Prieto, Presidente da UNEAC, em 1996, elogiasse a nova política do regime, que teria deixado de lado preconceitos, distanciamentos e hostilidades em nome de uma arte alheia ao sectarismo e ao dogmatismo, além de elogiar as conquistas da Revolução no campo cultural.⁴³¹ Entretanto, os colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* desconfiaram da iniciativa adotada em Cuba. Cesar Leante acusou o governo cubano de executar uma nova estratégia para cooptar e domesticar intelectuais ao reconhecer as injustiças e desvios do passado.⁴³² Em *Encuentro*, Ricardo Alberto Pérez e Rolando Sánchez Mejías chegaram a conclusão

⁴²⁸ ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego. revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 16-17.

⁴²⁹ Idem, p. 39.

⁴³¹ PRIETO, Abel. Ser (o no ser) intelectual en Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, verano, 1996, p. 93-94.

⁴³² LEANTE, César. Nueva estrategia cultural cubana. *Revista Hispano-Cubana*. Madrid, n. 11, otoño, 2001, p.128.

semelhante: a abertura na política cubana contemporânea seria utilizada para apagar os erros e tendências negativas do passado e o trabalho de recuperação de autores no exílio só aconteceu com aqueles que não apresentaram algum diálogo crítico.⁴³³

De fato, o regime cubano alternou entre a tolerância e a repressão. Em 1991, o filme *Alicia en Pueblo de Maravillas*, cujo roteiro havia sido escrito por Jesús Díaz, foi censurado. Alfredo Guevara, mais centralista que Julio Espinosa, retornou ao ICAIC. No mesmo ano, Manuel Díaz Martínez, María Elena Cruz Varela, Raúl Rivero e outros sete intelectuais assinaram um documento chamado *Carta de los Diez*, no qual pediam ao governo o estabelecimento de um diálogo para encontrar uma solução para a crise cubana, a eleição para deputados da Assembleia Nacional por voto direto e secreto, a liberdade dos presos políticos, o fim das restrições para entrar e sair do país e a reabertura dos mercados camponeses. As autoridades cubanas, receosas de perder o controle em um país cada vez menos estável, tomou o documento como um ato de subversão e traição. Os autores foram agredidos simbólica e fisicamente pelos apoiadores do regime, perderam seus empregos e, posteriormente, partiram para o exílio, com a exceção de Raúl Rivero.⁴³⁴

Na ilha dos anos 1990, vários intelectuais buscaram uma solução à esquerda para a crise que havia se instaurado. O *Centro de Estudios sobre América* (CEA), fundado em 1964 e sediado em Havana, dirigido pelos economistas Julio Carranza e Pedro Monreal e dos sociólogos Haroldo Dilla e Aurelio Alonso, promoveu debates sobre as reformas em Cuba que não seguiam as propostas do governo. Descontentes com a possível perda do protagonismo, as autoridades cubanas logo efetuaram um expurgo dentro da instituição e cercearam os debates.⁴³⁵ Em vista do ocorrido, Marifeli Pérez-Stable questionou, em *Encuentro*, a capacidade do socialismo de produzir espaços profundos de discussão, mas reconheceu que não existiria uma homogeneidade total na ilha, assim como haveria maior espaço para tolerância nos anos 1990.⁴³⁶ O regime deixou claro que, embora tolerasse a dissidência no âmbito cultural, o engajamento político na esfera pública não seria aceito. A autoridade e legitimidade do poder estabelecido permaneceram inquestionáveis, assim

⁴³³ PÉREZ, Ricardo Alberto; SÁNCHEZ MEJÍAS, Rolando. Carta abierta. Ser intelectual en Cuba: ficción (o realidad). *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1996, p. 95-96.

⁴³⁴ Manuel Díaz Martínez trata do caso em DÍAZ MARTÍNEZ, Manuel. La carta de los diez. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1996, p. 22-30.

⁴³⁵ Sobre o CEA, conferir GIULIANO, Maurizio. *El Caso CEA: Intelectuales e Inquisidores en Cuba – Perestroika en la isla?* Ediciones Universal: Florida, 1998.

⁴³⁶ PÉREZ-STABLE, Marifeli. El caso CEA. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, otoño, 1998, p. 85-86.

como as discussões acerca das reformas na ilha seriam feitas exclusivamente pela cúpula do poder do Partido Comunista.

As revistas *Encuentro* e *Hispano-Cubana* alternaram uma narrativa acerca da política cultural cubana como progressiva marcha autoritária, já determinada e previsível no momento em que a Revolução chegou ao poder, com uma perspectiva que reconheceu as disputas, conflitos e contradições de cada momento, embates nos quais se envolveram grande parte de seus colaboradores. A análise serviu ao propósito de diminuir a importância da produção cultural revolucionária, de fato centralista e, muitas vezes, dogmática. Esta estratégia discursiva introduziu um elemento crucial no embate com as autoridades cubanas: a função do intelectual.

O problema foi abordado desde o princípio da Revolução pela intelectualidade cubana. *Lunes de Revolución* se envolveu bastante cedo nesta questão, destacando as visitas dos poetas Miguel Ángel Asturias e Pablo Neruda a Cuba como elementos de grande contribuição para o debate acerca do papel do intelectual na Revolução. Ángel Asturias sugeriu que o papel da intelectualidade em Cuba e na América Latina seria o de refletir acerca da realidade da região e ajudar a desenvolver a consciência revolucionária, sem, entretanto, submeter-se a qualquer cerceamento à liberdade de expressão.⁴³⁷

A viagem de Jean-Paul Sartre a Cuba reforçou este entendimento. A visita do filósofo francês foi motivo de grande alvoroço no meio intelectual cubano e obteve imensa repercussão em grande parte dos meios de comunicação. Um dos autores mais caros às esquerdas na década de 1960, Sartre demonstrou grande interesse e apoio à Revolução Cubana. Sua visita servia como forte elemento de legitimação não apenas para o processo revolucionário, mas também para o trabalho intelectual que se realizava ao redor deste processo.

Lunes de Revolución acompanhou a trajetória de Sartre em Cuba e dedicou seu espaço para a discussão de sua obra e pensamento. O filósofo afirmou que o escritor deveria ser testemunho da realidade revolucionária na qual estava inserido e criar uma arte comprometida com as principais questões de seu tempo. O escritor possuía a

⁴³⁷ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura Ilhada*. Imprensa e Revolução Cubana (1959-1961). São Paulo: Xamã, 2003, p. 122-123.

liberdade para escolher seu compromisso com a sociedade, mas esta também estaria em condições de cobrar dos intelectuais o seu comprometimento com a revolução.⁴³⁸

Se Sartre defendia o engajamento e o comprometimento do intelectual, tais compromissos deveriam ser feitos de maneira espontânea e livre; eles não poderiam estar calcados na imposição do Estado. O filósofo criticou duramente o modelo soviético, calcado na institucionalização de uma arte oficial, e sua relação com os intelectuais: o realismo socialista. Ressaltou que existia um conflito entre os dirigentes revolucionários e os intelectuais, apontando para o exemplo russo como exemplo a ser evitado.⁴³⁹ A noção de comprometimento estabelecida pelo filósofo ganhou espaço em Cuba como função do ser da literatura e da arte.⁴⁴⁰ A exigência pela produção de uma arte revolucionária estabeleceu os critérios de legitimidade do trabalho intelectual.

Após o fechamento de *Lunes de Revolución*, a revista *Casa de las Américas* tomou o protagonismo no debate. Em suas páginas, duas concepções ganharam destaque: a do intelectual como consciência crítica, no qual este se colocava fora da sociedade com o objetivo de detectar, analisar e denunciar seus problemas, configurando-se como um eterno rebelde e um incômodo para as classes dirigentes; e a do intelectual como organizador da sociedade, cuja função seria dirigi-la e defendê-la, incorporando os “homens políticos” como Fidel Castro e Che Guevara.⁴⁴¹ A partir desta perspectiva, a discussão girou ao redor do intelectual crítico e do intelectual colaborador. O primeiro modelo reafirmava seu compromisso com a Revolução, mas prezava pela autonomia intelectual e pela liberdade de expressão no campo artístico. O segundo concebia o comprometimento do intelectual não com a arte, mas com os homens. O intelectual revolucionário deveria contribuir com a construção da obra comum, não se constituir como voz crítica desta.⁴⁴²

Ao lado destes debates, iniciou-se em Cuba um fenômeno que Claudia Gilman definiu como *anti-intelectualismo*, caracterizado por um conjunto de valores negativos

⁴³⁸ Idem, p. 116-117.

⁴³⁹ Idem, p. 116-117.

⁴⁴⁰ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 146.

⁴⁴¹ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013, p.59-60.

⁴⁴² GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 159 e 161.

que considerava a tarefa intelectual inútil em si, inútil para o objetivo que desejava alcançar (a transformação da sociedade) ou que considerava que os intelectuais não estivessem dispostos a prestar um tipo de serviço que a sociedade exigia.⁴⁴³ Em 1965, Che Guevara publicou um texto que impulsionou esta reflexão sobre o intelectual, *O socialismo e o homem em Cuba*, no qual rechaçou o realismo socialista como estética da Revolução, mas questionou profundamente o posicionamento da intelectualidade na Revolução Cubana. Para o Che, os intelectuais estavam marcados pelo *pecado original*, não haviam lutado na guerrilha ou levantado armas contra a ditadura de Batista e, portanto, não eram autenticamente revolucionários. Estes indivíduos carregariam em si conflitos e concepções burguesas e, se permitidos, corromperiam a juventude cubana nascida dentro da Revolução.⁴⁴⁴

A partir de 1965, a intelectualidade foi colocada em questionamento, ao passo que os guerrilheiros, políticos e autoridades, considerados *homens de ação*, foram valorizados como verdadeiros arquitetos da sociedade revolucionária. O ato foi considerado superior à palavra. O espaço revolucionário passou a ser ocupado cada vez mais por dirigentes e seu espaço simbólico por guerrilheiros. Progressivamente, o intelectual foi marginalizado e a cultura, fundamental para a construção da Revolução em seus princípios, afastada. Este clima de anti-intelectualismo estigmatizou como burgueses e contrarrevolucionários todos aqueles que defenderam a especificidade da tarefa do intelectual e exigiram a liberdade de criação e crítica dentro do socialismo, sem se sujeitar ao poder político. Para o anti-intelectualismo, a literatura e a arte eram luxos que se devia renunciar porque, ao fim e ao cabo, para fazer a revolução só se necessitava de revolucionários.⁴⁴⁵

Dois renomados escritores, Roberto Fernández Retamar e Lisandro Otero, próximos de uma política cultural estatal cada vez mais exigente, tentaram conciliar a atividade intelectual com a tarefa revolucionária e superar o descrédito em que havia caído a intelectualidade. Em *Casa de las Américas*, Fernández Retamar recorreu a Antonio Gramsci como meio de romper com a concepção tradicional ligada à figura do intelectual. Na década de 1920, Gramsci argumentou que os intelectuais não conformam um grupo independente e completamente autônomo, criadores de cultura que intervêm na

⁴⁴³ Idem p.164.

⁴⁴⁴ GUEVARA, Ernesto Che. *O socialismo e o homem em Cuba*. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm; Acesso em: 30/06/2015.

⁴⁴⁵ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 181.

esfera pública com ideias ou opiniões desprovidas de interesses. Embora estes tomem para si um discurso que se apresenta como universal, a própria formação da intelectualidade nos processos históricos está relacionada a grupos sociais específicos e suas mensagens representam e dialogam com os mais diversos posicionamentos políticos.⁴⁴⁶ Gramsci cunhou o termo *intelectual orgânico* para descrever os intelectuais ligados a cada grupo social e que produzem uma cultura que responde às suas demandas. Retamar se apropriou da definição do filósofo italiano e a estendeu para o contexto de lutas pela libertação nacional na América Latina. Neste quadro, o intelectual deveria assumir o que estava subtendido em *Palavras aos Intelectuais* e em *O socialismo e o homem em Cuba*: sua função seria pensar e interpretar a Revolução, *servi-la* sem abandonar o olhar crítico.⁴⁴⁷

Lisandro Otero seguiu a mesma linha que Fernández Retamar. O escritor pregou que a função do intelectual era defender e assimilar a luta pela libertação nacional, além de libertar a si próprio de um exame crítico excessivo, teorização exagerada e imersão apaixonada em seus temas, especialmente em tempos turbulentos.⁴⁴⁸ Em resposta à Padilla, Lisandro Otero defendeu que o escritor poderia ser crítico e inconformista, desde que atuasse dentro da Revolução e contribuísse para a criação da nova sociedade.⁴⁴⁹ A concepção do intelectual crítico e de consciência da sociedade foi paulatinamente abandonada. O regime exigia colaboradores e encontrou em Lisandro Otero, Roberto Fernández Retamar, Alfredo Guevara e Nicolás Guillén intelectuais orgânicos dispostos a levar a cabo o programa cultural desejado. Otero deixou claro que, em Cuba, esperava-se que o artista conciliasse sua liberdade de expressão com o dever revolucionário.⁴⁵⁰

Em 1971, após uma década de disputas, o papel do intelectual revolucionário ficou bem estabelecido, regulado pelas autoridades e reforçado pelas instituições culturais. Descartou-se a noção do intelectual como consciência crítica da sociedade, tarefa incumbida à vanguarda revolucionária e ao próprio povo. O governo exigiu que os intelectuais respondessem às demandas da nova sociedade que se construía, estabelecidas

⁴⁴⁶ GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 8-23.

⁴⁴⁷ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa* (1958-2005). São Paulo: Alameda, 2013, p. 66.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução* (1961-1975). São Paulo: Alameda, 2009, p. 215.

⁴⁵⁰ OTERO, Lisandro. *La política cultural de Cuba*. Paris: UNESCO, 1971, p. 14.

pelas próprias autoridades. O compromisso político e ideológico com a Revolução se constituiu como função primordial, associado à missão de colaborar com a edificação do socialismo e extinção dos vestígios capitalistas.⁴⁵¹

O termo intelectual tal qual utilizado nas revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* traz, grosso modo, dois sentidos de natureza sociocultural: um descritivo e um normativo. O primeiro sentido define o intelectual como um produtor mediador cultural e transmissor de ideias, como escritores, jornalistas e artistas. A partir desse entendimento, todo indivíduo relacionado a atividades culturais é percebido como intelectual. Na *Revista Hispano-Cubana*, o intelectual foi tratado como um crítico cultural, um especialista, um escritor ou alguém ligado a uma atividade científica e profissional.⁴⁵² Ademais desta formulação objetiva, ambas as revistas trataram como intelectuais artistas de diversos campos de maneira aberta, sem demasiada reflexão sobre o uso do termo. Aqui, a noção de intelectual se aproxima daquela que o concebe como produtor e mediador cultural, tal qual está explícito em Gramsci.⁴⁵³ Esta abordagem *descritiva* da intelectualidade não conflitou com aquela produzida dentro da Revolução. Ela se limita a listar ou explicar as atividades que os intelectuais comumente adotam e não se preocupou em analisar a natureza de seu trabalho.

O segundo sentido se refere à noção de engajamento do intelectual na vida social e no espaço público. A partir do engajamento na esfera pública, os intelectuais seriam a voz da razão da sociedade moderna, os intérpretes de seu tempo e a consciência da nação, fatores que legitimariam sua atividade e opinião.⁴⁵⁴ Essa segunda concepção, de caráter propositivo ou normativo, buscou estabelecer *qual é* ou *qual deveria ser* o papel do intelectual e a função de sua obra. A perspectiva em questão propiciou profundos debates em *Hispano-Cubana* e *Encuentro* e atualizou as querelas existentes ao longo da década de 1960 entre os intelectuais revolucionários. Desta maneira, ao discutir o papel do intelectual, as revistas buscaram diminuir a legitimidade do discurso dos intelectuais

⁴⁵¹ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 232.

⁴⁵² FONDEVILA, Orlando. El intelectual enfermo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 5, otoño, 1999, p. 80; RISCO, Enrique Del. “La Gaceta de Cuba” 1995-1999. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 106; BAQUERO, Gastón. La cultura nacional es un lugar de encuentro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, verano, 1996, p. 4.

⁴⁵³ GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 8-23.

⁴⁵⁴ ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 9.

ligados ao regime e fortalecer sua própria agenda. A luta pela definição do intelectual se constituiu como um combate pelo que se poderia dizer acerca de Cuba e da Revolução. O intelectual, compreendido ainda como consciência crítica da sociedade, foi uma das chaves de validação do discurso político da oposição. Como veremos no próximo capítulo, o retorno ao passado serviu ao objetivo presente de atacar o governo cubano e legitimar um projeto político alternativo.

O intelectual gramsciano serviu à *Hispano-Cubana* e *Encuentro* como antítese do modelo a ser seguido. As revistas afirmam que este modelo seria o defendido pelo regime castrista após o desenvolvimento do processo revolucionário. Segundo seus colaboradores, o governo teria utilizado tal concepção para defender uma maior centralização e controle da produção cultural e intelectual da ilha, além do alinhamento da mesma com os princípios programáticos do partido revolucionário.

Para Ambrosio Fornet, a política de perseguição disseminada ao longo da *parametrización* serviu também para substituir a antiga intelectualidade por uma geração formada na pedagogia política pós-revolucionária. O objetivo era marginalizar intelectuais que prezavam pela autonomia de seu trabalho e pelo caráter crítico da palavra pública e substituí-los por indivíduos dóceis ao regime, menos contaminados pelo *pecado original*, comprometidos em atender aos pedidos das autoridades e glorificar a Revolução.⁴⁵⁵ A *Revista Hispano-Cubana* encarou os apoiadores da Revolução como oportunistas ou alienados. Os indivíduos que se alistaram para colaborar com a cultura oficial do regime teriam feito um “pacto diabólico”.⁴⁵⁶ Em *Encuentro*, o romancista José Prats Sariol condenou os intelectuais submissos ao regime e afirmou que “os fantasmas da anarquia são sempre preferíveis às medalhas e aos porcos da abjeção, da dupla moral, presente naqueles intelectuais carentes de autenticidade”.⁴⁵⁷

O modelo alternativo proposto pelos colaboradores de *Hispano-Cubana* e *Encuentro* passa pelo intelectual compromissado com valores universais e com a arte. As revistas retomaram uma concepção normativa e a função do intelectual, assim como na Revolução, ganhou um caráter moral. Enquanto escritor profissional, o compromisso

⁴⁵⁵ PADURA FUENTES, Leonardo. Tiene la carabina el camarada Ambrosio. *La Gaceta de Cuba*, n. 5, set.-out. 1992, apud VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema Cubano: Revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 272.

⁴⁵⁶ CORRALERO, Carlos. El jinetero. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 30-31.

⁴⁵⁷ PRATS SARIOL, José. Leído en La Habana. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1996, p. 94.

deveria ser com sua literatura e não com ideologias ou posturas políticas. Se tomada uma posição política, o compromisso não implicaria em obediência, mas em ser testemunho de seu tempo.⁴⁵⁸

Para *Hispano-Cubana*, o intelectual era alguém ligado a alguma atividade científica, profissional ou artística, decidido a pensar sobre os problemas mais gerais que afetam o homem. A sua função só poderia ser executada satisfatoriamente se o intelectual fosse livre, crítico e criativo, comprometido com a verdade. Outros compromissos, como aqueles assumidos pelos intelectuais revolucionários, constituiriam traição e suicídio intelectual.⁴⁵⁹

Encuentro de la Cultura Cubana formulou uma definição semelhante acerca da figura do intelectual e desqualificou aqueles ligados organicamente ao regime:

Se por intelectual se entende aquele homem que por meio da palavra intervém na vida cívica e cultura de seu país sem a mediação do Estado e sem que se coloquem obstáculos à sua liberdade de palavra, se torna muito difícil explicar sua presença em Cuba. A maioria dos “intelectuais” cubanos foram comprados com viagens, salários, postos de trabalho e outras compensações.⁴⁶⁰

As revistas criticaram duramente intelectuais que colaboraram com o regime cubano ou que apoiavam o governo cubano. Dentro da ilha, as revistas acusaram os intelectuais que colaboraram com o governo de covardes, oportunistas e mesquinhos.⁴⁶¹ No exterior, a atenção caiu especialmente sobre Gabriel García Márquez e José Saramago.⁴⁶² *Encuentro* atacou duramente o escritor português. No ano de 1998, Saramago recebeu Fidel Castro na cidade do Porto, afirmando que ele reunia todas as virtudes do povo cubano. Manuel Díaz Martínez redigiu uma indignada carta e defendeu que ao menos três milhões de cubanos no exílio discordavam da opinião de Saramago.

⁴⁵⁸ BERSTEIN, Ariel. Jorge Luís Borges – Júlio Cortázar. Literatura y política. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 11, otoño, 2001, p. 65.

⁴⁵⁹ FONDEVILA, Orlando. El intelectual enfermo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 5, otoño, 1999, p. 80-81.

⁴⁶⁰ PÉREZ, Ricardo Alberto; SÁNCHEZ MEJÍAS, Rolando. Carta abierta. Ser intelectual en Cuba: ficción (o realidad). *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1996, p. 96.

⁴⁶¹ DEPESTRE, René. Palabras de noche sobre Nicolás Guillén. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1996-1997, p. 66-76.

⁴⁶² García Márquez permaneceu ao lado da Revolução até a sua morte, em 2014. José Saramago rompeu com a mesma em 2003, após uma nova onda de autoritarismo e prisões na ilha. As declarações de ruptura de Saramago podem ser vistas em seu artigo “Hasta aquí he llegado”, em *El País*. Disponível em: http://elpais.com/diario/2003/04/14/internacional/1050271222_850215.html. Acesso em: 29/06/2015. Sobre o apoio de García Márquez, conferir COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa* (1958-2005). São Paulo: Alameda, 2013.

Díaz Martínez reforçou que os cubanos desejavam ser como o escritor português: livres, capazes de enfrentar o seu governo sem temer a repressão. O autor, de maneira irônica, implorou para que Saramago convencesse Castro a libertar seus prisioneiros políticos, a conceder a liberdade de imprensa e a respeitar os direitos dos cidadãos. Por fim, Díaz Martínez terminou seu texto com uma repreensão a José Saramago, uma repreensão que *Encuentro* estendeu a todos os intelectuais que abandonaram seu compromisso com a democracia e com a liberdade: “Fazem oitos anos, em Torino, lembra-se? Você me censurou por discutir com um cônsul português que estava em nossa mesa. ‘Manuel, com os cônsules não se discute’, me disse. É um bom conselho. Irei-te pagar com outro: José, aos ditadores não se elogia, chamem-se Salazar, Stalin, Pinochet ou Fidel Castro”.⁴⁶³ García Márquez não recebeu nenhuma crítica particular, mas sua proximidade com o poder sempre foi citada como fator de colaboração com o regime cubano.

Na *Revista Hispano-Cubana* esteve presente a mesma censura a Saramago e García Márquez. A revista os acusou de apoiarem o último ditador latino-americano e um regime totalitário de quarenta anos, questionando seu papel de intelectual por não se oporem ao governo. O manifesto de *Hispano-Cubana* veio acompanhado de uma definição acerca do dever do intelectual: criticar os poderes autoritários, trabalhar a favor do pluralismo e de uma cultura livre, compromissada com a literatura e com a arte autônoma.⁴⁶⁴

O cineasta Tomás Gutiérrez Alea, homenageado no primeiro exemplar de *Encuentro de la Cultura Cubana*, foi compreendido como um crítico do socialismo castrista, cuja obra expressou tolerância, lucidez e uma oposição a todas as formas de autoritarismo, além de representar os dilemas da intelectualidade.⁴⁶⁵ A revista tratou de recuperar seu legado intelectual, assim como de vários outros indivíduos alheios à ortodoxia e ligados à esquerda crítica. Gutiérrez Alea, maior cineasta cubano, engajou-se fortemente na Revolução Cubana e se envolveu nos debates acerca do papel do intelectual revolucionário. Seus filmes incorporaram os conflitos revolucionários e as demandas sociais de uma sociedade em profunda transformação, mas jamais deixaram de exercer a

⁴⁶³ DÍAZ MARTÍNEZ, Manuel. Carta abierta a José Saramago. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 11, invierno, 1998-1999, p. 148-149.

⁴⁶⁴ Manifiesto denuncia de escritores cubanos en el exilio. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, p. 165-166.

⁴⁶⁵ DÍAZ, Jesús. Tomás Gutiérrez Alea in memoriam. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, primavera-verano, 1996, p. 71.

crítica às autoridades e ao processo que a ilha passava. Gutiérrez Alea criticou duramente a burocracia cubana, além do machismo e da homofobia reiterada pela ideologia revolucionária. Até o fim de sua vida, em 1996, Gutiérrez Alea prezou por sua independência intelectual e, devido à temática de alguns de seus filmes, entrou em conflito com Alfredo Guevara, diretor do ICAIC.

A *Revista Hispano-Cubana* apresentou um posicionamento distinto: ainda que tenha homenageado intelectuais como Heberto Padilla, a revista criticou duramente a intelectualidade de esquerda, que não teria conseguido se reinventar depois da queda do Muro de Berlim e se recusava a aceitar o fracasso do comunismo. Ao invés disso, para a revista, os intelectuais de esquerda se dedicaram a denunciar a pobreza nos países em transição e a apontar as mazelas das democracias contemporâneas. Tal atitude rendeu uma forte censura por parte de Orlando Fondevila, pois desviava a atenção dos “verdadeiros problemas”: as ditaduras de esquerda ao longo da história e a sobrevivência do regime cubano.⁴⁶⁶ Por vezes, ao elencar a democracia como o valor mais fundamental, *Revista Hispano-Cubana* abandonou o princípio de justiça social e desprezou o igualitarismo enquanto valor defendido pela Revolução Cubana.

O modelo de intelectual crítico só poderia ser atingido caso a autonomia e a independência intelectuais fossem mantidas. Eduardo Labarca viu o confronto livre de ideias e a total independência dos participantes como requisitos básicos da atividade intelectual.⁴⁶⁷ O exílio foi compreendido como experiência capaz de garantir alguma forma de manutenção da liberdade de expressão e da autonomia.

Ao longo do segundo capítulo vimos as barreiras e dificuldades impostas pela condição exílica ao trabalho intelectual, entretanto, o exílio possibilitou uma fuga da repressão e da censura, exercidas diretamente por regimes autoritários, além de conceder notoriedade a alguns indivíduos e alavancar o alcance de sua produção. Jacobo Machover apontou que na história cubana essa prática seria recorrente, remontando a personagens importantes da história cubana, como Heredia e Martí. Após a Revolução, o exílio seria

⁴⁶⁶ FONDEVILA, Orlando. La máscara después del muro. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000, 25-31.

⁴⁶⁷ LABARCA, Eduardo. El no cubano. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, otoño, 1998, p. 31-32.

a única alternativa ao silêncio ou submissão.⁴⁶⁸ Já Lourdes Gil percebeu o desterro como um ponto de partida para a consciência, uma forma de se elevar a atividade crítica e de subverter a ordem.⁴⁶⁹

Entretanto, o exílio cubano impôs também barreiras de cunho político para os que se afastaram da ilha. Vários intelectuais que partiram para o exílio não foram bem recebidos pelos habitantes locais, pela comunidade exilada mais antiga e pelo mercado cultural. O caso dos *marielitos* cubanos é exemplar: publicamente denigrados dentro de Cuba, encontraram receio, desprezo e hostilidade nos Estados Unidos da América. Guillermo Rosales, um dos mais talentosos expoentes deste grupo, morreu na miséria, abandonado e com pouco reconhecimento. Fora de Cuba, os intelectuais se sujeitaram a novas regras de inserção nos meios acadêmicos, editoriais e nos círculos intelectuais. Indivíduos críticos à Revolução, mas afastados do *establishment* conservador de Miami comumente permaneceram marginalizados. Iván de la Nuez observou que o mercado editorial abriu grande espaço para a literatura cujo tema passava pelo exílio,⁴⁷⁰ mas o mesmo mercado apresentou limitações para incorporar o intelectual submetido a esta condição.

Nas revistas, existe uma valorização do intelectual exilado. Por haver rompido com o regime, ele foi tratado como indivíduo supostamente livre, desligado do poder e alheio à organicidade presente na intelectualidade revolucionária. A condição exílica lhe garantiria uma posição crítica e autônoma, além de possibilitar uma atitude de constante desnaturalização da sociedade. A partir desta premissa, o exílio (e o insílio) se torna a condição de existência do verdadeiro intelectual cubano. Nesta percepção, há um imperativo moral que o intelectual seja como um exilado, que consiga exercer a operação de desnaturalização de forma consciente. A condição de exilado seria o fator que lhe permitiria exercer o pensamento crítico.⁴⁷¹

⁴⁶⁸ MACHOVER, Jacobo. La memoria frente al poder. Escritores cubanos del exilio: Guillermo Cabrera Infante, Severo Sarduy, Reinaldo Arenas. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 40.

⁴⁶⁹ GIL, Lourdes. Tierra sin nosotras. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 8-9, primavera-verano, 1998, p. 166.

⁴⁷⁰ NUEZ, Iván de la. Registros de un cuerpo en la intemperie. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 12-13, primavera-verano, 1999, p. 131.

⁴⁷¹ MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M. Intelectuais no exílio: onde é a minha casa? *Dimensões*. Revista de História da UFES, vol. 26, 2011, p. 153.

O protótipo ideal de intelectual para *Encuentro de la Cultura Cubana* foi seu próprio diretor, Jesús Díaz. Após sua morte, a revista lhe dedicou uma homenagem por reunir “uma série de qualidades – romancista rigoroso, pensador da literatura e da política, cineasta polêmico, criador de revistas, guia de opinião – que o converteram em protótipo de intelectual público na segunda metade do século XX cubano”.⁴⁷² Além de elogiado por seu talento, Jesús Díaz foi exaltado pela sua lealdade à atividade crítica, pela independência intelectual e pelos valores que defendeu dentro da Revolução e no exílio. Os colaboradores de *Encuentro* reforçaram seu caráter de intelectual comprometido, disposto a construir, fustigar, acertar e errar.⁴⁷³ Regis Debray, intelectual francês que se envolveu intensamente com a Revolução Cubana na década de 1960, recordou do diretor de *Encuentro* como um indivíduo empenhado em combater o capitalismo desumano e as formas opressoras do socialismo, além de se opor ferozmente ao imperialismo estadunidense e ao regime de partido único em Cuba. Díaz teria defendido uma democracia verdadeira, controlada pelo povo e não pelo dinheiro e, até a sua morte, teria permanecido fiel à sua juventude revolucionária.⁴⁷⁴ Por fim, *Encuentro* reconheceu Jesús Díaz como intelectual que foi mais longe em sua autocrítica.⁴⁷⁵

Esta memória construída por *Encuentro* e pelo próprio Jesús Díaz de seu passado revolucionário, apaga parte de sua atuação intelectual durante a Revolução. Díaz se envolveu em várias polêmicas, disputou intensamente o campo cultural cubano e, apesar de seu caráter heterodoxo, contribuiu para a marginalização de outros grupos de intelectuais. A *Revista Hispano-Cubana* se ocupou de problematizar esta memória. Como mencionando no primeiro capítulo, o diretor de *Encuentro* teve importante papel na desconstrução de *Ediciones El Puente*, além de desqualificar a literatura que não considerava revolucionária. José Mario, diretor do grupo, acusou Jesús Díaz de contribuir com a limpeza ideológica e o definiu como um intelectual obediente ao governo, que defendeu ideias antidemocráticas e excludentes.⁴⁷⁶ David Lago González se somou ao

⁴⁷² A nuestros lectores. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 3.

⁴⁷³ NUEZ, Iván de la. El intelectual, el corazón y la piel. La carta que nunca te envié. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 41.

⁴⁷⁴ DEBRAY, Regis. Fiel a sí mismo. La carta que nunca te envié. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 95.

⁴⁷⁵ POMAR, Jorge A. Jesús, el cubano perfectible. La carta que nunca te envié. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 72.

⁴⁷⁶ MARIO, José. La verídica historia de Ediciones El Puente. La Habana, 1961-1965. *Revista Hispano-Cubana*, n. 6, invierno, 2000, p. 94-95.

coro para criticar a obra cinematográfica de Jesús Díaz, acusada de servir às pretensões do governo castrista.⁴⁷⁷

O volume de *Encuentro* dedicado a Jesús Díaz tentou, ainda que de maneira tímida, explorar os conflitos e contradições do intelectual que a fundou e que tomou como modelo. Iván de la Nuez afirmou que Díaz, antes do exílio, ocasionalmente defendeu a Revolução de maneira exaltada e assumiu posturas dogmáticas. Ao ser censurado e marginalizado, Jesús Díaz se transformou em vítima de uma maquinaria que ele próprio ajudou a criar.⁴⁷⁸ Da mesma maneira, Ambrosio Fornet, antigo amigo de Díaz, questionou seu compromisso com a liberdade de expressão e com a autonomia intelectual. Fornet não compreendia a razão do exílio do diretor de *Encuentro* e duvidou de seu argumento de que esteve cego à realidade cubana por mais de 20 anos após o Caso Padilla. O autor acreditava que qualquer intelectual que houvesse colaborado com o regime poderia retificar seu passado, mas Jesús Díaz não era um qualquer, mas um dos mais importantes e ativos intelectuais da Revolução.⁴⁷⁹

Os colaboradores da *Revista Hispano-Cubana* não deram ênfase a nenhuma figura específica de maneira a trata-la como intelectual modelo. A revista optou por transitar entre figuras públicas que se opuseram de maneira enfática ao governo castrista, como Más Canosa, Reinaldo Arenas e Guillermo Cabrera Infante,⁴⁸⁰ tidos como defensores da liberdade e da democracia, ou opositores do comunismo, como o Papa João Paulo II e Václav Havel.⁴⁸¹ Ademais, a revista elencou uma série de indivíduos que ocasionalmente foram enaltecidos por sua atuação intelectual.

⁴⁷⁷ LAGO GONZÁLEZ, David. Paseo de vida y muerte entre la tragedia y la pachanga, *Revista Hispano-Cubana*, n. 7, primavera, verano, 2000, p. 106.

⁴⁷⁸ NUEZ, Iván de la. El intelectual, el corazón y la piel. La carta que nunca te envié. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 40.

⁴⁷⁹ FORNET, Ambrosio. Jesús en la memoria. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, verano, 2002, p. 45.

⁴⁸⁰ GORTÁZAR, Guillermo. Jorge Más Canosa: In Memoriam. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 40-41; SÁNCHEZ, Juan Carlos. Entrevista a Guillermo Cabrera Infante. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 67-72.

⁴⁸¹ Os artigos que se referiram ao Papa ou a Václav Havel são: VARGAS LLOSA, Mario. La ditadura invisible. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 161; GIL, Lourdes. Padilla, las puertas falsas, los silencios. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 9, invierno, 2001, p. 41; GUERRA, Irene. Habla el disidente cubano Elizardo Sánchez. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 161; HAVEL, Václav. Discurso de Václav Havel, presidente de la República Checa en la Universidad Internacional de la Florida. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 14, otoño, 2002, p. 157-160. Václav Havel foi um intelectual tcheco envolvido na Primavera de Praga e, posteriormente, na resistência ao comunismo no Leste Europeu. Após o fim da União Soviética, Havel se tornou um importante anticomunista em escala internacional. Posteriormente, foi eleito o primeiro presidente da República Tcheca. Havel tornou-se paulatinamente uma figura importante em *Hispano-Cubana*, especialmente após o recorte temporal

Os colaboradores de *Hispano-Cubana* recuperaram ainda a figura de Félix Varela, sacerdote importante para o pensamento independentista cubano no século XIX e considerado um dos fundadores da nação. Tomado como modelo de intelectual, Varela foi tratado como indivíduo que buscava romper com a tirania das autoridades e defender a liberdade de pensamento.⁴⁸² A revista valorizou sua trajetória de enfrentamento ao poder político e resistência à pressão da Coroa Espanhola. Varela foi elogiado por falar o que pensava a maioria e por desafiar a censura.⁴⁸³ Aqui, a concepção de intelectual se desloca da concepção de consciência crítica para porta voz da maioria.

A oposição ao intelectual revolucionário, taxado como *orgânico*, serviu para que os colaboradores de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* representassem a si próprios como intelectuais autônomos, livres das amarras do poder político, capazes de produzir uma arte de melhor qualidade e mais crítica do que aquela elaborada pela Revolução. Se nos anos 1960 e 1970 a defesa da Revolução servia como meio de autolegitimação do intelectual perante seus pares e o mundo,⁴⁸⁴ no exílio a crítica à Revolução e aos intelectuais possuiu o mesmo efeito, especialmente a partir da crise da década de 1990. Ao se pretenderem autônomos, os intelectuais de *Hispano-Cubana* e *Encuentro* ignoraram em suas análises o próprio pertencimento a grupos opositores à Revolução. O fato de estar no exílio não isentou os intelectuais de se agruparem ao redor de organizações com objetivos políticos claros e não eliminou um caráter de organicidade de sua atuação.

As revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* incorporaram vários dos intelectuais que fizeram parte destas disputas. *Hispano-Cubana* concedeu espaço a alguns membros de *Ediciones El Puente*, como José Mario e Pío Serrano, que também transitou em *Caimán Barbudo*; Raúl Rivero, Cesar Leante e Manuel Díaz Martínez, também próximos à geração de intelectuais revolucionários heterodoxos. No mais, a revista trouxe intelectuais notadamente antirrevolucionários desde o princípio,

escolhido para esta pesquisa. Seus textos apareceram nos números 18 (duas vezes), 21, 25 e 28. O tcheco também trocou correspondências com Oswaldo Payá.

⁴⁸² CONRADO, P. José. El Padre Félix Varela: patria, virtud y piedad. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 114.

⁴⁸³ CONRADO, P. José. El Padre Félix Varela: patria, virtud y piedad. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 116.

⁴⁸⁴ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 44.

como Carlos Alberto Montaner; e escritores não cubanos que romperam com a Revolução ao longo de seu processo, como Mario Vargas Llosa.

Encuentro de la Cultura Cubana se aproximou ainda mais da geração de intelectuais de 1950. Fundada por dois deles, Jesús Díaz e Pío Serrano, a revista publicou textos de Raul Rivero, José Prats Sariol, Antonio Benítez Rojo, Antón Arrufat e Edmundo Desnoes. Da geração anterior a sua fundação, *Encuentro* recuperou o poeta Gastón Baquero, exilado logo no início da Revolução. Ademais, a publicação agregou uma nova geração de intelectuais formados ao longo das décadas de 1970 e 1980, como Rafael Rojas, Carlos Victoria, Iván de la Nuez, Emilio Ichikawa e Antonio José Ponte. Eventualmente, *Encuentro* concedeu espaços a intelectuais ligados ao regime, como Abel Prieto. Neste sentido, *Encuentro de la Cultura Cubana* construiu um espaço mais plural e heterogêneo que a *Revista Hispano-Cubana*.

As homenagens concedidas em cada exemplar de ambas as revistas indicam esta rede de sociabilidade intelectual que agrega autores de algumas gerações e posicionamentos políticos e exclui outros. Como afirma Alexandra Pita González, as citações e/ou menções a autores já mortos ou de gerações anteriores estabelecem verdadeiras genealogias intelectuais nas quais os atores do presente se posicionam temporariamente em processos de longa duração para legitimar sua posição.⁴⁸⁵ Em *Encuentro de la Cultura Cubana*, Maria Martha Luiza Cintra Rabelo calculou que 67 de seus artigos presentes nos primeiros 25 volumes se configuravam como homenagens, o que compôs cerca de 14,38% do total de artigos da revista. Como mencionado, vários exemplares de *Encuentro* dedicam homenagens a importantes intelectuais cubanos. Desta maneira, a revista recuperou indivíduos com os quais desejou construir uma identificação, geralmente ligados à geração de intelectuais revolucionários críticos à ortodoxia e adeptos de uma arte desvinculada do poder das autoridades ou silenciados em Cuba, como Tomás Gutiérrez Alea, José Triana, Virgílio Piñera, Heberto Padilla, Antón Arrufat, Antonio Benítez Rojo, García Vega e Jesús Díaz, além de homenagear escritores de uma geração anterior que se exilaram no princípio da Revolução, como Gastón Baquero e Fina García Marruz. *Encuentro* construiu, desta maneira, uma rede e uma identificação com

⁴⁸⁵ PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Las revistas culturales como fuente de estudios de redes intelectuales, p. 7.

intelectuais críticos ao dogmatismo, sem recorrer a um posicionamento claramente contrarrevolucionário.

A *Revista Hispano-Cubana* não dedicou exemplares a prestigiar sujeitos considerados importantes. Entretanto, ela elogiou ao longo de seus textos inimigos declarados da Revolução, como Jorge Más Canosa e o Papa João Paulo II, assim como intelectuais que participaram do processo revolucionário e se tornaram ferrenhos críticos, casos de Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante. A rede construída por *Hispano-Cubana* agregou, com poucas exceções, indivíduos declaradamente anticomunistas e anticastristas, defensores do liberalismo e do livre mercado. Intelectuais mais próximos às esquerdas permaneceram fora dos círculos de *Hispano-Cubana*.

Assim, os embates iniciados na Revolução Cubana se estenderam temporalmente e acompanharam os intelectuais que partiram para o exílio ou que permaneceram na ilha e mantiveram diálogo com os exilados. Como explicitado no primeiro capítulo, *Encuentro* foi alvo de críticas de *Hispano-Cubana*, ao passo que a primeira criticou o posicionamento dos grupos de exilados próximos aos conservadores de Miami e desqualificou a política externa do Partido Popular, patrono de *Hispano-Cubana*. José Mario encontrou em *Hispano-Cubana* espaço para criticar Jesús Díaz e os intelectuais de *El Caimán Barbudo*, assim como *Encuentro* publicou as desavenças de seus intelectuais como Abel Prieto e Lisandro Otero, além das querelas de Jesús Díaz com Aurelio Alonso. O exílio cubano foi e é um espaço de continuidade dos conflitos intelectuais e políticos que se estabeleceram ao longo da Revolução. O elevado número de cubanos no exterior e o crescente caráter transnacional da cultura cubana possibilitaram um intenso debate que transcendia as fronteiras de Cuba e dos países onde se localizaram os exilados e transformava a realidade de ambos.

Se a Revolução Cubana agregou ao redor de si uma rede intelectual latino-americana de esquerda em sua defesa e legitimação, especialmente na *Casa de las Américas*, o exílio e a dissidência interna cubana organizaram em *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* uma rede transnacional de oposição aos rumos tomados pela Revolução. Embora seu impacto tenha sido menor que o de revistas como *Casa de las Américas* e *Orígenes*, a *Encuentro de la Cultura Cubana* se configurou como uma das revistas culturais mais importantes da história de Cuba e conseguiu reunir grandes intelectuais em um diálogo crítico com o regime socialista. A *Revista Hispano-*

Cubana, cuja qualidade era bastante inferior à da *Encuentro*, reuniu alguns intelectuais de peso em suas condenações ao governo, mas seu principal feito consiste em haver se aproximado bastante da política externa oficial do governo espanhol e estabelecido contatos com importantes ONGs e instituições que se opuseram ao regime cubano.

O envolvimento com as disputas do meio intelectual cubano e as alianças criadas através das instituições que deram suporte às revistas contradizem o argumento da pretensa autonomia dos colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana*. Guillermo Gortázar, deputado pelo Partido Popular da Espanha e responsável pelo estabelecimento de relações com exilados e grupos de dissidentes dentro de Cuba, e Carlos Alberto Montaner, ligado a diversos grupos de inimigos da Revolução, defenderam incansavelmente os valores do livre mercado e da globalização. Gortázar respondia ainda a uma agenda interna espanhola, cujo objetivo era estabelecer uma política externa de pressão a Cuba para empoderar e projetar a diplomacia espanhola na Europa. *Hispano-Cubana* ainda concedeu importantes espaços para indivíduos ligados à Fundação Nacional Cubano-Americana e ao lobby conservador de Miami. O anticomunismo paranoico, a defesa do capitalismo e do catolicismo conservador impediu que muitos intelectuais da *Revista Hispano-Cubana* exercessem a crítica às mazelas da sociedade liberal e ao caráter excludente dos projetos de transição em Cuba.

Em *Encuentro*, a proximidade com o Partido Socialista Obrero Español, com a Fundação Ford e com a National Endowment for Democracy criou o mesmo efeito limitador. Os vínculos com a socialdemocracia europeia e a incorporação de intelectuais de esquerda permitiram a condenação aos extremismos de parte da oposição cubana e do próprio governo, mas cercearam a elaboração de uma alternativa à situação cubana situada à esquerda. Desta maneira, reforçaram um apoio crítico e, muitas vezes, relutante, à abertura da ilha ao capital internacional. Ao se associar a grupos com agendas políticas claras como forma de garantir notoriedade ou patrocínio financeiro para projetos, os intelectuais que fizeram parte da direção ou do conselho editorial de ambas as revistas abandonaram a pretensa autonomia que tanto defenderam.

Embora tenham defendido a autonomia da arte, *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* não abandonaram a perspectiva do compromisso político relacionado à figura do intelectual, fator que garantiu a legitimidade de suas críticas ao governo revolucionário. O retorno que fizeram à política cultural da Revolução serviu

para retomar os antigos conflitos presentes no meio intelectual e como forma de marcar as diferenças entre o intelectual no exílio e aquele que continua a colaborar com o regime, mas também fez parte de uma disputa pela história da ilha. No capítulo seguinte, abordaremos as leituras do passado revolucionário em um momento de crise da Revolução e como a história foi instrumentalizada para atacar o governo cubano, acusá-lo de “totalitário” e disputar o poder, simbólico e real.

4 – O fantasma totalitário: leituras do passado revolucionário e deslegitimação da Revolução

4.1 – *Encuentro de la Cultura Cubana, Revista Hispano-Cubana* e as leituras do recente passado revolucionário

O desmembramento da União Soviética e a ruína do socialismo real causaram gigantesco impacto entre a intelectualidade de esquerda. Para compreender o colapso da experiência socialista e seu significado para a história, os intelectuais revisitaram seu passado sob a luz do triunfo capitalista. Na América Latina, as duas décadas que se seguiram após o fim da experiência soviética foram marcadas pelo progresso do neoliberalismo e pela crise e posterior transformação de muitas das suas esquerdas. A luta armada há muito havia sido destruída como meio de chegada ao poder. A Queda do Muro de Berlim em 1989, a derrota dos sandinistas nas eleições de 1990, o desaparecimento da União Soviética e a crise da Revolução Cubana nos anos 1990 levaram as esquerdas latino-americanas a questionar o alcance e mesmo a viabilidade da revolução socialista. Muitos intelectuais ligados às esquerdas decidiram virar a página de sua história de lutas, ao passo que outros escolheram alterar as estratégias usadas para implementar as necessárias mudanças sociais. Frente ao avanço da globalização, do capitalismo e da miséria, parte das esquerdas latino-americanas percebeu seu passado revolucionário como uma etapa encerrada.⁴⁸⁶

Cuba, o bastião do socialismo nas Américas, afundou na pior crise de sua história e as transformações propulsionadas pelo governo para impedir o colapso da Revolução permitiram a expansão de vozes dissonantes dentro da ilha. Antigos opositores, indivíduos que romperam com a Revolução, e a nova dissidência interna, revisitaram o passado revolucionário e elaboraram uma narrativa distinta de uma versão oficial permeada por contradições instauradas pela crise e pelas reformas. Ao longo da década de 1990, ocorreu uma batalha pelo significado da Revolução, pelo seu legado e pelos símbolos pátrios.

Em seus discursos, Fidel Castro elencou insistentemente os pilares que legitimaram a Revolução: os avanços dos direitos sociais, o profundo igualitarismo e, principalmente, a liberdade, a autodeterminação e soberania nacional. Acerca dos

⁴⁸⁶ Ver: CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; MANSILLA, H. C. F. Perspectivas para el movimiento socialista en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 108, Julio-Agosto, 1990.

avanços sociais, o governo revolucionário se vangloriou das incriveis conquistas obtidas na educação, sobretudo a erradicação do analfabetismo e a expansão do ensino superior; do acesso à saúde, o incremento do número de médicos e o aumento substancial da expectativa de vida na cidade e no campo; de sua política de moradias e de controle das taxas de aluguel; e da democratização do esporte e da cultura. O discurso igualitário no qual se amparou a Revolução passou pela reforma agrária já prevista em seu programa inicial; pelo combate ao machismo e ao racismo, ainda que limitados; pelo acesso aos direitos sociais e pela política de remuneração equitativa. A tríade soberania nacional, autodeterminação e liberdade definitivamente foi o elemento mais forte na legitimação do governo revolucionário. A reafirmação do direito de gerir os assuntos internos que buscava destruir a conquistada independência do imperialismo, o combate à intervenção imperialista, o rompimento político com os Estados Unidos e o conflito permanente com este país serviram para que as autoridades mobilizassem o apoio popular contra o inimigo externo.

O Período Especial em Tempos de Paz⁴⁸⁷ desarticulou, em grande medida, a legitimidade da Revolução. O fuzilamento do General Ochoa por envolvimento em tráfico de drogas, em 1989, levou ao questionamento da idoneidade das autoridades, abalaram a moral revolucionária e privaram Cuba de um de seus heróis recentes. O desfileiro no qual a economia cubana foi lançada suscitou o desmanche de pilares da Revolução. A crise econômica privou o governo dos fundos necessários para manter as conquistas históricas da Revolução, ainda que as áreas da saúde e da educação tenham sido em parte preservadas a duras custas. As cidades e as moradias sofreram considerável deterioração e a crescente desigualdade social fez os cubanos duvidarem do caráter igualitarista do processo revolucionário. A proibição aos cidadãos cubanos de participarem nos investimentos internos em seu país e os privilégios concedidos aos turistas corroeram parte do discurso de autodeterminação, ainda que o governo tenha se esforçado em combater o inimigo externo e preservar a soberania em esfera internacional.⁴⁸⁸

A experiência revolucionária passou a ser alvo de novo questionamento. Ao mesmo tempo em que o grau de apoio à Revolução permaneceu alto e garantiu sua sobrevivência à crise e à agressão externa, cresceu também o número de descontentes. As

⁴⁸⁷ Sobre o Período Especial em Tempos de Paz, ver capítulo I.

⁴⁸⁸ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 325.

autoridades mantiveram o discurso que lhes conferia legitimidade e presentificaram as conquistas históricas do processo iniciado em 1953, com o assalto ao Quartel de Moncada. Muitos jovens que nasceram dentro do processo revolucionário não se identificaram com as conquistas de uma revolução que lhes apresentava penúria e desilusão em seu presente, ao passo que indivíduos que envelheceram junto com a Revolução passaram a ressignificar sua experiência perante um quadro crítico.

As expectativas criadas pelo processo iniciado em 1959 perderam grande parte de sua eficácia e abriram-se espaços para novas experiências. Como afirma Koselleck, as expectativas, como força motriz, produziram novas possibilidades às custas das realidades que se desvaneceram.⁴⁸⁹ Na Cuba dos anos 1990, a erosão de colunas essenciais ao discurso revolucionário permitiu a multiplicação de narrativas sobre o passado da Revolução. Sua apropriação por sujeitos de um tempo de intensa crise serviu para deslegitimar as autoridades cubanas e fundamentar alternativas políticas para a ilha, como veremos ao longo deste capítulo. A ressignificação do passado revolucionário em um presente de extremas dificuldades se fez em permanente diálogo com um novo horizonte de expectativas, um futuro presente e espaço que *ainda não é*⁴⁹⁰, marcado, no caso cubano, pela incerteza dos tempos que viriam em um mundo em rápida transformação e pelo desejo de solução da crise política e social que atravessava o país.

O manifesto *La Patria es de Todos*, de 1997, mencionado no primeiro capítulo, redigido por Roque Cabello, Bonne Carcassés, Gómez Manzano e Roca Antúnez, dispôs-se a analisar as propostas encaminhadas ao V Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado entre 8 e 10 de outubro do mesmo ano, cujo objetivo era estabelecer soluções para a crise. Grande parte do documento aprovado em outubro de 1997, pelo Partido Comunista, foi dedicado a uma análise da história cubana desde o ano de seu primeiro conflito pela independência, em 1868, ao momento atual. O documento afirmou o caráter anti-imperialista da Revolução Cubana, estabeleceu a mesma como herdeira de um processo iniciado por José Martí, reforçou os Estados Unidos como inimigo nacional, desqualificou a experiência da República cubana, exaltou as conquistas sociais da Revolução, defendeu a democracia socialista implementada ao longo dos anos e legitimou o Partido Comunista de Cuba como único partido político necessário e possível na ilha.

⁴⁸⁹ KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora Puc-Rio, 2006, p. 314.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 310.

Grosso modo, o V Congresso buscou reforçar a hegemonia do governo revolucionário ao ressaltar as transformações empreendidas pela Revolução.⁴⁹¹ Frente às imensas dificuldades do presente, atribuídas ao imperialismo e ao inimigo externo, as autoridades cubanas recorreram ao passado como instrumento de legitimação.

Os quatro assinantes do manifesto *La Patria es de Todos* questionaram a abordagem do Partido Comunista. Em primeiro lugar, trouxeram a necessidade de se discutir o presente a partir dele próprio e não legitimá-lo por feitos do passado. No manifesto, afirmaram que “o homem não pode viver de história. Necesita de bens, de satisfacer sua espiritualidade e de olhar para o futuro com expectativas e, sobretudo, de um espaço que conhecemos como liberdade”.⁴⁹² Além disso, repudiaram abertamente o uso de soluções do passado e a insistência no modelo socialista, ainda que reformista, e propôs a abertura econômica e um processo de transição rumo a uma democracia representativa. Os manifestantes afirmaram que “este passado que se pinta tão esplendoroso teria que servir para resolver a crise, porque todas estas conquistas, de todos estes feitos, já se fala desde a década de 1960. Isto quer dizer, ao aceitar tudo o que os comunistas alegam, que nos últimos 30 anos não se deu nada ao povo. Trata-se, pois, de um regime ancorado no passado, que vive no passado e em um passado bem remoto.”⁴⁹³

Entretanto, se existiu uma recusa à veneração do passado, houve também um retorno a ele e o questionamento dos postulados revolucionários. O embate pela história da Revolução é uma disputa pelo seu significado e por um meio de legitimar alternativas políticas para a ilha no presente. *La Patria es de Todos* refutou os usos do passado e questionou os elementos que legitimavam a Revolução em seu momento de crise. Os intelectuais que redigiram o manifesto criticaram a apropriação de José Martí, o uso da violência e as violações aos Direitos Humanos. Criticaram o desenho institucional cubano e duvidaram do caráter do apoio popular concedido ao governo, revalorizaram a experiência republicana de 1902-1958 e questionaram as conquistas da Revolução. O

⁴⁹¹ Documento do V Congresso do Partido Comunista de Cuba: El Partido de la unidad, la democracia y los Derechos Humanos que defendemos. Disponível em: <http://mhecnet.org/PCC5C.HTM>. Acesso em: 01/06/2015.

⁴⁹² Disponível em: <http://www.cubanet.org/htdocs/CNews/y97/jul97/07adoc1.htm>. Acesso em: 01/06/2015.

⁴⁹³ Disponível em: <http://www.cubanet.org/htdocs/CNews/y97/jul97/07adoc1.htm>. Acesso em: 01/06/2015.

passado, segundo os assinantes do manifesto, foi distorcido e manipulado pelos comunistas cubanos e, por isso mesmo, havia a necessidade de disputar sua interpretação.

Ao refletir sobre os chamados regimes de historicidade, François Hartog dedicou sua atenção às categorias que organizam as experiências individuais e coletivas em um recorte espacial e temporal. As relações e modos de articulação entre presente, passado e futuro determinariam a possibilidade das narrativas históricas e a limitação dos tipos de história feitos pelos indivíduos.⁴⁹⁴ Este capítulo não se dedica a avaliar as relações dos indivíduos com o tempo e as narrativas advindas destas, mas busca refletir sobre como grupos humanos tratam seu passado.⁴⁹⁵ Acreditamos que o exílio se constituiu como este elemento de organização da relação entre os indivíduos e o seu passado, especialmente em um momento de enfraquecimento do discurso revolucionário. Nosso objetivo é analisar as releituras do passado *a partir* do exílio e sua instrumentalização para combater o governo cubano.

A releitura do passado revolucionário não ocorreu apenas dentro de Cuba, mas também no exílio. A crise da Revolução e de seus símbolos renovou a crítica já presente entre os exilados, propiciou à mesma o reforço dos antigos ataques e a criação de novos argumentos de oposição ao governo cubano. Como discutido ao longo do segundo capítulo, o exílio representou um processo de ressignificação da experiência individual e coletiva que pode passar pela nostalgia e pela dor ou pela percepção de novas possibilidades que se abrem para aqueles que o vivenciaram. Como experiência e prática transnacional, o exílio impôs mudanças subjetivas e grupais, reavaliações sobre trajetórias e fatos ocorridos, assim como transformou constantemente o horizonte de expectativas.

A experiência passada foi comumente trazida à luz do presente e constantemente alterada em função das condições do presente. O exílio conservador cubano se valeu do delicado momento da ilha nos anos 1990 para trazer à tona um passado pré-revolucionário idealizado de maneira a demonizar todo o processo pós-1959, ao passo que o exílio progressista reconheceu certa legitimidade da Revolução e buscou criticá-la em suas transformações internas ao longo de seu processo. Ambas as narrativas culpavam a

⁴⁹⁴ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 39.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 28.

Revolução pelo desastre da última década do século XX e buscaram oferecer alternativas para superar as dificuldades.

Não se pode separar a descontinuidade, a rearticulação e a reinvenção presentes no exílio da ressignificação da experiência revolucionária feita pela dissidência cubana interna. A comunidade cubana exilada estabeleceu um conjunto de laços, posições em rede e organizações que conectaram indivíduos dentro e fora da ilha. Os intercâmbios entre os sujeitos que ocupavam espaços transnacionais geraram profunda alteração simbólica e cultural na sociedade cubana, promoveram a troca de experiências e criaram novas comunidades de sentido.

As revistas *Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* serviram como a ponte entre o exílio e a ilha, mas também como espaço de articulação da oposição ao governo cubano. Seus colaboradores dentro e fora de Cuba integraram o esforço de revisitar o passado nacional e disputar a narrativa histórica com o regime. Em entrevista, Jesús Díaz afirmou que uma das propostas de *Encuentro* era a de revisitar os mitos cubanos e sua própria história, seja aquela contada por Havana, seja por Miami. A revista não apenas pensaria os problemas atuais da ilha, mas também tentaria recuperar personagens e peças dispersas da cultura cubana.⁴⁹⁶ O diretor da revista opôs esta revisão do passado à leitura teleológica feita pelas autoridades que afastaria todos os elementos que não se adaptassem ao discurso político revolucionário, além de identificar a Revolução como a última etapa da história de Cuba.⁴⁹⁷

A *Revista Hispano-Cubana* apresentou uma percepção semelhante. Carlos Alberto Montaner elogiou a oposição cubana por resgatar “a história nacional do sequestro a que havia sido submetida pelos comunistas”.⁴⁹⁸ Seus colaboradores buscaram outras chaves de interpretação para a história de Cuba e criticaram o governo por utilizá-la com fins políticos e para sua legitimação. Para Orlando Fondevilla, Fidel Castro e os historiadores oficiais da Revolução distorceram e manipularam o passado, os símbolos e os personagens nacionais importantes do país, reescreveram a história e apagaram aspectos considerados inconvenientes para impor uma verdade que sustentasse o poder

⁴⁹⁶ MASPERÓ, François. Encuentro entre la isla y lo el exilio. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, otoño, 1998, p. 103.

⁴⁹⁷ DÍAZ, Jesús. Otra pelea cubana contra los demonios. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 205.

⁴⁹⁸ MONTANER, Carlos Alberto. El legado de Juan Pablo II. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 70.

do Estado.⁴⁹⁹ A história narrada pelo governo teria se transformado em propaganda totalitária e os intelectuais de *Hispano-Cubana* se dispuseram a reavaliar parte do passado do país.⁵⁰⁰

Ao denunciar a leitura do passado efetuada pelas autoridades cubanas, a oposição clamou para si uma abordagem supostamente neutra e objetiva. Entretanto, a disputa pela história e a construção de uma versão alternativa se constituiu como uma política intelectual da escrita, uma maneira de se investir o capital intelectual e simbólico com objetivos públicos. A recuperação da história pré-revolucionária possuiu uma finalidade política clara: frente ao presente em crise, e a partir da experiência do exílio, os intelectuais participantes de *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* recorreram ao passado para desconstruir os pilares sobre os quais o discurso das autoridades revolucionárias fundamentavam sua legitimidade para representar o povo cubano e governar a ilha, especialmente o desenvolvimento da economia, a educação e o acesso à saúde. Em *Hispano-Cubana*, a sessão *Crónicas desde Cuba* foi utilizada por jornalistas que descreveram a miséria e a pobreza na ilha, relataram a mazela dos serviços públicos e a descrença de parte da população na Revolução. Ao longo de todos os seus exemplares, *Hispano-Cubana* utilizou esta sessão para desconstruir o discurso revolucionário.

Carlos Alberto Montaner se propôs a fazer um balanço da Revolução Cubana a partir do quadro extremo em que se encontrava a ilha no Período Especial em Tempos de Paz. Para Montaner, regimes revolucionários como o cubano pretenderam iniciar uma nova etapa da história nacional e desprezaram um passado que buscaram obliterar. Analisar os feitos da Revolução e compará-los com dados anteriores seria, para o escritor, uma forma de colocar a história à prova.⁵⁰¹ Método semelhante foi utilizado por outros colaboradores em ambas as revistas.

Em seu artigo, Montaner pretendeu mostrar o empobrecimento da ilha e o fracasso do governo em desenvolver um país que em 1959 seria o terceiro mais rico da América Latina: “em toda história republicana do continente nenhum país empobreceu de uma

⁴⁹⁹ FONDEVILLA, Orlando. Lecturas torcidas de la historia. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 117-118.

⁵⁰⁰ AGUILAR LEÓN, Luis. La década trágica. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 99.

⁵⁰¹ MONTANER, Carlos Alberto. Castro y la Revolución Cubana. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, p. 64.

maneira tão intensa e brutal como o fez Cuba nas mãos de Castro.”⁵⁰² A independência e autossuficiência econômica que a Revolução pregou desde seus princípios foi minada não apenas pela aproximação com a União Soviética, mas também pela crescente necessidade de receber remessas de dinheiro dos exilados cubanos em Miami. A Revolução Cubana pretendeu romper os laços com seu vizinho ao norte, mas voltou a se tornar dependente.

Os colaboradores de *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* insistiram em apontar a instabilidade econômica da Revolução como sinal de seu fracasso. A desestruturação do setor açucareiro foi comparada a suposta pujança do período pré-revolucionário, no qual o comércio com os Estados Unidos garantia as divisas necessárias para o desenvolvimento nacional e para o bem estar da população. A esta imagem idealizada foram contrapostos o presente decadente, o passado recente de dependência com o bloco comunista e comércio restrito ao mesmo. O bloqueio estadunidense, um dos elementos cruciais para a intensificação da crise na ilha, foi minimizado em comparação ao mau desempenho da economia estatal.

Para os intelectuais que colaboraram com as revistas, a Revolução Cubana jamais conseguiu vencer a dependência do açúcar e viu esta fonte de renda declinar devido à falta de investimentos, desenvolvimento técnico e competição internacional. Após o desastre da economia açucareira, as autoridades optaram por retomar o turismo estrangeiro como meio de reestruturação econômica e o fracasso da economia açucareira, nos anos 1990, impulsionou uma tentativa de diversificação das atividades produtivas. A Revolução fracassou em suas promessas de superar o subdesenvolvimento, industrializar-se e romper a dependência externa, reforçada pelos acordos econômicos com a União Soviética. Entretanto, ela alterou drasticamente o quadro econômico e os meios de produção nacionais.

O exílio conservador exaltou o desempenho econômico de Cuba antes Revolução, mas jamais criticou a dependência estabelecida com os Estados Unidos da América. A economia açucareira oscilou durante o período republicano de acordo com a demanda estadunidense e o Estado cubano não tomou medidas no sentido de superar esta ligação orgânica entre os dois países. A Emenda Platt foi abolida em 1934, mas as relações comerciais permaneceram intocadas.⁵⁰³ Os revolucionários estabeleceram uma nova

⁵⁰² Ibidem, p. 64-65.

⁵⁰³ Adotada em 1903, a Emenda Platt foi um tratado estabelecido entre Cuba e Estados Unidos que garantia o direito à intervenção estadunidense nos assuntos internos da ilha. A Emenda foi inserida na constituição

dependência com seus aliados comunistas, mas romperam este tipo de relações com o país que ao longo de toda sua história contemporânea se portou como uma potência imperialista disposta a intervir em seus assuntos internos.

Se a Cuba republicana conseguiu entre 1902 e 1958 um importante avanço econômico, é bastante claro que ele não foi igualmente distribuído entre a população. A maioria das benesses obtidas por meio do comércio da cana se restringiu aos setores que possuíam as terras e as usinas utilizadas para produzir o açúcar e para parte das classes médias urbanas envolvidas nos setores de serviços. Ao contrário com este quadro, o modesto desempenho econômico da Revolução beneficiou a população de maneira mais igualitária. As terras expropriadas foram estatizadas e utilizadas por comunidades de camponeses que durante gerações não podiam desfrutar dos resultados de seus próprios trabalhos. Na década de 1990, a maioria destas terras foi transmitida para cooperativas de trabalhadores e finalmente os agricultores se tornaram donos de seus próprios meios de produção, ainda que a tutela do Estado revolucionário e certa centralização tenham limitado o processo de democratização do acesso à produção.⁵⁰⁴

Embora reconhecesse o avanço na área da saúde levado a cabo pela Revolução, a *Revista Hispano-Cubana* indicou a constante deterioração dos serviços oferecidos aos cubanos. Ainda que o acesso à saúde tenha aumentado, a crise econômica e de abastecimento e as más condições de trabalho e remuneração dos médicos cubanos comprometeram a qualidade da saúde pública. Para *Hispano-Cubana*, a República seria capaz de oferecer o mesmo incremento sem a necessidade do processo revolucionário.⁵⁰⁵

Em *Encuentro*, Antonio Guedes tratou a saúde pública cubana como uma das mais avançadas na América Latina, atrás apenas de Argentina e Uruguai, além de superar em qualidade a de países europeus como Espanha e Itália. A partir de estatísticas sobre mortalidade infantil, número de médicos e hospitais e taxas de óbitos relacionados a doenças, o autor conclui que Cuba não era um país subdesenvolvido e que caminhava em grande velocidade para sua maturidade econômica e social. Para o autor, a Revolução se

cubana. Os tratados posteriores entre os dois países incorporaram vários elementos da Emenda, sobretudo o direito de intervenção unilateral na ilha e a concessão de Guantánamo aos EUA. A Emenda Platt foi abolida em 1934 como parte da Política de Boa Vizinhança de Franklin Delano Roosevelt.

⁵⁰⁴ PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 306; GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 328.

⁵⁰⁵ MONTANER, Carlos Alberto. Castro y la Revolución Cubana. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, p. 65.

apoiou em uma condição já existente, manteve-se em silêncio sobre a privilegiada situação que havia encontrado e colheu os louros das conquistas.⁵⁰⁶

Este passado ideal ou promissor construído a partir do exílio foi contraposto à delicada situação de Cuba nos anos 1990. A má nutrição e a falta de vitaminas causaram uma epidemia de neurose ótica, a sífilis duplicou e a mortalidade de idosos devido à tuberculose também. A escassez de divisas para comprar remédios, a diminuição da capacidade de importação e o bloqueio estadunidense levaram à falta de medicamentos necessários para a manutenção dos níveis de saúde obtidos até então.⁵⁰⁷

O mesmo procedimento foi utilizado para desconstruir os avanços obtidos pela Revolução no campo da educação. Relativizou-se a erradicação do analfabetismo em Cuba, ao passo que também se questionou a qualidade e eficiência da educação estabelecida. A falta de materiais escolares e de papel para a impressão, assim como a restrição da internet, contribuíram para um declínio considerável das capacidades do sistema educacional cubano. Entre 1989 e 1995 o número de estudantes matriculados no ensino médio decaiu em 34% e no ensino superior em 50%.⁵⁰⁸ Desiludidos com o futuro e atraídos pela possibilidade do trabalho autônomo ou no setor do turismo, vários cubanos decidiram abandonar os estudos ou ingressar nas universidades.

Este discurso de relativização das conquistas da Revolução partiu do pressuposto de que a realidade da Havana pré-revolucionária se estendia para todo o país. A capital cubana e mesmo outras grandes cidades possuíam consideráveis níveis de vida e de desenvolvimento econômico, mas as áreas rurais não gozavam de tais privilégios. Cuba era um país extremamente desigual e seus camponeses viviam em situação de notável miséria e pobreza. A Revolução transformou profundamente o cotidiano no campo e deu acesso aos serviços básicos a milhões de indivíduos que historicamente foram marginalizados no país.

Ao tomar estatísticas que colocavam Cuba em um patamar superior a certos países europeus, os autores das duas revistas compararam situações distintas e ignoraram as

⁵⁰⁶ GUEDES, Antonio. La sanidad silenciada. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 250-259.

⁵⁰⁷ MESA-LARGO, Carmelo. Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 18, p. 19-39, 1998.

⁵⁰⁸ SILVA, M. A.; JOHNSON, G.; ARCE, A. M. A Revolução Cubana na encruzilhada: a crise dos anos 90 e as alternativas - elementos para um debate ignorado. *Sociedade e Território*, v. 24, 2012, p. 84.

especificidades nacionais no contexto da década de 1950. As nações que serviam como parâmetro de comparação, como Espanha, Itália e Grécia, passavam por um intenso processo de reestruturação após a imensa destruição causada pela Segunda Guerra Mundial e/ou por guerras civis. As estatísticas também ignoravam a profunda desigualdade existente entre Havana e o resto do país.

Mesmo sob condições de extrema penúria, o governo cubano conseguiu resguardar algumas de suas conquistas. A mortalidade infantil seguiu diminuindo, cerca de 9.4 para cada mil nascimentos no ano de 1995, valor semelhante ou inferior a de países que atingiram graus elevados de desenvolvimento na saúde pública, assim como a expectativa de vida. Acerca da educação, o analfabetismo foi de fato erradicado, o ensino é obrigatório por nove períodos e os trabalhadores cubanos são altamente qualificados: na indústria, um a cada quinze trabalhadores possui um diploma de graduação e a cada oito, um possui um diploma técnico.⁵⁰⁹

Percebemos que as revistas recorreram à experiência republicana anterior (1902-1958) como forma de se contrapor ao presente revolucionário. A experiência muitas vezes traumática do exílio possibilitou a construção de uma narrativa sobre um passado pré-revolucionário utópico. A perspectiva nostálgica presente na maior parte do discurso do exílio e uma leitura do passado com objetivos políticos claros idealizaram uma República como espaço por excelência da prosperidade, da vida democrática e tolerância política. Jacobo Machover, jornalista que contribuiu em *Hispano-Cubana*, assinalou que o exílio se apresentava como um culto ao passado.⁵¹⁰ O desejo de retorno a um tempo que não mais existia e de regresso a uma terra e modo de vida que se perderam, contribuíram para criar uma imagem sobre a República que apagou seus problemas, conflitos e contradições. Ao sonhar a pátria que deixaram para trás, muitos exilados minimizaram o racismo, a desigualdade de classes e gênero, a violência e a exclusão social, o autoritarismo e as perseguições políticas que marcaram a primeira república cubana.

A *Revista Hispano-Cubana* retomou especialmente esta visão e lhe adicionou uma perspectiva bastante conservadora. A ilha pré-revolucionária, segundo o colaborador

⁵⁰⁹ SILVA, M. A.; JOHNSON, G.; ARCE, A. M. A Revolução Cubana na encruzilhada: a crise dos anos 90 e as alternativas - elementos para um debate ignorado. *Sociedade e Território*, v. 24, 2012, p. 86.

⁵¹⁰ MACHOVER, Jacobo. La memoria frente al poder. Escritores cubanos del exilio: Guillermo Cabrera Infante, Severo Sarduy, Reinaldo Arenas. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 46.

Carlos Corralero, aparece como o lugar ideal. Cuba seria um país cristão, puritano e de puro amor, onde as famílias viveriam de forma humilde, honrada e harmônica.⁵¹¹ O oposto deste país descrito como perfeito seria a ilha da década de 1990, marcada pela violência, ilegalidade e imoralidade.⁵¹²

Mesmo Jesús Díaz, revolucionário convicto por mais de 30 anos e eterno crítico do lobby conservador de Miami, corroborou esta construção. A vigésima quarta edição de *Encuentro* homenageou a República cubana de 1902-1959 e Díaz idealizou o período republicano da ilha:

O certo é que a República partiu de uma realidade terrível em 1902 e, como provam vários trabalhos que publicamos, em 1959 a Cuba republicana estava situada não somente entre os primeiros países da América Latina em muitos dos principais indicadores de desenvolvimento econômico, social e cultural, mas também superava em alguns a países europeus como Espanha, Portugal, Grécia ou a própria Itália. A Cuba republicana era uma nação que acolhia imigrantes – espanhóis, chineses, judeus, árabes, italianos, jamaicanos, haitianos –; a Cuba atual, ao contrário, há anos e anos é uma fonte inesgotável de exilados que emigram para os mais diversos países com a esperança de encontrar o que o nosso próprio lhes nega.⁵¹³

E a mesma operação prossegue:

[...] nos anos cinquenta Cuba ocupava o segundo lugar entre os países latino-americanos em relação ao PIB, superada apenas pela Venezuela, país que gozava do efêmero *boom* do petróleo, e onde a divisão dos bens era muito mais desigual que em Cuba. Até o Partido Socialista Popular (antigo Partido Comunista cubano), propício, como todos seus correligionários, a anunciar a derrubada definitiva perante cada oscilação, viu a necessidade de redigir uma resolução em plena ditadura de Batista segundo a qual existia em Cuba uma crise política, mas não podia se falar de uma crise econômica. Os que ainda hoje falam da *época americana* não sabem que a economia cubana de então dependia menos da norte-americana do que depois da Revolução dependeria da soviética, que a maioria das indústrias açucareiras estava em mãos cubanas e que um dos maiores males da economia, a monocultura, passou a ser um mal menor em comparação com a dependência do açúcar da época castrista. [...]

Em relação ao analfabetismo, naturalmente existia, mas muito menos do que gostariam os que necessitam de um passado pré-revolucionário

⁵¹¹ CORRALERO, Carlos. El jinetero. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 32.

⁵¹² GARCÍA, Iván. Los chicos de la esquina. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 20-21.

⁵¹³ DÍAZ, Jesús. Introducción. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 6.

subdesenvolvido. De fato, Cuba foi um dos países mais alfabetizados da América, superado apenas por Argentina e Uruguai.⁵¹⁴

Segundo esta perspectiva, a Revolução teria destruído uma Cuba acolhedora, próspera e desenvolvida: “Para mim, evocar a República é relembrar um país em que nada me impediu de ser digno, e até feliz, em minha pobreza”.⁵¹⁵ Em seu lugar teria estabelecido um regime ditatorial e mantido a ilha em extrema pobreza. A crise dos anos 1990 foi estendida ao passado de maneira a denegrir a imagem do processo revolucionário.

Enquanto os colaboradores da *Revista Hispano-Cubana* abraçaram esta imagem idealizada, com poucas críticas à sociedade pré-revolucionária, os intelectuais que escreveram em *Encuentro de la Cultura Cubana* alternaram a nostalgia e a idealização com a revalorização crítica da República. O exemplar dedicado a esse debate relativizou a deslegitimação efetuada pelo discurso oficial e, ao mesmo tempo, revalorizou de maneira crítica a experiência republicana. Velia Cecilia Bobes questionou o caráter “democrático” da República e argumentou que ela representava apenas a “oligarquia” e os “caudilhos”. A democracia era mais um valor a ser alcançado do que uma realidade e a cidadania encontrava no desenho institucional e nas práticas políticas disseminadas um obstáculo para se constituir.⁵¹⁶ Mesmo a Constituição de 1940, tão prezada pelos opositores do regime e que ampliou os direitos dos cidadãos, não conseguiu garantir o funcionamento adequado das instituições e nem exterminar a violência política e o personalismo.⁵¹⁷

Ao constatar um suposto caráter ideal desta República, construído pelos opositores do governo, Enrico Mario Santí propõe uma pergunta: como o exílio cubano poderia pensa-la positivamente? Se a República não fosse tão instável, corrupta e violenta, a revolução do Movimento 26 de Julho não teria espaço para tomar forma.⁵¹⁸ A República e a Revolução deveriam ser pensadas juntas, uma vez que a segunda foi

⁵¹⁴ DÉS, Mihaly. La isla continental: la Cuba que vi fuera de Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1996, p. 98-99.

⁵¹⁵ MARTÍNEZ DÍAZ, Manuel. Ah, la República! *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 147.

⁵¹⁶ BOBES, Velia Cecilia. Democracia, ciudadanía y sistema político. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 228-229.

⁵¹⁷ Ibidem, p. 232.

⁵¹⁸ SANTÍ, Enrico Mario. Sobre la Primera República. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 228.

construída sobre a profunda frustração, por grande parte da população cubana, com a primeira.

As críticas à história oficial em *Hispano-Cubana* e *Encuentro* e a revalorização do período republicano abriram espaço para duas leituras acerca do processo revolucionário. A primeira compreende a Revolução como um mal primordial, ao passo que a segunda reconhece a legitimidade do processo revolucionário e critica o autoritarismo existente nele. Mais presente na *Revista Hispano-Cubana*, esta percepção viu a chegada dos revolucionários ao poder e o posterior desenvolvimento da Revolução como uma tragédia na história cubana, como a fonte de todos os problemas presentes na ilha. Já consagrada pelo exílio conservador, esta leitura do passado compreende a história revolucionária como uma marcha contínua para o estabelecimento de um regime ditatorial.

Nesta perspectiva, a Revolução não apenas derrubou a ditadura de Fulgencio Batista, mas também destruiu a República. Para a revista, a partir de 1 de janeiro de 1959, iniciou-se um período de “39 anos de votações unânimes, partido único, opiniões sem discordância e censura total para as ideias discrepantes”.⁵¹⁹ O historiador Moreno Friginals comparou a produção açucareira do período republicano e revolucionário e qualificou a história cubana contemporânea como um período de quarenta anos de decadência.⁵²⁰ A Revolução foi encarada de maneira linear e monolítica, pois em seus princípios já estariam colocados os elementos da ditadura que ela viria se tornar. Em *Hispano-Cubana*, a história da Cuba pós-Revolução se resumiu à tensão e luta constante entre o povo cubano e um poder “totalitário”.⁵²¹

Segundo Luis Aguilar León, um traço totalitário já poderia ser visto durante a fase da guerrilha. O Movimento 26 de Julho teria tomado para si a proeminência da luta contra a ditadura de Fulgencio Batista e centralizado a resistência. Para o autor, o M-26-7, enquanto movimento de vanguarda, impôs suas concepções e sua agenda política a outros grupos opositores ao regime ditatorial. Logo após a chegada ao poder, os comunistas

⁵¹⁹ GARCÍA, Iván. La Revolución del Papa. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 66.

⁵²⁰ MORENO FRAGINALS, Manuel. 40 años: crónica de una decadencia. *Revista Hispano-Cubana*, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 27. Em *Encuentro de la Cultura Cubana*, Jesús Díaz disse algo semelhante, ao afirmar que a Revolução foi uma etapa de decadência que durou quarenta anos. DÍAZ, Jesús. Las responsabilidades de David. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 8-9.

⁵²¹ Editorial. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 13, primavera-verano, 2002, p. 5.

ganhariam importância e Fidel Castro teria finalmente conquistado a hegemonia absoluta.⁵²² Para reforçar esse discurso, a revista recuperou um pronunciamento de Rafael Lincoln Díaz-Balart na Câmara dos Representantes, em maio de 1955, acerca da anistia concedida a Fidel Castro.⁵²³ Em seu discurso, o então deputado se opôs de forma enfática à anistia de Fidel e acusou o revolucionário de fascista, ladrão, assassino e psicopata. Se liberto iniciaria um processo sangrento em Cuba e, caso chegasse ao poder, instalaria uma ditadura.⁵²⁴

Esta interpretação do passado possuía profundas conexões com o posicionamento político dos primeiros exilados pós-1959, a chamada linha dura de Miami. Banidos de um país no qual detinham o poder e expropriados de seus imensos latifúndios e complexos açucareiros, esses exilados demonizaram o governo que lhes tratava como inimigos. A nostalgia, o desejo de retorno e a virulência contra aqueles que consideravam responsáveis por sua desgraça marcaram a memória e a narrativa histórica da oposição cubana conservadora fora da ilha. Aqueles que se opuseram de maneira extrema ao regime muitas vezes compartilharam desta análise, assim como alguns indivíduos que passaram por experiências traumáticas em Cuba ou no exílio.

Tal visão ainda desprezou o desenvolvimento e as transformações da Revolução, seus conflitos internos e os embates por sua definição. Com o intuito de desqualificar as autoridades revolucionárias, há uma presentificação dos problemas surgidos no passado da Revolução e uma transferência das dificuldades da década de 1990 para todo o processo revolucionário. Ao perceber a Revolução como um mal primordial, os exilados estabeleceram o ano de 1959 como marco fundamental, um momento de ruptura no qual se iniciaria um período de decadência. Nesse sentido, eles reforçaram a ideia de que havia uma continuidade entre os princípios da Revolução e a crise dos anos 1990.

A segunda interpretação do passado revolucionário é mais intrincada que a primeira. Ela reconhece a legitimidade do processo iniciado em 1953 para derrubar a

⁵²² AGUILAR LEÓN, Luis. La década trágica. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 111; AGUILAR LEÓN, Luis. La década trágica. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 114.

⁵²³ Rafael Lincoln Díaz-Balart foi um político cubano que fundou o primeiro movimento anti-castrista em Cuba em 1959, *La Rosa Blanca*. Exilou-se na Espanha, onde educou seu filho Lincoln Rafael Díaz-Balart, que, por sua vez, emigrou para os Estados Unidos. Após conseguir a cidadania estadunidense, entrou para as fileiras do Partido Republicano e foi eleito Deputado. Enquanto esteve no Congresso, valeu-se de sua posição para apoiar o lobby conservador cubano-americano e hostilizar o governo de Fidel Castro.

⁵²⁴ DÍAZ-BALART, Rafael L. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 167-168.

ditadura de Batista, valoriza o ímpeto libertador da Revolução e suas tentativas de superar o subdesenvolvimento, mas critica a duração do processo revolucionário, a violência, a repressão e a adoção de elementos autoritários. Tal interpretação foi criada por intelectuais que contribuíram para a construção da Revolução, trabalharam nas instituições culturais do regime ou que se formaram sob a educação revolucionária e que posteriormente partiram para o exílio. Essa leitura tenta, portanto, pensar criticamente o processo revolucionário.

Esta segunda percepção se mostrou mais presente entre os colaboradores de *Encuentro de la Cultura Cubana*. Seu projeto editorial, mais progressista que o da *Hispano-Cubana*, defendeu as conquistas revolucionárias sem se esquivar da crítica ao regime. Ainda que a visão da Revolução Cubana como tragédia construída ao longo da história exista nas páginas de *Encuentro*, sob a direção de Jesús Díaz a revista buscou historicizar o processo revolucionário e estabelecer os momentos de legitimidade da Revolução.

Essa interpretação, elaborada por intelectuais de *Encuentro* e um de *Hispano-Cubana*, Pío E. Serrano, valorizou a primeira etapa da Revolução, a qual definiu como uma revolução verdadeira e estabeleceu como marco legítimo o período entre 1959-1968. Eliseo Alberto listou uma série de derrotas da Revolução que teriam culminado no colapso da utopia revolucionária: o assassinato do Che em 1967, o fracasso da safra dos dez milhões em 1970 e o Primeiro Congresso de Educação em 1971.⁵²⁵ Entretanto, o poeta viu o início da Ofensiva Revolucionária, em 1968, como marco final da revolução. Segundo Pío Serrano, o estabelecimento de uma economia planificada, o fim do comércio particular e da propriedade privada e o cerceamento da iniciativa individual teriam eliminado a ordem republicana que a Revolução pretendeu restaurar e o espírito reformador de seus princípios.⁵²⁶ O período que se seguiu, marcado por maior intolerância política, perseguição ideológica e censura intelectual, teria sido o maior desastre político e cultural do processo revolucionário. De maneira semelhante, Elizardo Sánchez Santacruz lamentou a tragédia de uma revolução que possuía profundo apoio popular e

⁵²⁵ ALBERTO, Eliseo. Los años grises. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, verano, 1996, p. 34.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 35.

enorme força reformadora, mas que havia optado por adotar o modelo autoritário soviético.⁵²⁷

Rafael Rojas refletiu acerca das reformas feitas pelo governo cubano na década de 1990 e questionou o desejo de mudança das autoridades. Para o historiador, as ditas reformas serviriam apenas para sustentar o regime. Cuba viveria em um limbo, entre uma Revolução que *já foi* e uma reforma que *ainda não é*.⁵²⁸ Seu argumento se fundamentou na ideia de que as revoluções não podem ser eternas e que uma vez esvaziado o entusiasmo original, elas só podem sobreviver na retórica das elites.

Rojas defendeu que a Revolução Cubana morreu em 1968 com o início da Ofensiva Revolucionária, quando se iniciou a escolha de um modelo de socialismo ortodoxo, próximo ao soviético, em detrimento de uma alternativa nacional e autônoma, especialmente após o fracasso da Safra dos Dez Milhões.⁵²⁹ Após a queda do entusiasmo dos anos 1960, a Revolução buscou criar instituições para substituí-lo e consolidar suas transformações.

Para Rojas, neste momento se deu um grande direcionamento político rumo à opção ortodoxa, o que culminou no progressivo fim da discussão dos modelos econômicos e do tipo de socialismo que se desejava construir, ao passo que o dogmatismo cresceu. O historiador viu neste período a gênese de um regime que chamou de “totalitário”, argumento também expresso por Jorge Domínguez. Esse autor chamou o período compreendido entre 1959-1968 de *revolucionário*, em contraposição às décadas de 1970-1980, na qual nomeia o regime como *burocrático-socialista*.⁵³⁰

Percebe-se que a aproximação com o modelo soviético foi o principal eixo da crítica. Como vimos no capítulo anterior, ao longo da década de 1960, parte da intelectualidade cubana esteve envolvida na tentativa de construção de um socialismo próprio, afastado dos dogmatismos do Leste Europeu. Vários dos colaboradores da *Encuentro de la Cultura Cubana* estiveram envolvidos nestes embates e, ainda que na

⁵²⁷ SÁNCHEZ SANTACRUZ, Elizardo. Los defensores de los derechos humanos somos no personas. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 21-22, verano-otoño, 2001, p. 127.

⁵²⁸ ROJAS, Rafael. Entre la Revolución y la Reforma. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 136.

⁵²⁹ ROJAS, Rafael. Entre la Revolución y la Reforma. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 4-5, primavera-verano, 1997, p. 128.

⁵³⁰ DOMÍNGUEZ, Jorge I. Comienza una transición hacia el autoritarismo en Cuba? *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 8-9.

década de 1990 estivessem temporal e politicamente afastados da tentativa de estabelecer um modelo socialista autônomo, mantiveram suas condenações à opção das autoridades cubanas.

Diferentemente de seus colegas da *Revista Hispano-Cubana*, o poeta Pío Serrano defendeu que a Revolução Cubana se alterou ao longo de seu processo, portanto ela não seria monolítica e nem estanque. Serrano afirmou que ela deveria ser considerada como uma sucessão de etapas de múltiplas identidades e de permanente conflito por sua definição. O poeta analisou a política cultural do regime e os debates acerca da natureza da revolução e do intelectual e chegou à conclusão que o período entre 1962 e 1970 foi marcado por uma convivência inquietante e por uma riqueza de criação intelectual. Entretanto, Serrano percebeu que a partir de 1968, com o início das discussões entre Padilla e Otero, e, especialmente de 1971, com o Primeiro Congresso de Educação, a Revolução encontrou seu fim e deu espaço a um regime “totalitário”.⁵³¹

Compreendida como uma *revolução que deixou de ser*, os colaboradores da *Encuentro* tomaram a Revolução Cubana como uma experiência que fracassou. As revoluções deveriam ser curtas, romper com a velha ordem e criar uma nova normalidade, ainda que esta não tenha sido especificada pela revista.⁵³² Os revolucionários de fato romperam com o laço político que submetia o país ao poder estadunidense, mas não conseguiram alterar o quadro de dependência da ilha em mais de 40 anos de governo e não lograram estabelecer uma normalidade para a situação política do país, envolvido em sucessivas crises e instabilidades.

Jesús Díaz defendeu as conquistas da Revolução e reforçou o apoio popular que ainda possuía nos anos 1990, mas afirmou que ela fracassou. Além de forçar vários cubanos a se exilar, os revolucionários resolveram poucas das questões que elencaram como problemas desde o princípio do processo.⁵³³ Seu amigo René Vázquez Díaz reconheceu o fracasso da Revolução: ela retirou Cuba da condição de “colônia

⁵³¹ SERRANO, Pío E. Cuatro décadas de políticas culturales. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 35-54.

⁵³² SOTELO, Ignacio. Notas sobre la política española en Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, primavera-verano, 2000, p. 91.

⁵³³ DÍAZ, Jesús. Una delicada bomba de tiempo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid n. 3, invierno, 1996-1997, p. 132.

prostituída” dos Estados Unidos, mas a transformou em “satélite dependente” da União Soviética.⁵³⁴ A Revolução foi um sonho que, uma vez belo, se destruiu.⁵³⁵

Esta análise diz muito sobre as próprias trajetórias dos intelectuais que deixaram a ilha e suas complexas relações com o governo cubano, suas disputas internas pela definição da política cultural, seu apoio ao processo revolucionário, seus silêncios e as condições em que escolheram abandonar o país. A experiência no exílio propiciou uma interpretação do passado revolucionário e o seu redimensionamento, além de uma reflexão sobre a própria atuação enquanto intelectual e o engajamento com a Revolução. A separação problemática e, muitas vezes, traumáticas entre o intelectual e a Revolução, o contato com outras experiências fora de Cuba, o desencanto com o processo revolucionário e o não cumprimento das promessas emancipadoras, contribuíram para esta releitura crítica.

A resignificação das experiências e as leituras do passado revolucionário que serviram para elaborar o contra discurso do exílio foram acompanhadas de um novo horizonte de expectativas e um projeto de mudança política para o futuro da ilha. Frente à crise dos anos 1990, as revistas *Hispano-Cubana* e *Encuentro* defenderam maior abertura da economia cubana à iniciativa privada e o início de uma mudança democrática. A discussão acerca da transição cubana e de uma Cuba *pós-castrista* partiu das interpretações da história da Revolução e da necessidade de romper ou terminar o processo iniciado por ela. Na parte que se segue, continuaremos a trabalhar com as narrativas históricas elaboradas pelos dissidentes cubanos e trataremos da principal acusação feita no exílio e também dentro de Cuba ao regime revolucionário: o totalitarismo. Veremos como a leitura da Revolução como experiência totalitária serviu para deslegitimá-la e fortalecer a demanda por uma democracia liberal representativa.⁵³⁶

4.2 – O fantasma totalitário e as formas de se deslegitimar a Revolução

Revista Hispano-Cubana e *Encuentro de la Cultura Cubana* foram dois espaços de congregação da oposição cubana dentro e fora da ilha. Como vimos ao longo do

⁵³⁴ VÁZQUEZ DÍAZ, René. La extraña situación de Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 49.

⁵³⁵ VÁZQUEZ DÍAZ, René. El individuo ante el embargo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 12-13, primavera-verano, 1999, p. 180.

⁵³⁶ Sobre a democracia, conferir BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998, 319-329.

primeiro capítulo, as duas revistas se distanciaram na forma e no conteúdo presente em suas críticas à Revolução e à sociedade construída por ela. Entretanto, ambas atacaram as autoridades revolucionárias e acusaram o governo cubano de ditatorial, tirânico, desumano e, principalmente, “totalitário”, termo presente em *todos* os exemplares de *Hispano-Cubana* e *Encuentro*. O fantasma totalitário serviu para as revistas desqualificarem a Revolução Cubana e oferecerem alternativas de ordenamento político para a ilha.

A noção de *totalitarismo* foi utilizada de maneira bastante vaga pelos colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana*. O uso do termo nas revistas ignorou elementos do debate conceitual efetuado por grandes referências do assunto. Não há nenhuma menção a qualquer obra ou reflexão sobre a experiência totalitária ao longo do processo histórico, como Hannah Arendt, Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski, Raymond Aron ou Claude Lefort. Apesar do desinteresse pelo debate conceitual e da fragilidade com a qual as revistas trataram o tema, não existe um único exemplar das publicações no qual o termo totalitarismo não apareça.

A inexistência de uma definição conceitual clara por parte das revistas evidencia que o termo é usado como forma de acusação da organização da sociedade e das práticas levadas a cabo pelo governo castrista. Seu uso impreciso serviu ao propósito de deslegitimar as práticas instituídas pela Revolução e encaixar suas iniciativas dentro de uma noção que carrega, em si, um valor negativo. Seria pouco produtivo adotar uma definição já estabelecida do conceito, enrijecer a discussão a partir de um modelo apriorístico e enquadrar a experiência cubana em uma reflexão utilizada para pensar outros processos históricos.⁵³⁷ Sob esta perspectiva, acreditamos que se torna mais interessante perceber como *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* construíram esta noção de uma Cuba totalitária. Neste tópico, analisaremos os termos elencados pelos colaboradores das revistas como constituintes de uma sociedade totalitária e a defesa da democracia liberal e o contraponto proposto por eles.

⁵³⁷ Ainda que não tomemos um conceito *a priori* de totalitarismo, podemos entendê-lo como um fenômeno político expresso em regimes ou movimentos que buscaram estabelecer um partido único acima das leis, além de procurar fundir sociedade civil e Estado sob uma liderança tomada como inquestionável. Para tanto, fundamentaram-se no uso do terror e da violência para eliminar toda forma de oposição. Sobre os debates acerca do totalitarismo, conferir ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; LEFORT, Claude. *Pensando o Político*. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade. Ed. Paz e Terra, 1991 e BRZEZINSKI, Zbigniew; FRIEDRICH, Carl J. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, Cambridge: Harvard University Press, 1956.

Em apenas três artigos de *Encuentro* há uma tentativa de descrição do que seria o fenômeno totalitário em Cuba. Os colaboradores Eusebio Mujal-León e Jorge Saavedra caracterizaram o totalitarismo como um controle total por parte do Estado em relação à sociedade e a consequente supressão de toda forma de pluralismo. Para os autores, o Estado, controlado por um partido único, impõe seu projeto político à sociedade e manifesta uma ideologia totalitária, a utopia, que representa a vontade de um líder carismático.⁵³⁸

Jorge I. Domínguez apontou que o Estado cubano de finais dos anos 1960 se aproximou ao máximo do que ele considera como um sistema totalitário. O autor elencou alguns pontos como traços distinguíveis desse sistema, tais como: a mobilização das massas, o controle da elite dirigente, a adoção de uma ideologia oficial, a ausência de instituições capazes de representar interesses autônomos da sociedade, a repressão à oposição, falta de controle das políticas do Estado, a proibição da propriedade privada e a personificação do poder na figura de Fidel Castro e principais membros do Partido Comunista.⁵³⁹

O único texto de *Encuentro* que abertamente se dedicou a uma breve análise do fenômeno do totalitarismo foi retirado de um material de trabalho do encontro de presbíteros das dioceses de Santiago de Cuba, Holguín, Bayamo-Manzanillo e Guantánamo. O objetivo do texto foi discutir a situação da igreja católica cubana em princípios dos anos 2000, seus desafios e as agressões por parte do governo revolucionário. Para tanto, os presbíteros reiteraram a necessidade de discutir a prática política na ilha desde a vitória da Revolução e afirmou que a “situação que caracterizou o desenvolvimento dos últimos 40 anos de evolução socioeconômica e cultural em Cuba poderia ser sintetizada em um nome: totalitarismo. Segundo eles, os comunistas cubanos não inventaram o sistema totalitário, simplesmente adaptaram sua versão marxista-leninista e se ‘beneficiaram’ da longa experiência existente”.⁵⁴⁰ Os autores definiram o totalitarismo como um culto à violência como meio e fim, algo próximo ao que nomearam como “gangsterismo político”. Sua matriz estaria na violência e seu objetivo seria destruir

⁵³⁸ MUJAL-LEÓN, Eusebio; SAAVEDRA, Jorge. El posttotalitarismo carismático y el cambio de régimen: Cuba en perspectiva comparada. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 117.

⁵³⁹ DOMÍNGUEZ, Jorge I. Comienza una transición hacia el autoritarismo en Cuba? *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 8-9.

⁵⁴⁰ Cuba, su pueblo y su iglesia de cara al comienzo del tercer milenio. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 204.

e reconstruir uma sociedade de massas a partir de postulados ideológicos, mediante mecanismos de organização e controle. A ideologia seria o instrumento de mobilização que direcionaria para uma meta: o estabelecimento do poder absoluto no qual o partido único reinaria sobre o povo.⁵⁴¹

O texto ainda estabelece quatro elementos capazes de caracterizar o fenômeno: a busca pela construção de uma nova sociedade e de um novo homem; o partido único hierarquicamente estruturado e dirigido por um ditador absoluto; o uso do terror como forma de controle; o monopólio absoluto da violência e dos meios de repressão, acompanhado de uma economia centralmente planejada e controle da vida privada dos cidadãos.⁵⁴² De forma implícita, os autores do texto enquadraram a Revolução nesta definição.

Os demais artigos de *Encuentro* utilizaram o conceito de maneira indiscriminada. Geralmente, *totalitário* e *totalitarismo* acompanham artigos dedicados à crítica ao governo e às suas políticas públicas. Em *Hispano-Cubana*, não houve nenhum esforço em estabelecer uma definição para a experiência totalitária e o regime cubano foi descrito de maneira genérica, como um “governo totalitário, paradigma exemplar do partido único e do terror de Estado, modelo tenaz do imobilismo, da bancarrota e da miséria, que patrocinou a todos os criminosos e terroristas”.⁵⁴³ Para a revista, o totalitarismo não se referiria às esquerdas ou às direitas, mas à negação do direito da população de escolher seu próprio governo.⁵⁴⁴

Eventualmente, a revista se limitou a comparar a experiência revolucionária cubana com a nazista ou a stalinista, “uma conjuntura de opiniões dirigidas pelo Estado no puro estilo nazi copiado da Rússia bolchevique”.⁵⁴⁵ A ditadura de Pinochet e o franquismo espanhol também foram apontados como fenômenos semelhantes ao suposto totalitarismo cubano.

⁵⁴¹ Idem.

⁵⁴² Cuba, su pueblo y su iglesia de cara al comienzo del tercer milenio. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, invierno, 1999-2000, p. 205.

⁵⁴³ FERRO DE HAZ, Juan José. La XI Cumbre Iberoamericana. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 40.

⁵⁴⁴ PAYÁ, Oswaldo J. Y sin embargo somos humanos. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 5, otoño, 1999, p. 26.

⁵⁴⁵ Denuncia al gobierno cubano y a la seguridad del estado efectuada por Maritza Lugo Fernández, presa política y de conciencia, a las buenas voluntades que defienden los derechos humanos en el mundo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 162.

Em um texto publicado em *Hispano-Cubana*, Pío Serrano comparou a violência e os fuzilamentos cubanos aos paredões franquistas durante a Guerra Civil Espanhola e o período que a seguiu. De forma surpreendente, o poeta afirmou que a diferença entre ambos os processos foi que os fuzilamentos cubanos contra opositores e os traços totalitários permaneceram ao longo de toda a Revolução, ao passo que a repressão franquista teria arrefecido e se tornado uma “ditabranda”.⁵⁴⁶

A utilização do termo totalitarismo foi acompanhada de algumas ideias centrais e certos pontos foram repetitivamente escolhidos pelos intelectuais de *Encuentro* e de *Hispano-Cubana* para a construção da imagem de uma Cuba totalitária: 1 - o terror e o controle, calcados na violência revolucionária, na prisão política e nos mecanismos de vigilância e delação construídos ao longo da Revolução; 2 - a ideologia, que para *Hispano-Cubana* serviu para associar o governo cubano às experiências comunistas totalitárias do Leste Europeu; 3 - a existência de apenas um partido em Cuba, associado à inexistência de eleições democráticas nos moldes liberais e a figura de Fidel Castro, identificada como líder totalitário. Em torno desses três eixos giraram outros elementos, como o fechamento do espaço público, as tentativas de homogeneização da sociedade e a censura e a repressão aos intelectuais.

A noção de totalitarismo utilizada pelos colaboradores passou pela percepção de um controle total do Estado cubano sobre a sociedade e pela homogeneização imposta pelo mesmo. Existiria em Cuba uma vocação totalitária, um desejo de vigiar e dominar cada aspecto da vida pública e privada.⁵⁴⁷ Rafael Rojas viu o traço totalitário cubano a partir da proposta da elite revolucionária de fundir o Estado cubano e a sociedade civil, além de eliminar a esfera pública autônoma e subordinar a mesma ao aparelho estatal.⁵⁴⁸

Em *Hispano-Cubana*, a concepção foi semelhante. O governo totalitário cubano se calcou no controle social e em sua enorme capacidade de repressão.⁵⁴⁹ A política ocuparia todos os espaços técnicos, econômicos e científicos. A própria cultura e a apropriação da história foram instrumentos utilizados pelo governo cubano para construir

⁵⁴⁶ SERRANO, Pío E. Veinte años de constitución española. Su significado para Cuba. *Revista Hispano-Cubana*, n. 3, invierno, 1999, p. 53-54.

⁵⁴⁷ DOMÍNGUEZ, Jorge I. Comienza una transición hacia el autoritarismo en Cuba? *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 7.

⁵⁴⁸ ROJAS, Rafael. Políticas invisibles. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 33.

⁵⁴⁹ SÁNCHEZ, Elizardo. Cuarenta años de la historia reciente de Cuba. Un testimonio personal. *Revista Hispano-Cubana*, n. 5, otoño, 1999, p. 25.

uma homogeneização e impor um consenso.⁵⁵⁰ Para seus colaboradores não há apoio popular ao governo revolucionário. A única forma de sustentação desta lógica total de poder seria o terror repressivo em suas mais variadas formas e o apoio ao terrorismo subversivo no exterior.⁵⁵¹

A *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* tentaram criar uma representação ao descrever um cenário de terror generalizado o qual serviria para imobilizar e controlar a sociedade, cujos pilares seriam a vigilância, a desconfiança mútua e a mobilização. O objetivo do terror instaurado em Cuba, segundo Luis Ortega, seria criar uma atmosfera de insegurança, delação e atomização dos indivíduos.⁵⁵²

Um dos elementos elencados como fundamentais ao terror foram os fuzilamentos, utilizados como exemplos da prática totalitária e constantemente comparados às execuções stalinistas. Os opositores do regime perceberam nos fuzilamentos não apenas a repressão aos inimigos, mas também um meio de imobilizar a sociedade e controlá-la.

O *paredón* foi encarado como uma forma de legalização da execução arbitrária e o julgamento como mero processo simbólico.⁵⁵³ Eventualmente, as revistas trataram o fuzilamento não como dispositivo legal, mas como prática sumária e arbitrária, uma espécie de violência generalizada contra os opositores da Revolução, também utilizada de maneira simbólica para amedrontar a população.⁵⁵⁴ Em um vasto dossiê sobre a prisão política em Cuba, *Encuentro* se dedicou a publicar testemunhos de indivíduos que presenciaram os fuzilamentos e dissertaram longamente sobre o caráter imoral e mesmo sádico de seus perpetradores.⁵⁵⁵

Os fuzilamentos contariam com a participação plena da população, o que envolveria as massas em um sentimento de culpa coletiva: a população, ao denunciar ou

⁵⁵⁰ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Fidel. Cultura, sociedad y servilismo en Cuba. *Revista Hispano-Cubana*, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 65 e p. 68.

⁵⁵¹ FONDEVILA, Orlando. Cuba: la lógica del poder y la cultura. *Revista Hispano-Cubana*, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 71. Após os atentados terroristas de 2001 nos Estados Unidos, a *Revista Hispano-Cubana* utilizou o termo *terrorista* como forma de se referir ao governo da ilha. O motivo foi o asilo concedido pelo governo cubano a militantes do ETA em 2000, além do diálogo estabelecido entre o Estado cubano e a guerrilha das FARC na Colômbia.

⁵⁵² ORTEGA, Luis. Las raíces del castrismo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 326.

⁵⁵³ GARCÍA-CREWS, Antonio. Santa Clara, diciembre de 1960. Tribunales en la noche. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 20, primavera, 2001, p. 186-187.

⁵⁵⁴ TAPIA, Ariel. El miedo, otra vez el miedo. *Revista Hispano-Cubana*, n. 3, invierno, 1999, p. 16.

⁵⁵⁵ *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 20, primavera, 2001, p. 156-241.

capturar contrarrevolucionários, tomaria parte ativa do processo totalitário e o fuzilamento transformaria cada indivíduo em um agente da “justiça” revolucionária.⁵⁵⁶ Os fuzilamentos, para *Hispano-Cubana*, não seriam métodos de justiça, mas instrumentos de eliminação dos oponentes da Revolução. A revista deu ênfase a uma declaração de Che Guevara a jornalistas quando ele compareceu a uma reunião das Nações Unidas em 1965: “Sim, estamos fuzilando e seguiremos fuzilando a todos aqueles que se oponham à Revolução”.⁵⁵⁷ De modo exagerado, a revista afirmou a existência de “dezenas de milhares de fuzilados” na ilha.⁵⁵⁸

Ademais dos julgamentos públicos, muitas vezes televisionados, é simplesmente impossível comparar o *paredón* cubano aos expurgos de Stálin em escala ou sentido. De fato, os soldados, policiais, torturadores e colaboradores de Batista foram julgados e executados no estádio de Havana no princípio da Revolução, mas não se pode falar de fuzilamentos em massa em Cuba. Mesmo após a derrota dos contrarrevolucionários na Baía dos Porcos em 1961, o regime não se valeu da execução em massa: dos cerca de 1200 capturados, 14 foram condenados por tortura, assassinato e traição e 5 receberam a pena de morte. Os outros foram trocados com os Estados Unidos em dezembro de 1962 por 53 milhões de dólares em alimentos e remédios.⁵⁵⁹

A legislação cubana respaldou execuções direcionadas a indivíduos envolvidos em atividades consideradas contrarrevolucionárias, como o assassinato, a sabotagem e a destruição do bem público. A execução de opositores em Cuba não foi uma prática instituída pela Revolução e antecede a mesma. Durante as guerras de independência, os generais José Martí e Máximo Gómez haviam decretado que os cubanos que apoiassem as forças realistas espanholas deveriam ser executados. Ainda, durante a República, ou nas ditaduras de Machado e Batista, indivíduos sediciosos foram executados pelas forças policiais e armadas, como a sublevação de 1912 na qual mais de 150 famílias de negros e mestiços foram massacradas pelo Estado cubano.⁵⁶⁰

⁵⁵⁶ RODRÍGUEZ MOURELO, Belén. Daniel Iglesias Kennedy: la escritura del exilio. *Revista Hispano-Cubana*, n. 9, invierno, 2000, p. 119.

⁵⁵⁷ MACHOVER, Jacobo. Plantados. *Revista Hispano-Cubana*, n. 6, invierno, 2000, p. 44.

⁵⁵⁸ MORENO FRAGINALS, Manuel. 40 años: crónica de una decadencia. *Revista Hispano-Cubana*, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 33.

⁵⁵⁹ GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 223.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, p. 146-147.

Os fuzilamentos não podem ser considerados somente parte de um terror revolucionário levado a cabo pelas autoridades, mas também como parte de um legado autoritário e violento de uma prática política cubana que a Revolução não conseguiu ou não quis superar e acabou por reproduzir. Ao longo dos anos 1990, década de surgimento de *Encuentro e Hispano-Cubana*, as execuções em Cuba caíram drasticamente. A última execução oficial na ilha ocorreu em 2003, quando três indivíduos sequestraram um barco para fugir para Miami.

Em *Encuentro*, há o questionamento do caráter totalitário do uso da violência em Cuba pós-1959. Jorge Castañeda argumentou que a violência, no caso cubano, não foi constante, mas esporádica; foi mais localizada do que universal, mais seletiva que generalizada e mais preventiva e política do que exercida nas ruas. O mexicano não justificou a utilização da violência, mas afirmou que ela se distingue de outros casos.⁵⁶¹

De maneira semelhante, Luis Ortega não conseguiu perceber na Revolução o ato fundacional da violência como instrumento político, tampouco sua massificação. Para o autor, o radicalismo e o uso da violência, especialmente em momentos de crise, eram elementos longamente presentes na sociedade cubana e nada teriam a ver com o comunismo ou com o Estado em oposição a esta corrente política.⁵⁶²

O fuzilamento não foi a única forma de violência elencada pelas revistas para qualificar a ilha como totalitária. A prisão por motivos políticos e os campos de internação dos prisioneiros tiveram grande repercussão. A possibilidade de encarceramento de adversários políticos em Cuba levou *Encuentro e Hispano-Cubana* a tratar a ilha como um imenso *gulag* soviético ou uma prisão.⁵⁶³ Os campos de encarceramento massivo de prisioneiros em Cuba não foram uma criação *suis generis* do governo revolucionário, mas remontam ao século XIX, concebidos ao longo da Guerra de Independência pelo general

⁵⁶¹ CASTAÑEDA, Jorge. Los últimos autoritarismos. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 67.

⁵⁶² ORTEGA, Luis. Las raíces del castrismo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 318.

⁵⁶³ TAPIA, Ariel. Conversación en tiempo de desesperanza. *Revista Hispano-Cubana*, n. 2, otoño, 1998, p. 16; MONTANER, Carlos Alberto. El legado de Juan Pablo II. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 69; FONDEVILA, Orlando. La máscara después del muro. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 29; GUERRA, Irene. Habla el disidente cubano Elizardo Sánchez. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 168; DÍAZ, Jesús. Una cárcel rodeada de agua. *Letras Libres*, n. 30, Junio, 2001, p. 21-23. Disponível em: <http://www.letraslibres.com/revista/convivio/una-carcel-rodeada-de-agua>. Acesso em: 26/04/2015.

espanhol Valeriano, experiência largamente utilizada pelas revistas para comparar com as prisões políticas existentes no período revolucionário.

Encuentro de la Cultura Cubana constantemente comentou e criticou a prisão de opositores políticos como elemento distintivo da ditadura cubana, mas apenas em seu 20º número dedicou espaço a um dossiê sobre o tema. Neste aspecto, a *Revista Hispano-Cubana* foi mais incisiva. As prisões cubanas, suas péssimas condições e os tratamentos dados aos prisioneiros foram alvos constantes de ataques da revista como o principal aspecto das violações aos direitos humanos. Em todos os seus exemplares a seção *Derechos Humanos* publicou relatórios das Nações Unidas, relatos de antigos presidiários ou de familiares de indivíduos presos, condenações por parte de organizações não governamentais e exigências de libertação imediata de presos políticos, os chamados de “presos de consciência”.

Embora o presídio político tenha sido utilizado para evidenciar um possível traço totalitário do regime, as Unidades Militares de Apoio à Produção (UMAP) carregaram consigo o maior peso do legado totalitário. Fundadas em 1965, as UMAPs funcionaram até julho de 1968 na província de Camagüey como campos de trabalho compulsório em atividades agrícolas no qual vários opositores do regime eram encarcerados. Ali, os presos eram submetidos a duros tratamentos e extenuantes tarefas, especialmente o plantio e colheita de cana.⁵⁶⁴

Os opositores do regime igualaram as UMAPs aos campos de extermínio nazistas e ao gulag stalinista por seu evidente caráter político, pelo trabalho forçado e pela intensa violência praticada contra os presos. *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* compartilharam da operação de equiparar as UMAPs aos campos de concentração totalitários, além de compará-las com a *reconcentración* do século XIX.⁵⁶⁵

No mencionado dossiê sobre a prisão política em Cuba, *Encuentro* publicou 14 artigos sobre os presídios para dissidentes e dentre estes apenas um colaborador relatou

⁵⁶⁴ TAHBAZ, Joseph. Demystifying las UMAP: the politics of sugar, gender and religión in the 1960s. *Delaware Review of Latin American Studies*, v. 14, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.udel.edu/LAS/Vol14-2Tahbaz.html>. Acesso em: 26/04/2015.

⁵⁶⁵ Durante a Guerra de Independência de 1895, a Coroa espanhola enviou para Cuba o general Maximiliano Weyler que adotou uma estratégia conhecida como *reconcentración*, que consistia em concentrar a população do interior em vilarejos e cercá-los para isolar os revolucionários. Estima-se que 10% da população da ilha tenha sido dizimada durante o processo. Cf.: GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 113-117.

sua experiência em uma UMAP.⁵⁶⁶ A revista, entretanto, não se dispôs a refletir sobre as Unidades Militares de Apoio à Produção e se ateve a condená-las. *Hispano-Cubana* tampouco se esforçou para compreender o fenômeno e se limitou a descrevê-lo como “campos de concentração contra toda atitude desviada”, “campos de concentração no qual eram reclusos os desafeitos ao sistema”, espaço com “rigores de quartel como corretivos formadores do homem novo”, “campo de concentração onde foram parar todos os que não eram bem vistos pelo regime” ou mesmo simplesmente “campos de prisioneiros”.⁵⁶⁷ Ambas as revistas adotaram o lugar comum da dissidência cubana de denunciar as UMAPs, associá-las às experiências totalitárias nazistas e stalinistas e deixar de lado qualquer abordagem que buscasse compreender o fenômeno.

A bibliografia sobre as UMAPs é ainda escassa. Os opositores do regime concederam várias entrevistas e publicaram vários relatos sobre experiências de antigos internos, mas não tentaram explicar o processo entre 1965 e 1968. A questão torna-se ainda mais complexa ao se notar que existe apenas um relato direto de um indivíduo que não foi um antigo interno dos campos, o jornalista canadense Paul Kidd, expulso de Cuba em 1966, por tirar fotografias sem permissão das autoridades.⁵⁶⁸ Não existem ainda pesquisas sobre as UMAPs, ainda que os exilados dos Estados Unidos tenham denunciado a existência de “gulags castristas”.

Em Cuba, o assunto é ainda um tabu. O horror ligado às UMAPs levou as autoridades cubanas a silenciarem sobre o assunto e a impedir o avanço de maiores pesquisas. Soma-se a isso o fato de que a pouca documentação sobre o tema é limitada a artigos da década de 1960 publicados pelo jornal *Granma* e pela revista das forças armadas cubanas, *Verde Olivo*.⁵⁶⁹

⁵⁶⁶ Cf. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 20, primavera, 2001, pp. 156-240; MASEDA, Héctor. Los trabajos forzados en Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 20, primavera, 2001, p. 224-227.

⁵⁶⁷ SERRANO, Pío. Cuatro décadas de políticas culturales. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 45; LAURO, Alberto. David Lago: exorcista del absurdo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, p. 102; CINO ÁLVAREZ, Luis Humtero. Al fin se retiró el teniente Conde. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 12; GARCÍA PUÑALES, Miguel Ángel. El sistema sanitario cubano. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 45-46.

⁵⁶⁸ TAHBAZ, Joseph. Demystifying las UMAP: the politics of sugar, gender and religión in the 1960s. *Delaware Review of Latin American Studies*, v. 14, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.udel.edu/LAS/Vol14-2Tahbaz.html> Acesso em: 26/04/2015.

⁵⁶⁹ Alguns artigos sobre as UMAPs no *Granma* e *Verde Olivo* podem ser encontrados em https://manuelzayas.files.wordpress.com/2013/05/pdf_umap.pdf Acesso em: 29/04/2015.

As UMAPs foram marcadas pelo trabalho compulsório, uso da violência contra os internos e como instrumento máximo de repressão durante a Revolução Cubana. A comparação das UMAPs com o campo de concentração nazista é inconcebível, pois a maior função do campo de trabalho forçado cubano não era matar ou torturar civis, mas explorar o trabalho de elementos considerados contrarrevolucionários pelo governo cubano.⁵⁷⁰

Porém, as violações e a quantidade desumana de horas de trabalho, de 60 a 72 horas por semana, permitem a comparação ao *gulag* soviético, assim como seu caráter de reeducação ideológica. Os indivíduos que não se integraram totalmente à Revolução e à formulação do Novo Homem eram potenciais candidatos a serem enviados às UMAPs, fardo que recaiu, sobretudo, sobre homossexuais e religiosos, especialmente Testemunhas de Jeová.

Apesar de sua brutal natureza e da terrível concepção que carrega em si, existem algumas diferenças importantes que afastam a UMAP do *gulag*. Os internos recebiam um salário de 1/10 em relação aos outros trabalhadores cubanos, possuíam algumas permissões de saída do campo e de visita aos seus familiares, além da possibilidade de serem visitados por parentes e por sacerdotes. A taxa de mortalidade se aproximou de 0,75%, o que evidencia que a tortura não possuía objetivo letal.⁵⁷¹ Extintas em 1968, as UMAPs foram referidas posteriormente por Fidel Castro como uma grande injustiça.⁵⁷²

Grande parte das denúncias de indivíduos que acarretaram em seu envio para a prisão ou para os campos de trabalho compulsório provieram das organizações de massa. Associadas ao totalitarismo pelos opositores, elas seriam meros joguetes nas mãos das autoridades cubanas e mobilizadas para cumprir seus desígnios. Criadas na década de 1960, organizações como a Federação de Mulheres Cubanas (FMC), a Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), a União de Jovens Comunistas e os Comitês de Defesa da Revolução tiveram o papel de mobilizar a população para criar uma consciência

⁵⁷⁰ TAHBAZ, Joseph. Demystifying las UMAP: the politics of sugar, gender and religión in the 1960s. *Delaware Review of Latin American Studies*, v. 14, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.udel.edu/LAS/Vol14-2Tahbaz.html> Acesso em: 26/04/2015.

⁵⁷¹ Idem.

⁵⁷² SAADE, Carmen. Soy el responsable de la persecución a homosexuales que hubo en Cuba: Fidel Castro. *La Jornada*, 31 de agosto, 2010. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2010/08/31/mundo/026e1mun> Acesso em: 26/04/2015.

revolucionária e apoiar a construção da sociedade socialista.⁵⁷³ Durante a ofensiva revolucionária de 1965-1968 tais organizações tiveram importantíssimo papel em manter o fervor revolucionário e incentivar os atos voluntários em prol da Revolução. Devido à sua proximidade com o governo revolucionário, as organizações de massa foram acusadas por *Encuentro* e *Hispano-Cubana* de reproduzir práticas totalitárias experimentadas na Alemanha Nazista e na União Soviética de Stalin, especialmente os Comitês de Defesa da Revolução.

Para as revistas, as organizações de massa e as instituições nas quais se inseriam reafirmariam o caráter totalitário do regime. Sua função seria a doutrinação, o controle e a vigilância dos cidadãos em todos os aspectos e etapas de suas vidas. Através delas, o Estado cubano se mostraria presente e atuaria na construção de um *homem novo* marxista.⁵⁷⁴ As manifestações de indivíduos ligados às organizações não foram consideradas autônomas, mas artimanhas do governo cubano para mostrar apoio popular e legitimar a Revolução e possuiriam traços fascistas.⁵⁷⁵ Ademais, as mobilizações se direcionaram contra opositores do governo e serviram para garantir um clima de terror na ilha.⁵⁷⁶

Rafael Rojas também questionou o caráter das organizações de massa, uma forma de ordenamento social e político tipicamente totalitária. Rojas não considerou as organizações autônomas, mas como instituições que trabalhavam em conjunto com o Estado, subordinadas ao Partido e que compartilhavam a ideologia oficial. Elas seriam uma espécie de “sociedade civil induzida pelo Estado”.⁵⁷⁷ Para o historiador, elas representavam a fusão entre Estado e sociedade.

⁵⁷³ A Central dos Trabalhadores de Cuba surgiu em 1939, mas foi impedida de funcionar ao longo da década de 1940. Em 1 de janeiro de 1959, foi reativada. Todas as outras instituições citadas foram criadas a partir de 1960. A União dos Jovens Comunistas foi criada em 1962 como organização juvenil associada ao Partido Socialista Popular, antigo nome do Partido Comunista de Cuba. A Federação das Mulheres Cubanas foi fundada em 1960, com o objetivo de elevar o nível ideológico e político das mulheres em Cuba e capacitá-las para a construção da nova sociedade. Sobre a FMC, conferir IGLÉSIAS, Natália. *O feminino no cinema cubano a partir da análise dos filmes: Hasta Cierta Punto e Retrato de Teresa*. 2014. 71 p. Monografia (Graduação em História). – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

⁵⁷⁴ GONZÁLEZ BRIDÓN, José Orlando. El fracaso de un engendro: El hombre nuevo. *Revista Hispano-Cubana*, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 8.

⁵⁷⁵ TAPIA, Ariel. El miedo, otra vez el miedo. *Revista Hispano-Cubana*, n. 3, invierno, 1999, p. 16.

⁵⁷⁶ ORTEGA, Luis. Las raíces del castrismo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, primavera, 2002, p. 326.

⁵⁷⁷ ROJAS, Rafael. Políticas invisibles. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 34.

Ao equiparar a experiência cubana com o stalinismo e o nazismo, os intelectuais de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* tentaram imprimir às organizações de massa, criadas durante a Revolução, um caráter de ampla participação nas violações cometidas e na destruição do espaço público. Os crimes perpetrados pela ditadura cubana não apenas foram legitimados pelas massas, mas também praticados por elas. Devido ao alto grau de adesão às instituições como a Federação de Mulheres Cubanas, a Central de Trabalhadores de Cuba e aos Comitês de Defesa da Revolução, alguns colaboradores estabeleceram uma relação de culpa coletiva que imobilizaria a sociedade. O regime cubano teria conseguido controlar a população e adquirir seu apoio através de uma responsabilização das massas.⁵⁷⁸ Em *Encuentro*, agregou-se ainda a percepção de que a mobilização massificada criou uma relação de “vítima-algoz” que contribuiu para o controle estatal e a insegurança generalizada, na qual os indivíduos ligados às instituições delatavam atividades consideradas contrarrevolucionárias e ainda corriam o risco de serem delatados por seus próprios companheiros, prática, até então, disseminada em Cuba.⁵⁷⁹

Grande parte das acusações às organizações de massa como instrumentos do totalitarismo comunista cubano recaiu sobre os Comitês de Defesa da Revolução. Estes Comitês foram fundados em 1960 em Havana e sua principal função foi a vigilância coletiva de atividades consideradas contrarrevolucionárias pelo governo. No início, os CDRs foram responsáveis pela mobilização popular em defesa da Revolução em uma Cuba recheada de atos de terrorismo e sabotagens vindas dos grupos de oposição do exílio e de dentro da ilha.

As revistas apontaram para a importância dos CDRs para as prisões políticas e para os casos de fuzilamento através de denúncias por desvio ideológico.⁵⁸⁰ Também indicaram seu papel na vigilância, controle e colaboração com os órgãos encarregados da repressão no país, além de orientar a conduta dos cidadãos no espaço público.⁵⁸¹

⁵⁷⁸ TAPIA, Ariel. El miedo, otra vez el miedo. *Revista Hispano-Cubana*, n. 3, invierno, 1999, p. 17.

⁵⁷⁹ ICHIKAWA, Emilio. Carta a la revista *Encuentro de la Cultura Cubana*. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 19, invierno, 2000-2001, p. 136.

⁵⁸⁰ MASEDA, Hector. Los trabajos forzados en Cuba. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 20, primavera, 2000, p. 224.

⁵⁸¹ GONZÁLEZ BRIDÓN, José Orlando. El fracaso de un engendro: El hombre nuevo. *Revista Hispano-Cubana*, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 8.

Embora seu nascimento e funcionamento ao longo do processo revolucionário estivessem ligados à vigilância interna e mesmo à delação entre os cidadãos, logo os CDRs adquiriram novas funções que não possuíam conexão direta com a vigilância interna, como as campanhas de alfabetização, apoio à reciclagem, campanhas de conscientização de pais e promulgação de planos de incentivo ao aumento da frequência escolar.⁵⁸²

Não se pode aplicar aos CDRs a lógica da disseminação do terror entre a sociedade civil e da cumplicidade generalizada. Eles possuíam e ainda possuem um importante papel na manutenção da comunidade em nível local, como a limpeza, a produção de alimentos e o saneamento dos bairros. Politicamente, os CDRs incentivaram a participação dos cidadãos em eleições e assembleias e promoveram debates sobre a Revolução. Também foi e é de sua responsabilidade preparar as listas de eleitores das municipalidades.⁵⁸³

Junto com outras organizações de massa, como a Federação de Mulheres Cubanas e a Central dos Trabalhadores de Cuba, os CDRs integram a Comissão de Candidaturas em Cuba, uma instituição que fiscaliza e dá legitimidade aos candidatos a delegado municipal na ilha. Representantes destas organizações tomam parte nas reuniões das Assembleias Municipais, uma das instituições políticas cubanas com altas taxas de participação popular.

A percepção dos CDRs como instrumento de pura repressão é também anacrônica, ela ignora as transformações ocorridas dentro da instituição e dos embates entre seus representantes e o governo cubano. De fato, algumas figuras influentes do Partido Comunista de Cuba, especialmente Raúl Castro, conceberam-nos prioritariamente como órgãos de vigilância interna, mas encontraram grande resistência. Seus membros negaram a tarefa de “defesa interna em detrimento de outras atividades” e tentaram ao máximo estabelecer maior autonomia local para seus trabalhos.⁵⁸⁴ As mobilizações e a conscientização da população foram encaradas como sua missão mais importante. No

⁵⁸² DOMÍNGUEZ, Jorge I. *Cuba: order and revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1978, p. 261.

⁵⁸³ ROMAN, Peter. Representative government in socialist Cuba. *Latin American Perspectives*, v. 20, n. 1, winter, 1993.

⁵⁸⁴ DOMÍNGUEZ, Jorge I. *Cuba: order and revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1978, p. 263.

geral, os CDRs foram “menos um instrumento de reforço da vigilância interna do que um método de lidar com os problemas locais”.⁵⁸⁵

Há de se ressaltar a proximidade do trabalho das organizações de massa com as diretrizes do Partido Comunista e a existência de membros que também integram as fileiras do Partido. Atuar dentro de uma destas organizações poderia servir como meio de construir uma reputação política em Cuba e conseguir as graças de influentes integrantes do Partido. Como apontou Natália Iglésias, em seu trabalho sobre a figura feminina no cinema cubano e a Federação de Mulheres Cubanas, era proibido por lei a duplicação de associações já existentes.⁵⁸⁶ Isto permitiu ao Estado cubano evitar a existência de organizações dissidentes e fortaleceu o controle sobre as já existentes. É extremamente tênue a linha entre as manifestações organizadas pelas instituições massivas cubanas e a mobilização exercida pelas mesmas segundo os anseios do governo, o que permite o questionamento de sua autonomia e espontaneidade.

O uso da violência revolucionária, a prisão política e as organizações de massa foram os três principais elementos utilizados pelas revistas para descrever uma atmosfera de repressão e vigilância em Cuba, cujo objetivo seria atingir o controle total da sociedade. Entretanto, a política cultural do regime e a censura imposta a alguns intelectuais críticos serviram para fortalecer a afirmação da existência de um anseio totalitário entre as autoridades revolucionárias. Como vimos ao longo do terceiro capítulo, os colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* atacaram a política cultural revolucionária e desprezaram o modelo de intelectual construído na ilha. Muitos desses intelectuais estiveram envolvidos nas disputas no meio cultural cubano ao longo da Revolução e taxaram como *totalitárias* as instituições que ajudaram a construir ou das quais se valeram para impulsionar suas carreiras. A atuação do Estado no âmbito da cultura foi vista da mesma maneira, ao passo que as revistas muitas vezes silenciaram sobre a importância do governo revolucionário para o crescimento da produção intelectual cubana.

As revistas viram na institucionalização na cultura da década de 1970 uma tentativa de homogeneização da cultura e padronização da produção intelectual. O

⁵⁸⁵ Ibidem, p. 264.

⁵⁸⁶ IGLÉSIAS, Natália. *O feminino no cinema cubano a partir da análise dos filmes: Hasta Cierta Punto e Retrato de Teresa*. 2014. 71 p. Monografia (Graduação em História). – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, p. 34.

estabelecimento de uma arte oficial a partir de 1971, a repressão aos intelectuais dissonantes e a burocracia das instituições culturais foram vistas como formas de controle do espaço público e a política cultural do regime foi acusada de propaganda ideológica.⁵⁸⁷

Encuentro foi além da questão da censura como prática comum de regimes ditatoriais. Para Rafael Rojas, a sobrevivência da cidade letrada na América Latina, lugar de debate intelectual e circulação de ideias, está condicionada ao fato de que os intelectuais seriam o grupo mais identificado com a abertura do espaço público. Em sociedades democráticas, ela se desvincularia de suas origens ligadas ao Estado e reproduziria a vida pública livre. Rojas resgatou o conceito do crítico uruguaio Ángel Rama para negar a existência de uma *república das letras* em Cuba. Para o historiador, a Revolução destruiu um ambiente propício à livre criação intelectual e de fecunda sociabilidade poética: o espaço público foi fechado e a cultura politizada, o que impossibilitou a articulação de discursos à margem do Estado.⁵⁸⁸

Segundo a revista, a arte produzida sob o “totalitarismo cubano” e a narrativa construída durante os períodos de maior repressão, a década de 1970, tomaram um caráter didático e ideológico. A criação artística não mais era patrimônio de um agente solitário, de um gênio criador, ela apagou o indivíduo, e negou seu papel, passou a ser produto de um todo homogêneo.⁵⁸⁹

A homogeneização da sociedade cubana passaria pela imposição de uma ideologia, assunto abordado com maior ênfase em *Hispano-Cubana*, que associou automaticamente marxismo, comunismo e totalitarismo. A função da ideologia, associada à propaganda massiva, seria distorcer a realidade, estabelecer verdades e impor falsos messias.⁵⁹⁰

Além de defensora do liberalismo e adepta confessa do neoliberalismo econômico, *Hispano-Cubana* mostrou-se raivosamente anticomunista. A revista

⁵⁸⁷ SÁNCHEZ MEJÍAS, Rolando. Carta abierta a los escritores cubanos. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, verano, 1996, p. 91; FONDEVILLA, Orlando. Cuba: la lógica del poder y la cultura. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 71.

⁵⁸⁸ ROJAS, Rafael. La relectura de la nación. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, verano, 1996, p. 41-42. Sobre a referência de Rojas, conferir RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁵⁸⁹ GARCÍA, Luís Manuel. Crónica de la inocencia perdida: la cuentística cubana contemporánea. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, verano, 1996, p. 123.

⁵⁹⁰ TAPIA, Ariel. El Papa, mensajero de la verdad. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 60.

desqualificou o comunismo e o socialismo como correntes de pensamento e de prática política que visavam transformar a realidade e organizar a sociedade: “comunismo é repressão, propaganda e trabalho escravo. Isso se sabe e se conhece desde 1917”.⁵⁹¹ Para seus colaboradores, o socialismo não seria apenas irracional, se comparado ao liberalismo, mas inviável e, até mesmo, danoso. O comunismo foi tratado como “a maior mentira do século XX”, “um erro e uma utopia”, constitui o “atraso e isolamento” e é “obsoleto”.⁵⁹²

O elemento mais forte da acusação de totalitarismo certamente se fundamentava na existência de apenas um partido, o Partido Comunista de Cuba, e na falta de eleições presidenciais livres, mas a imagem de Fidel Castro como líder totalitário cuja vontade decidiu o destino do país também foi amplamente explorada pelas revistas. Considerado como o grande inimigo, todos os artigos que tratam de sua figura o fazem de maneira crítica e, em muitos casos, de maneira virulenta. A *Revista Hispano-Cubana* se posicionou abertamente anti-fidelista, desconstruiu sua representação como líder da nação cubana, negou sua capacidade de governo, insultou-o e maculou sua imagem. *Hispano-Cubana* recorreu a uma linguagem raivosa e pejorativa da extrema direita para atacar Fidel Castro. *Encuentro de la Cultura Cubana* foi mais comedida e se limitou a questionar seu comando, sua legitimidade e denunciar seus traços personalistas e autoritários.

Castro foi constantemente acusado de ditador. O líder cubano foi comparado a outros ditadores latino-americanos, como Pinochet. Em *Hispano-Cubana*, a comparação se deslocou para conhecidos líderes de regimes considerados totalitários. Ao mesmo tempo, Fidel foi equiparado à Stalin, Hitler, Mussolini, Mao e Franco. Não há nas revistas uma análise cuidadosa sobre a liderança de Fidel Castro, apenas julgamentos e acusações.

Para situar a crítica exercida por *Encuentro de la Cultura Cubana* e por *Hispano-Cubana* é necessário analisar brevemente o desenho institucional cubano, suas instituições e o funcionamento do processo político criado pela Revolução. O sistema

⁵⁹¹ EDITORIAL. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 5. Ambas as revistas utilizaram os termos *comunismo* e *socialismo* de forma indiscriminada e os trataram como um só pensamento ou prática.

⁵⁹² ROBLES FRAGA, José María. Otra vez Cuba. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 59; GARCÍA PÉREZ, Jorge Luis. La vida en la prisión Kilo 8. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 131; GONZÁLEZ BRIDÓN, José Orlando. El fracaso de un engendro: el hombre nuevo. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 7; SANGUINETTY, Jorge A. La experiencia cubana: la crisis económica de los 90. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 119.

representativo cubano estabelecido na Constituição de 1976, e alterado em 1992, não pode ser compreendido através dos mesmos parâmetros de uma democracia liberal. Após o período de 1965-1970, marcado pelo intenso fervor revolucionário e por uma tentativa de construção de um socialismo próprio, as autoridades cubanas iniciaram um processo de institucionalização. Em 1976, elas estabeleceram os Órgãos do Poder Popular, divididos em três instituições que se ocupariam de representar o povo cubano: a Assembleia Municipal, a Assembleia Provincial e a Assembleia Nacional.

A Assembleia Municipal é a instituição política cubana mais ativa e representativa. Em contraposição ao argumento de que não existem eleições em Cuba, através das assembleias se nomeiam e elegem de forma direta os delegados municipais. Os delegados são nomeados em reuniões da comunidade ou bairro da localidade que pretendem representar. A eleição acontece através do voto secreto e os candidatos concorrem entre si por um mandato de dois anos e meio. Embora não existam campanhas e propagandas eleitorais como em países democráticos liberais, as biografias e as informações sobre os candidatos são disponibilizadas nos locais de votação. Ademais, por ser um representante de uma comunidade, há profundo conhecimento, contato e convivência entre candidatos e eleitores. A familiaridade com o representante torna mais fácil a fiscalização e controle da atividade política por parte da população.

Os delegados municipais, que não são políticos profissionais e não recebem salários para exercer sua função, são encarregados de controlar, inspecionar, julgar e fiscalizar as atividades econômicas e sociais de suas jurisdições. Eles também aprovam os orçamentos antes que estes sejam enviados para as Assembleias Provinciais ou para órgãos de planejamento central. Ao longo de seu mandato, estes delegados se encontram com outros representantes do governo cubano, discutem os problemas apresentados pelos cidadãos de sua municipalidade, debatem soluções e as trazem de volta para discutir com seus eleitores a aceitabilidade das propostas.

Ao menos duas vezes por ano, os delegados são obrigados a se encontrar com sua municipalidade e prestar contas à população. Estes encontros são abertos a todos os cubanos e os membros das organizações de massa comparecem com frequência. Até pouco antes do Período Especial em Tempos de Paz, a população cubana se sentia altamente familiarizada com seus representantes e próximas do governo local. Em 1992,

95% dos eleitores iam às reuniões para nomear seus candidatos e encontrar seus delegados.⁵⁹³

O sistema de representação direta termina no nível local. A aproximação com o marxismo-leninismo ortodoxo impulsionou as autoridades cubanas a se inspirar no centralismo democrático soviético como forma de organização da sociedade. Os outros Órgãos do Poder Popular foram constituídos por representantes eleitos de forma indireta.

Os delegados da Assembleia Provincial são escolhidos por dois anos e meio por delegados municipais que votam em listas de candidatos recomendados pelas comissões de candidaturas.⁵⁹⁴ A Assembleia Provincial controla e direciona as iniciativas econômicas e sociais a nível estadual e monitora as iniciativas advindas do governo nacional. Há menor iniciativa e as funções se concentram em apoiar e trabalhar em conjunto com as municipalidades. Ela funciona como um elo entre o governo local e o federal. A maioria dos delegados provinciais também são delegados municipais, o que novamente garante certa proximidade entre o eleitor e o governo.

Os representantes da Assembleia Nacional são eleitos por cinco anos pelos delegados das Assembleias Municipais e os candidatos são selecionados pelas comissões de candidaturas, cujas recomendações devem ser aprovadas pelo Comitê Central do Partido Comunista de Cuba. Os deputados nacionais elegem o Conselho de Estado, ratificam o Conselho de Ministros e os líderes de ambos os conselhos. Aqui não há escolha entre candidatos, uma vez que estes são pré-selecionados pela liderança do Partido. Sua função é controlar e supervisionar os ministros e os órgãos do Estado, além de votar em propostas de leis estabelecidas pelos ministérios.

Há grande familiaridade entre a população e seus representantes e grande envolvimento nas atividades propostas, mas não se pode afirmar que há participação popular no estabelecimento de políticas nacionais. Esta tarefa foi direcionada ao Partido Comunista. Os revolucionários cubanos adotaram uma concepção partidária vanguardista, na qual a instituição era tratada como “força dirigente superior da sociedade

⁵⁹³ ROMAN, Peter. Representative government in socialist Cuba. *Latin American Perspectives*, v. 20, n. 1, winter, 1993, p. 11.

⁵⁹⁴ Em 1992, a reforma constitucional estendeu o mandato para 5 anos.

e do Estado, que organiza e orienta os esforços comuns rumo aos mais altos fins da construção do socialismo e ao avanço da sociedade comunista”.⁵⁹⁵

Ao afirmar que não existia uma democracia em Cuba para legitimar a construção de uma imagem totalitária, as revistas se referiam à restrita capacidade de escolha dada ao povo cubano por suas autoridades. Se em nível local existiu grande atuação da população, em escala nacional cabia a tarefa de executar as diretrizes estabelecidas pelo Partido. Os indivíduos e grupos como os sindicatos e as organizações de massa, embora representados em todas as instâncias políticas, não tinham autoridade para determinar planos, estabelecer prioridades, definir salários ou ditar a política externa da ilha.

O Partido Comunista de Cuba, vanguarda da nação, era concebido como a organização política por meio da qual se dava vazão aos anseios populares, a mais pura expressão popular. Considerava-se que as organizações de massa e os sindicatos possibilitariam à vanguarda ter o contato necessário com a população para captar e exercer suas demandas. A crença na infalibilidade do Partido contribuiu para que ele tomasse uma posição paternalista em relação à sociedade e considerasse a si próprio sua força dirigente.

Ao longo do processo de institucionalização da década de 1970, quando as organizações de massa foram legalizadas e a nova Constituição promulgada, os revolucionários cubanos se aproximaram das formas de organização do Leste Europeu e não conseguiram fazer a crítica às práticas autoritárias presentes nas mesmas. O Partido Comunista tomou para si a tarefa de guiar e educar o povo cubano no caminho de construção da sociedade e do indivíduo socialista. Cabia à vanguarda, ou seja, ao Partido, estabelecer as prioridades políticas e desenvolver a consciência e o comportamento socialistas.

Embora tenha buscado estabelecer meios de comunicação com a população, a política nacional foi imposta verticalmente e de maneira autoritária, sem a discussão prévia entre os setores da população. A institucionalização da Revolução na década de 1970 obscureceu o debate sobre a construção de um socialismo alternativo

⁵⁹⁵ Constituição da República de Cuba. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>. Acesso em: 20/04/2015.

verdadeiramente cubano e latino-americano, além de iniciar o processo de dependência com a esfera soviética.

Segundo Marifeli Pérez-Stable, Fidel Castro e Che Guevara não perceberam a ligação entre a consciência socialista que buscavam forjar e a democracia formal. Ambos conceberam a participação popular como um profundo entusiasmo e envolvimento na Revolução sob a tutela de representantes carismáticos e liderança da vanguarda partidária.⁵⁹⁶ Mesmo antes do processo de institucionalização, o vanguardismo já minava a possibilidade de decisão política direta por parte da população.

O Partido Comunista de Cuba criou instrumentos e práticas de centralização que não permitiram o completo florescimento da participação popular sob a Revolução. O Partido indicava e aprovava os quadros em posições cruciais. Na Assembleia Nacional, ele de fato escolhia a liderança e ditava as leis a serem discutidas pelos deputados. A Assembleia Nacional não estabelecia objetivos políticos nacionais e também não debatia a política externa da ilha. Essas funções cabiam ao Partido. Os deputados podiam recomendar alterações nas leis propostas, mas a decisão de fazê-lo recaía sobre a elite partidária. As três Assembleias dos Órgãos do Poder Popular não possuíam autoridade para propor leis, apenas para votar naquelas que lhes eram apresentadas. Havia um grande afastamento entre os deputados da Assembleia Nacional e o Conselho de Estado e de Ministros, o que implicava em certa distância entre a população e a cúpula do Partido.

Mesmo a autonomia das municipalidades, o cerne do sistema representativo cubano, era restrita. O Partido Comunista reivindicava para si o papel de aprovar a liderança sugerida em todos os níveis. As Comissões Municipais propunham as listas de candidatos a serem votados pelos delegados municipais para os níveis provinciais e nacionais, mas a presidência desta comissão era dada a um membro local do Partido, que poderia vetar qualquer candidatura.⁵⁹⁷ Mesmo na instância mais participativa havia certa tutela do Estado. A reforma constitucional de 1992 tentou descentralizar e dinamizar as deliberações e as resoluções dos problemas locais por meio da criação dos Conselhos Populares, já experimentados entre 1988 e 1991. Os delegados locais passaram a ter maior

⁵⁹⁶ PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The Cuban Revolution: origins, course and legacy*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 123.

⁵⁹⁷ Na reforma constitucional de 1992, foi suprimida a necessidade do Partido Comunista de aprovar as candidaturas para as Assembleias. A Comissão de Candidaturas passou a ser responsabilidade de representantes diretos das organizações de massa. Isto implicou em uma considerável redução dos mecanismos oficiais de centralização e controle do processo eleitoral.

poder de ação, mas sua função continuou a ser aplicar as decisões do Comandante em Chefe.⁵⁹⁸

Na *Revista Hispano-Cubana*, Orlando Gómez González foi o único a refletir sobre as limitações das instituições cubanas e seus mecanismos de centralização. O desenho institucional criou meios de transferir as decisões políticas para o Partido Comunista de Cuba e uma minoria dirigente. A Assembleia Nacional seria restringida pelo Conselho de Estado; a Municipal e Provincial, por um comitê executivo; o Tribunal Supremo, pelo Conselho de Governo e o Conselho de Ministros, por um outro comitê executivo.⁵⁹⁹

Os colaboradores de *Encuentro e Hispano-Cubana* não se dispuseram a analisar meticulosamente o sistema político criado pela Revolução e se limitaram a desqualificá-lo. A impossibilidade de eleições diretas para os mais altos cargos políticos do país e a existência de apenas um partido serviram como argumentos para refutar qualquer princípio de representatividade democrática em Cuba. A Constituição reformada em 1992 eliminou o caráter indireto das eleições na ilha: o voto para delegados municipais e provinciais e deputados nacionais passou a ser direto. Entretanto, o Conselho de Estado e de Ministros continuou a ser designado pela elite partidária. Desta maneira, as revistas negaram a existência de qualquer organização democrática em Cuba e o modelo político instituído ao longo do processo revolucionário foi encarado como um regime totalitário no qual o poder era exercido pelo Partido Comunista e por Fidel Castro.

As instituições pensadas pelo governo revolucionário cubano não conseguiram criar a experiência de autogoverno desejada, limitada desde o princípio pela concepção de vanguarda e pela adoção do centralismo democrático soviético. As altas instituições prevaleceram sobre as menores. Os cubanos conseguiram criar mecanismos de supervisão do Estado e envolvimento na execução das diretrizes propostas pelo partido, mas não instituíram a participação plena dos cidadãos nas decisões sobre o futuro do país. O desenho institucional cubano e as práticas políticas na ilha deram fôlego à mobilização popular, mas não à participação. Os trabalhadores cubanos carregaram o fardo de legitimar o socialismo construído pela vanguarda, mas não possuíram poder real para

⁵⁹⁸ Disponível em: http://www.ecured.cu/index.php/Consejo_Popular . Acesso em: 03/03/2015.

⁵⁹⁹ GÓMEZ GONZÁLEZ, Orlando. Reforma constitucional. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 14, otoño, 2002, p. 65.

decidir as prioridades do país e estabelecer políticas nacionais.⁶⁰⁰ O Partido Comunista de Cuba, incapaz de se desvencilhar do legado autoritário das esquerdas ortodoxas e das próprias práticas excludentes historicamente presentes na ilha, sufocou a criação de uma verdadeira democracia participativa e direta.

A isto se somou a inabalável liderança de Fidel Castro, fundamental para a sobrevivência da Revolução em vários momentos de crise, mas que reiterou o paternalismo e personalismo presentes na cultura cubana e dificultou a autonomia de vários grupos engajados na construção da sociedade revolucionária. Há de se concordar que embora as instituições cubanas tivessem real funcionalidade e os Órgãos do Poder Popular possuíssem capacidade de deliberação e decisão a nível local, as grandes decisões sobre os rumos do país cabiam a Fidel e a seu círculo. Fidel Castro era de fato a mais proeminente figura da Cuba revolucionária e a autoridade que adquiriu lhe concedeu o direito de proferir a última palavra.⁶⁰¹

Não se pode afirmar a existência de um regime totalitário em Cuba, mesmo se a análise partisse dos parâmetros estabelecidos pelas próprias revistas: não há controle total. As abordagens de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* muitas vezes negam a dinâmica interna da ilha e não reconheceram as dissonâncias no seio das autoridades e o debate iniciado sobre o futuro de Cuba, especialmente ao longo da década de 1990. Ainda que a intolerância e a repressão tenham feito parte da cultura política revolucionária, embora precedam a mesma, há espaço para a dissidência dentro da ilha.

Da mesma maneira, esta percepção nega os embates e discussões dentro dos próprios grupos revolucionários e das organizações de massa. Embora seja evidente o caráter centralizador da elite revolucionária, os rumos da Revolução nunca estiveram totalmente traçados por um líder e pelo Partido Comunista, mas foram frutos das inúmeras disputas internas, especialmente nos primeiros anos do processo revolucionário. O próprio Partido Comunista de Cuba passou por profundas reestruturações ao longo de sua história e renovou seus quadros constantemente, especialmente na década de 1990, preparando-se para a transformação de uma sociedade que não disporá da figura de Fidel Castro para sempre e cujo legado revolucionário se apresentava cada vez mais distante.

⁶⁰⁰ PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The Cuban Revolution: origins, course and legacy*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 135.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 124.

A política cultural tampouco permite elaborar uma interpretação totalitária sobre o governo cubano. Como analisamos ao longo do terceiro capítulo, houve profundo debate e conflito pela definição da figura do intelectual e da arte revolucionária. Os intelectuais cubanos apoiaram as diretrizes das instituições e o do governo central em alguns momentos e as desafiaram em outros. *Encuentro* reconheceu a inexistência de um controle total sobre a produção intelectual e o maior grau de tolerância no espaço da cultura.⁶⁰²

Sobre a ideologia, é falacioso defender que o socialismo cubano sempre buscou o controle total. Até 1971, houve profunda discussão sobre o caráter socialista da Revolução e um sincero desejo de construir um modelo próprio, independente e libertador. O diretor de *Encuentro*, Jesús Díaz, esteve profundamente imerso neste debate e disputa. A adesão à ortodoxia ocorrida nos 1970 de fato contribuiu para o endurecimento político e certa homogeneização do espaço público, mas é impossível perceber na década de 1990 a busca por uma pureza ideológica cujo objetivo fosse homogeneizar a sociedade. A reforma constitucional de 1992 garantiu a liberdade religiosa, o que retirou do Estado a possibilidade de estabelecer as crenças de seus cidadãos, além de retirar as menções à União Soviética. A ideologia, algo encarado por *Hispano-Cubana* como produto totalitário das esquerdas, adaptou-se às novas condições impostas pela realidade e se afastou do dogmatismo cego descrito pelas revistas.

A interpretação da Revolução como uma progressiva marcha totalitária não se sustenta. Constitui uma análise a-histórica que ignora as transformações e uma variada dinâmica de um processo que já dura mais de 50 anos. Longe de ser monolítica e linear, a Revolução Cubana passou por várias etapas de incremento do autoritarismo seguida de abertura, endurecimento acompanhado por posterior arrefecimento, tentativas de homogeneização e clamores por maior pluralidade. Os revolucionários não conseguiram ou não quiseram superar completamente muitos aspectos excludentes e autoritários, como o machismo, a homofobia e o vanguardismo, mas lograram integrar as massas historicamente excluídas de Cuba. É legítimo e necessário questionar os métodos e as práticas através das quais a Revolução implementou uma política igualitária, além de rechaçar todas as formas de violação dos direitos humanos na ilha e a limitação da

⁶⁰² PÉREZ-STABLE, Marifeli. El caso CEA. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, otoño, 1998, p. 86; CASTAÑEDA, Jorge. Los últimos autoritarismos. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 67.

participação na tomada de decisões, mas há de se reconhecer que os revolucionários ampliaram largamente os direitos sociais em seu país. Não se pode taxar de totalitário um processo que abriu o país para milhões de camponeses e minorias urbanas ignoradas ao longo da história, integrando-os em um processo que aspirou a libertação nacional. O regime cubano limitou a esfera pública, mas integrou a ela inúmeros indivíduos marginalizados. O governo castrista não se sustentou apenas através da violência e da repressão, mas por legítimo apoio de uma grande parte da população que viu as conquistas revolucionárias como suas.

Como aponta Zizek, o fantasma totalitário muitas vezes serviu para legitimar uma organização social supostamente inversa à ditadura total fascista ou comunista, a saber, a democracia liberal. Para o filósofo esloveno a referência à “ameaça totalitária” sustenta uma hipócrita defesa da ordem existente e do liberalismo e o reduz à única forma de desenvolvimento humano possível e aceitável, capaz de impedir a barbárie do holocausto, dos campos de concentração e dos *gulags*.⁶⁰³

O totalitarismo, como categoria utilizada de maneira vaga e como noção ideológica, serviu de apoio para a operação de controle dos radicais livres que garantiu a hegemonia liberal-democrática e para rejeitar a crítica de esquerda à sociedade capitalista. A menção aos *gulags* e ao extermínio nazista fundamentou o argumento neoliberal que rechaçou qualquer projeto político de emancipação radical como caminho certo para o controle e dominação totalitária.⁶⁰⁴

A *Revista Hispano-Cubana* viu no liberalismo a alternativa a um socialismo considerado fracassado. Segundo Huerta de Soto, seu ideário político e econômico ofereceu (ofereceria?) mais possibilidades de triunfo para Cuba. Mesmo com suas debilidades, seria a doutrina mais frutífera e humanista.⁶⁰⁵ Para *Hispano-Cubana*, o liberalismo deveria ser a via adotada em substituição ao “totalitarismo socialista”. Ele não seria uma ideologia e não implicaria em um planejamento para a sociedade, mas um produto natural das relações humanas e uma corrente de pensamento moldável à experiência. O liberalismo se apresentou como espelho contrário da ideologia

⁶⁰³ ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?* Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 8-9.

⁶⁰⁴ Ibidem, p. 9-10.

⁶⁰⁵ *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 115-116.

totalitária.⁶⁰⁶ Em oposição à “ditadura totalitária” de Fidel e ao “populismo” de Hugo Chávez, estariam a liberdade, a livre atividade econômica e o direito à propriedade privada.⁶⁰⁷

O totalitarismo, tal qual utilizado pelas revistas, não se apresentou como um conceito teórico efetivo, mas como uma estratégia discursiva de desqualificação da experiência revolucionária, associando-a automática e indistintamente aos horrores nazistas e stalinistas. A este processo se juntaram *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*, cuja demonização da Revolução, relativa na primeira e total na segunda, serviu para legitimar as propostas de abertura da ilha e os clamores por uma democracia representativa liberal.

A alternativa defendida pelas revistas foi o estabelecimento de uma democracia fundamentada em eleições livres e competitivas, o pluripartidarismo e o respeito aos direitos individuais. *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* exigiram a possibilidade de se eleger as autoridades máximas do país, pediram a permissão de uma oposição partidária e exigiram o fim da censura, das prisões políticas e da violação dos direitos individuais e dos Direitos Humanos, este último elemento mais presente em *Hispano-Cubana*. Ademais da defesa dos direitos dos indivíduos, a democracia proposta pelas revistas geralmente incorporou a conservação da propriedade privada.

O sistema representativo criado pela Revolução Cubana foi desconsiderado frente ao modelo liberal. Os mecanismos de centralização nas várias esferas institucionais e os meios de cooptação dentro das organizações de massa, a existência de um único partido e a concentração de poderes e decisões nas mãos de Fidel Castro corroboraram a ideia da construção de uma Cuba totalitária. Ainda em 1978, Jorge Domínguez assinalou que a Revolução Cubana se legitimou por meio do princípio de retidão e justiça, não pelo voto. Essa legitimidade fluía de cima para baixo, advinda de uma vanguarda considerada capaz de tomar as decisões pelo povo.⁶⁰⁸

⁶⁰⁶ MONTANER, Carlos Alberto. Liberalismo y neoliberalismo en una lección. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 112.

⁶⁰⁷ EDITORIAL. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 12, invierno, 2002, p. 5.

⁶⁰⁸ DOMÍNGUEZ, Jorge I. *Cuba: order and revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1978, p. 298.

A alternativa democrática foi entendida por *Encuentro* como uma “organização do poder político que depende de eleições livres e competitivas, com alta participação eleitoral, sob um regime constitucional que formalize os procedimentos do Estado e respeite os direitos dos cidadãos, e um governo responsável frente a um eleitorado e escolhido por este”.⁶⁰⁹ Carlos Alberto Montaner defendeu que a “verdadeira” democracia se fundamentaria no princípio da representação e da delegação do poder, na qual a autoridade ascenderia das massas até a cúpula por elas eleita. A elite dirigente não seria investida de poderes para dar ordens, mas para obedecer à vontade popular.⁶¹⁰

Encuentro expandiu ainda sua noção de democracia ao afirmar que ela não seria apenas o governo da maioria, mas também um regime que deveria incluir o voto, o respeito aos resultados eleitorais, a proteção das liberdades individuais, o respeito aos direitos legais, a garantia de livre expressão e a distribuição de informação e crítica.⁶¹¹ Suas condições de existência estariam calcadas na alternância do exercício do poder, na igualdade política entre os cidadãos e no respeito às liberdades civis.⁶¹²

Defensora árdua do liberalismo político e econômico, a *Revista Hispano-Cubana* agregou como elemento fundamental para a democracia a propriedade privada. Utilizada discursivamente para acusar de totalitário o governo socialista cubano, a propriedade privada foi entendida como pilar das liberdades individuais e espaço por excelência da vida privada do cidadão e da sociedade civil, em oposição à propriedade comunitária de um Estado considerado como repressor. A sociedade civil, tomada como essencialmente democrática e plural, foi definida como “uma sociedade na qual os cidadãos são proprietários de bens, estabelecem tratos comerciais, criam instituições mercantis para defender seus interesses econômicos, discutem e chegam a acordos.”⁶¹³ Em um documento chamado *Acordo pela Democracia*, a *Revista Hispano-Cubana* exigiu o

⁶⁰⁹ DOMÍNGUEZ, Jorge I. Comienza una transición hacia el autoritarismo en Cuba? *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 8.

⁶¹⁰ MONTANER, Carlos Alberto. Cómo y por qué la historia cubana desembocó en la Revolución. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 19, invierno, 2000-2001, p. 72.

⁶¹¹ SEN, Amartya. La democracia como valor universal. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, primavera-verano, 2000, p. 185.

⁶¹² PÉREZ-STABLE, Marifeli. Democracia y soberanía: la nueva Cuba a luz de su pasado. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 6-7, otoño-invierno, 1997, p. 189.

⁶¹³ CHULIÁ, Elisa. Sociedad civil y estado. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, p. 68.

reconhecimento e a proteção da liberdade da gestão econômica individual e da propriedade privada em Cuba.⁶¹⁴

A democracia em *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* foi além de um modelo formal a ser adotado ou uma maneira de se estruturar o corpo político na ilha. Ela se apresentou também como um valor estritamente ligado à tolerância e ao respeito à diversidade e ao dissenso.⁶¹⁵ Sem o pluralismo seria impossível alcançar um regime democrático. A *Revista Hispano-Cubana* repeliu o modelo político revolucionário por acreditar que a discrepância seria impossível no mesmo, uma vez que a Constituição cubana submetia a liberdade de expressão “aos fins da sociedade socialista”.⁶¹⁶

A democracia representativa liberal aparece em *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* como valor universal, um fim a ser atingido e a melhor forma de organização política possível. Orlando Fondevilla, poeta cubano colaborador de *Hispano-Cubano*, taxou como irresponsável qualquer crítica à democracia, “pois isso é muito grave, porque nos desguarda frente aos perigos que a liberdade sempre há de enfrentar”.⁶¹⁷

A única repreensão à democracia representativa está presente em um artigo de *Encuentro*. Após criticar a existência de apenas um partido em Cuba, Ariel Hidalgo também atacou duramente o modelo pluripartidarista, acusando-o de simulacro de pluralidade: sob o liberalismo, os partidos seriam propriedade daqueles que contribuíam com recursos durante as campanhas. O Estado não mais seria o único instrumento de submissão, mas o capital e outros poderes informais passariam a exercer uma função repressora.⁶¹⁸

O autor defendeu um modelo político auto-gestionário, no qual os trabalhadores exerceriam real controle sobre suas atividades econômicas e decisões políticas. Hidalgo criticou a burocracia cubana e a prática de se delegar ao Estado a maioria das atividades,

⁶¹⁴ Acuerdo por la democracia. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 148.

⁶¹⁵ FERRO DE HAZ, Juan José. La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 11, otoño, 2001, p. 133.

⁶¹⁶ GÓMEZ GONZÁLEZ, Orlando. Reforma constitucional. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 14, otoño, 2002, p. 65.

⁶¹⁷ FONDEVILLA, Orlando. La máscara después del muro. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000, p. 28.

⁶¹⁸ HIDALGO, Ariel. La revolución inconclusa. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, otoño, 2000, p. 175.

além de seu papel tutelar na sociedade. Seu artigo atacou a demasiada centralização e clamou por maior controle popular e real participação.

Programaticamente, os colaboradores das revistas discutiram a reestruturação da economia cubana e defenderam a abertura de Cuba ao capital em maior ou menor grau, conforme explicitado anteriormente. Muito se debateu também sobre uma possível transição em Cuba, pensando os casos espanhóis e do Leste Europeu como principais fontes de inspiração, além de uma ligeira comparação com as transições em regimes autoritários latino-americanos.⁶¹⁹

Acerca de propostas de reorganização política e de estruturação de um regime democrático, há uma diferença entre as revistas. *Encuentro* defendeu fervorosamente o estabelecimento de uma democracia em Cuba e refletiu sobre o futuro da ilha, mas não indicou meios de fazê-lo. *Revista Hispano-Cubana* foi mais incisiva: seus colaboradores também discorreram largamente sobre os princípios de uma democracia, mas sugeriram mudanças práticas que promoveriam a construção de uma nova sociedade. A proximidade de *Hispano-Cubana* com organizações não governamentais, com organizações internacionais de Direitos Humanos e com o Projeto Varela, a maior oposição organizada dentro de Cuba ao longo dos anos 1990 e 2000, garantiram maior pragmatismo e efetividade em consolidar um projeto alternativo.

Entre demandas mais genéricas como a abertura democrática e o estabelecimento de eleições livres, a *Revista Hispano-Cubana* apontou para mecanismos institucionais cubanos que permitiriam uma reforma do Estado. A Constituição cubana de 1976 contemplava a possibilidade de um plebiscito desde que uma petição fosse assinada por 10 mil cubanos. Por este meio, eleições para todos os cargos seriam possíveis e seria o caminho para se iniciar uma transição democrática.⁶²⁰

As propostas mais incisivas foram as de Oswaldo Payá Sardiñas, líder do Projeto Varela e do Movimento Cristão Libertação. Apoiado na Constituição, o Movimento recuperou o lugar comum que exigia a liberdade de expressão e de associação, mas

⁶¹⁹ As revistas apresentaram vários artigos sobre os temas e *Encuentro* dedicou dois dossiês em seus números 6-7 e 25. Sobre o tema da transição em *Encuentro* conferir RABELO, M.M.L.C. *Cultura e Política em Cuba sob o Prisma da Revista "Encuentro de la Cultura Cubana"*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006, 175 p. Dissertação de Mestrado.

⁶²⁰ MARTÍNEZ, Miguel Ángel. Declaración política Movimiento Nacional Cubano. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 129.

pressionou pela anistia dos presos políticos cubanos como um passo necessário rumo à reconciliação nacional. Payá exigiu ainda o direito dos cubanos de criar empresas e participar diretamente da vida econômica do país.

Para além da petição por um plebiscito, o Movimento propôs uma alteração nas leis eleitorais cubanas. O grupo de Payá lutou para que as nomeações dos candidatos para a Assembleia Provincial e Nacional não passassem pela triagem das Comissões de Candidaturas e que os eleitores pudessem escolher seus representantes diretamente sem recorrer a uma lista previamente estabelecida. A alternativa sugerida foi a pluralização das candidaturas e o fim das mediações das mesmas, o que incorreria no fim das Comissões de Candidaturas. A proposta de Payá se direcionou no sentido de incentivar a participação cidadã e reduzir os mecanismos de centralização e tutela criados pelo Estado cubano.⁶²¹

Diversos informes de organizações não governamentais e mesmo das Nações Unidas publicados em *Hispano-Cubana* acompanharam recomendações e demandas para alterar a realidade cubana. De forma exaustiva, a revista exigiu o fim da repressão a indivíduos e organizações dissidentes; o respeito e a tolerância à liberdade de expressão e de associação; a eliminação de disposições legais penais que limitavam a liberdade de expressão, como as categorias de propaganda inimiga, clandestinidade de impressos e associação ilícita; a legalização de organizações independentes em todas as categorias, distintas das oficiais; o respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos e investigação por parte das autoridades de atos que os violassem; o fim da pena de morte; uma reforma jurídica que eliminasse a influência do partido sobre os processos; a anistia a todos os prisioneiros políticos e para os chamados prisioneiros de consciência; o fim das restrições de entrada e saída do país.⁶²²

⁶²¹ As prerrogativas legais e os principais pontos da proposta de Paya podem ser encontrados em <http://www.oswaldopaya.org/es/>. Acesso em: 06/05/2015.

⁶²² MARTÍNEZ, Miguel Ángel. Declaración política Movimiento Nacional Cubano. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 129-131; PAYÁ, Oswaldo J. Nota informativa. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 132-134; ARCOS, Gustavo. Comunicado del C.C.D.H. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 1, primavera, 1998, p. 135-136; ZÚNIGA, Luis. Documento completo de Ginebra. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 119-128; Llamamiento a todos los cubanos. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 2, otoño, 1998, p. 141-142; Movimiento Cristiano Liberación. Por el derecho de los cubanos a la libertad de viajar. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1999, p. 140-142; ZÚNIGA, Luis. Documento completo de Ginebra. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 4, primavera-verano, 1999, p. 157-162; SÁNCHEZ, Elizardo. Nota informativa. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 5, otoño, 1999, p. 127; RIVERO, Raúl. Por una amnistía para los presos políticos. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 5, otoño, 1999, p. 128-130; PAYÁ, Oswaldo J. Tiende tu mano a Cuba. *Revista Hispano-Cubana*,

Embora firmes na defesa de princípios democráticos deixados de lado pela Revolução, as revistas propuseram uma concepção de democracia que ofuscou as conquistas desde 1959. As revistas *Hispano-Cubana* e *Encuentro* criticaram o desrespeito aos direitos civis e às liberdades individuais, mas ignoraram a universalização do acesso à saúde e educação realizada pelos revolucionários, assim como a tentativa de estabelecimento do direito à moradia e trabalho presentes no discurso revolucionário. A demanda por livres eleições dos cargos das mais altas instâncias e o pluripartidarismo ocuparam o centro da discussão das revistas, ao passo que ofuscaram os direitos sociais, elementos tão fundamentais aos Direitos Humanos como a liberdade de expressão, de associação e o respeito ao indivíduo defendidos pelas revistas. A proposta das revistas se limitou a uma democracia formal, não à democracia substantiva que, ademais dos direitos civis, também leva em conta o direito ao trabalho, à alimentação, à educação e à moradia.⁶²³ No caso de *Hispano-Cubana* e sua defesa do embargo e de diretrizes da Lei Helms-Burton, a democracia ignorou também a soberania nacional.

Apenas alguns artigos de *Encuentro* criticaram a democracia formulada pelo exílio cubano, especialmente nos primeiros volumes da revista. Além da necessidade de salvar as conquistas da Revolução, *Encuentro* rechaçou as propostas de abertura democrática que implicavam em qualquer forma de ingerência externa sobre a ilha. A revista se afastou do debate feito pela comunidade cubana conservadora da Flórida, questionou sua defesa dos Direitos Humanos, seu interesse na democracia e afirmou que para essa a lei se limitava à propriedade privada.⁶²⁴ Seguindo o mesmo princípio, Iván de la Nuez negou que o liberalismo político-econômico fosse sinônimo de democracia. O

Madrid, n. 5, otoño, 1999, p. 157-159; Movimiento Cristiano Liberación. Todos unidos. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 6, invierno, 2000, p. 163-164; Ginebra. Texto de resolución. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 7, primavera-verano, 2000 p. 173-176; SÁNCHEZ, Elizardo. Informe de la Comisión Cubana de Derechos Humanos y Reconciliación Nacional. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 151-152; Movimiento Cristiano Liberación. Defendemos la libertad de todos los cubanos. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 8, otoño, 2000, p. 165-166; Llamamiento desde La Habana. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 10, primavera-verano, 2001, p. 157-158; Ginebra Abril 2002. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 13, primavera-verano, 2002, p. 147-148; GÓMEZ MANZANO, René; BONNE CARCASSÉS, Félix. Iniciativa por la patria de todos. *Revista Hispano-Cubana*, Madrid, n. 13, primavera-verano, 2002, p. 149-155.

⁶²³ MUDROVICIC, María Eugenia. Estrategias de intervención y pensiones políticas en la cultura latinoamericana de la pos Guerra Fría. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, año 35, n. 69 (2009) p. 245.

⁶²⁴ MANUEL GARCÍA, Luis. De cómo el lobo feroz se hizo cómplice de la Caperucita Roja. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 3, invierno, 1996-1997, p. 32-33.

ensaísta relembrou a relação entre o neoliberalismo, as extremas direitas e a violência política no Cone Sul.⁶²⁵

O desejo de uma transformação democrática em *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* não deve ser desprezado. Suas críticas à violência contida ao longo do processo revolucionário e características autoritárias do mesmo servem para compreender melhor a experiência de emancipação mais intensa e duradoura da América Latina. Entretanto, há de se refletir sobre a instrumentalização da democracia nos discursos de ambas as revistas, utilizada como contraponto a um regime supostamente totalitário.

Embora a transição democrática fosse apontada como uma solução para a crise cubana dos anos 1990, retomou-se majoritariamente os velhos modelos liberais políticos e econômicos que excluíram e continuam a excluir milhões na América Latina. Esta perspectiva se mostrou perfeitamente condizente com a proposta conservadora da *Revista Hispano-Cubana*, mas surpreendeu em *Encuentro de la Cultura Cubana*, cujo projeto progressista tentou questionar a hegemonia completa do mercado e do capital. A derrota do socialismo real, o avanço implacável do capitalismo neoliberal e o fracasso das promessas da Revolução Cubana marcaram profundamente os colaboradores de *Encuentro*. A democracia proposta pelo exílio cubano não apresentou nada de novo, ainda que tenha servido como meio de se repensar a história revolucionária.

⁶²⁵ NUEZ, Iván de la. Demócrata, postcomunista y de izquierdas. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 20, primavera, 2001, p. 262.

Considerações Finais

O exílio, o intelectual e uma Revolução que se move

No dia 16 de julho de 2015, o escritor cubano Leonardo Padura⁶²⁶, famoso no Brasil pelo romance *O homem que amava os cachorros* (2013), compareceu ao programa Roda Viva Internacional, apresentado pela TV Cultura.⁶²⁷ Ao longo da transmissão, os entrevistadores tocaram em pelo menos três pontos considerados polêmicos: o exílio, a liberdade intelectual e a situação contemporânea da ilha, concebida como um espaço de miséria e tirania. O editor-executivo da revista *Época*, Ivan Martins, e a jornalista da revista *Veja*, Nathalia Watkins, retomaram uma imagem bastante difundida pela mídia, na qual Cuba representa a última ditadura das Américas, um país regido pela violência, pela violação dos Direitos Humanos e pela censura. Esta representação incorporou a violência utilizada ao longo da guerra civil nos anos 1960, o autoritarismo e a intolerância dos anos 1970 e o empobrecimento da ilha na década de 1990 para criar o imaginário de uma Cuba totalitária. As perguntas feitas ao romancista Leonardo Padura e as respostas por ele dadas coincidem com as questões abordadas nesta dissertação e discutidas amplamente nas revistas *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana*.

Ao ser perguntado se considerava o exílio como um ato de coragem ou de covardia, Padura respondeu que o considerava como um ato de liberdade do indivíduo, uma escolha a ser respeitada. O romancista afirmou que não se poderia classificar uma pessoa apenas por sua escolha de onde viver, dadas as inúmeras razões que poderiam afetar a decisão, e apontou para a necessidade de assimilar os que vivem no exílio. Os escritores, afirmou Padura, pertencem a uma cultura independentemente de suas crenças políticas e lugar de residência. Assim como vários intelectuais de *Encuentro* e *Hispano-Cubana*, Leonardo Padura apontou para a tendência contemporânea em reconhecer a identidade e a produção daqueles que vivem fora de Cuba e se identificam como cubanos. Desde a década de 1980, os grupos moderados do exílio e os habitantes da ilha estabelecem novos vínculos duradouros. Ao mesmo tempo, os rivais do regime castrista se valeram destas *pontes cubanas* para se associarem à dissidência interna e fortalecerem

⁶²⁶ Leonardo Padura nasceu em 1955, em Havana. Formado em jornalismo na Universidade de Havana, Padura colaborou nas revistas *El Caimán Barbudo* e *Juventud Rebelde*, além de desenvolver um grande número de romances de gênero policial que consagraram seu personagem principal, o detetive Mario Conde. No Brasil, Padura contribui quinzenalmente na *Folha de São Paulo*.

⁶²⁷ A entrevista está disponível no canal oficial do programa no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=InSnxIIUjHE>. Acesso em: 27/07/2015.

a oposição ao governo. O exílio permanece, mas os mecanismos que o amenizam se expandem com o passar do tempo.

Logo em seguida, Padura problematizou a identidade *cubano-americana* como elemento originalmente cubano. A escolha pelo inglês como língua primária para a escrita seria um problema, já que a matriz cubana seguia sendo o espanhol. A partir desta discussão, eminentemente acadêmica, segundo Padura, tocou-se em um dos dilemas e contradições da cultura cubana contemporânea: os exilados muitas vezes não compartilham dos códigos culturais que constroem a comunidade de sentido conhecida como Cuba. O exílio aparece como um *entre-lugar*, algo entre Cuba e o estrangeiro. Ambas as tendências, aceitar a produção do exílio ou rechaçá-la, surgem como desafios para uma ilha que progressivamente se abre ao exterior. *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* oscilaram entre estas duas perspectivas, entre a concepção do exílio como perda irremediável, minimizada pelos laços criados pelas próprias publicações, e o caráter transnacional da cultura cubana, elemento que garantiria a existência de um *ethos* cubano fora dos limites geográficos do país.

Em outro tema debatido durante a entrevista, a liberdade de produção e a função do intelectual, Padura defendeu que sempre disse o que quis dizer: o autor se expressa livremente em Cuba, da forma como deseja, ainda que isto implique em menor notoriedade dentro da ilha advinda da cobertura da imprensa oficial. O romancista afirmou que nunca havia sido censurado e que não praticava a autocensura. Ao fazê-lo, o autor rechaçou a imagem de um regime que se sustentou apenas com o uso da repressão e do controle, além de apontar para certa pluralidade existente dentro da ilha. Entretanto, Padura, que também é jornalista, comentou sobre o controle da imprensa oficial em Cuba por parte do Estado.

O escritor apontou que ao longo de sua vida nunca havia exercido nenhuma militância política e que assuntos políticos não lhe interessavam tanto quanto o baseball, a literatura ou o cinema. Entretanto, ao longo da entrevista, o autor deixou entrever que o quadro social cubano está profundamente representado em sua obra e que seus romances policiais abordavam as questões sociais de seu país. Sua função e contribuição como intelectual seria fazer uma representação da sociedade cubana, ao passo que negou qualquer tipo de omissão perante a situação política do país.

O papel do intelectual discutido por Padura remonta aos primeiros anos da Revolução, quando se tentou refletir sobre a natureza do trabalho artístico e sua função para a construção de uma sociedade revolucionária. A noção de engajamento e a necessidade de conferir à arte um cunho social se tornaram pilares fundamentais para pensar a produção cultural cubana. Décadas depois dos debates iniciais, durante a crise do papel do intelectual, especialmente de esquerda, ao longo dos anos 1990, os colaboradores de *Encuentro* e *Hispano-Cubana* retomaram este debate para desqualificar os apoiadores da Revolução e disputar a legitimidade da palavra crítica com o governo revolucionário. As revistas reafirmaram o engajamento do intelectual, mas se recusaram a aceitar sua submissão à classe dirigente. Elas renegaram o caráter *orgânico* do intelectual, mas ao estabelecer conexões com partidos e grupos de oposição ao governo cubano acabaram por adotar um posicionamento também orgânico, especialmente a *Revista Hispano-Cubana*.

Alguns dos entrevistadores do programa Roda Viva Internacional também questionaram Padura sobre a situação delicada pela qual passa Cuba, insistiram na pobreza material da população, na sua má alimentação e nas condições precárias de vida. O autor cubano reafirmou a existência da pobreza na ilha e as dificuldades materiais cotidianas, mas rechaçou a ideia de um país miserável e totalmente fechado politicamente. Entretanto, o romancista evitou adentrar demasiadamente na polêmica.

Os intelectuais que colaboraram em *Revista Hispano-Cubana* e *Encuentro de la Cultura Cubana* buscaram construir esta mesma imagem de um país à beira do colapso. Seus artigos culpavam o regime pela ineficiência econômica e pela pobreza existente na ilha, ao passo que condenaram o embargo por potencializar a crise. Ao elaborar uma representação do governo cubano como uma ditadura totalitária, as revistas tentaram deslegitimar todo o legado construído ao longo do processo revolucionário, ainda que *Encuentro* tenha defendido as conquistas da Revolução. Como alternativa para a crise política e econômica cubana, as revistas propuseram uma transição pacífica para uma democracia liberal, embora não tenham fundamentado um projeto claro para tanto, ao passo que também defenderam a abertura dos mercados cubanos ao capital internacional.

Em sua entrevista no programa Roda Viva, Padura apontou para a complexidade da sociedade revolucionária cubana e se recusou a conferir respostas fáceis. A Revolução e o exílio conferiram uma dinâmica particular a uma ilha em constante transformação.

Mostramos como o exílio cubano foi concebido como uma forma de dissidência e oposição política ao governo castrista. Autodeclarar-se exilado implica, em certa medida, uma ruptura com as autoridades. O grande número de exilados e a intensa oposição praticada por eles concederam aspectos radicais sobre o tema: os grupos conservadores de Miami tendem a tratar toda a migração cubana como uma resistência a Fidel Castro e ao sistema socialista implantado na ilha, ao passo que o governo cubano tratou seus emigrados e opositores como antirrevolucionários e colaboradores do imperialismo estadunidense. Este maniqueísmo e ódio mútuo, um legado da Guerra Fria, retroalimenta-se e corrobora para a construção da imagem de uma sociedade inevitavelmente fraturada.

Ao longo deste trabalho, tentamos abordar a complexidade do exílio cubano a partir de uma revista ligada às esquerdas, *Encuentro de la Cultura Cubana*, e outra ligada à direita espanhola, *Revista Hispano-Cubana*, de maneira a escapar das dicotomias presentes em dois discursos majoritários, Miami e Havana. Para tanto, expusemos a pluralidade presente em ambas as revistas, seus conflitos, contradições, horizontes de expectativas e limites. Para fugir à dualidade de um *aquí* e um *allá* que caracterizam as abordagens tradicionais do exílio, tentamos perceber o caráter transnacional que se impõe à cultura cubana contemporânea, as redes de solidariedade e os conflitos que envolvem atores que transitam entre as fronteiras dos Estados Nacionais e estabelecem laços que unem diferentes lugares, sejam eles Miami, Havana ou Madrid. A abordagem transnacional nos permitiu compreender a tentativa de superar o exílio por meio de pontes estabelecidas por publicações como *Encuentro* e *Hispano-Cubana*, assim como a organização de redes de oposição política ao governo da ilha.

Através desta rede, percebemos como os intelectuais colaboradores de ambas as revistas representaram a si próprios e integraram projetos editoriais que, apesar de agregar indivíduos distintos, propunham a crítica ao castrismo. Para tanto, estes intelectuais não apenas analisaram a realidade cubana de seu tempo, mas retornaram ao passado e disputaram a história da Revolução e de Cuba com o governo para fundamentar um contra-discurso que taxava a Revolução Cubana como experiência totalitária. Tal operação serviu para legitimar uma proposta tomada como o espelho inverso do “totalitarismo socialista” cubano: a democracia liberal e o livre mercado.

Treze anos após o fim do marco temporal deste trabalho, Cuba ainda é vista, em grande medida, sob o mesmo espectro. Grande parte dos opositores do governo cubano

recortam imagens e processos de etapas históricas distintas para representar uma ilha supostamente totalitária nos dias de hoje. As autoridades cubanas também contribuíram para este discurso ao insistir na continuidade histórica de todo o processo revolucionário, e o exílio, de forma pensada ou inconsciente, colaborou para este imaginário de uma ilha estagnada no tempo.

Esta perspectiva linear e muitas vezes determinista não consegue ou não quer perceber as transformações ocorridas ao longo do tempo. Ao tratar da Cuba dos anos 1990, *Encuentro de la Cultura Cubana* e *Revista Hispano-Cubana* representaram um país que não existia mais, que havia abandonado certas práticas e iniciado novas. A ilha dos anos 1990 e 2000 e suas autoridades não se inseriam mais em um contexto repressor como o dos anos 1970, embora ainda carregasse vários de seus legados autoritários. O país passou por profundas reformas e se tornou mais tolerante, abriu seus mercados e iniciou o diálogo com vários grupos do exílio. Entretanto, ondas autoritárias ainda marcam a política cubana: em 2003 o regime prendeu 75 opositores, acusados de crimes contra a segurança nacional, e executou três indivíduos que sequestraram uma lancha para sair da ilha. No mesmo ano, 28 intelectuais cubanos assinaram uma carta aberta em apoio ao fuzilamento dos três sequestradores, entre eles Pablo Armando Fernández, que esteve presente no encontro em Estocolmo que deu origem a *Encuentro*.⁶²⁸

Entretanto, Cuba se move, assim como também o faz o exílio. Desde a década de 1980 o perfil dos exilados e emigrados era distinto daqueles que partiram nos primeiros anos da Revolução. Muitos reconheciam as conquistas revolucionárias, mas desejavam uma vida melhor. A saída da ilha não esteve sempre conectada a motivos diretamente políticos. A maioria destes indivíduos ainda possuem amigos e parentes dentro de Cuba e, por isso, recusam-se a tomar parte das políticas de pressão e agressão do exílio conservador.⁶²⁹ Este, cada vez menos numeroso, começa a perder sua força dentro dos Estados Unidos, que iniciou um processo de normalização das relações com a ilha.

Ao final da citada entrevista no programa Roda Viva, o colunista da revista *Época*, Ivan Martins, perguntou a Leonardo Padura sua opinião sobre a evolução do socialismo que, para Martins, teria executado a maior carnificina do século XX. Padura lhe respondeu que o socialismo, embora corrompido por Stalin, carregava em sua essência os

⁶²⁸ Disponível em: <http://cafefuerte.com/documentos/1215-documento-carta-de-intelectuales-cubanos-en-apoyo-a-fusilamiento-de-tres-jovenes-en-el-2003>. Acesso em: 27/07/2015.

⁶²⁹ PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 297.

anseios de libertação dos indivíduos e, por isso mesmo, seria um princípio válido. O romancista cubano ainda criticou a percepção de que o mundo atual é o melhor possível e apontou para a necessidade de se recuperar a utopia. Em princípios do século XXI, Cuba mantém viva a utopia e, entre erros e acertos, continua a construir seu socialismo. Da mesma maneira, muitos exilados cubanos continuam a sonhar com a possibilidade de, um dia, retornar à terra natal.

Referencias documentais e bibliográficas

A. Documentais

Revistas

Revista *Encuentro de la Cultura Cubana*, do volume 1 ao 25. Disponível em: <http://www.cubaencuentro.com/revista/revista-encuentro/>. Acesso em: 22/07/2015.

Revista *Hispano-Cubana*, do volume 1 ao 14. Disponível em: <http://www.revistahc.org/>. Acesso em: 22/07/2015.

Discursos de Fidel Castro e Informes do Partido Comunista de Cuba

Palabras a los intelectuales. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f300661e.html>. Acesso em: 13/06/2014.

Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primero Ministro del Gobierno Revolucionário, em la apertura del X Congreso de la CTC, el 18 de noviembre de 1959. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f181159e.html>. Acesso em: 03/03/2015.

Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el acto conmemorativo del XI Aniversario de la Accion del 13 de marzo de 1957, efectuado en la escalinata de la Universidad de La Habana, el 13 de marzo de 1968. <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1968/esp/f130368e.html>. Acesso em: 02/07/2015.

Discurso pronunciado por ele Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario y secretario del PURSC, como conclusión de las reuniones con los intelectuales cubanos, efectuadas en la Biblioteca Nacional el 16,23 y 30 de junio de 1961. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f300661e.html>. Acesso em: 10/07/2015.

Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en la clausura del XVI Congreso de la CTC, celebrado en Teatro “Carlos Marx”, el 28 de enero de 1990, “año 32 de la Revolucion”.Disponível em:

<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1990/esp/f280190e.html>. Acesso em: 21/02/2015.

Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primero Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los consejos de Estado y de Ministros, en la entrega oficial de la edificación del Centro de Inmunología Molecular, en ocasión del día del constructor, en la ciudad de La Habana, el 5 de diciembre de 1994. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1994/esp/f051294e.html>. Acesso em: 03/03/2015.

Discurso de encerramento do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura (1971). Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1971/esp/f300471e.html> (16/06/2014). Acesso em: 24/03/2015.

Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en el acto central por el XXV Aniversario de la victoria de Girón, efectuado en el teatro “Karl Marx”, 19 de abril de 1986. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1986/esp/f190486e.html>. Acesso em: 03/03/2015.

Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, presidente de la República de Cuba, en la sesión extraordinaria y solemne de la Asamblea Nacional, con motivo de la visita a nuestro país del compañero Mijaíl S. Gorbachov, secretario general del Comité central del PCUS y presidente del presidium del soviet supremo de la URSS, celebrada en el palacio de las convenciones, el 4 de abril de 1989, "año 31 de la Revolución". Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1989/esp/f040489e.html>. Acesso em: 24/03/2015.

Informe central al V Congreso del Partido Comunista de Cuba, 8 de outubro de 1997. Disponível em: <http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/03/Informe-Central-V-Congreso.pdf>. Acesso em: 03/03/2015.

El Partido de la unidad, la democracia y los Derechos Humanos que defendemos. Disponível em: <http://mhecnecnet.org/PCC5C.HTM>. Acesso em: 01/06/2015.

La Patria es de todos. Disponível em: <http://www.cubanet.org/htdocs/CNews/y97/jul97/07adoc1.htm>. Acesso em: 25/05/2015.

Artigos, entrevistas e textos relacionados aos colaboradores das revistas

Entrevista coletiva do chanceler de Cuba Felipe Pérez Roque sobre mercenários a serviço do Império que foram julgados nos dias 3, 4, 5 e 7 de abril. Havana, 9 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2003/por/r090403p.html>. Acesso em: 25/05/2015.

Jesús Díaz responde a Ana María Simo. Disponível em: http://www.annillustration.com/archivodeconnie/wp-content/uploads/2007/04/J.Diaz_contesta.pdf. Acesso: 12/07/2015.

DÍAZ, Jesús. Los anillos de la serpiente. *El País*, 22 de março, 1992.

DÍAZ, Jesús. Cartas sobre la mesa. *Nexos*, n. 180, v. 15, diciembre, 1992, p. 30-31. Disponível em: <http://www.nexos.com.mx/?p=6660>. Acesso: 24/03/2015.

VÁZQUEZ DÍAZ, René. A veinte años de la declaración de Estocolmo. <http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/12/24/a-veinte-anos-de-la-declaracion-de-estocolmo-fotos/#.VZwggfIViko>. Acesso em: 07/07/2015.

https://www.wikileaks.org/plusd/cables/07MADRID1505_a.html. Acesso em: 07/07/2015.

Depoimento de Annabelle Rodríguez ao canal cubaencuentro, em 2006. Disponível em: <http://www.cubaencuentro.com/entrevistas/articulos/encuentro-creo-un-terremoto-en-cuba-20586>. Acesso em: 07/07/2015.

Depoimento de Annabelle Rodríguez em entrevista concedida a Letras Libres. Disponível em: <http://www.letraslibres.com/revista/letrillas/revistasensayo-de-democracia>.

<http://www.cubainformacion.tv/index.php/inicio/archivo-de-videos/1046?task=view>. Acesso em: 25/03/2015.

<https://www.diagonalperiodico.net/antigua/pdf30/04diagonal30-web.pdf>. Acesso em: 25/03/2015.

<http://www.fordfoundation.org/SiteSearch?q=Encuentro>. Acesso em: 25/03/2015.

http://www.ned.org/search_results.html?cx=008846551274917761505%3A1i0zdvf5gsi&cof=FORID%3A11&q=Encuentro&sa.x=0&sa.y=0&sa=Search. Acesso em: 25/03/2015.

<http://www.boe.es/boe/dias/2007/08/14/pdfs/A34670-34673.pdf>. Acesso em: 25/03/2015.

http://www.lajiribilla.cu/2002/n50_abril/1274_50.html. Acesso em: 25/03/2015.

LOPES, A. *El testamento de Guillermo Rosales*. Disponível em: [www.cubaencuentro.com/es/cultura/noticias/el-testamento de guillermo-rosales-180438](http://www.cubaencuentro.com/es/cultura/noticias/el-testamento-de-guillermo-rosales-180438). Acesso em: 02/06/2014.

LLANO, Victor. La generosidad de Lerei con Annabelle. Disponível em: <http://www.libertaddigital.com/opinion/victor-llano/la-generosidad-de-leire-con-annabelle-28985/>. Acesso em: 25/03/2015.

Depoimento de Annabelle Rodríguez ao canal cubaencuentro, em 2006. Disponível em: <http://www.cubaencuentro.com/entrevistas/articulos/encuentro-creo-un-terremoto-en-cuba-20586>. Acesso em: 07/07/2015.

GORTÁZAR, Guillermo. Un poco más a la derecha. *El País*, 28 de janeiro, 1992.

GORTÁZAR, Guillermo. El espíritu de la época. *El País*, 21 de dezembro, 1993.

GORTÁZAR, Guillermo. Cuba sí, dictadura no. *El País*, 21 de agosto, 1994.

GORTÁZAR, Guillermo. Discurso en el acto de presentación de la Fundación Hispano-Cubana. In.: *Cuba: camino de libertad*. Discursos, textos y documentos, 1990-2012. Madrid: Editorial Hispano Cubana, 2012.

GUEVARA, Che. *El socialismo y el hombre en Cuba*. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/guevara/65-socyh.htm>. Acesso em: 14/06/2014.

http://elpais.com/diario/2001/07/13/cvalenciana/995051887_850215.html

http://elpais.com/diario/2010/04/15/cvalenciana/1271359087_850215.html.

http://elpais.com/diario/2003/04/14/internacional/1050271222_850215.html

LARRAYA, José Miguel. Mas Canosa y Montaner abandonan la Fundación Hispano-Cubana. *El País*, 20 de junho, 1997. Disponível em: http://elpais.com/diario/1997/06/20/espana/866757617_850215.html. Acesso em: 07/07/2015.

LARRAYA, José Miguel. El empresario Mas Canosa y políticos del PP organizan en Madrid un “lobby” anti-castrista. *El País*, 24 de outubro, 1996.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 26/04/2014.

Convenção relativa ao estatuto dos refugiados (1951). Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados;. Acesso em: 27/06/2014.

United States Census Bureau. http://factfinder.census.gov/faces/tableservices/jsf/pages/productview.xhtml?pid=DEC_10_SF1_QTP10&prodType=table; Acesso em: 09/07/2015.

<http://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statistics/yearbook/2000/Yearbook2000.pdf>. Acesso em: 24/07/2014.

El Partido de la unidad, la democracia y los derechos humanos que defendemos. Disponível em: <http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/03/Partido-Unidad-Democracia-V-Congreso.pdf>. Acesso em: 03/03/2015.

Referências de websites

<http://www.cubaencuentro.com/cuba/articulos/la-ofensiva-revolucionaria-de-1968-44-anos-despues-275328>. Acesso em: 02/07/2015.

<http://www.iie.com/publications/papers/sanctions-cuba-60-3.pdf>. Acesso em: 19/05/2015.

http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2012/10/ley-migratoria_cuba_2012.pdf. Acesso em: 20/01/2015.

http://www.galizacig.gal/actualidade/200111/lainsignia_o_nacionalismo_na_revolucao_cubana_iii.htm 04/04/2015.

B. Referencias bibliográficas

Livros e artigos

ACTIS, Walter. Imigrantes da América Latina em Espanha: uma visão de conjunto. PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), *Revista Migrações* - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, p. 63-86.

AGGIO, Alberto. Repensando o sentido da rebeldia na Revolução Cubana. *Estudos de História*, Franca, v.7, n. 2, v. 9, 2000, 215-229.

AJA DÍAZ, Antonio. La emigración cubana. Balance en el siglo XX. CEMI, *Centro de Estudios de Migraciones Internacionales*, La Habana, Cuba, enero de 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/ceimi/emig.pdf>. Acesso em: 13/06/2014.

ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, v. 2, 2008.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História Intelectual. *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 19, n.1. Junho, 2007.

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

AMANTE, Adriana. *Poéticas y políticas del destierro*. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. México: FCE, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. SP: Cia. das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AZEVEDO, Desirée; SANJURJO, Liliana. Between dictatorships and revolutions: narratives of Argentine and Brazilian exiles. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, Brasília, v. 10, n. 2, Dec. 2013, p. 305-338.

AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, Coleção Revoluções do Século XX, 2004

BAGGIO, Kátia Gerab. Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico. *Varia História*, FAFICH-UFMG, v. 28, 2003, p. 39-54.

BAJINI, Irina. Publicar... en libertad? Notas sobre las editoriales cubanas en el exilio. *Altre Modernità: Rivista di studi letterari e culturali*, n. 2, 2009, p. 90-99.

BALARI, Eugenio R. *Cuba, la revolución acosada?* México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

BANDEIRA, Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Amsterdam: Gordon & Breach, 1994.
- BAUBOCK, R. Towards a political theory of migrant transnationalism. *International Migration Review*, 37(3), 2013, p. 700-723.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. Os intelectuais no mundo pós-moderno. *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 299-325.
- BAYO, Francesc. Las relaciones políticas entre España y Cuba. Continuidad histórica y ajustes frecuentes. *Documentos CIDOB América Latina*, n. 16, 2006.
- BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, enero-marzo, 2003.
- BEIRED, J. L. B. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. In: VII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2007, Campinas. *Anais do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2006.
- BENDER, Lynn Darrell. The Cuban exiles: an analytical sketch. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 5, No. 2 (Nov. 1973).
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998, 319-329.
- BOBES, Velia Cecilia. Diáspora, ciudadanía y contactos transnacionales. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 242, noviembre-diciembre, 2012, p. 106-122.
- BOBES, Velia Cecilia (coord). *Debates sobre transnacionalismo*. México: FLACSO, México, 2012, edição Kindle.
- BOHORQUEZ-MONTOYA, Juan Pablo. Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica. *Pap.polit*, vol.14, n.1, 2009, p. 273-301.

BONNIN, Rodolfo; BROWN, Chris. The Cuban Diaspora: a comparative analysis of the search for meaning among recent Cuban exiles and Cuban Americans. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, n. 24, 2002, p. 465-478.

BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BRAVO, Álvaro Fernández; GARRAMUÑO, Florencia. Introducción. *Sujetos en tránsito: (in)migración, exílio y diáspora en la cultura latinoamericana*. Buenos Aires: Alianza, 2003, p.11-25.

BRITO, Julián Araújo. “Pátria ou morte”: crise e sobrevivência do regime revolucionário cubano nos anos 90. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, jan./jun. 2013, p. 287-315.

CABRERA INFANTE, Guillermo. *Mea Cuba*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CABRERA, Isabel Ibarra; MARQUES, Rickley Leandro. Boarding Home: literatura, revolução e exílio. *Revista Brasileira do Caribe*, Brasília, Vol. X, nº19. Jul-Dez 2009, p. 241- 257.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*, Franca, v. 22, n. 2, p. 35-58, 2003.

CARRASCO, David Soto. Salidas: apuntes sobre exílio y éxodo en la era global. *Astrolabio. Revista internacional de filosofía*, n. 9, 2009, p. 204-212.

CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada*. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Fidel. Revolução socialista e democrática em Cuba (1961). In: LOWY, Michael (org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 281-282.

CASTRO, Fidel. De Martí a Marx (1961). In: LOWY, Michael (org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 283-292.

CASTRO, Max J. The new Cuban immigration in context. *North-South Agenda Paper*, n. 58, October, 2002. Disponível em: http://www.revistainterforum.com/english/pdf_en/58AP.pdf. Acesso: 24/07/2014

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. *Contemporary European History*, Cambridge, 14, 2005, p. 421-439.

COELHO NETO, Raphael; PRATES, Thiago Henrique Oliveira. Revistas de intelectuais exilados como objeto de pesquisa: o caso de *Araucaria de Chile* e *Encuentro de la Cultura Cubana*. *FACES DA HISTÓRIA*, Assis-SP, v.1, nº1, jan.-jun., 2014, p. 124-146.

La economía cubana. Reformas estructurales y desempeño en los noventa. México: Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe (CEPAL)/Fondo de Cultura Económica, 2000.

CORTÁZAR, Julio. América Latina: exílio y literatura. In: *Lectura crítica de la literatura americana: Actualidades fundacionales*. Ed. Saúl Sosnowski. Caracas: Ayacucho, 1997. p. 639-645.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina – O debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda, 2013.

CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM, p. 1-15.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CYMERMAN, Claude. La literatura hispanoamericana y el exílio. *Revista Iberoamericana*, v. 59, n. 164-165, 1993, p. 534-535.

DE LA NUEZ, Iván. *La balsa perpetua*. Soledad y conexiones de la cultura cubana. Barcelona: Casiopea, 1998.

DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007.

DILLA AFONSO, Haroldo. Las encrucijadas de la política migratória cubana. *Revista Nueva Sociedad*, n. 242, noviembre-diciembre, 2012, p. 70-81.

DOUZINAS, Costas; ZIZEK, Slavoj. *The idea of communism*. London: Verso, 2010.

DUTRA, Eliana. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, dezembro 2002, p. 13-28.

EGUREN, Joaquín. La Construcción de las Comunidades Latinoamericanas Transnacionales en España. *Psicoperspectivas*, 2011, vol.10, n.1, p. 69-98.

EPPLÉ, Juan Armando. *La literatura chilena del exilio*. *Texto Crítico*, nº. 22-23, julio-diciembre de 1981, p. 209-237.

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Cuba defendida*. Buenos Aires: Nuestra América, 2004.

FIRMAT, Gustavo Pérez. *Cincuenta lecciones de exilio y desexilio*. Miami: Ediciones Universal, 2000.

FONSECA, Vilma L. Encuentro de la Cultura Cubana: Intelectuais Dissidentes e Revistas Culturais. *Revista Brasileira do Caribe*, Julio-Diciembre, 2006.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, p.129-142.

GARCÍA, Isabel; BAQUERO, Montón G. La Emigración Cubana a España, 1960-1992. *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, nº 23, 1997.

GARCÍA, María Cristina *Havana USA: Cuban exiles and Cuban Americans in South Florida, 1959-1994*. University of California Press, 1998.

GARCÍA, María Cristina. Hardliners v. “dialogueros”: Cuban exile political groups and United States-Cuba Policy. *Journal of American Ethnic History*, v. 17, n. 4, summer, 1998, p. 3-28.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 85-98.

GILMAN, Claudia. El intelectual como problema. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

GÓMEZ, Antonio Daniel. Jesús Díaz rewrites Cuban exile. In *Cuba: In Transition? Pathways to Renewal, Long-Term Development and Global Reintegration*. Mauricio A. Font, ed. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, CUNY. 2006, p. 309-313.

GONZÁLEZ MITJÁNS, Fernando Luís. Entre o estado revolucionário e o exílio: invenção e reconstrução da memória do povo cubano. *Revista Brasileira do Caribe*, Vol. X, Núm. 19, juliodiciembre, 2009, p. 209-239.

GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos. El retorno de la “tradición” liberal-conservadora (El “discurso” histórico-político de la nueva derecha española). *Ayer*, Madrid, n. 22, 1996.

GONZÁLEZ PITA, Alexandra. Las revistas culturales como fuente de estudio de redes intelectuales. In: MONTIEL, Celia del Palacio; Martínez MENDOZA, Sarelly (coord.) *Voces en papel: la prensa en Iberoamérica de 1792 a 1970*. México, Universidad Autónoma de Chiapas, 2008, p. 77-85.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRATIUS, Susanne. Cuba: un caso aparte en la política exterior de la Unión Europea. In: ROY, Joaquín y DOMÍNGUEZ RIVERA, Roberto (coord.). *Las relaciones exteriores de la Unión Europea*. México: UNAM-Editorial Plaza y Valdés, 2001.

GRILLO, María del Carmen. *El estudio de revistas como objeto historiográfico para la historia de las redes intelectuales*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM, p. 1- 22.

GUTIÉRREZ-BORONAT, Orlando. *Cuban exile nationalism*. Dissertation, University of Miami, Ann Arbor: ProQuest/UMI, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, vol.3, n.1, 1997, p. 7-39.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HERNÁNDEZ, Rafael; ROJAS, Rafael. *Ensayo cubano del siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

IGLÉSIAS, Natália. *O feminino no cinema cubano a partir da análise dos filmes: Hasta Cierta Punto e Retrato de Teresa*. 2014. 71 p. Monografia (Graduação em História). – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014,

INGENSCHAY, Dieter (2010): Exilio, insilio y diáspora. La literatura cubana en la época de las literaturas sin residencia fija. *Ángulo Recto. Revista de estudios sobre la ciudad como espacio plural*, vol. 2, nº 1. Madri, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora Puc-Rio, 2006.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

VARGAS LLOSA, Alvaro. *El exilio indomable*. Historia de la disidencia cubana en el destierro. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 1998.

MANSILLA, H. C. F. Perspectivas para el movimiento socialista en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 108, Julio-Agosto, 1990.

MANZONI, Celina. Diáspora nomadismo y exilio en la literatura latinoamericana contemporánea. Disponível em:

<http://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/4102?show=full>. Acesso: 05/04/2013/

MARDOROSSIAN, Carine M. From literature of exile to migrant literature. *Modern Language Studies*, Oxford, vol. 32, n. 2, 2002, p. 15-33.

MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARQUES, Rickley Leandro. *A condição marel*. Memórias Subterrâneas da Revolução Cubana. Goiânia: EDUFMA, 2012.

MARTÍN SEVILLANO, Ana Belén. *Cuento cubano actual (1985-2000)*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense, Madrid, 2001.

MARTÍN SEVILLANO, Ana Belén. Las revistas culturales como agente transnacional del campo cultural cubano del siglo XXI. *Revista Iberoamericana*, v. 13, n. 49, 2013, p. 7-24

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, 22 (1), 2003.

MATORY, J. Lorand. Jeje. Repensando nações e transnacionalismo. *Mana*, v. 5, n.1, 1999, p. 57-80.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M. (2011). Intelectuais no exílio: onde é a minha casa? *Dimensões*. Revista de História da UFES, vol. 26, 2011, p.152-176.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003.

MISKULIN, Silvia César. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.

MORRONE, Priscila. *A Fundação Nacional Cubano-Americana (FNCA) na política externa dos Estados Unidos para Cuba*. 2008. 136 f. Dissertação (mestrado) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-38.

MUDROVCIC, María Eugenia. Estrategias de intervención y pensiones políticas en la cultura latinoamericana de la pos Guerra Fría. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, año 35, n. 69, 2009, p. 241-261.

MURRIETA, Fabio. *Creación y exilio*. Memorias del I Encuentro Internacional con Cuba en la distancia. Madrid: Editorial Hispano Cubana, 2002.

NEIRA, Yerko Castro. Teoría transnacional: revisitando la comunidad de los antropólogos. *Política y Cultura*, n. 23, primavera 2005, p. 181-194.

OTERO, Lisandro. *La política cultural de Cuba*. Paris: UNESCO, 1971.

PADURA FUENTES, Leonardo. Tiene la carabina el camarada Ambrosio. *La Gaceta de Cuba*, n. 5, set.-out. 1992.

PATÍÑO, Roxana. América Latina. Literatura e crítica em revista (s). In: SOUZA, Eneida M. de & MARQUES, Reinaldo (orgs.), *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 456-470.

PÉREZ, Louis A. *Cuba: between reform and revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

PÉREZ FIRMAT, Gustavo. *Cincuenta lecciones de exilio y desexilio*. Miami: Ediciones Universal, 2000.

PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The Cuban Revolution: origins, course and legacy*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

RABELO, M.M.L.C. *Cultura e política em Cuba sob o prisma da revista "Encuentro de la Cultura Cubana"*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006, 175p. Dissertação de mestrado.

RAMOS, André de Carvalho. Asilo e refúgio: Semelhanças, diferenças e perspectivas”. In: RAMOS, André de Carvalho, RODRIGUES, Gilberto, ALMEIDA, Guilherme Assis de (Orgs.). *60 Anos de ACNUR perspectivas de futuro*. São Paulo: Editora CL-A Cultura, 2011, p. 15-44.

RAMA, Angel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. *Nueva Sociedad*, n. 35, 1978, p. 95-105.

REIS, Mateus Fávaro. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla (Uruguai e Chile, 1932-1974)*. 426f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura y exilio. Vuelta*, México, v. 6, nº 63, febrero 1982, p. 45-47.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006.

ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo: cultura e Revolução em Cuba (1959-19710). *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP; v. 19, n. 1, 2007.

ROJAS, Rafael. Mexico y Cuba: amigos desleales. *Foreign Affairs en Español*, n. 3, julho/setembro, 2004, p. 72-82.

ROJAS, Rafael. *Motivos de Anteo: Patria y nación en la historia intelectual de Cuba*. Madrid: Editorial Colibrí, 2008.

ROJAS, Rafael. *Isla Sin Fin: Contribución a la crítica del nacionalismo cubano*. Miami: Ediciones Universal, 1998.

ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio. Refazendo identidades. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 2, 1999, p. 39-73.

ROMAN, Peter. Representative government in socialist Cuba. *Latin American Perspectives*, v. 20, n. 1, winter, 1993, p. 7-27.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010.

RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. QUADRAT, S. V. (org). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 31-61

ROY, Joaquín. España y Cuba: una relación muy especial? *Afers Internacionals*, n. 31, 1995, 147-166.

ROY, Joaquín. *The Cuban Revolution (1959-2009)*. Relations with Spain, the European Union and the United States. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

SAID, Eduard. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1979, p. 49-73.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *America*, Cahiers du CRICAL, París, Sorbonne la Nouvelle, n° 9-10, 1992, p. 9-15.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Helenice Rodrigues. *Fragmentos de história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002, p. 11-27.

SILVA, M.A.; JOHNSON, G.; ARCE, A. M. A Revolução Cubana na encruzilhada: a crise dos anos 90 e as alternativas - elementos para um debate ignorado. *Sociedade e Território*, v. 24, 2012, p. 80-102.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) Apresentação. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOSNOWSKI, Saúl. Pensar país/imaginar región. *Sujetos en tránsito: (in)migración, exilio y diáspora en la cultura latinoamericana*. Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 333-338

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The politics of exile in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SZNAJDER, Mario. Os exílios latino-americanos. *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 65-90.

TAHBAZ, Joseph. Demystifying las UMAP: the politics of sugar, gender and religión in the 1960s. *Delaware Review of Latin American Studies*, v. 14, n. 2, 2013.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TORRES, Maria de los Angeles. Diaspora Politics and Identity: Rethinking Theory, Politics, and the Personal In: *In the Land of Mirrors: Cuban Exile Politics in the United States*. University of Michigan Press, 2001, p. 176-200.

TORRES, Maria de los Angeles . Encuentros y encontronazos: homeland in the politics and identity of the Cuban diaspora. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, Toronto, Volume 4, Number 2, Fall 1995, p. 211-238.

VERTOVEC, Steven. Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n.2, March 1999, p. 447-462.

VIDAL, Paloma. *A história em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 2004.

VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema cubano: revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

XALMA, Cristina. Europa frente a Cuba. El fracaso de una política subalterna. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 216, julio-agosto, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?* Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. São Paulo: Boitempo, 2013.

WALDINGER, Roger; Fitzgerald, David. Transnationalism in Question. *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 5, (March 2004), p. 1177-1195.

YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, S.V. (org). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 11-30.